

**O Caráter Político-Pedagógico dos Movimentos  
Populares de Bairro da Grande São Pedro:  
Avanços e Recuos sob o Imperativo  
da Ordem Capitalista**

**Célia Barbosa da Silva Pereira**

**Dissertação de Mestrado em Política Social  
Mestrado em Política Social  
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Vitória  
Agosto de 2012**

**CÉLIA BARBOSA DA SILVA PEREIRA**

**O CARÁTER POLÍTICO-PEDAGÓGICO DOS MOVIMENTOS  
POPULARES DE BAIRRO DA GRANDE SÃO PEDRO:  
AVANÇOS E RECUOS SOB O IMPERATIVO  
DA ORDEM CAPITALISTA**

*Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política Social.*

**Aprovada em 30 de agosto de 2012.**

*COMISSÃO EXAMINADORA*

**Professora Doutora Maria das Graças Cunha Gomes**  
Universidade Federal do Espírito Santo

**Professora Doutora Ana Targina Rodrigues Ferraz**  
Universidade Federal do Espírito Santo

**Professora Doutora Maria Beatriz Lima Herkenhoff**  
Universidade Federal do Espírito Santo

**Professor Doutor Mauricio Abdalla Guerrieri**  
Universidade Federal do Espírito Santo

**Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)**

Projeto de Extensão Assessoria em Organização, Padronização e Normalização de Publicações Técnico-Científicas (registro SIEX BRASIL nº70595), vinculado ao Departamento de Biblioteconomia/ UFES

---

P436c Pereira, Célia Barbosa da Silva Pereira, 1981-  
O caráter político-pedagógico dos movimentos populares de bairro da Grande São Pedro: avanços e recuos sob o imperativo da ordem capitalista / Célia Barbosa da Silva Pereira . - 2012.  
303 f.

Orientadora: Maria das Graças Cunha Gomes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Movimentos sociais urbanos - Grande São Pedro (Vitória, ES). 2. Educação popular. 3. Contra-hegemonia. Gomes, Maria das Graças Cunha. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 36

---

A meu amado Wendell, companheiro de todas as horas.

A meus pais, Célio e Adélia, exemplos de superação.

A Ruy Coelho e Graça Andreatta, representando todos aqueles que coletivamente construíram a Grande São Pedro e deixaram um legado de luta e resistência. E a todos os moradores que, atualmente, buscam neste legado, a inspiração para continuar esta longa batalha.

“[...] Para nós, somos o símbolo da luta, da resistência, da conquista. Somos a redenção.”

Graça Andreatta

## AGRADECIMENTOS

A Deus, razão da minha existência e fonte de todo conhecimento.

A todos os entrevistados que gentilmente cederam o seu tempo e suas histórias de luta.

Às duas orientadoras que tive durante essa caminhada. À Prof<sup>a</sup> Maria Beatriz L. Herkenhoff, que no primeiro momento me acompanhou e contribuiu para a escolha do tema de estudo, introduzindo-me na difícil tarefa da pesquisa. E, à Prof<sup>a</sup> Maria das Graças C. Gomes, que se dispôs a me orientar em uma segunda fase, cumprindo com competência e carinho essa tarefa, ajudando-me a vencer não só os desafios que o desenvolvimento da pesquisa apresentou, mas, principalmente, os que em minha vida despontaram e tentaram me impedir de continuar.

Aos professores e professoras do Mestrado em Política Social pelos debates em sala tão enriquecedores e desafiadores, por me ensinarem a enxergar a vida por uma outra perspectiva: Reinaldo Antônio Carcanholo, Paulo Nakatani, Izildo C. Leite, Luiz Jorge V. P. de Mendonça, Maria Lúcia T. Garcia, Mauricio de S. Sabadini, e em especial à Ana Targina R. Ferraz, pelos preciosos apontamentos na banca de qualificação e pelo aceite em participar da banca de defesa. E, igualmente, aos colegas de turma sem os quais os debates em sala não seriam possíveis. Principalmente, à Mirella de S. Alvarenga, pelas longas conversas, pela amizade e pelos incentivos durante todo o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao prof. Mauricio A. Guerrieri, por ter aceitado o convite para participar da banca de qualificação, ter contribuído ricamente com um novo olhar sobre a educação popular e por se dispor a participar da banca examinadora desta dissertação.

Ao meu esposo, Wendell Leonardo Pereira, pelas infindáveis conversas sobre o meu tema de pesquisa que lhe roubaram muito tempo. Também a toda a minha família e amigos que com amor e com suas falas de incentivo, tornaram possível a realização desta pesquisa. E a Prof<sup>a</sup> e amiga Adriana Ilha da Silva pelos ensinamentos e conselhos tão preciosos durante esta caminhada.

A CAPES pelo financiamento que tornou possível a concretização desta pesquisa.

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo as ações organizativas dos movimentos populares de bairro, enquanto práticas político-pedagógicas. Tomamos como foco, as associações de moradores da região da Grande São Pedro. Apesar de ter ficado conhecida na década de 1980 pela situação de miséria, os moradores dessa região, historicamente perpassada pelo fenômeno da segregação socioespacial, encontraram nas adversidades motivação para a organização do movimento popular como forma de construir sua história e afirmar sua cidadania. Totalmente transformada no que tange à sua urbanização, a região ainda hoje apresenta um cenário adverso para os moradores. Nesse sentido, a importância da organização dos moradores na atualidade é fundamental para lutar contra as situações de opressão que se impõem sobre os mesmos. Entretanto, o quadro que os atuais movimentos populares de bairro desta região apresenta é de reprodução de um modelo político-cultural marcado pelo individualismo, com traços peculiares da formação social brasileira - caracterizada por práticas de centralização, dependência e clientelismo político. Deve-se registrar que apesar de também trazerem traços de lutas e resistência, a forma como atualmente acontecem, com ações em níveis imediatos, esvaziadas de conteúdo político mais amplo, sem articulação com movimentos mais abrangentes, acabam se expressando em um “associativismo individualizado”. Desta feita, reiteramos neste trabalho a necessidade de a classe trabalhadora brasileira retomar, reconstruir espaços que contribuam com a formação de lideranças, com a qualificação das bases desses movimentos, para que seus protagonistas possam consolidar uma prática político-pedagógica fundamentada na educação popular e com isso venham adensar as lutas da classe trabalhadora e somar ao projeto de construção da contra-hegemonia, visando à transformação social. Buscar-se-ia neste sentido, a consolidação de um projeto social mais igualitário, justo e verdadeiramente democrático, no qual seja possível a emancipação humana.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais Urbanos; Educação Popular; Contra-Hegemonia.

## ABSTRACT

This study aims at investigating the organizational actions of neighborhood popular movements as political-pedagogical practices. The focus was on residents' associations in the Greater São Pedro area. Although the Greater São Pedro area became famous for its poverty in the 1980s, the residents in this area, which is historically stricken by social-spatial segregation, found motivation in adversity to organize popular movements and hence build their history and affirm their citizenship. Today, the Greater São Pedro area is totally changed as far as urbanization is concerned, but it still poses an adverse scenario to residents. In this regard, the importance of residents' organization nowadays is essential to fight oppression situations. However, the current picture of popular movements in this area merely reproduces a political-cultural model that is marked by individualism and by traits that are particular of the Brazilian social background. In other words, it is characterized by practices of centralization, dependence, and pork-barrel politics. It is worth highlighting that although these movements also present characteristics of struggle and resistance, the way they actually happen – aiming at immediate results, with no broader political content and no interaction with broader movements – makes them be expressed as “individualized associativism”. Therefore, we stress the need of the Brazilian working class to resume, rebuild spaces that contribute to making new leaderships by qualifying the bases of these movements. Then, their participants would be able to achieve a political-pedagogical practices that are grounded on popular education and thus add on to the working class struggle and to the project of counter-hegemony construction aiming at social change. Then, the consolidation of a more equalitarian, fair and truly democratic social project aiming at human emancipation could possibly be achieved.

**Keywords:** Urban Social Movements; Popular Education; Counter-Hegemony.



## LISTA DE QUADROS

Quadro	1 - Equipamentos públicos na área da assistência social .....	219
Quadro	2 - Equipamentos públicos na área da cultura .....	219
Quadro	3 - Serviços e equipamentos públicos na área da educação .....	220
Quadro	4 - Serviços e equipamentos públicos na área de esporte e lazer .....	220
Quadro	5 - Serviços e equipamentos públicos na área de saúde .....	221
Quadro	6 - Serviços e equipamentos públicos na área de segurança urbana ...	221
Quadro	7 - Serviços e equipamentos públicos na área de serviços.....	221
Quadro	8 - Linhas de ônibus municipais e intermunicipais .....	222
Quadro	9 - Espaço físico e equipamentos das associações de moradores .....	237
Quadro	10 - Parcerias institucionais das associações de moradores .....	257
Quadro	11 - Articulação das associações de moradores com outros movimentos sociais .....	258

## LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
AIT	Associação Internacional Comunista
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CAJUN	Caminhando Juntos
CDV	Companhia de Desenvolvimento de Vitória
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CECOPEs	Centro de Comunicação e Educação Popular Dom João Batista
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPIS	Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
CETURB-GV	Companhia de Transporte Urbano da Grande Vitória
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIVIT	Centro Industrial de Vitória
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAN	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPAI	Cooperativa de Produtos Alimentícios Industrializados
CPC	Centros Populares de Cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPV	Conselho Popular de Vitória
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão
CSUB	Confederação Sindical Unitária Brasileira
CUT	Central Única dos Trabalhadores

CV PES	Concentração de Crimes Violentos Contra a Pessoa
CV RD	Companhia Vale do Rio Doce
ENCLAT	Encontro Estadual da Classe Trabalhadora
EUA	Estados Unidos da América
FAMOPES	Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo
FAMS	Federação das Associações de Moradores da Serra
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
GERCA	Grupo Executivo da Recuperação Econômica da Cafeicultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESJD	O Instituto de Educação Social Joana D'arc
IJSN	Instituto Jones Dos Santos Neves
INAP	Instituto de Ação Popular
INCA	Instituto Cajamar
IQU	Índice de Qualidade Urbana
ISER	Instituto de Estudos da Religião
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUSP	Mulheres Unidas de São Pedro
NEP	Núcleo de Educação Popular
NMS	Novos Movimentos Sociais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
OP	Orçamento Participativo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCI	Partido Comunista Italiano

PIB	Produto Interno Bruto
PMV	Prefeitura Municipal de Vitória
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PROMORAR	Programa de Erradicação da Sub-habitação
PRONAGER	Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSI	Partido Socialista Italiano
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEDU	Secretaria de Estado da Educação
SEMSE	Secretaria Municipal de Serviço
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista
US	Unidade de Saúde
USIS	União de Sindicatos Independentes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2 PENSANDO O CAMPO DA EDUCAÇÃO</b> .....	<b>31</b>
2.1 O PAPEL DA HEGEMONIA NA ORGANIZAÇÃO DA CULTURA.....	32
<b>2.1.1 A Organização da Cultura</b> .....	<b>37</b>
<b>2.1.2 O Conceito de Hegemonia em Gramsci</b> .....	<b>42</b>
2.2 A EDUCAÇÃO COMO UMA DIMENSÃO DA PRÁXIS .....	51
2.3 A EDUCAÇÃO COMO RELAÇÃO DE HEGEMONIA .....	59
2.4 A EDUCAÇÃO POPULAR COMO RELAÇÃO DE CONTRA-HEGEMONIA .....	72
<b>2.4.1 A Formação Político-Pedagógica da Classe Trabalhadora Brasileira Organizada: Antecedentes da Educação Popular</b> .....	<b>73</b>
<b>2.4.2 Primeira Fase da Educação Popular</b> .....	<b>83</b>
<b>2.4.3 Segunda Fase da Educação Popular</b> .....	<b>91</b>
<b>2.4.4 Terceira Fase da Educação Popular</b> .....	<b>100</b>
<b>2.4.5 Conclusão Parcial</b> .....	<b>104</b>
<b>3 PENSANDO O CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM SUA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO POPULAR</b> .....	<b>108</b>
3.1 O DEBATE TEÓRICO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	110
<b>3.1.1 O Contexto de Surgimento e o debate conceitual dos “Novos Movimentos Sociais”</b> .....	<b>115</b>
<b>3.1.2 A Interpretação dos “Novos Movimentos Sociais” na América Latina</b> .....	<b>122</b>
3.2 O CARÁTER PEDAGÓGICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	130
3.3 PROPOSTA DE ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS.	135
3.4 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E A EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS.....	145
<b>4 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO DA GRANDE SÃO PEDRO E O PAPEL DO MOVIMENTO POPULAR NA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS</b> .....	<b>169</b>
4.1 ENTENDENDO O CONTEXTO .....	170

4.2	O PRIMEIRO MOVIMENTO POPULAR E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DA POPULAÇÃO DA GRANDE SÃO PEDRO.....	173
4.3	O CENÁRIO ATUAL DA GRANDE SÃO PEDRO E O PERFIL DO ASSOCIATIVISMO DOS MORADORES .....	210
4.3.1	Uma Síntese dos anos de 1990 a 2005.....	210
4.3.2	O Perfil Atual da Grande São Pedro.....	217
4.3.3	As Ações Organizativas das Associações de Moradores da Grande São Pedro em 2011 .....	235
5	CONCLUSÕES .....	274
6	REFERÊNCIAS.....	286
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ....	300
	APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista .....	302

# 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo as ações organizativas dos movimentos populares de bairro, enquanto práticas político-pedagógicas. Tomamos como foco, as associações de moradores da região da Grande São Pedro.

O interesse pela temática, movimentos sociais urbanos e educação popular, originou-se das nossas sucessivas aproximações com a região escolhida como *loco* de estudo, no caso, a Grande São Pedro<sup>1</sup>. Os estudos ali efetivados revelam a natureza e a dimensão de manifestações da questão social que se configuram principalmente no pauperismo, no desemprego flutuante e estrutural e na violência urbana, advinda do tráfico de drogas. Nesta primeira aproximação, buscamos compreender a história da região, a fim de apreender as suas particularidades. O conhecimento sobre essa realidade deu-se também, por meio da nossa participação em uma Pesquisa Integrada<sup>2</sup>, que teve como motivação, a compreensão deste território, considerando o processo de segregação socioespacial na formação do espaço citadino, procurando apreender os impactos sobre a juventude no que tange à educação (formal e não-formal), à saúde e à apreensão dos direitos humanos, além de seu pertencimento à cidade de Vitória (VALADÃO; SILVA; SODRÉ, 2010).

A nossa inserção naquela pesquisa tornou possível uma compreensão da realidade numa perspectiva crítica sobre o processo de formação dos territórios urbanos, considerando que o mesmo segue a lógica do modelo capitalista em curso, responsável pela implantação, expansão, distribuição dos meios de produção do capital e de reprodução da vida do trabalhador e conseqüentemente, dos serviços e equipamentos coletivos necessários a esta reprodução. Pudemos então apreender que o processo de segregação socioespacial na construção do tecido urbano

---

<sup>1</sup>A Grande São Pedro corresponde a uma região do município de Vitória (ES), composta por um conglomerado de dez bairros.

<sup>2</sup>Pesquisa intitulada “A Região de São Pedro: Um estudo sobre a juventude no campo da saúde, da educação, direitos humanos e cidadania”, financiada pelo Fundo de Apoio a Ciência e Tecnologia (FACITEC), realizada no decorrer de 2010 e finalizada em 2011. Coordenada pela Profa. Dra. Vanda de Aguiar Valadão e com participação da Profa. Dra. Francis Sodré, Profa. Dra. Márcia Smarzaró Siqueira e da Profa. Adriana Ilha da Silva, todas ligadas ao Departamento de Serviço Social da UFES e de alunos de graduação em Serviço Social e do Mestrado em Política Social da UFES e bolsista de aprimoramento profissional.

decorre dos antagonismos entre capital e trabalho, que se manifestam nos espaços residenciais citadinos (SILVA, 2005).

A concepção da ocupação do território, a partir da relação antagônica entre capital e trabalho traz novos desafios para a compreensão de como se dá a formação da região de São Pedro. É preciso que se perceba esta questão pelo viés da segregação socioespacial, processo intrinsecamente ligado à lógica capitalista, em que amplas parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora são cada vez mais empurradas para locais específicos da cidade, que não contam com condições necessárias para a reprodução adequada da força de trabalho (SILVA, 2005), conseqüentemente, esse limite pode ser um fator de luta e organização da classe trabalhadora.

Apesar de a Grande São Pedro ter ficado conhecida na década de 1980 como *Lugar de Toda Pobreza*<sup>3</sup>, os moradores desta região, historicamente perpassada pelo fenômeno da segregação socioespacial, encontraram nas adversidades, motivação para a organização do movimento popular como forma de construir sua história e afirmar sua cidadania. Totalmente metamorfoseada (JESUS, 2005), a localidade, atualmente, apresenta-se urbanizada, com uma ampla infraestrutura e conta com vários equipamentos e serviços públicos. Ao mesmo tempo, continua a apresentar um cenário adverso para os moradores, como já mencionamos, decorrente da: pobreza, desemprego e violência urbana.

Ao contextualizarmos a formação da Grande São Pedro, veremos que esta ocorreu em um período de ofensiva da classe trabalhadora brasileira. A concentração da classe trabalhadora no espaço urbano contribuiu para percepção da sua espoliação e para a sua organização, num período em que a ditadura militar no Brasil começava a mostrar sinais de esgotamento, contribuindo para que os movimentos sociais retomassem a arena política. O momento foi marcado pelo aparecimento dos movimentos sociais urbanos, sobretudo, os populares, e pela reconfiguração de formas tradicionais de organização da classe trabalhadora, o novo sindicalismo e o surgimento do Partido dos Trabalhadores. A luta pela redemocratização conseguiu

---

<sup>3</sup> Menção ao nome do documentário produzido por Almeida (LUGAR, 1983).



envolver diversos setores da sociedade civil, que se unindo à classe trabalhadora passaram a lutar pela abertura política e pelos direitos sociais. Autores como Sader (1991), Doimo (1995) e Gohn (2001) mostram que estas experiências foram acompanhadas por um amplo movimento da educação popular.

O momento atual é marcado por forte ofensiva do capital sobre o trabalho, visualizado no acirramento da pobreza, precarização das condições de trabalho e redução da atuação do Estado no que tange ao social, acarretando um processo de restrição dos direitos sociais e responsabilização individual do cidadão. Assim, a hegemonia do neoliberalismo se processa com a formação de uma sociabilidade influenciada pela lógica mercadológica, fundamentada em valores como o pragmatismo, a competitividade e o individualismo (IAMAMOTO, 2001). A solução proposta para mitigar os problemas do desemprego, da pobreza e da violência centra-se no desenvolvimento de habilidades dos sujeitos para lidar, de forma individual, com situações adversas.

É nesse sentido que, conforme Gohn (2009), a educação adquiriu visibilidade na última década do século XX. A autora aponta que as políticas neoliberais partem de elaborações que se dizem modernizadoras, colocando a educação como prioritária, mas que não mexe com setores estruturais críticos. Para ela, com a consolidação do capitalismo, a educação torna-se um instrumento da classe dirigente, usado como mecanismo de controle social. Neste sentido, pontua que no neoliberalismo a cidadania é pensada como retorno à ideia de comunidade e a educação voltada para a cooperação geral. Ou seja, o Estado neoliberal ao propor políticas sociais, utiliza a educação como forma de persuadir os cidadãos à conformação da ideologia decorrente do modelo hegemônico, responsabilizando-os pela assunção de suas conquistas ou fracassos.

Este processo influi na capacidade de organização dos trabalhadores, contribuindo para a fragmentação da classe. Nesse sentido, a análise do nosso objeto de estudo, torna-se importante na medida em que pode trazer elementos para a compreensão de como têm se dado as práticas dos movimentos populares urbanos no Brasil, atualmente.

Nossa problematização aponta para a importância de resgatar a educação popular junto às práticas organizativas das classes populares, para que estas possam adensar a luta da classe trabalhadora no processo de reelaboração da contra-hegemonia. Consideramos isso fundamental neste momento em que o neoliberalismo se apresenta extremamente ofensivo aos movimentos sociais.

Esta abordagem encontra relevância, pois a partir de um levantamento<sup>4</sup> dos estudos sobre “educação popular”, percebemos que na maioria dos trabalhos, a educação popular discutida referia-se aos processos de aprendizagem e alfabetização. Ao cruzar o tema “movimentos sociais e educação popular”, percebemos que havia poucos trabalhos com o recorte urbano, o que foi comprovado quando cruzamos “movimentos sociais urbanos e educação popular”. Frente a este levantamento percebemos que o tema proposto possui muitas lacunas no que tange a produção acadêmica, porém com muitas publicações sobre a educação popular no Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e nas Organizações não governamentais (ONGs).

Conforme Gohn (2009), a literatura das duas últimas décadas, acerca da educação popular e dos movimentos sociais populares urbanos, desenvolveu-se separadamente, em campos específicos, ou seja, o campo da educação ocupou-se em estudar a educação popular e o campo das ciências sociais, ateu-se aos movimentos sociais. O que a autora propõe é um entrecruzamento das áreas. A citada autora aponta que os estudos das duas temáticas tiveram momentos de auge diferenciados: a educação popular alcançou seu auge de publicações no final dos anos 1970, momento correspondente às primeiras publicações sobre os movimentos sociais, e quando a produção sobre estes cresce a produção referente aquela, decresce.

A importância desse estudo dá-se ainda pelo fato de que, segundo Doimo (1995), a partir do surgimento de novas formas de participação social, gestadas no período de democratização e consolidadas na Constituição de 1988, estas passaram a ter ênfase nos estudos, contribuindo para diminuir o interesse pelo tema dos

---

<sup>4</sup>Realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (2010).

movimentos populares. Conforme Gohn (2009), os movimentos sociais populares estão em crise, que pode ser visualizada na desmobilização dos mesmos, particularmente no que tange a organização e participação dos indivíduos. Para a autora, os fatores para desmotivação são: a crise econômica, a mudança nas ONGs, a dificuldade de articulação entre liderança e população, a conjuntura (desemprego, violência urbana, tráfico de drogas) nas regiões pobres e as políticas focalizadas. Gohn (2009) considera que os movimentos sociais dos diferentes segmentos sociais trazem em sua organização um caráter educativo que é assimilado por seus participantes e pela sociedade, que se manifesta na construção da cidadania.

Em nossa primeira revisão sobre a educação popular, percebemos os variados sentidos a ela atribuídos. Assim, achamos necessário introduzir algumas considerações sobre a temática para que possamos situar a abordagem com a qual trabalharemos. É necessário enfatizar que não é nosso objetivo aqui elencar qual a abordagem “correta”, mas tão somente apresentar as diversas maneiras como o tema tem sido abordado, a fim de delimitar melhor nosso objeto de estudo.

A pesquisa sobre o tema da educação popular nos permitiu perceber que esta tem sido compreendida pelo seu objeto de pesquisa, pelos espaços de atuação e pela abordagem temporal. Na primeira perspectiva é considerada como educação dos pobres, educação do povo, educação da classe trabalhadora; na segunda, como educação formal, não-formal e informal; na terceira, é entendida como processo. Para além destes recortes, a literatura sobre a educação popular mostra que a mesma tem se configurado como um campo de disputas de diferentes vertentes teóricas.

A diversidade de abordagens pode ser analisada a partir dos Grupos de Trabalho de Educação Popular (GTs-EP) realizados nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Fleuri (2005) faz um resgate dos temas tratados nos GTs-EP da ANPED que contribui para demonstrar as variadas abordagens acerca da Educação Popular. O autor mostra que em um primeiro momento, segunda metade dos anos de 1980, os trabalhos apresentados nos GTs-EP estavam voltados, sobretudo, para a discussão no campo da educação de adultos, apresentando discussões também no que tange a escola pública e a

política de educação. Em um segundo momento, na década de 1990, o tema dos movimentos sociais retoma a agenda de discussões, com ampliação das abordagens culturalistas, como a questão feminina e a relação com o Estado. Para este autor, uma questão importante a ser clareada é a que se refere a concepções de educação popular em confronto, no interior dos GT-EP.

Assim, para Costa (2005), a educação popular tem passado por profundas transformações. Segundo a autora, antes, a educação popular apresentava um caráter de classe, categoria que, em sua análise, tornou-se limitada para demonstrar a própria diversificação que ocorreu na sociedade nesta fase do capitalismo, de maneira a trazer outras análises para o centro da discussão da educação popular, como saúde, religião, meninos de rua, AIDS, drogas e desemprego, dentre outras. Costa (1998) defende que a educação popular mantém seu vínculo com grupos populares, entendidos por ela, como segmentos da população marcados por diferentes formas de exclusão, discriminações e marginalidade social.

Gonçalves (1998) defende que a educação popular não pode ser confundida com a história do capitalismo, pois, entendida enquanto processo, a mesma ganha configurações diferentes no decorrer da história. Para a autora, o que identifica a educação popular é a organização popular, ou seja, a história de luta do povo na busca de afirmação de sua identidade, na luta por sua organização. Para esta autora “a opção pelo fortalecimento das organizações e movimentos gestados pelos setores populares” é a marca da educação popular, ou seja, que se caracteriza pela busca coletiva do “desenvolvimento de condições subjetivas e objetivas que possibilitem a construção do sujeito capaz de alcançar sua emancipação”. Nesse sentido, a organização coletiva é não só o meio, mas também o fim da educação popular (GONÇALVES, 1998, p. 214).

Brandão (1984) explora quatro sentidos de como a educação popular pode ser interpretada: “1) como a educação da comunidade primitiva anterior à divisão social do saber; 2) como educação do ensino público; 3) como educação das classes populares; 4) como a educação da sociedade igualitária”. Essa divisão sugere não quatro sentidos diferentes para a educação popular, mas, “[...] uma sucessão de

momentos em que ‘uma educação’ tem a ver com a educação popular (BRANDÃO, 1984, p. 13)”.

Portanto, a educação popular possui variadas formas de concepção e neste sentido, consideramos significativa a análise de Hurtado (1992), em que aponta as principais correntes de concepção da educação popular na América Latina, classificando-as em: “alternativista”, “sobre-ideologizada”, “pedagogista” e “integradora”.

Conforme Hurtado (1992) a corrente “alternativista” se posiciona e sustenta sua prática em projetos de “micro-desenvolvimento econômico”, ou seja, as ações ficam no nível imediato e local, que buscam alternativas para a pobreza e a miséria do povo. Esta corrente não acredita em uma transformação da sociedade em nível macro e estrutural, por isso, segundo o autor, acaba sendo funcional ao sistema capitalista, negando movimentos sociais, partidos e organizações, cujas lutas estejam no campo da política. O popular aqui se refere a quem são direcionadas as ações educativas: ao povo, ao pobre.

A segunda corrente, apontada pelo autor, pende para o outro extremo, ou seja, se por um lado a corrente “alternativista” fica no campo das necessidades imediatas, na corrente “sobre-ideologizada” ocorre o inverso: suas ações ficam no campo das ideias, do trabalho puramente ideológico, de forma que as necessidades concretas da população, o social, ficam em segundo plano. Segundo Hurtado (1992, p. 6), faz parte desta corrente, geralmente, a linha da esquerda ortodoxa, que coloca a “construção da organização” acima de tudo. Muitas destas organizações, em crise, buscando renovar seu quadro de adeptos, utilizam-se de métodos e técnicas mais atraentes que consideram de educação popular, a fim de conseguir realizar de forma “melhor seu trabalho ideológico”. Conforme a interpretação de Guerrieri (1994), sobre esta corrente apontada por Hurtado, “[...] na realidade é um trabalho mais de doutrinação do que propriamente de educação. O político é supervalorizado e desvinculado das lutas e das necessidades concretas da população (GUERRIERI, 1994, p. 10)”.

Hurtado (1992, p. 7) apresenta a terceira corrente como “pedagogista”, caracterizada assim, devido a sua ênfase no “educativo em si mesmo”. Há nesta corrente a

crença no “dinamiquerismo”, isto é, na possibilidade de que a simples aplicação de técnicas seja capaz de mudar a prática. O processo educativo fica desvinculado da produção de conhecimentos e da prática sócio-política. A ênfase fica por conta do “método, da didática e de técnicas”. Contudo, o autor aponta que há uma nova tendência desta corrente na América latina, que busca reconhecer e ampliar os elementos pedagógicos estruturantes da Educação Popular.

Por fim, o autor apresenta a corrente “integradora”, caracterizada por buscar uma concepção metodológica pautada em uma visão da totalidade, isto é, que considera o micro em sua relação com macro, o objetivo com o subjetivo, o econômico com o político, com o social, o imediato com o global, o individual com o coletivo, etc. Está, portanto, fundamentada na “concepção metodológica dialética”. Assim, esta corrente compreende que a leitura da totalidade é fundamental para o projeto que visa a conhecer e a apreender a realidade, a fim de construir processos participativos, democráticos, tendo em vista o projeto histórico de transformação social. Reconhece não só os sujeitos tidos como “tradicionais”, ou seja, camponeses e operários, mas também os “novos” sujeitos que lutam pelas causas das mulheres, dos negros, da ecologia, dos direitos humanos, dentre outras, reconhecendo-os como parte da mesma realidade, da mesma totalidade. Esta corrente considera os sujeitos tanto em sua individualidade, subjetividade, como em sua coletividade, considera-os em sua interação social. Conforme Hurtado (1992), esta corrente de compreensão da educação popular coloca a proposta de formação das massas para o processo de transformação social.

A partir desses apontamentos, acerca das diversas concepções, entendemos que esta última corrente traz elementos que guardam sintonia com a nossa perspectiva. Compreendemos que a educação popular contribui para a formação emancipatória da classe trabalhadora, possibilitando a construção de um projeto ético-político, de uma cultura que vá ao encontro de suas necessidades. Consideramos a própria classe enquanto protagonista do processo de produção das alternativas de enfrentamento das contradições impostas pelo sistema capitalista, almejando a transformação social.

Assim, as ações de educação popular tornam-se importantes para a organização política dos trabalhadores na construção de um projeto contra-hegemônico.

Acreditamos, pois, na força da organização política das classes populares, tendo como foco o desvendamento da realidade para a qual a educação popular torna-se uma ferramenta importante. Com essa crença e considerando a história de luta e de resistência, mas também os desafios enfrentados pelo movimento organizado da Grande São Pedro, buscamos conhecer os limites e o potencial das práticas de educação popular realizadas pelo primeiro movimento popular para potencializar a participação política dos moradores desta localidade.

A hipótese norteadora da pesquisa foi a de que a educação popular teria não só contribuído para a formação de uma consciência crítica dos moradores que a vivenciaram, como ainda a de que a experiência da primeira associação tivesse contribuído para a formação de uma cultura local, marcada pela resistência e pela luta coletiva dos moradores na afirmação de sua cidadania.

Assim, definimos como nosso objetivo geral: compreender a efetivação das ações organizativas das associações de moradores, enquanto práticas político-pedagógicas. Tal objetivo nos coloca a necessidade de aprofundamentos tornando-se importante dimensionar se estas ações caminham no sentido de reforçar a participação social, a partir de uma prática dialógica, que possibilite o espírito de solidariedade entre os moradores para que se percebam parte da mesma luta. Incentivem-se pelo protagonismo da comunidade na afirmação de sua cidadania. Interajam com outras formas de organização popular da comunidade, fazendo das lutas desta, as suas lutas. Reflitam as ações realizadas, a fim de dar suporte para novas ações. Conscientizem-se do estado de opressão em que se encontram. Ou se suas ações reproduzem o modelo hegemônico partindo de um “associativismo individualizado”, ou seja, focalizado no líder comunitário, em ações pautadas no autoritarismo ou até mesmo no ativismo deste.

A busca de aprofundamento dos aspectos acima relacionados ensejou outros questionamentos como os que se seguem: Como se dá o processo de formação cultural de um povo e qual o papel da educação neste processo? Como isso se

processa no sistema capitalista, visto que o mesmo é perpassado por contradições de classe? Considerando a cultura política brasileira, marcada por traços peculiares de autoritarismo, clientelismo, favoritismo, patrimonialismo e exclusão das massas dos processos de participação, qual seria o papel dos movimentos da classe trabalhadora brasileira na construção da contra-hegemonia e consolidação de uma nova cultura? Qual o papel da educação popular nesse processo? Estas tendências têm sido reproduzidas na Grande São Pedro? Quais as particularidades que esta região apresenta?

A busca por estas respostas levaram a desdobramentos que se constituíram na formulação dos capítulos teóricos deste trabalho, que fundamentaram nossa análise sobre a realidade pesquisada.

Ressaltamos que compreendemos que a metodologia engloba todo o percurso que objetiva desvelar a realidade, não podendo ser reduzida apenas às técnicas metodológicas. Desta feita, procuramos nos aproximar da realidade concreta a fim de compreendê-la, fazendo constantemente uma interface entre os dados obtidos e a teoria, visando ultrapassar a aparência e chegar à essência dos fenômenos. Entendido por esta perspectiva, o objeto de estudo está em permanente transformação, sendo, por isso, inacabado, complexo e contraditório.

A dificuldade de observar o objeto por esta perspectiva de análise, dá-se na medida que, segundo Kosik (1976, p. 10), a existência real e as formas fenomênicas com que se apresenta são, muitas vezes, contraditórias com o “núcleo essencial” do fenômeno. Segundo o autor, as formas como se apresentam o fenômeno fazem parte da pseudoconcreticidade. O esforço para romper com a mesma é árduo. Nesse sentido, o exercício da pesquisa é buscar perscrutar o objeto, a realidade, o fenômeno tal qual se apresenta, se manifesta, procurando captar os elementos que estão escondidos, a fim de chegar à essência. O conhecimento do mundo real, só ocorre com a destruição da pseudoconcreticidade, que por sua vez só pode ocorrer se o objeto for considerado por uma perspectiva da totalidade. Pois, conforme Kosik (1976), “[...] cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo, e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina



e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado (KOSIK, 1976, p. 25)”.

O método materialista dialético do conhecimento, conforme mostra Kosik (1976), inicia-se na abstração, mas deve superar esta abstratividade ascendendo à concreticidade, sendo que esta superação ocorre por meio de um movimento dialético que coloca em interação o objeto e o sujeito, a parte e o todo, o fenômeno e a essência, a totalidade e a contradição. Então, compreender a realidade por uma leitura da totalidade, segundo o autor, significa percebê-la como um “todo estruturado, dialético”. Desta feita, para Kosik (1976) “[...] justamente porque o real é um todo estruturado que se desenvolve e se cria, o conhecimento de fatos ou conjunto de fatos da realidade vem a ser conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real (KOSIK, 1976, 41)”.

Conforme aponta Kosik (1976), a concepção dialético-materialista de apreensão do real dá-se por um processo que requer destruir a aparente concreticidade do fenômeno, do objeto, buscando conhecer seu caráter histórico, ou seja, o lugar que ocupa na totalidade social.

Neste sentido, esta pesquisa caracterizou-se por um estudo de natureza qualitativa. Segundo Alves-Mazzotti (1998), existem variadas perspectivas de abordagens nas pesquisas qualitativas. Contudo, o ponto comum que as une ao paradigma qualitativo é a compreensão de que estas “[...] partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato precisando ser desvelado (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 131)”.

Assim, conforme Alves-Mazzotti (1998), o pensamento crítico trouxe para a discussão, a pesquisa a partir da concepção dialética da realidade. Por conseguinte, “[...] procura a superação entre dicotomias saber e agir, sujeito e objeto e ciência e sociedade, enfatizando os determinantes sócio-históricos da produção do conhecimento científico e o papel da ciência na divisão social do trabalho (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 117)”. Por esta linha de raciocínio da autora, o pesquisador,

enquanto sujeito do conhecimento, por ser um ser social, está inserido em um processo histórico que o influencia. Ao assumir-se nesta condição, o pesquisador procura realizar sua intervenção, tendo em vista a emancipação humana, que só poderá se realizar por meio de uma ordem social mais justa, ou seja, a produção do conhecimento científico comprometido com a transformação social.

A escolha por uma abordagem qualitativa a partir de um referencial crítico, segundo Alves-Mazzotti (1998) implica considerar que a construção científica está vinculada a valores sociais e projetos políticos. É, segundo a autora, a motivação política do pesquisador que diferencia a teoria crítica das demais abordagens qualitativas (construtivismo social e pós-positivismo). Partindo do pressuposto de que os processos sociais não podem ser compreendidos isolados, pois constituem parte da totalidade, conforme Alves-Mazzotti (1998), a abordagem crítica em uma pesquisa qualitativa procurará “[...] investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas tentando compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 139)”. Por esta perspectiva, diz a autora, está em foco a questão da relação objetividade e subjetividade. O difícil exercício da pesquisa, segundo a autora, com base em Popkewitz (1990, p. 56 *apud* ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 140), é “[...] distinguir o que pertence à individualidade de cada um e o que é resultado de regras e padrões sociais inconscientemente assimilados (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 140)”.

Para realização deste empreendimento, a técnica de coleta de dados por meio da entrevista qualitativa pode ser um instrumento útil ao pesquisador que, conforme Rosa e Arnoldi (2006, p. 30-31), contribui quando o pesquisador precisa de “[...] respostas mais profundas [...]” para responder ao objetivo proposto. As entrevistas semi-estruturadas permitem que os sujeitos verbalizem “[...] crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos (ROSA; ARNOLDI, 2006, p. 30-31)”. Para Martins (2006), a entrevista semi-estruturada assegura um caráter mais espontâneo, deixando o entrevistado mais à vontade e confiante para se expressar acerca do tema.

Nesse sentido, buscando captar os discursos dos sujeitos, a fim de perceber a reprodução de valores sociais, que correspondem à assimilação de determinados modelos político-culturais, desenvolvemos nosso estudo por meio de entrevistas semi-estruturadas, com base em um roteiro com questões abertas e fechadas.

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas de forma literal, a fim de permitir à pesquisadora, constantemente, o contato e melhor aproveitamento dos dados. A proposta inicial da pesquisa era a de contemplar o universo total, ou seja, as dez associações de moradores da Grande São Pedro. Entretanto, duas entidades foram excluídas do estudo. Uma por que não possuía um trabalho efetivo junto à população, ou seja, estava organizada apenas no papel e outra por impossibilidade de contato.

Para a escolha dos sujeitos a serem entrevistados, consideramos as lideranças comunitárias. Aqui estamos tomando por base, o trabalho de Herkenhoff (1995), que caracteriza o líder comunitário como representante de associação de moradores, cuja principal tarefa é mobilizar a população na luta pela garantia e ampliação de seus direitos. Podendo ser tanto o presidente - geralmente, o líder principal - quanto os líderes intermediários - geralmente, componentes da diretoria. Nossa escolha deveu-se à importância do papel que os mesmos desempenham junto as suas respectivas associações de moradores, segundo a autora, “[...] as lideranças surgem nas lutas cotidianas e são escolhidas por sua capacidade de articular e de expressar a vontade do grupo; sua conduta é influenciada pela cultura de sua época e pela conjuntura local e nacional (HERKENHOFF, 1995, p. 56)”. Nesta pesquisa, entrevistamos dez lideranças comunitárias, oito referentes ao momento atual e duas para obter os dados sobre a associação de moradores pioneira na região.

As entrevistas foram realizadas no período entre os meses de abril e junho do ano de 2011, após o projeto de pesquisa ter sido protocolado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo<sup>5</sup>. Adotamos como procedimentos éticos junto aos sujeitos envolvidos na pesquisa, o respeito quanto à integridade do discurso destes, garantia de sigilo

---

<sup>5</sup> Protocolo nº033/2011 (APÊNDICE A e B).

quanto as suas identidades, e a entrega de uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Apresentamos como limitação na apreensão das ações das associações de moradores, o fato de não termos acesso às Atas e aos Estatutos de todas as entidades pesquisadas e de não termos realizado observação das reuniões. No primeiro caso, a leitura dos documentos poderia possibilitar apreender alguns dados, que na entrevista ficaram obscurecidos, por exemplo, se a participação dos moradores caiu ou não ao longo dos anos, se o líder comunitário é sempre o mesmo ou se a renovação de liderança fica apenas entre os membros da diretoria. Como se deu a evolução dos temas tratados nas reuniões, quais as principais demandas que se colocaram no decorrer dos anos. Da mesma feita, a observação das reuniões, poderia contribuir para perceber com mais qualificação traços da cultura política gestada, se estava fundamentada em práticas centralistas e autoritárias, em decorrência do perfil da liderança ou se a população apresentava um caráter de passividade projetando no líder toda a responsabilidade. Quais seriam as dificuldades de efetivar uma prática dialógica e democrática, dentre outras questões.

A dificuldade de acesso aos documentos internos das associações de moradores ocorreu devido a duas entidades não estarem de posse desses documentos, que estavam retidos em Cartório para regularização. Em outro caso a liderança demonstrou impossibilidade de ceder tais documentos, e em outro, apesar da concordância da liderança, todas as tentativas em ter a posse do material foram frustradas. De forma que logramos êxito em apenas quatro instituições, o que nos fez excluir esta fonte de pesquisa, dado que não cobriria o objetivo de pesquisar igualmente as oito entidades. Além disso, o tempo para realizar esta pesquisa seria escasso, dado o período que conseguimos reunir estes materiais. O tempo também foi nosso inimigo no tocante à observação das reuniões, dada nossa impossibilidade de acompanhar as oito associações em seus trabalhos e considerando que a maioria realiza reuniões trimestrais ou mensais, o tempo que teríamos disponível nos colocaria em contato com os moradores em poucas reuniões.

Para a pesquisa sobre o *loco* de estudo, utilizamos trabalhos anteriores, o relato de Andreatta (1987), e fontes documentais: reportagens de jornais impressos e

eletrônicos, dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Vitória, além dos documentários *Lugar de Toda Pobreza* (LUGAR, 1983) e *Lugar de Toda pobreza: 20 anos depois* (LUGAR, 2003).

Para fundamentar a análise dos dados, tomamos como referência teórica aportes marxistas e gramscianos que possibilitaram entender a realidade a partir das suas determinações estruturais, uma vez que os conceitos de totalidade, dialética e hegemonia são fundamentais para um maior entendimento da realidade na sua dinâmica e complexidade.

Desta forma, realizamos uma revisão bibliográfica, procurando compreender a temática a partir de autores como Antonio Gramsci (1982; 1991), Karl Marx (2008), Konder (1992; 2006), Mészáros (2008), Williams (2008; 2011), Severino (2001), Lojkin (1997), Castells (1983), Lefebvre (1999), Montaña e Duriguetto (2010), Gohn (2001, 2006), Sader (1991), Doimo (1995), Coutinho (2003), Anderson (1986), Freire (1974, 1992, 1996), dentre outros. Também foram utilizadas teses, dissertações e artigos, pertinentes ao debate.

Assim, no primeiro capítulo pensamos o campo da educação, compreendida como parte do amplo processo cultural e, portanto permeada de disputas. Em um primeiro momento, realizamos um resgate de algumas categorias gramscianas fundamentais para a compreensão da organização da cultura, dentre as quais destacamos a hegemonia. Em um segundo momento, apresentamos nossa concepção de educação como uma dimensão da práxis, buscando demonstrar os limites que esta encontra nos marcos do sistema capitalista. Em um terceiro momento, mostramos como a classe dominante tem usado a educação para a manutenção de sua hegemonia, onde situamos a política de educação, sem perder de vista a importância desta para a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, ressaltamos que o amplo sistema educacional não se restringe ao espaço escolar. Por fim, procuramos resgatar como a classe trabalhadora organizada, brasileira, tem tomado a educação no movimento contra-hegemônico, resgatando a educação popular, em sua dimensão conceitual, histórica e política, procurando reafirmá-la como instrumento da classe trabalhadora para a construção de outro tipo de sociabilidade em que seja possível a emancipação humana.

No segundo capítulo, resgatamos o campo dos movimentos sociais em sua interface com a educação popular. Situamos o debate conceitual sobre os movimentos sociais, apontando para as particularidades dos movimentos sociais urbanos. Então, realizamos um resgate histórico da urbanização brasileira, situando a emergência dos movimentos urbanos no Brasil, afirmando a importância dos mesmos para a ampliação da cidadania e mostrando o quadro adverso que se coloca, na atualidade, para a classe trabalhadora.

Por fim, no terceiro capítulo, trazemos a análise dos movimentos populares urbanos da Grande São Pedro, procurando atentar para a importância da primeira forma de organização encontrada pelos moradores para a afirmação de sua cidadania e para a configuração do espaço cidadão. Demonstramos como a organização dos moradores, atualmente, através das associações de moradores, tem se efetivado. Concluímos que a organização das associações de moradores da Grande São Pedro tem, no geral, refletido o quadro nacional dos movimentos sociais urbanos, ainda que apresente algumas particularidades.

Conforme já mencionado, a hipótese norteadora da pesquisa foi a de que a educação popular teria não só contribuído para a formação de uma consciência crítica dos moradores que a vivenciaram, como ainda que a experiência da primeira associação teria contribuído para a formação de uma cultura local, marcada pela resistência e luta dos moradores na afirmação de sua cidadania.

Tal hipótese pôde ser confirmada no que se refere à liderança pesquisada relativa à primeira entidade, na medida em que esta demonstra uma consciência crítica, sendo capaz de perceber as contradições geradas pelo sistema capitalista como produto das relações pautadas na exploração da classe dominante sobre a classe trabalhadora. Quanto à herança cultural, caracterizada pela participação coletiva dos moradores nas lutas, observamos que os espaços das atuais associações de moradores têm reproduzido os discursos de uma participação individualizada, produzida pelo projeto neoliberal, pautada por uma lógica voluntarista e de responsabilização dos cidadãos no trato do social. Apesar de percebermos pontualmente, o legado da participação-reivindicativa na ação de alguns líderes comunitários, ou seja, uma participação coletiva voltada para a luta pela efetivação e

ampliação dos direitos, em geral as atuais entidades apresentam ações em níveis imediatos, esvaziadas de conteúdo político mais amplo, sem articulação com movimentos sociais mais abrangentes, expressando, assim, um “associativismo individualizado”.

Em todo processo de desenvolvimento da pesquisa, procuramos socializar as construções teóricas parciais por meio de artigos, apresentados nas áreas do serviço social e da política social. Este procedimento também será tomado no que tange aos resultados finais da pesquisa. Além disso, os mesmos serão devolvidos por meio de um seminário a ser realizado na localidade da Grande São Pedro – em local e horário acordado junto aos envolvidos diretamente na pesquisa – devendo ser aberto à participação da população, principalmente, dos moradores da região, objetivando não só divulgar os resultados, mas, principalmente, o fortalecimento da organização popular.

Cabe ressaltar que esta pesquisa foi desenvolvida a partir do financiamento da CAPES, através de uma bolsa de estudo mensal, disponibilizada para a pesquisadora, até março de 2012.

E ainda, que se trata de um trabalho inserido na linha de pesquisa *Políticas Sociais, subjetividade e movimentos sociais*, do Programa de Pós-graduação em Política Social, na área de concentração “Política Social, Estado e Sociedade”.

## 2 PENSANDO O CAMPO DA EDUCAÇÃO<sup>6</sup>

A passagem para este milênio trouxe consigo a esperança de uma nova era, de um novo mundo, em que as diferenças étnico-raciais, de gênero, religiosas e socioeconômicas, dentre outras, ficariam no passado. Afinal, a globalização veio acompanhada de promessas de oportunidades, incremento econômico, desenvolvimento social e igualdade entre os povos. Este é o discurso contido no ideário neoliberal, apregoado desde os anos de 1970 e que alcançou hegemonia mundial a partir da década de 1990, perdurando até hoje.

Depois de tantas promessas, de tantos sonhos pautados em um discurso idealista, a realidade tem mostrado a impossibilidade da construção deste mundo mais igualitário, justo, equitativo e democrático nos marcos do sistema capitalista, confirmando mais uma vez as análises anunciadas pela teoria marxista. Em pleno século XXI, apesar do enorme desenvolvimento tecnológico, a miséria cresce a cada dia<sup>7</sup>, a violência torna-se quase que incontrolável e as catástrofes ambientais autenticam as cobranças da natureza acerca do descaso.

A primeira década deste milênio foi marcada por vários movimentos sociais e eleições de governos esquerdistas na América Latina. O final da década traz mais uma crise no sistema capitalista, cujas respostas vieram por meio de manifestações mundiais. A população foi às ruas em vários países da Europa e nos EUA,

---

<sup>6</sup>Parte deste capítulo foi publicada na revista Ser Social em 2011 (PEREIRA; HERKENHOFF, 2011).

<sup>7</sup>Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011a) apresentados em relatório “Tendências Mundiais de Emprego 2012” mostram que o desemprego mundial afeta quase 200 milhões de pessoas, podendo aumentar em 3 milhões o número de desempregados em 2012, com projeções de chegar a 206 milhões em 2016. Se os trabalhadores desalentados (29 milhões de pessoas) fossem contados como desempregados o número subiria para 225 milhões de desempregados, e a taxa de desemprego subiria de 6% para 6,9%. Além disso, o número de trabalhadores com empregos vulneráveis, no cenário mundial, apresentou um aumento de 136 milhões desde 2000 e de quase 23 milhões desde 2009. Quase 30% de todos os trabalhadores no mundo, ou seja, mais de 900 milhões viviam com suas famílias abaixo da linha de pobreza em 2011, desse total cerca da metade vivia abaixo da linha da pobreza extrema, com 1,25 dólar por dia. Entre as mulheres, 50,5% têm empregos vulneráveis, uma taxa que excede o valor correspondente para os homens, 48,2%. Os jovens são os mais afetados pela crise do emprego, cerca de 74,8 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados em 2011, um aumento de mais de 4 milhões desde 2007, apresentando uma taxa de desemprego global de 12,7%. O relatório também assinala que 55% do aumento no desemprego mundial entre 2007 e 2010 ocorreram nas economias desenvolvidas. Em outro estudo, dados da CEPAL e OIT mostram que mesmo com queda na taxa de desemprego urbano, a América Latina e o Caribe ainda apresentaram uma taxa de 7,3% em 2010 (OIT, 2011b).



constituindo um cenário de instabilidade do capitalismo, trazendo de volta o debate acerca da natureza deste sistema, pautado na exploração da classe trabalhadora e no antagonismo entre as classes sociais. E, principalmente, evidenciando a capacidade de rebeldia do ser humano.

Diante deste cenário, levanta-se o debate acerca da educação. Aclamada mundialmente como instrumento para construir um mundo melhor, ela ganha centralidade nos discursos, em estudos e propostas de organismos internacionais. Percebe-se que existe um aumento no número de pesquisas que a veem como canal de redenção, de maneira que esta tem sido tomada como política prioritária para o enfrentamento da pobreza, em detrimento de outras políticas estruturais, como a política de trabalho<sup>8</sup>. Segundo Gohn (2001, p.54), “[...] a educação ganha destaque, não tanto por aspectos na área de ensino formal, mas pelos aspectos não-formais, do aprendizado gerado pela experiência cotidiana [...]”, uma vez que as ações dos indivíduos estão ancoradas na cultura que herdamos do passado e na que estamos envolvidos no presente.

Desta feita, seguiremos com uma abordagem sobre o real papel que a educação poderá cumprir na transformação social. Esta compreensão requer situá-la no amplo processo de organização cultural em que a mesma se torna um instrumento fundamental no movimento hegemônico.

## 2.1 O PAPEL DA HEGEMONIA NA ORGANIZAÇÃO DA CULTURA

A discussão da hegemonia em Gramsci<sup>9</sup> aparece relacionada à concepção que o autor estabelece acerca da sociedade civil. Segundo Coutinho (2003, p. 122), “[...] o

---

<sup>8</sup>Segundo Leite (2010), o Banco Mundial propõe políticas focalizadas que não consideram os determinantes estruturais para combater a pobreza globalizada, isto, pois, este organismo compreende a pobreza como fruto da incapacidade individual frente à inserção no mercado de trabalho, considerando, por isso, necessários investimentos na área da educação e saúde, a fim de qualificar o “capital humano” dos pobres.

<sup>9</sup>Trata-se de um teórico italiano marxista contemporâneo, que viveu intensamente a militância política, sendo inclusive preso por seu envolvimento no Partido Socialista Italiano e posteriormente no Partido Comunista Italiano. Durante o período que ficou preso (cerca de vinte anos), Gramsci redigiu “Os Cadernos do Cárcere”, considerada sua principal obra. Partes dos escritos do cárcere passaram a ser publicados a partir de 1947, dando origem às obras: O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce (1948), Os intelectuais e a organização da cultura (1949), O Risorgimento (1949), Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado moderno (1949), Literatura e vida nacional (1950), Passado e presente (1951). Apenas em 1975 foram publicados em quatro volumes “Os Cadernos do

conceito de ‘sociedade civil’ é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado”. Vejamos como Gramsci amplia a concepção de Estado na teoria crítica.

Em uma perspectiva crítica tradicional, o Estado é histórico, pois é produto das relações humanas e reflete a etapa de desenvolvimento em que a sociedade se encontra (LÊNINE, 1980, p. 22). Conforme Konder (2006, p. 13), na visão marxiana “[...] são os homens que criam o Estado, são eles que se acham na origem da propriedade privada, na raiz da invenção das instituições [...]”, de maneira que na sociedade capitalista, uma minoria detentora dos meios de produção, utiliza-se do Estado para tornar legítimo este ordenamento social, que lhe permite explorar o trabalho alheio.

Mandel (1977) considera que o Estado é produto da divisão social do trabalho, já que antes disso, todos os membros da sociedade compartilhavam todas as funções sociais. Apenas com o desenvolvimento da divisão social do trabalho é que uma minoria passou a exercer algumas funções. Este autor afirma que o Estado surge em determinado momento da história, como instrumento de opressão da classe dominante. Na mesma linha, para Lênine (1980), o Estado representa dominação e opressão de uma classe por outra.

[...] Mas para que estes contrários, classes com interesses econômicos em conflito, não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade, que abafe o conflito e o mantenha dentro dos limites da “ordem”; e este poder, nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela, e que cada vez mais se aliena dela, é o Estado (ENGELS apud LÊNINE, 1980, p. 226).

Entretanto, devido à luta de classe, algumas instituições do Estado burguês tornaram-se mais sutis e complexas, de forma que sua natureza classista e de domínio da classe trabalhadora tornou-se menos evidente (MANDEL, 1977).

---

Cárcere”, que trazem a evolução completa da teoria gramsciana. Informações com base na Edição Brasileira dos Cadernos de 1999 e em Valentino Guerratana, de 1997, disponíveis no *site* Gramsci e o Brasil (GUERRATANA, 1997). Conforme Abreu (2002), o teórico teve grande influência na intelectualidade brasileira durante o período de efervescência dos movimentos sociais, surgidos a partir de meados da década de 1970. As análises de Gramsci sobre a teoria do Estado, considerando o período histórico em que a democracia burguesa já estava consolidada, foram apropriadas pela intelectualidade brasileira, como forma de análise macro-societária e prática política no âmbito do movimento contestatório e contra-hegemônico, embasados na luta pela redemocratização.

É nesse sentido que a contribuição de Gramsci para o entendimento das configurações assumidas pelo Estado Moderno é notória. Autores como Coutinho (2003) e Duriguetto (2007), afirmam que Gramsci pôde, devido às condições do período histórico em que estava situado, perceber uma complexificação do Estado, surgindo uma esfera social nova, a qual Gramsci denomina de sociedade civil.

Para Gramsci (1991, p. 50), “[...] o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo [...]”. Essas condições estão situadas historicamente, o que faz com que o Estado assuma formas funcionais diferenciadas, conforme o período e o espaço de atuação, entretanto o conteúdo classista continua a caracterizá-lo.

Na visão gramsciana, o Estado, em sentido amplo, compreende todo o momento superestrutural (COUTINHO, 2003). Segundo Gramsci (1982, p. 10),

[...] pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.

A superestrutura neste caso seria formada por uma “unidade dialética” (PORTELLI, 1977, p. 32), em que se tem a sociedade política e a sociedade civil<sup>10</sup>. Gramsci faz algumas considerações sobre essa relação dialética:

[...] Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários são os graus através dos quais pode se apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos. Mas eles podem-se reduzir teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana: da força e do consentimento, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. [...] (GRAMSCI, 1991, p. 41).

---

<sup>10</sup>Segundo Coutinho (2003), o fato de Gramsci situar a sociedade civil no momento superestrutural e não na estrutura (base econômica), não significa inversão do pensamento marxista. Para ele, “[...] Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método materialista histórico” (COUTINHO, 2003, p. 123).

O uso da figura mitológica do Centauro reflete a preocupação de Gramsci em demonstrar que apesar da relação orgânica entre as partes (cavalo + homem / sociedade política + sociedade civil), cada uma delas possui características próprias e com certo grau de autonomia.

Nesse sentido, a função de dominação seria, *geralmente*, exercida pela sociedade política (ou Estado em sentido estrito), responsável pela coerção; enquanto que a hegemonia seria, *principalmente*, função da sociedade civil (ou aparelhos privados de hegemonia) (ANDERSON, 1986; PORTELLI, 1977; COUTINHO, 2003).

Conforme Coutinho (2003), a sociedade civil, na visão gramsciana, seria

[...] formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 2003, p.127).

Desta forma, o campo de abrangência da sociedade civil é complexo, pois é constituído pelo domínio da ideologia (PORTELLI, 1977; COUTINHO, 2003). A ideologia na visão gramsciana é diferente da concepção marxista tradicional, pois, não é compreendida como “falsa consciência”, e sim como sendo verdadeira, porque reflete sobre a vida concreta, tornando-se uma força material (SIMIONATTO, 2004). Pois “[...] recuperando a fonte marxiana, Gramsci reconhece que as ideologias que se expressam historicamente através de comportamentos sociais derivam, em última análise, dos movimentos da estrutura (SIMIONATTO, 2004, p. 75)”.

Isso nos coloca a necessidade de observar que tanto Portelli (1977) quanto Simionatto (2004) apontam a existência de tipos diferentes de ideologias no pensamento gramsciano. Conforme Simionatto,

Em suas análises, Gramsci distingue dois tipos de ideologias: a) ideologias de pequenos grupos, de breve duração e que pouco interferem na ação humana; b) ideologias orgânicas, que possuem maior expressividade no movimento histórico-social e, portanto, podem possibilitar o encaminhamento de processos revolucionários ou conservadores por parte de grupos e classes sociais (SIMIONATTO, 2004, p. 75-76).

Por isso, Portelli (1977) e Simionatto (2004) apontam para a importância de se focar nas ideologias “orgânicas”, que se expressam em graus diferentes: folclore, religião,

senso comum e filosofia. Segundo Portelli (1977), a filosofia constitui o estágio mais elaborado da concepção de mundo, sendo neste nível que se observa mais claramente a expressão cultural de determinada classe fundamental, pois ao ser difundida, influencia as concepções de mundo das classes subalternas. Já o senso comum constitui-se da mistura de elementos ideológicos, trazendo tanto características da filosofia, quanto da religião. Para Simionatto (2004), as classes dominantes usam o senso comum para cristalizar a passividade popular e coibir a autonomia que poderia levar as massas ao acesso à filosofia. Por isso, como mostra Portelli (1977, p. 26), “[...] o primeiro dever de qualquer novo grupo social homogêneo é, pois, definir a sua própria filosofia e combater o senso comum”.

Compreendida desta forma, a ideologia torna-se uma concepção ou visão de mundo que se manifesta em todos os campos da vida (social, político, econômico, cultural, etc.), tanto em sua faceta individual quanto na coletiva (PORTELLI, 1977, p. 23; SIMIONATTO, 2004, p. 77).

É nesse sentido, que a ideologia se torna um campo essencial para a hegemonia, uma vez que, “[...] em Gramsci não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social (COUTINHO 2003, p.129)”.

A hegemonia para Gramsci (1982) está intrinsecamente relacionada ao movimento de organização da cultura, esta compreendida em sua formulação mais ampla. Segundo Simionatto (2004, p. 28), para este teórico,

A cultura apresenta-se como condição necessária ao processo revolucionário, à instalação de uma nova ordem capaz de vivificar a liberdade e a democracia. [...] Está aqui um dos eixos que levarão Gramsci, mais tarde, à discussão do processo de hegemonia, pois a cultura, entendida criticamente, pode ser o amálgama, o elo de ligação entre os que se encontram nas mesmas condições. A cultura é, pois, um instrumento de emancipação política da classe operária, uma vez que, a partir dela, criam-se possibilidades de tomada de consciência em relação a problemas e situações comuns vividas pelos diferentes sujeitos sociais (SIMIONATTO, 2004, p. 28).

Quando concordamos com a expressão de que a cultura pode ser o “elo de ligação”, não estamos aqui dando primazia à mesma no processo de luta de classe. Com o

intuito de elucidar esta questão, seguimos com algumas considerações sobre a cultura, a fim de compreendermos como a mesma deve ser tomada como parte do movimento hegemônico.

### **2.1.1 A Organização da Cultura**

Uma simples pesquisa sobre o conceito de cultura revelará sua complexidade, pois a palavra reúne diversos significados. Segundo Williams (2008, p. 10-11), a etimologia da palavra “cultura” está relacionada a “processo” e começou a ser empregada para descrever o processo de cultivo de vegetais, criação e reprodução de animais e posteriormente se estendeu ao “[...] cultivo da mente humana”. Apenas no final do século XVIII, o termo passou a ser usado pela antropologia e sociologia como “[...] modo de vida global [...]” de um povo. Mais tarde o termo passou a ser empregado no plural: “culturas”, para acabar com qualquer sentido “unilinear” de civilização que pudesse indicar. Assim passou a ser entendido como “[...] modo de vida global e característico”.

A despeito de todas as mutações que o termo foi sofrendo no decorrer da história, Williams (2008, p. 13), defende que a cultura pode ser compreendida, em sentido mais amplo ou em sentido restrito, entretanto observando ainda que tratada de maneira mais específica, deva ser considerada interrelacionada com as outras atividades sociais.

Conforme este autor, “[...] a cultura pode ser entendida de forma ampla como ‘o sistema de significações mediante o qual necessariamente (se bem que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada’ (WILLIAMS, 2008, p. 13, grifos do autor)”. Esse sistema de significações geral inclui não só as “artes e as atividades intelectuais”, como geralmente se pensa, mas toda e qualquer prática significativa, como a linguagem, a filosofia, o jornalismo, a publicidade, a ideologia, a educação, etc. (WILLIAMS, 2008).

É apreendendo este significado mais amplo, que conforme Simionatto (2004), a análise gramsciana demonstra preocupação com a cultura. Pois, segundo essa autora, Gramsci compreende que a luta pela emancipação da classe trabalhadora

não se dá apenas no campo econômico. Uma vez que as classes populares, historicamente, têm sido subordinadas intelectualmente, há a necessidade de um novo projeto cultural, possível de propiciar o desenvolvimento de uma vontade coletiva, que se sobreponha, independente do domínio ideológico da burguesia (SIMIONATTO, 2004).

Vemos em Portelli (1977, p. 15), que a concepção de cultura no pensamento de Gramsci está relacionada ao conceito de bloco histórico, “[...] isto é, uma situação histórica global [...]”, sendo este um dos principais aspectos do pensamento político gramsciano. Segundo esse autor, o conceito de bloco histórico deve levar em conta três pontos. Primeiro, que “[...] o ponto essencial das relações estrutura-superestrutura reside, na realidade, no estudo do vínculo que realiza sua unidade”. Segundo, o estudo do bloco histórico deve considerar “[...] a análise da maneira como um sistema de valores culturais (o que Gramsci chama de ideologia) impregna, penetra, socializa e integra um sistema social”. E em terceiro, é a partir desse conceito que “[...] Gramsci estuda como se desagrega a hegemonia da classe dirigente, edifica-se um novo sistema hegemônico e cria-se, pois, um novo bloco histórico (PORTLELLI, 1977, p. 15-16)”.

Apesar desta evidente importância da cultura nos estudos marxistas, é recorrente a análise de que a base é a determinante e a superestrutura (da qual a cultura faria parte) é determinada, ou seja, a cultura é apontada como mero “reflexo”, “determinação” ou “reprodução” da base (WILLIAMS, 2011).

Segundo Williams (2011), o conceito de base deve ser entendido como se referindo a processo e, portanto, sem propriedades fixas. Nesse sentido, esse autor considera que

[...] temos que reavaliar a “superestrutura” em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar “a base”, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre em um estado de processo dinâmico (WILLIAMS, 2011, p. 47).

Ou seja, a cultura deve ser compreendida como parte integrante da práxis, como veremos mais adiante, portanto fundamental à produção e reprodução de qualquer ordem social, pois falar de reprodução, conforme Williams (2008), é procurar apreender os elementos essenciais sem os quais determinado sistema social não poderia sobreviver.

Portanto, a cultura deve ser compreendida com uma leitura da totalidade. Entretanto, como mostra Williams (2011), a análise que considera a noção de totalidade social, em detrimento da divisão base e estrutura, que se tornou mais comum nas interpretações marxistas sobre a cultura, pode estar sendo esvaziada de seu conteúdo, inclusive esquecendo-se do caráter de classe de uma determinada sociedade.

Pois embora seja verdade que qualquer sociedade é um todo complexo de tais práticas<sup>11</sup>, também é verdade que toda a sociedade tem uma organização e uma estrutura específicas, e que os princípios dessa organização e estrutura podem ser vistos como diretamente relacionados a certas intenções sociais, pelas quais definimos a sociedade, intenções que, em toda a nossa experiência, têm sido regidas por uma classe em particular (WILLIAMS, 2011, p. 50).

Nesse sentido, conforme Williams (2011), a concepção de totalidade para compreensão da cultura deve ser usada combinada ao conceito de hegemonia, conceito este que para o autor foi abordado com profundidade por Gramsci. Próxima a esta análise, Abreu afirma que “[...] determinada cultura, como totalidade, expressa-se no bloco histórico, ou seja, na unidade orgânica entre a estrutura e a superestrutura sob hegemonia de uma determinada classe (ABREU, 2002, p. 29)”.

O entendimento da organização da cultura, só é possível se, conforme mostra Williams (2011, p. 53-54), “[...] compreendermos o processo real do qual ela<sup>12</sup> depende: refiro-me ao processo de incorporação”. É esta conceituação mais ampla apresentada por Williams (2008) a forma como, neste trabalho, estaremos abordando a cultura, tal como entendemos ser o posicionamento de Gramsci (1982). Consideramos o sistema de significações que dada ordem social global precisa criar e difundir para garantir sua (re)produção. Procuramos perceber os “modos de

<sup>11</sup> O autor se refere, no trecho, às práticas culturais.

<sup>12</sup> No trecho, o autor se refere à cultura dominante.



incorporação”, conforme Williams (2011) ou o “sistema global de internalização”, nas palavras de Mészáros (2008), que forja a sociabilidade capitalista, para então, apontarmos o papel da educação no movimento (contra) hegemônico.

Isto significa que a compreensão da organização da cultura deve considerar que “[...] os grupos dominantes nem sempre controlam (historicamente, de fato, muitas vezes não o fazem) o sistema de significações global de um povo; tipicamente são antes dominantes *dentro* dele do que sobre e acima dele (WILLIAMS, 2008, p. 217)”, sendo a organização da cultura um processo contraditório, fruto das relações entre as classes sociais. Por outro lado, devemos entender que a dominação pode ser potencializada pela apropriação do sistema global de significação de um povo por uma determinada classe. Ou seja, a concepção de hegemonia atrelada à leitura da totalidade permite-nos compreender a contradição, sem perder de vista a “[...] realidade da dominação (WILLIAMS, 2011, p. 52)”.

Ainda na trilha do pensamento de Williams (2008), alguns elementos são importantes para pensar a cultura no sistema capitalista, dentre os quais estão a educação e o sufrágio universais. Estes foram importantes instrumentos para a constituição do capitalismo e da burguesia como classe dominante, sendo o Estado um elemento chave nesta configuração como veremos mais adiante.

Outro elemento apontado pelo autor, como produto do desenvolvimento da sociedade capitalista, é a universalização da mídia, principalmente da televisão, o que fez com que a reprodução social e cultural, antes mais centralizada na educação escolar, se ampliasse para este campo. No caso dos meios de comunicação, o monopólio por parte da classe dominante lhe permite utilizar desses meios não só com fins econômicos, para obtenção do lucro, mas também, como instrumento político-ideológico, visando universalizar uma cultura capitalista, pautada no consumismo e no individualismo.

Portanto, como bem mostra Williams (2011), o processo de incorporação que garante a reprodução cultural dominante de dada ordem social, apesar de ter nas instituições educacionais suas principais agências, ultrapassa as mesmas, ou seja,

os processos de educação devem ser compreendidos de forma mais ampla, considerando todas as instituições sociais.

É nesse sentido, que conforme Abreu (2002, p. 18), Gramsci compreenderá a cultura, como *civiltá*, ou seja, como “modo de vida, de sentir, de pensar e de agir”. É a partir dessa compreensão, conforme mostra a autora, que o princípio educativo para Gramsci, a ser tomado no processo de luta pela hegemonia, deve considerar

[...] a construção de um padrão produtivo e de trabalho e a organização de uma ordem intelectual e moral pelas classes subalternas, princípio esse que se objetiva na constituição de um processo mais amplo de superação da racionalidade da produção capitalista pelas citadas classes e instauração de uma nova e superior cultura – uma nova sociabilidade (ABREU, 2002, p.18-19).

Para Abreu (2002), as análises do elo existente entre as relações pedagógicas e a cultura, podem acabar pendendo para duas tendências: uma que reduz as funções hegemônicas à direção intelectual e moral e outra em que a hegemonia se realiza apenas na sociedade civil, o que a restringiria à dimensão superestrutural. Na interpretação da autora, essas tendências acabam levando a equívocos teóricos que acarretam uma “[...] visão mistificada e mistificadora das relações pedagógicas e da função destas no conjunto das relações sociais (ABREU, 2002, p. 20)”.

No pensamento gramsciano, as exigências históricas de construção da hegemonia pelas classes subalternas como estratégia revolucionária redefinem o lugar da cultura como condição necessária do processo de emancipação político-ideológica dessas classes, do qual faz parte a luta pela constituição e redimensionamento das relações de força e a conquista do poder do Estado. Este processo integra o amplo movimento ideológico-político-militar de superação da ordem burguesa e de construção de uma nova sociabilidade pelas referidas classes [...] (ABREU, 2002, p. 24).

Nesse sentido, conforme afirma a autora, a reforma intelectual e moral proposta por Gramsci é parte de um amplo processo de destruição da cultura dominante e formação de uma cultura que corresponda aos interesses de uma “[...] vontade coletiva nacional-popular [...]”, esta se refere à “[...] consciência atuante de uma necessidade histórica como protagonista de um real e efetivo drama histórico (GRAMSCI apud ABREU, 2002, p. 25)”.

Desta feita, Abreu (2002) interpreta que a formação de uma nova cultura pelas classes subalternas deve ser compreendida no interior do movimento revolucionário de transformação da sociedade capitalista, considerando as mudanças estruturais e superestruturais, observando que “[...] o nexo entre estrutura e superestrutura efetiva-se pela mediação do trabalho dos intelectuais (ABREU, 2002, p. 29)”.

Diante do exposto, seguiremos com um aprofundamento da categoria central de análise nesta reflexão, no caso, a hegemonia, considerando, de antemão, que a discussão acerca deste conceito, em Gramsci, é complexa, e por isso o debate que se segue não tem a intenção de esgotar o tema. Ao contrário, a sua natureza é bastante exploratória, entretanto – supomos - suficiente para demonstrar a essencialidade do tema para a compreensão da educação popular.

### **2.1.2 O Conceito de Hegemonia em Gramsci**

A palavra hegemonia, derivada do grego<sup>13</sup>, significa: conduzir, guiar, liderar, mandar, governar, chefiar ou ainda ocupar a direção suprema do exército (GRUPPI, 1978; JESUS, 1989).

Conforme Anderson (1986), o termo hegemonia, muito usado no meio militar, foi transportado para a política, tornando-se um dos principais lemas políticos no movimento social-democrata russo, entre 1890 e 1917. Portanto, a origem da utilização do termo pelos marxistas é anterior à Gramsci, entretanto autores como Gruppi (1978), Anderson (1986) e Simionatto (2004) demonstram que o teórico italiano ampliou este conceito.

Anderson (1986) mostra que a ideia de hegemonia para Gramsci está relacionada às definições da III Internacional<sup>14</sup>. Segundo o autor, a primeira vez que o conceito

---

<sup>13</sup>As correspondentes da palavra hegemonia no grego são: “*eghestai*” ou “*eghemoneuo*”. Para uma melhor definição etimológica consultar Gruppi (1978, p. 1, nota de rodapé 1) e Jesus (1989, p. 31). Para estender a compreensão do tema em Gramsci consultar Anderson (1986).

<sup>14</sup>Em 1864 foi formada em Londres a I Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), com a finalidade de unificar as lutas da classe trabalhadora. As divergências ideológicas entre marxistas e anarquistas levaram a uma crise interna, que culminou em 1876 na extinção da AIT. Em 1889, durante a exposição de Paris, representantes do movimento operário decidiram formar a II AIT evitando, porém que se tornasse uma organização centralizadora, devido à diversidade ideológica no interior do movimento marxista. A II AIT teve seu auge entre 1889 e 1914, entretanto, a I Guerra

aparece nos escritos de Gramsci é para fazer referência à aliança de classe entre o proletariado e outros grupos na luta contra a opressão do capitalismo.

Na formulação de Anderson (1986), em princípio, a classe operária utilizava-se deste conceito para demonstrar a necessidade de formar uma aliança de classes com a burguesia contra a ordem feudal, sendo, que a partir de Gramsci, o conceito passou a demonstrar os mecanismos da burguesia para manter sua dominação sobre a classe operária.

Para Simionatto (2004), a hegemonia tal como a compreendia Lênin, como aliança entre operários e camponeses foi enriquecida por Gramsci, quando este aponta para a necessidade de persuadir a massa e de buscar o consenso, ampliando, assim, suas reflexões para o campo cultural.

Neste sentido, segundo Gruppi,

[...] o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978, p.3)".

Portanto, podemos compreender que

[...] a hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças do poder (GRUPPI, 1978, p. 70).

Partindo desta interpretação, é possível perceber que o processo pela conquista da hegemonia é conflituoso, comportando em seu interior contradições inerentes ao

---

Mundial (1914-1918) suscitou as divergências presentes na associação, dividindo o movimento operário em três correntes: a social-chauvinista, os kautskitas do centro e os internacionalistas. Após a Revolução Russa, em 1919 a III Internacional Comunista foi formada com o objetivo principal de criar uma União Mundial de Repúblicas Socialistas Soviéticas, a fim de direcionar todos os movimentos filiados. Em 1943, durante a II Guerra Mundial, ela foi dissolvida (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009; CARONE, 2008). Em Montañó e Duriguetto (2010, p. 231-233) é possível encontrar um resumo das três Internacionais Comunistas.

conflito de classes, portanto falar em hegemonia é também pensar em contra-hegemonia. Para compreendermos este ponto, faz-se necessário acrescentarmos ao debate a formulação de Gramsci acerca dos intelectuais, e assim, podermos perceber a hegemonia como relação pedagógica.

É nesse sentido que Jesus (1989), ao realizar um estudo sobre educação e hegemonia em Gramsci, compreende que a afirmação deste teórico, “de que toda relação de hegemonia configura-se em uma relação pedagógica”, pode ser confirmada pelo papel atribuído por Gramsci aos intelectuais e aos partidos políticos. Também conforme Abreu,

[...] para Gramsci (1978a:46) “cada relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, não limitando esta pedagogia “às relações especificamente ‘escolásticas’, pelas quais as novas gerações entram em contato com as antigas e delas absorvem experiências e valores historicamente necessários, ‘amadurecendo’ e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior”, mas situando-a “em toda a sociedade no seu conjunto e para cada indivíduo em relação a outros indivíduos, entre grupos intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e sequazes, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército”. Esta relação se verifica “não só no interior de uma nação, entre forças que a compõem, mas também em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (ABREU, 2002, p. 19).

Isso significa que, para Gramsci (1991), falar de hegemonia pressupõe considerar os interesses de classes, da classe dominante e das classes subalternas, ou seja, da classe capitalista e da classe trabalhadora, respectivamente. Deve-se considerar sobre que grupos essa hegemonia será exercida. Para o autor os intelectuais são os “comissários”, os representantes dos interesses da classe que representam, por isso, destaca o papel destes para a realização da hegemonia (GRAMSCI, 1982).

É verdade que, segundo este autor, todos os homens são intelectuais<sup>15</sup>, entretanto, é também verdadeiro que nem todos os homens realizam a função de intelectual. Segundo Gramsci (1982, p. 8) “[...] as categorias especializadas para o exercício da função intelectual [...]” formam-se em conexão com as classes sociais, principalmente as classes sociais fundamentais.

---

<sup>15</sup> “[...] se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. [...] Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo *sapiens* (GRAMSCI, 1982, p. 7, grifos do autor)”.

Conforme este teórico, há dois tipos essenciais de intelectuais: orgânicos e tradicionais. Sobre o primeiro tipo, os intelectuais orgânicos, Gramsci considera que

[...] cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]. Deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos as mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens [...]) (GRAMSCI, 1982, p. 3).

Isto significa que a função fundamental do intelectual orgânico é dar consciência e homogeneidade à classe (COUTINHO, 1990). Assim, os intelectuais orgânicos seriam os responsáveis por direcionar política e ideologicamente a sociedade, objetivando homogeneizar os interesses da classe que representa, estando presentes tanto na classe capitalista quanto na classe trabalhadora.

A fim de elucidar a questão, Coutinho (1990, p. 37) afirma que “[...] um administrador de empresas, por exemplo, é um intelectual orgânico da burguesia, na medida em que a burguesia precisa de administradores para desempenhar bem o seu papel na sociedade [...]”, por outro lado a classe operária possui no dirigente sindical, um exemplo de intelectual orgânico, mesmo que o papel desempenhado por este seja limitado, já que segundo interpretação gramsciana

[...] Os sindicatos por profissões [...] são o tipo de organização proletária específica do período histórico dominado pelo capital. Pode-se argumentar que, num certo sentido, elas são partes integrantes da sociedade capitalista e têm função inerente ao regime de propriedade privada. [...] O caráter essencial do sindicato não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade: pode favorecer ao proletariado proficientes burocratas, peritos técnicos em questões industriais de índole geral, mas não pode constituir a base do poder proletário. Ele não oferece nenhuma possibilidade de desenvolvimento das qualidades individuais capazes e dignas de dirigirem a sociedade; o sindicato não pode produzir as hierarquias que encarnem as forças vitais, o ritmo do progresso da sociedade comunista (GRAMSCI, apud CRUZ, 2010, p. 84).

Gramsci (1982) também menciona outro tipo de intelectuais, denominados por ele de “tradicionais”. Segundo o autor,

[...] cada grupo social “essencial”, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta

estrutura, encontrou, pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias, categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 1982, p. 5).

Para Gramsci (1982, p. 10-11), os intelectuais são “funcionários” da superestrutura ou “comissários” da classe dominante, por isso buscam de duas formas garantir a hegemonia desta classe. Primeiro, utilizando-se dos “aparelhos privados de hegemonia”, procuram orientar, educar as grandes massas da população para aceitarem a direção impressa pelo grupo dominante de maneira consensual. Segundo, usam o aparato de coerção estatal para assegurar a legitimidade da classe dominante, disciplinando os grupos que não consentem a direção dada.

É nesse sentido, que os aparelhos privados de hegemonia constituem espaços usados pela classe dominante para elaborar e difundir sua concepção de mundo, formar e alienar as consciências dos sujeitos, conformar os trabalhadores aos desejos do capital, inculcar e mistificar as relações de poder existentes na sociedade dividida em classes, como sendo naturais.

Entretanto, não se deve perder de vista a disputa ideológica que ocorre no interior desses aparelhos. Isto é, ao mesmo tempo em que são aparelhos de hegemonia, porque são usados pela classe dominante para este fim, podem também colaborar com a contra-hegemonia, quando na luta diária, a classe trabalhadora, consciente, passa a usar estes espaços visando à conscientização dos sujeitos das classes subalternas, quanto a suas condições concretas na lógica societária estabelecida e às possibilidades de superação ou ruptura das relações de dominação.

Admitidas estas contradições, podemos compreender que a crise de hegemonia ocorre quando a coerção se sobressai ao consenso, isto é, a crise

[...] ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução (GRAMSCI, 1991, p. 55).

Na análise de Coutinho (2003, p. 154) a crise de hegemonia é “[...] a expressão política da crise orgânica”. Sendo assim, nos momentos de crise de hegemonia a contradição vem à tona, colocando em risco a manutenção do sistema. É então, nos momentos de crise que as possibilidades de revolução do proletariado aumentam, podendo se tornar uma saída para a mesma. Entretanto, Gramsci (1991) adverte que a classe dominante possui maiores condições de resolver a crise e manter-se no poder.

A crise cria situações imediatas perigosas, pois as diversas camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e de se organizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas (GRAMSCI, 1991, p. 55).

A fim de que a classe trabalhadora tenha condições de orientar, guiar e dirigir a sociedade para a saída da crise ou ainda para provocar um momento de crise, é fundamental que haja uma permanente formação política, a fim de garantir a participação organizada e consciente. Nas palavras de Coutinho:

O critério central para a resolução da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política, de envolver grandes massas na solução dos seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final, ou seja, o de promover transformações de estrutura que ponham fim na formação econômico-social capitalista (COUTINHO, 2003, p. 155).

Neste sentido, Gramsci (1982; 1991) destaca o Partido Político como intelectual orgânico, cuja principal função é

[...] elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral e política (GRAMSCI, 1982, p. 14).

No que tange à classe trabalhadora, para Gramsci (1991) o Moderno Príncipe (Partido Político) apresenta, historicamente, um papel fundamental de direção e organização da educação política dessa classe, devendo homogeneizar suas lutas em uma mesma direção, objetivando o fim da sociedade burguesa.



[...] o moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 1991, p. 10-11).

Para que um Partido exista, segundo Gramsci (1991), são necessários três grupos fundamentais: a massa, que quando organizada constitui a força do movimento; a direção, responsável em dar coesão ao movimento e um elemento intermediário, responsável por articular a massa ao objetivo traçado pela direção do movimento.

Conforme Gramsci (1991, p. 8; p. 20), o Partido é o tipo de organização da classe trabalhadora que apresentou historicamente melhores condições de realizar a “[...] reforma intelectual e moral [...]” e capacitar os dirigentes na sua função. Por isso, “[...] uma das tarefas do Partido é oferecer uma formação de quadros para preparar lideranças aptas a disputar as direções dos movimentos e organizações presentes na sociedade civil (CRUZ, 2010, p. 87)”.

Portanto, o Partido como “intelectual coletivo” e “educador permanente”<sup>16</sup> cumpre a função primordial de organizar a hegemonia da classe trabalhadora, na medida em que ultrapassa os interesses de grupos particulares para unificar as lutas dos segmentos da classe trabalhadora em prol de um mesmo objetivo, qual seja, a tomada do poder. E é neste sentido que o papel dos intelectuais e do Partido comprovam a natureza pedagógica das relações hegemônicas (JESUS, 1989).

Segundo Cruz (2010), Gramsci considera que o prestígio do Partido aumenta quando consegue atingir grupos de pessoas e estratos populares que ficam alheios à luta política, suscitando nestes uma vontade política de lutar pelo advento do comunismo.

Os conceitos difundidos pelo Partido operam autonomamente nas consciências individuais e determinam configurações sociais novas em concordância com esses conceitos, originam organismos que funcionam por leis próprias, aparelhos embrionários do poder, nos quais a massa realiza o seu governo e adquire consciência da sua responsabilidade histórica e da sua missão particular: a criação de condições para o comunismo regenerador (GRAMSCI apud CRUZ, 2010).

---

<sup>16</sup> Expressões usadas por Gramsci (apud JESUS, 1989).

Gramsci (1991) aponta três momentos de consciência político-ideológica coletiva, que segundo o autor representam o grau de homogeneidade, autoconsciência e organização das classes sociais.

O primeiro momento ou nível da consciência seria o “econômico-corporativo”, em que “[...] sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo (GRAMSCI, 1991, p. 49)”. A identificação entre os indivíduos fica no nível imediato, não compreende os interesses dele como sendo os mesmos da classe. O autor cita o exemplo do comerciante que se solidariza com outro comerciante, mas não com o fabricante, ou seja, o comerciante não percebe que ele e o fabricante pertencem à mesma classe.

Um segundo momento é quando a consciência compreende os interesses de todos os membros da classe social como sendo desta classe, mas limita-se ao campo meramente econômico. De forma que, neste momento até se coloca a questão do Estado, mas, a disputa política empreendida pela classe trabalhadora se limita à busca por uma igualdade político-jurídica com a classe dominante. Luta-se apenas pelo direito de participar da administração estatal, da legislação (GRAMSCI, 1991, p. 49-50). Ou seja, a luta aqui, por ficar restrita a conquistas no campo econômico, acaba levando a uma luta política restrita à pequena política.

Já o terceiro momento seria a fase propriamente política, a fase da hegemonia, ou seja, ultrapassa os interesses meramente corporativos, na busca por uma unidade também no plano “[...] intelectual e moral (GRAMSCI, 1991, p. 50)”. Aqui, a luta passa para o campo da grande política.

Neste aspecto, o Partido tem a função de contribuir para a elevação do grau de consciência da classe trabalhadora, da elevação de uma consciência limitada ao individualismo ou ao corporativismo, às lutas imediatas, da pequena política, para chegar a uma consciência de classe que luta por transformação da sociedade, no âmbito da grande política.

Segundo Cruz (2010, p. 86-87),

O Partido para Gramsci seria então a antecipação do novo Estado Socialista a ser construído pelos trabalhadores nos seus embates contra o capital, seja na esfera econômica ou nas esferas política, ideológica e cultural. O Partido deve combinar as lutas dos diversos movimentos sociais e torná-las uma luta de classes, uma luta contra o inimigo da classe trabalhadora, contra os capitalistas. Neste sentido, o Partido ajuda a classe a se organizar, a se mobilizar e a se formar para disputar a hegemonia ou a direção e controle social (CRUZ, 2010, p. 86-87).

Conforme Cruz (2010), apenas o Partido, na visão gramsciana, teria demonstrado condições concretas de realizar esta função hegemônica, diferentemente dos sindicatos que demonstraram suas limitações por ser uma forma de organização, cujas lutas ocorrem dentro da própria lógica capitalista, ficando no campo das “reformas sociais”, por melhores salários e condições de trabalho. Como mostra este autor, a limitação dos sindicatos consiste em organizar os trabalhadores dentro da própria lógica capitalista, como meros vendedores da mercadoria força de trabalho e não como produtores.

#### Para Gramsci

A teoria sindicalista falhou completamente na experiência concreta das revoluções proletárias. Os sindicatos demonstraram a sua incapacidade orgânica para encarnarem a ditadura do proletariado. [...] E, no entanto, a tarefa elementar do sindicato é a de recrutar “toda” a massa, é a de absorver nos seus quadros todos os trabalhadores da indústria e da agricultura. O meio não é, pois, adequado ao fim, e, uma vez que o meio não é senão um momento do fim que se realiza, que se faz, deve-se concluir que o sindicalismo não é um momento para a revolução, não é um momento da revolução proletária, não é a revolução que se realiza, que se faz: o sindicalismo não é revolucionário senão pela possibilidade de acoplar as duas expressões (GRAMSCI, apud CRUZ, 2010, p. 80).

Neste sentido, Cruz (2010) demonstra a função educativa dos sindicatos no que tange ao projeto contra-hegemônico da classe trabalhadora, qual seja, a de mostrar para os trabalhadores os próprios limites do capitalismo em realizar reformas, isto é, a contribuição dos sindicatos se limita a propiciar condições em que seja possível a elevação do nível de consciência política para o segundo momento apontado por Gramsci (1991), o nível em que trabalhador se conscientiza da sua condição de classe, mas sem a intencionalidade de transpor a lógica capitalista. Trata-se de um instrumento intermediário que deve ser potencializado e usado pelo Partido Comunista na luta contra-hegemônica.

São estas constatações que levaram Gramsci a tomar o Príncipe Moderno (Partido) como o organizador coletivo das lutas da classe trabalhadora, potencializando-as visando ao projeto de transformação social.

Diante do exposto, podemos perceber que os intelectuais da classe dominante possuem melhores condições de manter a hegemonia da mesma. E isso, tanto porque esta classe detém os meios de produção, quanto porque através do Estado domina os instrumentos hegemônicos, dentre os quais se destacam o sistema educativo e a imprensa, por meio dos quais consegue amplamente disseminar a ideologia dominante.

Nesse sentido, concordamos com Jesus (1989, p. 18), ao considerar que “[...] toda relação pedagógica é igualmente hegemônica [...]” está implícita nas análises gramscianas.

[...] Assim, se toda relação pedagógica é hegemônica, então a educação só tem sentido se integrada ao processo de transformação da sociedade, presente à totalidade e cooperando no processo de incorporação de novos grupos e de indivíduos ao processo hegemônico (JESUS, 1989, p. 18).

Ou seja, conforme Jesus (1989, p. 19), a educação deve ser analisada como um processo que visa à “concretização de uma concepção de mundo”, tendo importância, tanto para a “manutenção” quanto para a “renovação” de determinada hegemonia.

Vejamos como o sistema educativo pode contribuir para a hegemonia da classe dominante e a manutenção do capitalismo. Antes, porém é necessário situarmos nossa compreensão de educação.

## 2.2 A EDUCAÇÃO COMO UMA DIMENSÃO DA PRÁXIS

A educação está intrinsecamente ligada à própria evolução, ao desenvolvimento da humanidade e da sociedade. Neste sentido, seguimos com o debate, procurando demonstrar que a educação ganhará uma configuração particular nos marcos do sistema capitalista.

A abordagem proposta é de uma educação em sentido amplo, ou seja, que perpassa todas as facetas da vida do homem. Homem este, sujeito de sua própria história, que se faz na relação com o outro e, portanto, coletivamente.

[...] Resgatada em sua dimensão mais ampla, concebe-se que a educação, entendida como aprendizado pelo qual o ser social incorpora certos conhecimentos que lhe permitem compreender e agir sobre a realidade que o cerca, é um ato que marca a própria materialidade do homem (SANTOS, 2008, p. 39).

Assim, a educação é um fenômeno relacional, não só porque o aprendizado se dá a partir da interação, mas porque esta deve dar condições ao homem para se relacionar consigo mesmo, com outros seres humanos e com a natureza.

Portanto, a educação é parte integrante da práxis, já que tem por finalidade capacitar o homem para intervir e modificar o mundo. A práxis, conforme Severino (2001, p. 45), é a “[...] prática mediante a qual, ao intervir na natureza, na sociedade e na cultura, o homem constrói-se a si mesmo”. Para Freire (1974), a educação como práxis consiste em um constante movimento de ação e reflexão, visando à transformação do mundo.

Segundo Konder (1992), a palavra práxis tem origem grega, usada normalmente para indicar a ação que se dava nas relações interpessoais, de natureza intersubjetiva, diferentemente da palavra *poiésis* que era usada em referência à produção material, de objetos. Geralmente a práxis para os filósofos compreendia a atividade ética e política, enquanto a *poiésis* compreendia a atividade produtiva.

Conforme este autor, Marx a princípio usava o termo com o significado habitual de qualquer “prática” ou “atividade”, passando mais tarde a desenvolver uma concepção mais ampla, considerando as diferenças entre as diversas atividades.

De forma que, “[...] a atividade que assume a forma pioneira do trabalho e depois se diversifica é o que Marx chama de *práxis*. Por meio do trabalho, inicialmente, e em seguida também pelas atividades criativas que desenvolve, *o homem faz-se a si mesmo* (Konder, 2006, p.14, grifos do autor)”.

Ao descrever o processo de trabalho, Marx (2008) observa que

[...] antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de aproximar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. [...] ele [o homem] figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (Marx, 2008, p. 211-212).

O autor completa seu raciocínio afirmando que o trabalho é a condição *sine qua non* de intercâmbio entre o homem e a natureza, “[...] é a condição natural eterna da vida humana (MARX, 2008, p. 218)”.

No processo descrito por Marx, vemos a atuação do homem sobre a natureza, através de uma prática, que modifica tanto a natureza quanto o seu ser, desenvolvendo suas potencialidades, ou seja, sua visão de si mesmo como ser produtor, criador e transformador.

Portanto, é no processo de trabalho que o homem percebe-se criador de sua própria história, percebe-se, nos termos de Paulo Freire (1996), enquanto ser inacabado, inconcluso, que está em permanente desenvolvimento. É o processo de trabalho que torna o homem consciente de sua inconclusão, consciente de seu papel protagonista na história. Conforme argumenta Konder,

[...] pelo trabalho, o sujeito humano se contrapõe ao objeto e se afirma como sujeito num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e se modifica a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e de percebê-la (KONDER, 1992, p. 105).

Isso significa que o produto (o objeto) é a materialização do trabalho no qual o homem imprime sua própria subjetividade, fazendo com que sua ação seja diferenciada das ações dos outros animais, pois o homem age conscientemente.

Assim, a objetivação do trabalho humano no produto é a marca do homem, a partir da qual é possível saber o grau de desenvolvimento em que a humanidade se encontra (MARX, 2008).

Certa análise do pensamento marxiano, conduz a uma leitura equivocada da práxis, quando a resume apenas à prática produtiva. Segundo Konder (1992), Marx era consciente tanto da importância do trabalho quanto das suas limitações. Tanto que quando Marx fala sobre o reino da liberdade, ele observa que este começaria quando o trabalho imposto pela necessidade cessasse, ou seja, o reino da liberdade ultrapassa a esfera produtiva. Por isso, Marx aponta que mesmo em uma sociedade em que a prática produtiva deixe de ser alienada, será preciso proporcionar aos seres humanos possibilidades para desenvolverem sua criatividade, sendo imprescindível para isso, a diminuição da jornada de trabalho.

Em conformidade com o pensamento marxiano, Severino (2001) conduz a uma reflexão interessante, ao considerar que a prática humana (práxis) é tridimensional, ou seja, que se dá a partir de três planos indissociáveis: o produtivo, o político e o simbólico. Segundo o autor,

A existência humana se tece pela ação e pelo conjunto das atividades práticas que os homens desenvolvem na concretude espaço-temporal. A substância do existir é a prática. O existir é antes de tudo desdobrar-se pelo agir numa interação permanente e intensa com os dados da natureza material, com os outros sujeitos na sociedade e com as construções simbólicas, subjetivamente produzidas por sua consciência e guardadas pela memória e objetivamente conservadas pela cultura.

Assim, a existência humana é mediada e só se realiza através de ações concretas (SEVERINO, 2001, p. 44).

No âmbito deste raciocínio, a prática produtiva é o trabalho, pois é ele quem dá condições para a existência e reprodução da vida humana. Neste sentido, Santos (2008) afirma que a educação, resgatada em seu sentido mais amplo, é uma dimensão indissociável do ser social, assim como o trabalho, é a categoria basilar do processo educativo.

Entretanto, é importante lembrar que o trabalho descrito por Marx (2008) encontra sérias limitações no modo de produção capitalista, não só porque é um trabalho

explorado, mas porque neste sistema o homem perde seu caráter humano, ou seja, ele é objetificado, considerado apenas como um meio de produção.

Sobre esta questão, Sánchez Vàsquez (1990) aponta que o trabalho para a economia burguesa é apenas uma categoria econômica, de maneira que, trabalhar resume-se a produzir mercadorias, riquezas. Ou seja, o trabalho passa a ser visto apenas como uma “[...] atividade prática material pelo qual o operário transforma a natureza e faz surgir um mundo de produtos (SÀNCHEZ VÀSQUEZ, 1990, p. 135)”.

Assim, este autor interpreta a práxis produtiva, na sociedade classista, como trabalho alienado, que se caracteriza como “[...] criação de um objeto no qual o sujeito não se reconhece, e que se lhe antepõe como algo alheio e independente, e, ao mesmo tempo, como algo dotado de certo poder (SÀNCHEZ VÀSQUEZ, 1990, p. 135)”. A alienação, portanto, seria o processo de objetificação do homem, tanto do trabalhador quanto do capitalista. Assim, conforme esse autor, partindo de uma compreensão dialética do trabalho, este afirma ao mesmo tempo em que nega o homem.

Seguindo o mesmo raciocínio, Traspadini (2010) aponta que trabalho é, para o ser social, realização ou prisão, visto que,

o trabalho como práxis tem seu sentido, sua intencionalidade, manifesta a partir da lógica dominante da época em que se vive. De tal forma que se, por um lado, o trabalho é o que realiza as transformações enquanto transforma os próprios sujeitos, por outro lado, o sentido dado ao mesmo responde à lógica dominante de cada época (TRASPADINI, 2010, p. 105).

Desta feita, o trabalho quando alienado em vez de realização concretiza-se em exploração, subordinação e opressão (TRASPADINI, 2010).

Segundo Mézáros (2008) as determinações do capital afetam todas as facetas da vida individual e coletiva, gerando contradições interna e externamente. Para garantir esta relação pautada na exploração, o capital precisa mistificar as contradições impostas por sua lógica, assim, utiliza-se de um “[...] sistema global de internalização [...]”, com dimensões visíveis e ocultas, que mistifica a essência do sistema capitalista. É por isso, que segundo o autor, a única maneira de quebrar



esta lógica é através da ação consciente que considere todos os domínios da existência humana, tanto no nível individual quanto no coletivo.

Considerando a descrição de Marx sobre o trabalho, vemos que a prática produtiva só é possível no sujeito coletivo, pois é no processo de trabalho que o homem se coloca em intercâmbio com outros homens.

Nos termos de Severino (2001, p. 57) o agir humano é resultado do sujeito social coletivo e não de indivíduos isolados; “[...] as ações formadoras da humanidade dos homens são marcadas pela solidariedade, pois precisam de uma coletividade como sujeito”. A ação do homem só se torna uma prática política, quando consciente.

Isto significa que a constatação do trabalho alienado e das reais condições sociais é a chave para o engajamento político do ser social na luta diária por sua emancipação, luta que só é frutífera se for coletiva dada à própria natureza humana. Assim, é no sujeito coletivo que o homem se faz consciente da sua condição de agente transformador e é a conscientização do sujeito coletivo que torna possível a luta, visando à transformação social.

Conforme Traspadini:

A faceta consciente do ser humano, já não mais dividido e sim integrado, é sua capacidade política de projetar e concretizar a partir do projetado, seu processo de caminhar, trilhar a própria vida, em comum acordo com os demais seres. Esse ser social consciente de seu papel político remete ao humano sua consolidação de sujeito da história e, como tal, sujeito político. [...] Sujeito político é o conceito que explica o protagonismo no caminhar, no que fazer cotidiano dos seres com consciência crítica e autocrítica (TRANSPADINI, 2010, p. 97).

Voltando a Severino (2001), tanto a prática produtiva quanto a prática política são mediatizadas pela prática simbolizadora, fazendo com que a prática humana se distinga das ações dos diversos animais, pois esta se dá a partir do intercâmbio de três dimensões que marcam a natureza do próprio homem. A prática simbolizadora<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup>A referência à “prática simbolizadora” tratada na sequência corresponde ao “sistema de significação” adotado com base em Williams (2008; 2011) no item anterior.

a que o autor se refere é a cultura, isto é o conjunto de produtos simbólicos<sup>18</sup>, que se expressam concretamente na vivência humana.

Este autor destaca a educação como uma ação da prática simbolizadora, que objetiva inserir os sujeitos no processo de trabalho, e prepará-los para a vida em sociedade. Assim, a educação como parte da práxis tridimensional é mediatizada pela prática produtiva, política e é ela mesma uma prática simbólica. Portanto, a educação está ligada ao trabalho (prática produtiva), tanto por ser uma atividade técnica desenvolvida por agentes, que resulta em transformação, o que faz desta um trabalho, quanto por preparar os sujeitos para o trabalho, ou seja, para que sejam inseridos nas relações produtivas. Está ligada à prática política, conforme Paulo Freire (1974, p. 79), “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo; os homens se educam em comunhão; mediatizados pelo mundo [...]”, através de um “quefazer permanente”, isto é, os homens se educam na vida em sociedade. E é ela mesma uma ação cultural, da prática simbolizadora, visto que

para se reproduzir, a espécie humana depende de aprendizagem porque é, talvez, a única em que o código genético não responde pela maior parte do repertório de habilidades para sobreviver. Em cada etapa de sua História, a humanidade precisa refazer-se; não assegura seu devir histórico caso não se reaprenda continuamente. Assim, a educação se torna mediação universal da existência humana, sendo, sobretudo, através dela que as novas gerações se inserem no tríplice universo das práticas (SEVERINO, 2001, p. 83).

Entretanto, nos marcos da sociedade capitalista - em que o homem se encontra subordinado ao capital, em que é fragmentado, visto apenas como força de trabalho, individualizado - a negação do outro no processo de trabalho-ensino-aprendizagem, a negação do coletivo, é a negação do próprio homem como ser social. De forma, que neste sistema a busca do homem por sua afirmação como ser social só é possível na luta contínua, ou seja, “[...] na participação consciente do sujeito no movimento histórico que se realize em direção à superação prática da alienação (KONDER, 2006, p. 16)”.

---

<sup>18</sup>Simbolizar é servir-se de um elemento para apreender outro; o primeiro tem uma natureza diferente do segundo, de modo que a significação deste se dá pela mediação daquele. Assim, a imagem mental de determinado objeto o substitui em sua materialidade. Os símbolos são mediações que usamos para lidar com os objetos, situações e com outros símbolos (SEVERINO, 2001, p. 60).

E é nesse sentido que a educação como um meio de intervenção no mundo, pode servir tanto para a reprodução da ideologia dominante, quanto para o seu desmascaramento (FREIRE, 1974).

A ideologia entendida aqui como

[...] a visão de mundo ou perspectiva geral característica de uma classe ou de outro grupo social, a qual inclui crenças formais e conscientes, mas também atitudes, hábitos e sentimentos menos conscientes e menos articulados ou, até mesmo, pressupostos, posturas e compromissos inconscientes (WILLIAMS, 2008, p. 26).

Ou seja, tomada pela classe dominante, a educação é usada como estratégia de reprodução ideológica, visando à manutenção do sistema capitalista. Entretanto, se apropriada pela classe trabalhadora, a educação contribui para desmistificar as relações capitalistas.

Como mostra Mészáros (2008), para ser possível uma alternativa educacional essencialmente diferente da que está posta na sociedade capitalista é preciso uma ação consciente dos sujeitos na qual o processo educativo se torna fundamental, entretanto, este deve ser compreendido como um processo amplo, que rompa com os muros institucionais da educação formal.

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica<sup>19</sup> radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida “sociedade de produtores livremente associados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 65, grifos do autor).

Diante do exposto, a educação deve ser compreendida de forma ampla, ou seja, como práxis que está diluída em diferentes atividades humanas. Nesse sentido, seguiremos com o debate mostrando como a educação tem sido historicamente usada como instrumento de hegemonia da classe dominante e, portanto visando à manutenção da sociedade de classes.

---

<sup>19</sup> Um sistema que engendra todas as áreas da vida social, um sistema político-econômico-cultural, que tenha alcance global. Para uma compreensão sobre o capitalismo, enquanto ordem social metabólica, ver o capítulo 2 de Mészáros (2002).

Na sociedade capitalista, a busca pela hegemonia da classe dominante levará a particularidades que afetarão a prática educativa, portanto seguimos com o debate buscando perceber estas especificidades.

### 2.3 A EDUCAÇÃO COMO RELAÇÃO DE HEGEMONIA

Como vimos, pensar a educação requer refleti-la historicamente, pois esta é parte da história da sociedade formada por homens e, como tal, passa por um movimento de transformação e desenvolvimento. De forma que, em cada momento da história, a educação ganhará configurações diferenciadas.

Conforme Brandão (1984), nas sociedades primitivas, a prática pedagógica estava imersa em outras práticas sociais (trabalho, ritos), ou seja, o saber se fazia na comunidade e circulava livremente por todos os membros desta. Entretanto, com o processo de divisão social do trabalho, também foi ocorrendo a divisão social do saber.

Nesse sentido, conforme Gonçalves<sup>20</sup> (2008), em cada modo de produção haverá um complexo educativo diferenciado. No feudalismo, a educação limitava-se ao âmbito doméstico, estava ligada à tradição e era responsabilidade da Igreja.

No capitalismo, a educação passa a ser desenvolvida também pelo Estado, tornando-se uma política social. Segundo Gonçalves (2008, p. 78),

com a consolidação dos Estados nacionais a burguesia se afirmou como classe dominante mantendo a hegemonia do poder e estruturando os aparelhos ideológicos de acordo com os interesses econômicos do modo de produção capitalista (GONÇALVES, 2008, p. 78).

Conforme Mészáros (2008), trata-se de perceber que, ao usar a educação, o sistema capitalista o faz em seu sentido mais amplo, visando à “internalização” por parte dos indivíduos da própria lógica capitalista como sendo algo natural, da qual a educação formal é apenas uma parte, certamente, muito importante do “sistema global de internalização”, mas que não pode ser analisada de maneira isolada.

---

<sup>20</sup>Gonçalves faz uma síntese sobre a educação na sociedade antiga, no sistema feudal e no sistema capitalista, que contribui para a compreensão sobre educação, ideologia e lutas de classes.

É preciso compreender que

[...] as condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo *ethos* capitalista, sujeitando os indivíduos – como uma questão de determinação estruturalmente assegurada – ao imperativo de ajustar suas aspirações de maneira conforme, ainda que não pudessem fugir à áspera situação da escravidão assalariada (MÉSZÁROS, 2008, p. 80, grifo do autor).

Segundo Mézáros (2008), a institucionalização da educação tem ao longo dos anos, servido tanto para fornecer os conhecimentos e a força de trabalho necessária para a expansão do sistema, quanto para criar e difundir valores dominantes, buscando internalizar uma visão de que não é possível outra forma de sociedade.

A institucionalização da educação no Estado Moderno deu-se atrelada aos interesses da burguesia, de que fossem formados cidadãos “livres”, com preparação para a nova ordem instituída. As mudanças no modo de produção acarretaram transformações na organização sociopolítica, que passaram a exigir uma educação institucionalizada, que preparasse os indivíduos para ocuparem suas funções na “nova” divisão social do trabalho. A “[...] ordem burguesa necessita de uma educação específica para cada uma das classes sociais fundamentais em formação, mesmo que, até certo ponto, a educação seja comum (BUFFA, 1996, p. 23-4)”.

Assim, para se consolidar enquanto classe dominante, a burguesia emergente, defendia ideais universais, entretanto, devido à incompatibilidade da nova ordem em concretizar estes ideais, a igualdade jurídica foi usada como mistificadora da relação de exploração (ARROYO, 1996), escamoteando as desigualdades sociais inerentes ao sistema, trazendo-as para o plano individual.

Por isso Arroyo (1996) considera que a relação entre educação e cidadania pode tanto contribuir para a garantia da cidadania dos trabalhadores, quanto para justificar e racionalizar a exclusão dos mesmos. O autor aponta que

a educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens. Percebe-se uma constante: a educação passa a ser encarada como o santo remédio, capaz tanto de tornar súditos cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos (ARROYO, 1996, p. 36).

Isto significa que na sociedade capitalista a educação ganhou centralidade política, pois era importante para a classe dominante a constituição de um espaço que possibilitasse “harmonia” e enquadramento na ordem social, por meio de um processo educativo. Assim,

nesse liberalismo comunitarista passam a ser centrais a norma, a disciplina, o controle dos interesses pessoais e, conseqüentemente, a educação para a harmonia, para o respeito à lei, a compreensão e a aceitação dos interesses coletivos. [...] A questão da educação para a cidadania será reduzida a educar para a cooperação no bem-comum e para a superação do indivíduo possessivo, numa unidade, moral articuladora do convívio social (ARROYO, 1996, p. 56-7).

O ponto central do debate de Arroyo (1996) é demonstrar que o Estado, historicamente, tem buscado controlar a educação e a cidadania da classe trabalhadora. E o que Mészáros (2008) adverte é que isto é realizado através de uma lógica capitalista que engendra todos os espaços da vida social, não só os espaços institucionalizados.

Por isso mesmo que

[...] quanto mais “avançada” a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades – também na forma de “privatização” promovida com suposto zelo ideológico pelo Estado – para a perpetuação da sociedade de mercadorias (MÉSZÁROS, 2008, p. 80).

É por isso que, como mostra Mészáros (2008, p. 26), até as “[...] mais nobres utopias educacionais [...]” quando pensadas dentro da lógica do capital acabam limitadas a perpetuar esta lógica. Isto porque, a própria concepção do Estado na teoria liberal é pautada em uma interpretação idealista, colocando-o como um agente dotado de neutralidade, capaz de regular as ações individuais, a fim de garantir os interesses coletivos, visando assim à coesão da sociedade. Por isso, nesta concepção, a educação é vista como canal de “redenção”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup>Luckesi (1994) aponta que existem três grandes correntes político-filosóficas que interpretam o papel da educação na sociedade: **redenção**, **reprodução** e **transformação**.

Segundo Luckesi (1994), na análise da educação como redenção, esta é considerada como capaz de direcionar a vida social, sendo por isso responsável pela direção da sociedade, inclusive salvando-a, da situação em que se encontra. Esta concepção traz a ideia de uma interação harmônica entre os homens. Neste sentido, a educação contribui para equilibrar e ordenar a sociedade, por isso a ideia de integração dos excluídos é forte característica, pois busca-se a manutenção da sociedade e, conseqüentemente, a reprodução do *status quo*.<sup>22</sup>

Consideramos que na análise da educação como redenção, há uma inversão na interpretação das relações sociais, que ficam pautadas em questões subjetivas. Esta inversão leva a uma compreensão idealista da sociedade capitalista, como sendo possível comportar uma interação harmônica entre os homens. A educação ganha destaque, contudo sem levar em conta as relações de produção concretas, o que acaba por contribuir com a manutenção do sistema, ao invés de servir de instrumento para uma visão crítica das relações sociais.

Esse posicionamento não só está vivo ainda hoje, como inclusive torna-se hegemônico neste início de milênio, pois, a política social ganha uma configuração diferenciada no neoliberalismo, dando ênfase à educação, atualizando o debate desta sob a perspectiva de redenção.

Conforme mostra Gentili (1998, p. 44-46), o neoliberalismo possui um caráter de cunho conservador e está fundamentada em pontos como: “sociedade livre”, em que a liberdade é restrita à esfera econômica. Trata-se de uma liberdade de mercado. A compreensão é que a liberdade econômica levará à liberdade política e civil. Como o capitalismo é tido como único sistema que pode garantir esta liberdade, busca-se naturalizar tal ordem; enfatiza-se o papel do Estado; a democracia é reduzida a um sistema formal e a legislação orientada para permitir a acumulação capitalista; valoriza-se o individualismo; e defende-se a impossibilidade de propriedade pública.

---

<sup>22</sup>Conforme Luckesi (1994), vale observar que essa concepção perdurou por séculos, os teóricos da Revolução francesa e os pedagogos do final do século passado já tinham essa mesma compreensão. Dentre os teóricos desta linha, encontram-se, por exemplo, Comênio, Durkheim, Dewey, Mannheim e Parsons (LUCKESI, 1994).

A ideologia neoliberal alcança hegemonia mundial, passando a ser adotada por vários países, para os quais a crise<sup>23</sup> decorria, sobretudo, do aumento dos gastos sociais assumidos pelo Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 125).

Os ajustes neoliberais levam a uma onda de privatizações, desregulamentação da economia, desresponsabilização do Estado, que transfere parte de suas funções sociais para a sociedade civil e para o mercado. As políticas sociais adotadas são focalizadas nos pobres (miseráveis)<sup>24</sup>, a partir de ações que visam a aumentar seu “capital humano”, a fim de incluí-los no mercado de trabalho. Estas orientações neoliberais refletem nos organismos internacionais que passam a propagar, junto aos países periféricos, a ideologia da educação como indutora da “superação do subdesenvolvimento”.

[...] a Educação tem sido proclamada como uma das áreas-chave para enfrentar os novos desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico na área da informação. A educação é conclamada também para superar a miséria do povo, promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, juntamente com a criação de novas formas de distribuição da renda e da justiça social. Neste cenário, observa-se uma ampliação do conceito de Educação, que não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo etc. (GOHN, 2001, p. 7).

Conforme Gohn (2001), no cenário neoliberal, o modelo difundido pela ONU para a área da educação aponta para a “[...] proclamação do poder do conhecimento [...]”, isto é, passa-se a exigir um perfil dos trabalhadores que incorpore “novas habilidades”, como criatividade, “velocidade mental”, capacidade para trabalhar em equipe, liderança, responsabilidade, envolvimento com a cidadania. De forma que, “[...] o enfoque na problemática da aquisição de novas habilidades desloca a questão social do desemprego do âmbito das políticas governamentais [...] para os indivíduos, enquanto trabalhadores, caracterizando-os como mão-de-obra despreparada (GOHN, 2001, p. 94-95)”.

<sup>23</sup>Segundo Behring (2009) a década de 1970 é marcada por mais uma crise de proporções globais no sistema capitalista, caracterizada pela onda de recessão, para responder à queda das taxas de lucro, os anos 1970 e 1980 são de grande revolução tecnológica no que tange à produção (toyotismo), globalização da economia e políticas de ajuste de cunho neoliberal.

<sup>24</sup>Conforme mostra Leite (2010), o Banco Mundial defende a “minimização do Estado” no combate à pobreza, que é vista como decorrente do “fracasso individual”. Ao mesmo tempo, aponta para uma concepção de sociedade civil “protagonista”, “engajada”, na luta contra a pobreza e a exclusão social, a partir de ações voluntárias individuais e do terceiro setor em parceria com o Estado.



Esse modelo fica claro nas prerrogativas da UNESCO contidas no relatório realizado pela comissão internacional para a educação, organizado por Delors (2001). Para a UNESCO, a educação é entendida como um caminho para se conseguir um desenvolvimento humano com menos pobreza, exclusão social, opressão, guerras. Delors (2001) aborda a necessidade de uma aprendizagem ao longo da vida, como consequência do desenvolvimento desta sociedade do conhecimento, levantando quatro pilares da educação: aprender a viver juntos, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser. Em nossa interpretação, estes pontos levantados pelo autor apontam para uma função da educação voltada para a autonomia, responsabilidade, solidariedade, participação e cooperação visando à “coesão social” e à adaptação ao sistema marcado por competitividade no mundo do trabalho.

Por isso, consideramos que, apesar de na aparência postular uma concepção ampla da educação, de criticar o desenvolvimento econômico a qualquer custo e reconhecer algumas tensões causadas pelo sistema, a essência da concepção de educação da UNESCO segue a lógica do modo societário capitalista, em que o sujeito é responsabilizado por questões de fundo estruturais. Isto fica explícito nesta passagem do relatório:

[...] Cabe-lhe [à educação] a missão de fazer com que todos, sem exceção, façam frutificar os seus talentos e potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de se responsabilizar pela realização do seu projeto pessoal (DELORS, 2001, p. 16).

A UNESCO aborda, ainda, uma perspectiva de educação voltada para adequação mercadológica e como meio de mobilização social. A educação é vista como mecanismo para quebrar o ciclo da pobreza e do subdesenvolvimento dos países. Nesta concepção, a educação é exaltada como solução: para as desigualdades; para o subdesenvolvimento da América Latina e da África; para a unificação dos povos. A educação é voltada para o trabalho, para a formação do “capital humano”, ou seja, uma perspectiva que reforça o empenho do indivíduo, a lógica do individualismo e do empreendedorismo<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Ver Delors (2001).

Segundo Costa (1995), “a teoria do capital humano” surgiu na década de 1960 pautada na ideia da educação como a base, ou seja, como “motor”, para o novo padrão de desenvolvimento econômico. E na década de 1980, conforme o autor, com as orientações neoliberais há um retorno a esta teoria.

Para este autor, os intelectuais neoliberais, ao postularem a educação como meio de redução da desigualdade, acabam por reafirmar o desempenho individual como base para mobilidade social, acirrando assim a lógica da competitividade. Desta forma, a educação volta a ser aclamada por uma perspectiva redentora, ainda que, com ênfase em aspectos cognitivos e não mais no assistencialismo da educação compensatória como na década de 1960, isto devido à desresponsabilização do Estado na promoção de políticas sociais. Por isso, Costa afirma que:

[...] a educação ocupa um lugar privilegiado de coligações praticamente universais, porém a unanimidade no discurso demonstra sua face de dissimulação quando confrontada com políticas desenvolvidas pelos grupos no poder (COSTA, 1995, p. 71).

Frigotto (1995) é outro autor que mostra como a “teoria do capital humano”, dos anos de 1960 e 1970, apesar de metamorfoseada, perdura nas décadas de 1980 e 1990. Conforme este autor, nas décadas de 1960/70, “[...] a ideia era que nações subdesenvolvidas que investissem em capital humano entrariam em desenvolvimento e, em seguida, se desenvolveriam (FRIGOTTO, 1995, p. 93)”.

Para este autor, devido ao novo padrão de produção baseado no modelo toyotista e não mais no fordismo, a teoria do capital humano, repaginada, passa a ser vinculada à concepção de “sociedade do conhecimento”, exigindo um trabalhador-cidadão participativo, qualificado, preparado para a competitividade, polivalente, flexível, capaz de adequar-se ao modo de produção. A crítica do autor à “teoria do capital humano”, pauta-se no argumento de que esta não considera as relações de poder, os interesses antagônicos presentes no interior das relações sociais de classe.

Em conformidade com esse pensamento, Hidalgo (2008) mostra que as políticas de educação realizadas pelos países, que tomam como base as orientações do Banco

Mundial e da UNESCO, baseiam-se em uma concepção de que as responsabilidades financeiras do Estado são transferidas para a sociedade civil.

A autora demonstra que há

[...] o comprometimento dessas agências internacionais com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em se forjar um sistema de ensino que atenda às necessidades impostas pelo mercado de trabalho. O discurso humanista que acompanha esta retórica tenta minimizar os graus de miserabilidade, tendo em vista o crescimento econômico e a contenção dos níveis de tensão social, atribuindo a responsabilidade para a sociedade civil (HIDALGO 2008, p.133).

A classe dominante, historicamente, vem utilizando a educação como instrumento de hegemonia, buscando naturalizar e mistificar as relações de exploração do sistema capitalista. Este tipo de concepção propicia embates sobre as políticas sociais adotadas, principalmente, sobre as políticas de trabalho e de educação.

Mészáros (2008) é enfático ao demonstrar que a compreensão da educação como relação hegemônica não pode ficar restrita à educação formal, pois esta é apenas uma parte do amplo sistema educativo que se tem na sociedade e que tem sido usado para perpetuar o sistema capitalista. Da mesma forma, a análise da política de educação, de forma crítica, deve também levar em consideração este processo amplo.

Como mostra Williams (2008), o pleno desenvolvimento do mercado e a universalização da mídia, principalmente da televisão, a reprodução social e cultural mudou. Segundo o autor, antes a “organização da cultura” ficava mais centralizada no sistema de educação, enquanto que nas sociedades contemporâneas, a mesma conta com um significativo papel da imprensa e dos meios de comunicação de massa: cinema, rádio, televisão. Podemos acrescentar aqui o papel da internet e o destaque das redes sociais.

Entretanto, conforme mostra Coutinho (2011, p. 17-18), no processo de “organização da cultura” compreendida como “[...] o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na

reprodução ou na transformação da sociedade como um todo [...]”, a instituição escolar ocupa um papel básico.

Esta perspectiva nos leva a uma busca de problematizar a política de educação, com base nos referenciais marxistas. Segundo Konder (2006, p. 20), “[...] Marx não escreveu especificamente sobre educação, não extraiu as consequências da sua concepção do homem e da sua concepção da história para os socialistas enfrentarem os problemas da área da educação”.

O que podemos retirar da teoria marxista<sup>26</sup> é que a educação, como já vimos, encontra limites nos marcos do sistema capitalista, já que a divisão sócio-técnica do trabalho interfere no desenvolvimento do homem, em todas as áreas de sua vida. Marx pontua que o capitalismo diferencia-se dos modos de produção anteriores, pois necessita de um desenvolvimento constante das forças produtivas, exigindo cada vez mais qualificação deste homem (transformando em mercadoria sua força de trabalho), possibilitando-lhe um grande avanço intelectual, concretizado no avanço científico e cultural, mas ao mesmo tempo impondo-lhe limites para um desenvolvimento pleno.

Marx e Engels (2004) percebem que na sociedade dividida em classes, a educação não é igual para todas as classes, visto que os interesses das mesmas são antagônicos. Por isso, os autores afirmam que o Estado não pode ser educador do povo, denunciando os limites da formação escolar pública, ou seja, conduzida pela máquina estatal. Porém, o que os autores procuram, com esta afirmação, não é desconsiderar a escola como espaço importante para a classe trabalhadora, mas enfatizar que esta deve encontrar mecanismos para controlar a educação ideológica da própria classe.

Segundo Freitas (2008, p. 102), Marx

---

<sup>26</sup>Aqui estão sendo considerados trechos separados acerca da temática da educação, que se encontram espalhados por várias obras de Marx e Engels e que foram reunidas em um livro (MARX; ENGELS, 2004). Não fazemos separação do que foi escrito por cada um dos autores, pois buscamos compreender a ideia central presente na teoria marxista.

[...] chama a atenção para o cuidado que os trabalhadores devem tomar com o poder ideológico do Estado sobre a educação. [...] Por outro lado, Marx não descartava a legitimidade dos trabalhadores colocarem em suas lutas contra o Estado burguês a defesa do financiamento da educação por meio de leis gerais o que, em sua visão, era completamente diferente de colocar o Estado como educador do povo.

Em nossa leitura consideramos que Gramsci (1982) trouxe uma contribuição fundamental para a compreensão da educação pública. Diferentemente de Marx, aquele autor aprofundou suas análises na questão cultural e, conseqüentemente, no processo educativo.

Conforme o referido autor “[...] a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis (GRAMSCI, 1982, p. 9)”. Consideramos significativa sua contribuição para a compreensão da política de educação, já que o autor reposiciona o papel da escola pública, considerando os ganhos que a mesma traz para a classe trabalhadora, à medida em que esta contribui para uma leitura da realidade “liberta de toda a magia ou bruxaria”, como se tinha no feudalismo, fornecendo a base para possível leitura crítica do mundo.

Isso não significa que este teórico não estivesse atento ao uso da escola pela classe dominante como espaço de reprodução de sua ideologia. Gramsci observa que

[...] na escola atual, graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando na realidade não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas (GRAMSCI, 1982, p. 136).<sup>27</sup>

A crítica de Gramsci (1982, p. 136-137) direcionava-se a um “novo tipo” de formação escolar, que surgia para substituir a “escola tradicional oligárquica”, cujo ensino estava voltado para os filhos dos grupos dirigentes, portanto destinada a manter o *status quo*. Porém, o fato de a “escola profissional” ter colocado ao povo a possibilidade de qualificação, o caráter democrático da educação era apenas ilusão, dado que uma escola para ser democrática deveria preparar e instrumentalizar os “cidadãos” para que pudessem “governar”, ou seja, a formação deveria ser no intuito

<sup>27</sup>Segundo Joseph Buttigieg (1999), neste trecho, Gramsci direcionou sua crítica à reforma do sistema escolar, projetada por Giovanni Gentile e desenvolvida pelo governo fascista italiano, em 1923.

de superar a divisão entre “governantes e governados”, mas ao invés disso, a tendência que estava despontando era a cristalização, isto é a fixação da divisão social. Isto demonstra a preocupação do teórico com a formação cultural das classes subalternas a partir de um caráter de subalternidade às classes dominantes.

É com base na análise gramsciana, acerca do Estado (sociedade política + sociedade civil), conforme mostramos no início do capítulo, que podemos inferir que a formação da cultura político-ideológica é um campo conflituoso, de disputas das classes sociais antagônicas e como parte desse, a própria educação.

Segundo Coutinho

[...] cada vez mais, com o crescimento da sociedade civil, o sistema educacional deixa de ser uma simples instância direta da legitimação do poder dominante para se tornar um campo de luta entre as várias concepções político-ideológicas (basta pensar, por exemplo, na luta entre ensino laico e ensino religioso) (COUTINHO, 2011, p. 17-18).

Conforme o argumento desse autor, atualmente, mesmo as instituições de ensino públicas, ou seja, que possuem ligação direta com o Estado, são espaços para uma disputa ideológica ou, nas palavras do autor, para uma “batalha de ideias”, para Coutinho,

[...] se a sociedade civil é realmente autônoma, as universidades, por exemplo, tornam-se um campo de luta pela hegemonia cultural de determinados projetos de conservação ou de transformação das relações sociais. A luta de classes se trava também no interior das universidades. E “organizações culturais” são também as instituições que servem para difundir ideologia de um modo geral: as editoras, os jornais, os grupos teatrais etc., estejam ou não ligados a algum organismo (tipo sindicato ou partido) da sociedade civil (COUTINHO, 2011, p. 18).

Reiteramos que não pretendemos eliminar o caráter classista do Estado<sup>28</sup>, ao contrário, o que buscamos demonstrar é que a política de educação, enquanto política social, é permeada por tensões, decorrentes das disputas entre as classes sociais. Compreendida como ações estatais que visam ao enfrentamento das manifestações da questão social, a política social busca assegurar a reprodução da

---

<sup>28</sup> “[...] não é preciso insistir aqui sobre o fato de que o Estado, enquanto permanecer sob controle capitalista e/ou burocrático, interfere nessa batalha de ideias, obstaculizando sua livre dialética imanente: tão somente numa sociedade socialista fundada na democracia política é que podem criar as condições para um relacionamento verdadeiramente autônomo entre as organizações culturais e o Estado (COUTINHO, 2011, p. 18)”.

força de trabalho e a reprodução do capital, procurando acondicionar interesses tanto do trabalho quanto do capital.

Apenas compreendida dentro dos limites concretos impostos pela lógica capitalista em que a contradição é um elemento orgânico, é que a classe trabalhadora consciente poderá utilizá-la numa perspectiva contra-hegemônica. Conforme Mészáros

[...] sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias aspirações emancipadoras. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação formal forem bem-sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo (MÉSZÁROS, 2008, p. 59).

Nesse sentido, Konder (2006), em um estudo sobre a sociologia da educação em Marx, chega a duas conclusões que, a nosso ver, contribuem para a compreensão da educação como instrumento de hegemonia.

Uma primeira conclusão é de caráter negativo: as instituições de ensino não são o lugar a partir do qual pode se desencadear a transformação revolucionária da sociedade como um todo. A escola não deve ser encarada como o centro irradiador do processo da revolução. Segue-se, contudo, imediatamente, outra conclusão: a educação, a formação de quadros, constitui um campo de batalha importante, onde se pode inculcar hábitos conservadores, cultivar tendências conservadoras, acomodaticistas, resignadas ou meramente pragmáticas, mas onde se pode também fortalecer disposições críticas, estimular o inconformismo e a inquietação, incentivar o desenvolvimento da capacidade questionadora. Nas instituições educacionais pode prevalecer tanto a formação de súditos como a formação de cidadãos (KONDER, 2006, p. 20-21).

Torna-se importante ressaltar, no âmbito dessas reflexões, as diversas frentes de luta da classe trabalhadora relacionadas à política de educação brasileira: pelo ensino público de qualidade, gerido exclusivamente pelos recursos do Estado, evitando assim, a mercadorização do ensino; pela universalização do ensino para que alcance os segmentos empobrecidos que, historicamente, têm sido excluídos deste espaço; pela gestão democrática da escola, buscando efetivar espaços conquistados por esta classe; pelo uso de método e técnicas que favoreçam o projeto político-pedagógico da classe trabalhadora consciente e organizada,

contribuindo com a leitura crítica da realidade; pela luta por melhorias de salários e de condições de trabalho.

Ainda assim as instituições escolares brasileiras têm se configurado como um espaço de hegemonia capitalista, o que coloca a necessidade de os movimentos sociais da classe trabalhadora, consciente da luta de classes, ocuparem os diferentes canais abertos à participação da sociedade civil, na formulação das políticas sociais - conforme preconiza a Constituição de 1988 - tais como conselhos gestores de políticas públicas e orçamento participativo. Entretanto, não se pode perder de vista que estes espaços se constituem apenas como uma das frentes de lutas e que ainda precisam ser problematizados, pelas fragilidades que expõem na composição de forças. Só assim a classe trabalhadora poderá redefinir o papel que tais canais poderão assumir na luta pela contra-hegemonia.

Diante dos concretos limites para a emancipação humana na sociedade capitalista, é que diversos intelectuais da classe trabalhadora, ao longo dos anos, têm buscado aporte na teoria marxista para pensar uma concepção de educação que visa a atrelar teoria-ação e que corresponda aos interesses de toda a humanidade.

Trata-se de uma perspectiva de educação que busca, nas palavras de Mészáros (2008), “[...] romper com a lógica do capital [...]”, portanto está inserida na luta por transformação social. Consiste então, em um processo educativo permanente que se inicia na própria ordem capitalista, mas que não se encerrará com o seu fim.

[...] Não há motivo para esperar a chegada de um “período favorável”, num futuro indefinido. Um avanço pelas sendas de uma abordagem à educação e à aprendizagem qualitativamente diferente pode e deve começar “aqui e agora”, [...] se quisermos efetivar as mudanças necessárias no momento oportuno (MÉSZÁROS, 2008, p. 67).

É nesse sentido que a educação popular surge na América Latina como um instrumento da classe trabalhadora no movimento de contra-hegemonia. Aparece como problematizadora da própria sociedade negadora do ser humano, como ser coletivo, solidário, criativo e protagonista.



Assim, pretendemos resgatar a proposta da educação popular na sua dimensão conceitual, histórica e política, procurando reafirmá-la como instrumento de contestação da classe trabalhadora ao modelo vigente e como instrumento para a construção de outro tipo de sociabilidade em que seja possível a emancipação humana.

## 2.4 A EDUCAÇÃO POPULAR COMO RELAÇÃO DE CONTRA-HEGEMONIA

Vimos na introdução deste trabalho que o tema da educação popular, em si, é um campo de disputas ideológicas, podendo significar práticas, inclusive, antagônicas. Tal como explicitamos anteriormente, a concepção de educação popular que estaremos considerando, refere-se ao esforço da classe trabalhadora em realizar a transformação social. Está, portanto, ligada ao processo de contra-hegemonia.

A afirmação da educação popular ligada ao projeto de transformação da sociedade deve remeter a uma compreensão desta como imersa nas práticas organizativas da classe trabalhadora, pois se torna um instrumento que contribui para conscientização da classe, para uma leitura crítica das relações sociais.

Não se trata de realizar uma formação teórico-política visando apenas à preparação de intelectuais orgânicos da vanguarda política, ou seja, dos militantes do Partido, o que sem dúvida alguma é fundamental para o movimento contra-hegemônico, mas trata-se de instrumentalizar as classes subalternas para sua participação política consciente, inclusive formando e capacitando lideranças dessas classes, considerando-as como protagonista desse processo, a fim de que possam adensar a luta de toda a classe trabalhadora por uma ordem social que proporcione condições para a emancipação humana.

Para fins de nosso objeto de estudo, veremos como esta prática tem sido realizada no contexto brasileiro e como tem sido reproduzida na região da Grande São Pedro.

### 2.4.1 A Formação Político-Pedagógica da Classe Trabalhadora Brasileira Organizada: Antecedentes da Educação Popular

Uma análise contextualizada da formação socioeconômica e político-cultural do Brasil, permite-nos perceber a forma peculiar como esta se desenvolveu. Segundo Coutinho (2011), em sua fase colonial, o Brasil apresentava uma ausência de sociedade civil, nos termos gramscianos. Conforme o autor, esta situação começou a ser modificada quando o capitalismo tornou-se internamente o modo de produção hegemônico<sup>29</sup>.

Como mostram Montaño e Duriguetto (2010), apesar de o Brasil já possuir trabalho assalariado e organizações coletivas da classe trabalhadora desde a segunda metade do século XIX, é no período da República Velha (1889-1930) que se tem um marco da formação da classe trabalhadora e do movimento operário. Segundo os autores, é importante observar que a produção industrial ainda possuía pouco espaço na economia brasileira. Como mostram os autores, a vinda de imigrantes europeus foi um ponto fundamental para a formação da classe trabalhadora brasileira, dadas as experiências dos mesmos nas lutas operárias em seus países. Conforme Coutinho (2011), é nesse período de “introdução do capitalismo” no cenário interno brasileiro, das lutas operárias e das agitações das camadas médias, que começa a surgir um “germe” de sociedade civil. Segundo o autor,

[...] multiplicam-se as associações proletárias; em consequência, surge uma ainda rarefeita imprensa operária, de orientação predominantemente anarquista. Temos assim que, a um embrião de sociedade civil (associações sindicais e primeiros grupos políticos de artesão e operários), corresponde um embrião de organização cultural exterior ao Estado (a imprensa e as associações culturais dos proletários) (COUTINHO, 2011, p. 24).

---

<sup>29</sup>Coutinho (2011) apresenta uma interpretação acerca da formação brasileira no período colonial de que este não era internamente regido pelo modo de produção capitalista, ainda que externamente, estivesse submetido a este. Para este autor a era colonial brasileira era pré-capitalista e possuía um modo de produção escravista. A partir desta tese, o autor consegue utilizar-se do conceito da “via prussiana” ou “revolução passiva” para explicar alguns traços da cultura nacional brasileira, tais como a relação de “favor” estabelecida entre governantes e governados, o fortalecimento da “sociedade política” e consequente atraso na formação da “sociedade civil”, afastamento dos “grupos populares” dos processos políticos, dentre outros. Segundo o autor, “[...] é interessante observar ainda que o conceito luckacsiano de ‘via prussiana’ é essencialmente análogo ao conceito gramsciano de ‘revolução passiva’ (ou ‘revolução-restauração’, ou ‘revolução pelo alto’), com o qual Gramsci pretende sintetizar a ausência de participação popular e o tipo de modernização conservadora que foram próprios do caminho italiano para o capitalismo. Nem se deve esquecer que tais conceitos foram desenvolvidos por Luckács e por Gramsci na tentativa de determinar as raízes históricas do fascismo, respectivamente na Alemanha e Itália (COUTINHO 2011, p. 46, nota de rodapé 21)”.

Montaño e Duriguetto (2010) consideram que os trabalhadores imigrantes europeus influenciaram com suas concepções político-ideológicas a classe trabalhadora brasileira. Como mostram esses autores, de fins do século XIX até início do século XX (1920), havia três vertentes políticas que influenciaram os sindicatos no Brasil: os “anarcossindicalistas”, os “reformistas” e os “amarelos”<sup>30</sup>. Como indicam os autores, o anarcossindicalismo destacou-se em relação às outras correntes.

a concepção anarcossindical (então hegemônica) recusava a existência de um partido político da classe operária e a via eleitoral e parlamentar. Concebia os sindicatos como órgãos revolucionários e defendia que o caminho para a revolução, que geraria uma sociedade sem classes e sem Estado, viria das lutas desenvolvidas dentro das fábricas através do conflito direto com o patronato (como greves) (MONTAÑO; DURIGUETTO, p. 235).

Segundo Cruz (2010), a educação ocupava um papel central na visão dos anarquistas, sendo compreendida como essencial para a conscientização de classe e transformação da sociedade. Conforme o autor, a proposta de educação política realizada pelos anarcossindicalistas<sup>31</sup>, tinha como objetivo a transformação social e suas ações efetivavam-se em diversas formas:

[...] tanto pelo engajamento em movimentos e lutas de reivindicação, protesto e resistência, como também pela divulgação dos ideais libertários, através de conferências, debates, estudos promovidos em sindicatos e centros de estudos e pelos jornais operários (CRUZ, 2010, p. 119).

A preocupação dos militantes anarcossindicalistas com a formação do proletariado culminou na formação da Universidade Popular<sup>32</sup>. Além disso, os militantes buscavam promover nos bairros operários, dos centros industrializados do período, ações no campo cultural, tais como teatro, música e poesia (CRUZ, 2010). Na análise de Cruz (2010), havia um esforço por parte dos anarquistas em organizar os trabalhadores na luta contra o Estado e a classe dominante. As ações educativas dos anarcossindicalistas pautavam-se em três áreas: “[...] a educação político-

<sup>30</sup>Conforme Montaño e Duriguetto “[...] os *reformistas* rejeitavam a ideia dos sindicatos como órgãos revolucionários, defendiam a transformação gradativa da sociedade capitalista através da conquista de direitos que seriam obtidos através da ‘pressão sobre o Estado’ e da luta parlamentar”. Por outro lado, “a corrente dos *sindicalistas amarelos*, defendia a conciliação entre capital e trabalho e a dependência em relação ao Estado [...]” (2010, p. 235, grifos dos autores). ”.

<sup>31</sup>“A influência anarco-sindicalista predominou no início do século, especificamente entre 1902-1920, no movimento operário-sindical brasileiro (CRUZ, 2010, p. 118).”.

<sup>32</sup>A Universidade popular foi fundada no Rio de Janeiro em 20 de março de 1904, com o objetivo de formar cientificamente e filosoficamente o proletariado, a partir de um ensino superior positivo; tornou-se também um centro cultural e de lazer, com atividades no campo literário e artístico (CRUZ, 2010).

sindical; a educação escolar e as práticas culturais de massa (MANFREDI apud CRUZ, 2010, p. 118)”.

A I Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução de Outubro de 1917 (ou Revolução Russa) causaram ampla movimentação no cenário político mundial, trazendo para o centro das discussões o projeto socialista. Vemos em Montañó e Duriguetto (2010), que no cenário nacional brasileiro, estes acontecimentos tiveram duas consequências: ampla movimentação social, com inúmeras greves<sup>33</sup>, devido aos baixos salários, decorrentes da crise econômica do pós-guerra, mesmo com a forte repressão estatal aos sindicatos; e, a influência da Revolução Russa junto a um grupo de anarcossindicalistas, levou em 1922 à formação do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>34</sup>.

Segundo Rossi e Gerab (2009), esse quadro trouxe grande preocupação para as elites brasileiras quanto a uma possível tomada do poder por parte dos trabalhadores, tanto que os governos seguintes, de Epitácio Pessoa (1919-1922) e de Arthur Bernardes (1922-1926) buscaram reprimir os movimentos sociais. Conforme os autores, mesmo com a repressão, as lutas dos trabalhadores levaram a várias conquistas importantes no âmbito do trabalho<sup>35</sup>.

Na leitura de Coutinho (2011), pela primeira vez aparece na arena política brasileira, um partido político formado “de baixo” e que se contrapunha ao Estado. Assim, para o autor, “[...] o PCB, embora ainda não fosse um organismo de massa, representava o embrião de um autêntico partido moderno, que é momento básico de uma sociedade civil efetiva (COUTINHO, 2011, p. 24)”. Também para Rossi e Gerab (2009), e para Cruz (2010), o PCB até os anos de 1960 desempenhou um papel fundamental no que tange à organização político-ideológica dos trabalhadores, inclusive originando outros movimentos políticos de esquerda.

---

<sup>33</sup>Conforme Rossi e Gerab (2009, p. 28), “[...] o ano de 1917 foi, sem dúvida, de intensa agitação, não apenas em São Paulo onde os comícios e passeatas juntaram em torno de 80 mil pessoas. O Rio de Janeiro e o Recife tiveram inúmeros movimentos grevistas, a tal ponto que levou o governo decretar estado de sítio no Rio de Janeiro, proibindo as greves e fechando sindicatos”.

<sup>34</sup> Mais tarde, em 1960 o Partido Comunista do Brasil (PCB) tornou-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, em 1962, divergências internas ocasionaram uma divisão no partido, originando o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

<sup>35</sup>Em 1919 foi aprovada a lei sobre acidentes de trabalho; em 1923, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho; em 1925, a legislação trabalhista trazia o direito a férias; em 1926 é regulamentado o trabalho do menor (ROSSI; GERAB, 2009).

Montaño e Duriguetto (*apud* ANTUNES, 2010), afirmam que o PCB seguia as diretrizes da III Internacional, de forma que suas ações, a princípio, se concentraram no movimento sindical, na formação de quadros para o partido, devido ao avanço da influência dos comunistas em detrimento dos anarcossindicalistas, bem como o estudo e divulgação da teoria marxista. Segundo os autores, os comunistas compreendiam que a luta sindical deveria ser articulada à luta política desenvolvida pelo partido, entendendo que o mesmo seria a vanguarda revolucionária.

Entretanto é importante assinalar as dificuldades iniciais que se apresentaram ao Partido, tanto para a sua formação política devido à escassez de literatura marxista, que só começou a entrar no país depois de 1922, quanto para suas ações, visto que a clandestinidade marcou boa parte da história do PCB (LOPEZ, 1980).

Um grande dificultador para as ações da classe trabalhadora organizada foi o Estado brasileiro, como mostram Montaño e Duriguetto,

[...] em concomitância à ação dos comunistas e dos anarquistas, o Estado investia na cooptação e no controle de setores do operariado e dos sindicatos, seja ampliando a influência dos *sindicalistas amarelos* nos sindicatos, que passaram a ser favorecidos [...], seja controlando-os, objetivo pelo qual foi criado, já em 1921, o Conselho Nacional do Trabalho (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 236, grifos dos autores).

Ainda assim, o Partido procurava se fortalecer, buscando firmar um movimento de resistência para o qual era fundamental a formação política da classe trabalhadora. A busca de articulação de aliança com os “tenentes” resultou na adesão de Prestes ao movimento (LOPEZ, 1980).

Júlio Prestes foi eleito Presidente em 1930, entretanto sua posse foi impedida pela “Revolução de 1930” como ficou conhecido o golpe de Estado que levou Vargas ao poder. A era Vargas<sup>36</sup> marcará um período histórico de muitos avanços e retrocessos para a classe trabalhadora brasileira. Caracterizado pelo populismo<sup>37</sup>,

<sup>36</sup>Vargas governou durante 15 anos ininterruptos, de 1930-34 como chefe do “Governo provisório”, de 1934-1937 como Presidente eleito pela “Assembleia Constituinte”, de 1937 a 1945 com o Golpe de Estado. Voltando ao Governo em 1951-1954, como Presidente eleito por voto direto.

<sup>37</sup>O populismo consistiu num fenômeno político típico de uma era de transição para estruturas econômicas mais modernas não só do Brasil como também de toda a América Latina. [...] Por definição, populismo significa política de massas, ou seja, política que utiliza as massas como

Vargas buscou conformar os trabalhadores e consolidar a hegemonia capitalista, através de um misto que combinava autoritarismo e concessões. Segundo Coutinho (2011, p. 24), a “Revolução de 1930”, como foi chamada, foi “[...] mais uma manobra pelo alto [...]”, responsável por desarticular as tendências que se desenhavam no cenário político brasileiro. Para o autor, o período pós-30 é caracterizado pela ação do Estado, na busca por anular a autonomia da sociedade civil nascente.

Nesse sentido, vemos em Rossi e Gerab (2009), que a luta dos trabalhadores foi responsável por concretizar vários direitos sociais trabalhistas<sup>38</sup>, nos primeiros anos de 1930. Além disso, em 1935, os comunistas conseguiram criar a Confederação Sindical Unitária Brasileira (CSUB). Ao mesmo tempo, o período foi marcado pela ação do Estado, que continuou a promover meios para enfraquecer o sindicalismo anarquista e comunista. Frustradas as tentativas da Aliança Nacional Libertadora<sup>39</sup> (liderada pelos comunistas) contra o seu governo, Vargas começa um período de grande repressão, “[...] decretando estado de sítio, sindicatos são fechados – assim como a CSUB, recém-criada – e as prisões ficam lotadas de comunistas e anarquistas (ROSSI; GERAB, 2009, p. 35)”.

O período desfavorável para os sindicatos livres<sup>40</sup> repercutiu nas ações de formação política que vinham desenvolvendo. Conforme Cruz (2010) a educação sindical, nos anos de 1930, era composta basicamente de atividades clandestinas, marcadas pelo caráter espontâneo e informal e estavam ligadas ao cotidiano dos militantes operários, buscando dar suporte às práticas sindicais, no que tange a sua organização nos locais de trabalho e também para fugir do controle do Estado e

---

elemento fundamental nas regras do jogo. [...] Evidentemente não se tratava de ‘povo no governo’, mas de utilização política do povo pelo governo, que o manipulava e equilibrava os interesses das reformas necessárias para seu benefício com interesses sagrados da propriedade privada das elites possuidoras” (LOPEZ, 1980, p. 65-7).

<sup>38</sup>A Constituição de 1934 reconhece a carga horária de trabalho de oito horas, a previdência social, o salário mínimo, dentre outros direitos (ROSSI; GERAB, 2009)

<sup>39</sup>Conforme Montaño e Duriguetto (2010, p. 237), a Aliança Nacional libertadora (ANL) consistiu em uma “[...] frente popular anti-imperialista e antifascista que congregava comunistas, socialistas, operários, setores progressistas das classes médias e estudantes [...]”, cujas manifestações defendiam a luta contra o fascismo, fim do pagamento da dívida externa, nacionalização de empresas estrangeiras e reforma agrária. A ANL liderou o levante conhecido como “Intentona Comunista”, que foi fortemente reprimido pelo Estado varguista. Sobre a Intentona Comunista ver Lopez (1980, p. 81-85).

<sup>40</sup>Esse termo é usado por Rossi e Gerab (2009) para contrapor os sindicatos livres dos sindicatos oficiais, ou seja, institucionalizados pelo Estado.

evitar líderes pelegos<sup>41</sup>. O autor observa que nos anos de 1930 até os anos de 1960, o movimento operário-sindical estava ligado ao PCB, sendo considerado “correia de transmissão” do Partido. Em se tratando das ações educativas do Partido, “[...] o PCB acabou por privilegiar a formação teórico-político exclusivamente voltada para a formação de quadros dirigentes, refletindo assim, uma posição ‘vanguardista’ de revolução desconsiderando a formação voltada para suas bases (CRUZ, 2010, p. 121)”.

Segundo Rossi e Gerab (2009), o golpe de 1937 inaugurou um período ditatorial e a instauração de uma nova Constituição, que trazia mudanças na organização sindical como: abolição da autonomia e liberdade, submissão ao Ministério do Trabalho, proibição de sindicatos livres. O golpe demonstrou a hegemonia das classes dominantes, que se servindo dos mecanismos de dominação do Estado, “[...] empreenderam um processo de modernização capitalista conservadora, afastando o povo de qualquer decisão, quebrando qualquer veleidade de autonomia da sociedade civil nascente (COUTINHO, 2011, p. 26)”.

Como mostram Montaño e Duriguetto (2010), o cenário de adversidade para os sindicatos no período do Estado Novo repercutiu em suas ações, de forma que

[...] ação política repressiva e proibição às lutas dos trabalhadores e aos sindicatos livres autônomos, normatização de direitos e políticas trabalhistas que eram passados como concessão e outorga do Estado em vez de conquistas dos trabalhadores e crescimento dos sindicatos oficiais tornaram as organizações sindicais espaços não de luta, mas organizações que buscavam favores e recursos junto à burocracia estatal. Os sindicatos oficiais passaram a ser os espaços dos “pelegos” e de ações assistenciais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 238).

Os anos posteriores foram marcados pela II Guerra Mundial<sup>42</sup> (1939-1945), levando ao fim da ditadura getulista e ao fortalecimento do PCB<sup>43</sup> (ROSSI; GERAB, 2009). Segundo Coutinho (2011), pela primeira vez o PCB tornou-se um partido de massas.

---

<sup>41</sup>Era considerado assim, o líder sindical que buscava atrelar as reivindicações aos interesses do Estado.

<sup>42</sup>Segundo Gerab e Rossi (2009), o confronto envolveu dois grandes grupos: o Eixo, formado pela Alemanha, a Itália e o Japão; e, as Forças Aliadas, formada pela Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Estados Unidos e União Soviética. Como o exército brasileiro lutou ao lado dos denominados aliados, esta aliança repercutiu diretamente na ditadura varguista, tornando incoerente a manutenção de uma ditadura de caráter fascista no Brasil.

Segundo Cruz (2010)<sup>44</sup>, entre 1945 e 1946 foi criada uma das primeiras escolas do PCB, a Escola de Formação de Quadros. Não era uma escola formal, que visava a trabalhar conteúdos curriculares, ao contrário era um espaço para a formação política. Os professores eram basicamente os próprios dirigentes, o conteúdo abordava a questão política do partido e da teoria marxista, além de temas específicos para instrumentalizar a prática do partido, por exemplo, no trabalho de massa sindical, no trabalho com mulheres e juventude (CRUZ, 2010).

Conforme Rossi e Gerab (2009), a nova fase na política brasileira, com abertura para a democratização, exigia partidos com estrutura nacional para disputar as eleições. A União Democrática Nacional (UDN) foi criada com caráter de oposição ao estado, inclusive contando com intelectuais comunistas, vindo, porém, mais tarde a se distanciar destes ideais, tornando-se de extrema-direita. O Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram criados por Vargas. O primeiro, de cunho conservador, representava interesses de parte da elite brasileira; e o segundo, visava a alcançar a classe operária. O PCB neste momento, fora da clandestinidade, representava uma forte oposição ao estado.

Entretanto, a ascensão da Guerra Fria marcada pelo confronto dos Estados Unidos e da União Soviética na luta pela hegemonia política, acarretou efeitos na política interna brasileira, levando a perdas para a classe trabalhadora, entre 1947 e 1950. Neste período o presidente Dutra cassou os direitos políticos do PCB, fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (fundada pelos sindicatos sob influência do PCB, em 1946) e promoveu a intervenção em 134 sindicatos (ROSSI; GERAB, 2009).

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1950, agora eleito presidente, a característica fundamental de seu governo continua ser a política populista enviesada pelo nacionalismo, em que realiza medidas populares ao mesmo tempo que reprime movimentos da classe trabalhadora, por exemplo, “[...] em 1951 quando elevou o salário mínimo em 100% enquanto prendia ou mandava para o exílio os

---

<sup>43</sup>“O PCB tivera dois pequenos períodos de legalidade: de 1922 a 1927 e de meados de 1945 a maio de 1947, quando chegou a participar da Assembléia Constituinte de 1946 (ROSSI; GERAB, 2009, p. 39)”.

<sup>44</sup>Com base em relatos de dirigentes do PCB recolhidos por Manfredi (apud CRUZ, 2010).



filiados do PCB (ROSSI; GERAB, 2009, p. 41)”. Segundo Montañó e Duriguetto (2010, p. 239), neste período, Vargas possuía um “[...] discurso voltado para a grande massa de trabalhadores urbanos, com forte apelo nacionalista e trabalhista”.

Como mostra Cruz (2010) o período de 1950-1956, mesmo na clandestinidade, foi de intensificação nas atividades educativas do PCB. Visando a homogeneizar a fundamentação político-ideológica, várias “escolas” foram organizadas em quase todos os estados. Estas funcionavam em casas, onde os militantes ficavam abrigados por cerca de 30 dias fazendo cursos. Existiam cursos próprios para militantes, dirigentes intermediários e superiores, que variavam conforme o conteúdo a ser dado, destinados a militantes selecionados a partir de critérios rigorosos como ter no mínimo um ano de filiação partidária, ser militante responsável, não ter mais que 40 anos, dentre outros. Na análise do autor, a forma de desenvolvimento dos cursos, que restringia a possibilidade de aprofundamento da teoria marxista a poucos dirigentes, acabou por privilegiar uma visão dogmática e estática da mesma. Além dessa orientação marxista-leninista, era recorrente entre a intelectualidade marxista brasileira, boa parte ligada ao PCB, a ideia de que o Brasil era um país “semifeudal” ou “semicolonial”, e que por isso deveria passar por uma “revolução democrático-burguesa” para então, se criar as bases para a revolução brasileira (COUTINHO, 2011, p. 207). Essa interpretação explica, por exemplo, o apoio do PCB ao governo getulista no que tange a política nacionalista (ROSSI; GERAB, 2009).

Com a morte de Getúlio, Café Filho assume o governo (1954-1955) e inaugura uma nova fase na política econômica brasileira voltada para dependência do capital estrangeiro, característica acentuada pelo governo Kubitschek (1956-1961), que buscava um desenvolvimento rápido do país nos moldes do capitalismo mundial (LOPEZ, 1980).

Conforme vemos em Lopez (1980), o desenvolvimentismo do Governo de JK tinha como objetivo transformar o Brasil em um país moderno. Para tanto buscou total abertura ao capital internacional para incrementar a industrialização, atraindo para o país indústrias multinacionais e consolidando ainda mais a dependência do Brasil. A implementação do Plano de Metas de JK levou, segundo Peixoto Filho (2004),

dentre outras medidas, a uma orientação para a educação. Conforme este autor, o governo juscelinista buscava diminuir o analfabetismo através de campanhas de educação de adultos, as quais, podemos inferir que se pautavam em uma interpretação da educação redentora.

Conforme Peixoto Filho (2004), para a compreensão da atuação do governo na área educacional, no período de 1950 a 1960, é importante considerar o processo de industrialização e a reorganização do campo voltada para as grandes propriedades, que visando a aumentar a capacidade de produção agropecuária procurava investir em maquinário. Este processo acarretou o fluxo migratório de amplas parcelas de pequenos agricultores e de trabalhadores rurais que em busca de emprego e melhores condições de vida se deslocaram para meios urbanos. A ausência de qualificação técnica exigida pelas indústrias e o alto índice de analfabetismo da população impulsionaram a atuação do governo na área da educação. “[...] A intencionalidade era preparar rapidamente mão-de-obra operária, mais qualificada, para as necessárias demandas do desenvolvimento econômico previsto naquele momento (PEIXOTO FILHO, 2004, p. 39)”.

Com a renúncia de Jânio Quadros e ascensão de seu vice João Goulart (1961-1964) começa uma fase de muitas disputas políticas. Herdeiro da política populista nacionalista, o presidente acabou se aproximando da esquerda, o que gerou um clima de instabilidade política.

Em resumo, os anos entre 1950 e 1964 foram de intensificação na luta popular, conforme Rossi e Gerab (2009), houve expansão do movimento operário e desenvolvimento das lutas no campo, inclusive com a criação de sindicatos rurais. Como mostram os autores, a expansão das lutas deu-se, sobretudo, no final dos anos de 1950 e início de 1960, quando se registra queda no poder aquisitivo da população inflação oscilante e, tentativa de desnacionalização da economia, fatores que motivavam a politização das massas, de forma que o período é marcado por várias mobilizações, incluindo greves gerais.

Rossi e Gerab (2009) apontam que as demandas dos trabalhadores somadas às reformas de base pretendidas por João Goulart – tais como medidas nacionalistas

como intervenção do Estado na economia e controle dos investimentos estrangeiros no país, além de reforma agrária, ampliação do direito de voto aos analfabetos, entre outras – afetavam boa parte da elite brasileira e principalmente, os interesses do capitalismo multinacional, especialmente dos Estados Unidos. “[...] Os temores de todos esses setores de capitalistas eram maiores ainda, quando se levava em conta que boa parcela da população vinha participando do apoio às reformas propostas (ROSSI; GERAB, 2009, p. 45)”.

A instabilidade foi resolvida com um golpe de estado, inaugurando um vasto período de repressão aos movimentos sociais da classe trabalhadora. O Golpe Militar contou com o apoio dos EUA, do empresariado brasileiro, de instituições da Igreja Católica (ROSSI; GERAB, 2009).

A ditadura militar ou “Anos de chumbo” como ficou conhecido o período, acarretou grandes perdas para a classe trabalhadora. Diversos sindicatos genuínos da classe foram fechados e reforçado o sindicalismo tutelado; os dirigentes políticos da classe foram “decapitados” (presos, exilados, ou até mesmo assassinados); houve mudanças nos partidos políticos, sendo instaurado o bipartidarismo; grandes movimentos de cultura e educação foram interrompidos (ROSSI; GERAB, 2009; PEIXOTO FILHO, 2004; COUTINHO, 2011).

Segundo Coutinho (2011, p. 28-9), “[...] o novo regime ditatorial particularmente no período que se seguiu ao AI-5, tentou por todos os meios destroçar o embrião de sociedade civil autônoma que vinha se esboçando”. Por isso, mostra o autor, não era de se estranhar a repressão e a censura aos intelectuais que defendiam a orientação cultural nacional-popular.

Até aqui, percebemos a preocupação que os sindicatos independentes e os partidos políticos de esquerda desde sua gênese demonstraram com a sua formação político-ideológica, entretanto a conjuntura de fortes perseguições aos trabalhadores somada a alguns equívocos teóricos, impediu que estes esforços chegassem a se constituir em um movimento político-pedagógico massivo.

Podemos considerar que foram esses os antecedentes da Educação Popular no Brasil. A histórica exclusão das massas dos processos políticos e a profunda desigualdade social foram questões importantes para o movimento político-pedagógico que, posteriormente, levaria à Educação Popular no Brasil. Adiante, seguiremos com o debate conceitual sobre a mesma, a fim de compreendermos como esta se tornaria um instrumento da classe trabalhadora brasileira na organização das massas no processo de transformação social.

#### **2.4.2 Primeira Fase da Educação Popular**

Segundo Peixoto Filho (2004), é neste terreno fértil para as lutas sociais, no final da década de 1950 e nos primeiros anos de 1960, que se instaura um movimento político-pedagógico, em favor das transformações sociais.

O marco para esta orientação se deu em 1958, quando durante o II Congresso de Educação de Adultos, educadores progressistas começaram a questionar e a se preocupar com o teor das campanhas nacionais de alfabetização que vinham se desenvolvendo no país. Assim, no início dos anos de 1960, começam a se desenrolar no campo político atividades em favor de uma nova orientação para a educação (PEIXOTO FILHO, 2004).

Com base em Marques (2008) seria o início da primeira fase (1961-1964)<sup>45</sup> da construção do campo da educação popular ou nos termos de Paulo Freire seria o “berço da educação popular” (FREIRE; NOGUEIRA, 2009, p. 62).

Os movimentos de cultura e educação popular, como foram chamados os projetos de educação que se voltavam para a alfabetização de adultos atrelados a outras atividades no campo da cultura envolviam diversos grupos da sociedade brasileira (MARQUES, 2008). Conforme Peixoto Filho,

---

<sup>45</sup>Segundo a autora, há uma lacuna na documentação pesquisada sobre a educação popular no Brasil, referente ao período de 1964 a meados da década de 1970, por isso a mesma considera a primeira fase até esta data.

[...] os movimentos educativos ligados às camadas populares tiveram forte expressão, envolvendo artistas, intelectuais, professores e estudantes universitários, partidos políticos comprometidos com as transformações sociais. Destacam-se nesse período fundamentalmente, quatro movimentos de educação e cultura popular que buscaram uma perspectiva nova de Educação Popular: Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular (MCP), Centros Populares de Cultura (CPC) e a Campanha pé no chão (PEIXOTO FILHO, 2004, p. 42).

Assim, segundo Guerrieri (1994), esses movimentos educacionais, influenciados pelo método Paulo Freire, procuravam envolver os segmentos empobrecidos da classe trabalhadora, visando a desenvolver nestes uma consciência crítica que os conduzissem à participação política objetivando forçar as reformas anunciadas por João Goulart. É nesse sentido, que “[...] o trabalho de ‘conscientização’ (termo criado por Paulo Freire nesta época) envolvia ao mesmo tempo a alfabetização de adultos, com uma dimensão politizante, e a valorização da cultura (GUERRIERI, 1994, p. 53)”.

Segundo depoimento de Severino (2008), o método Paulo Freire comportava alguns princípios: a prática educativa deveria partir da realidade do educando; este era compreendido como protagonista, como auto-construtor do seu conhecimento; o educador era visto como facilitador do processo de aprendizagem, devendo despertar a curiosidade do educando; o conhecimento deveria ser alcançado com base em uma relação dialógica, de troca entre os educandos entre si e entre estes e o educador; a conscientização sobre o mundo apontava para uma questão transformadora, de forma que o conhecimento adquiria uma função libertadora; a educação é processual, alcançada ao longo da vida.

O método Paulo Freire, como ficou conhecido o método de alfabetização criado pelo educador, de forma resumida se dava em cinco pontos: 1) o educador deveria levantar informações sobre o modo de vida dos educandos, isso permitia o educador conhecer o vocabulário dos educandos; 2) com base nesse vocabulário, o educador selecionava algumas “palavras geradoras”, considerando como critérios tanto aspectos fonêmicos quanto os conteúdos da existência dos educandos que as palavras traziam, ou seja, ligação com a realidade social, cultural, política dentre outras dos educandos; 3) o educador seguia criando “situações-problemas”, que significava reproduzir situações típicas da realidade dos educandos, que se

apresentasse como desafio aos mesmos; 4) o educador, então, seguia com o preparo das “fichas-roteiro” que iria auxiliá-lo nos debates com os educandos; 5) por fim, o educador preparava as fichas com as palavras geradoras, buscando decompor cada palavra, apresentando aos educandos as famílias fonêmicas (BEISIEGEL, 2010).

O debate junto aos educandos deveria conduzi-los a perceberem o homem como criador de sua realidade, com isso o educador procurava levar os educandos a diferenciarem a natureza e a cultura, de maneira que estes percebessem a ação dos homens sobre a natureza e compreendessem “[...] a cultura como aquisição sistemática da existência do homem (BEISIEGEL, 2010, p. 14)”.

Assim, o educador buscava a conscientização dos educandos a partir do diálogo propiciado nos debates, atrelada à alfabetização dos educandos. Conscientizar e alfabetizar caminhavam juntos.

[...] Tratava-se de caminhar, com os jovens e adultos participantes dos trabalhos da alfabetização, na direção de um projeto de futuro então reconhecido como *transformação da sociedade pelo voto*. Buscava-se alterar a quantidade e qualidade do corpo de eleitores. O voto, afirmava-se, era a arma do povo (BEISIEGEL, 2010, p. 15, grifos do autor).

Neste período, então, a partir de discussões contra o analfabetismo, as práticas foram se ampliando até tornarem contestatórias do próprio modelo de desenvolvimento brasileiro, que buscava excluir da participação política amplos setores da população (PEIXOTO FILHO, 2004).

Como podemos observar em Marques (2008), esta primeira fase da educação popular trouxe grandes avanços para a compreensão da cultura, sobretudo por um recorte popular, considerando as potencialidades das classes populares. Conforme a autora, os movimentos de cultura e educação contribuíram para a ampliação de direitos da classe trabalhadora, ainda que com projeto político pouco definido.

Entretanto, com base em Jara (1981), podemos concluir que havia um problema que impedia a educação popular, nesta fase, de se efetivar como instrumento da classe trabalhadora no movimento de contra-hegemonia para a transformação social, que

era a supervalorização da educação como meio de mudança social, com ênfase no processo de conscientização, que acabava pendendo para um caráter idealista<sup>46</sup> e reformista.

O método psico-social, nos seus planos iniciais, coloca que ante à constatação de uma consciência “ingênua” ou “mágica” do povo, é preciso impulsionar um processo educativo problematizador para transformá-la em consciência “crítica”. A consciência ingênua ou mágica seria a expressão de passividade. Portanto, tem que conscientizar estas massas passivas sobre sua situação para, então, motivar a uma ação transformadora. Resumindo, criar primeiro a consciência, para logo impulsionar uma ação transformadora (JARA, 1981, p. 6).

Conforme Jara (1981), essa tendência influenciou diversas experiências em vários países da América Latina. Como mostra o autor, a concepção levou muitos educadores ao equívoco de separar a educação popular da prática político-organizativa. Segundo o autor, a própria prática nas experiências concretas acabou levando a uma reformulação do conceito. Começava-se assim, a se falar da “dimensão política” da educação popular, quando se buscava desenvolver algumas práticas que procuravam articular a conscientização, a organização e mobilização popular.

## Segundo Freire

[...] aquilo que se chamava “educação de adultos” foi sendo melhorado por alguns grupos que pelejavam e conquistavam uma “legítima” educação que não descuidasse da cultura popular. [...] [a educação popular] nascia da cultura que os movimentos populares usam e criam em suas lutas (FREIRE; NOGUEIRA, 2009, p. 62).

A compreensão freireana sobre a educação popular foi difundida na América Latina, principalmente, após a publicação da obra *Pedagogia do Oprimido*, escrita em 1968, quando o autor se encontrava exilado no Chile<sup>47</sup>. A obra traduz o Método Paulo Freire em uma versão a ser realizada no processo de mobilização e organização

<sup>46</sup>O próprio Freire (1992) mais tarde veio a reconhecer esta limitação: “O meu equívoco não estava em reconhecer a fundamental importância do conhecimento da realidade no processo de sua transformação. O meu equívoco consistiu em não ter tomado estes pólos – conhecimento da realidade e transformação da realidade – em sua dialeticidade. Era como se desvelar a realidade significasse a sua transformação. [...] Falei em conscientização porque mesmo tendo resvalado na direção idealista, minha tendência era rever-me e perceber que na prática estava embutido o movimento dialético consciência-mundo (FREIRE, 1992, p. 103-105)”.

<sup>47</sup>A publicação da obra no Brasil ocorreu justamente na época em que os movimentos sociais começavam a se reorganizar.

popular. Apesar dos equívocos apontados por Jara (1981), consideramos que a referida obra trouxe ganhos no que tange à relação intelectual-massas, contribuindo para a difusão de uma interpretação materialista da história e do homem.

Segundo Freire (1974), os homens são seres inconclusos que constroem sua história, que pode ser tanto de humanização quanto de desumanização. A vocação dos homens é pela humanização, entretanto esta é negada pela realidade de exploração, pela opressão, mas ao mesmo tempo é afirmada nesta negação, quando os oprimidos lutam pela liberdade, pela justiça, pela reconciliação com sua humanidade espoliada. Para o autor, a desumanização é a “distorção da vocação de ser mais” que se manifesta não só nos oprimidos como também nos opressores. Por ser uma distorção, não é natural, é produto de uma ordem injusta, que gera a exploração e esta o “ser menos” (FREIRE, 1974, p. 30).

Conforme o autor, a situação de opressão conduziria os oprimidos a lutarem contra os opressores para recuperar a sua humanidade. Ao buscarem se libertar da opressão, os oprimidos também estariam lutando pela libertação dos opressores.

A pedagogia do oprimido tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 1974, 32).

Na citação, apesar da contribuição de Freire para compreensão do protagonismo das classes populares e de uma visão dialética do processo educativo baseado na reflexão-ação, ficam evidentes as considerações de Jara (1981), sobre a inversão na concepção freireana do processo de conscientização que aparece como precedente à prática libertadora e não sendo forjada na mesma.

A compreensão de Freire (1974) é que o conhecimento dos oprimidos sobre seu estado de opressão é dificultado pela realidade opressora em que se encontram. Desta forma, a visão dos mesmos é individualista, não possuindo consciência enquanto classe oprimida, pois os oprimidos introjetam a ideologia dominante, dos opressores, que se afirma na consciência dos oprimidos como “autodesvalia”, ou



seja, como naturalização de valores dominantes que apontam que os mesmos são incapazes, incultos e indolentes, gerando uma visão fatalista da história. Desta feita, a luta que os oprimidos travam é primeiramente uma luta interna: “[...] entre serem expectadores ou atores... Entre dizerem a palavra ou não terem voz... Esse é o trágico dilema dos oprimidos, que sua pedagogia tem que enfrentar (FREIRE, 1974, p. 36)”.

Isto significa que, segundo o autor, ao reconhecer as limitações impostas pela realidade opressora, os oprimidos fazem desse reconhecimento “[...] o motor de sua ação libertadora”. Freire defende que o processo de conscientização dos oprimidos é que levaria ao engajamento dos mesmos na luta por sua libertação. A contribuição do autor está em afirmar a libertação como produto da práxis humana, como tarefa histórica. Ou seja, para o autor, é a “práxis autêntica” traduzida na ação e reflexão que torna possível a transformação social. Nesse sentido, a “Pedagogia do oprimido” traduz-se na “[...] pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação (FREIRE, 1974, p. 44)”.

Segundo Freire, aspirar à libertação sem a reflexão e compreensão dos oprimidos durante esse processo é transformá-los em “massa de manobra” e reproduzir valores de dominação. Para o autor, o trabalho de libertação não pode ser um trabalho de doutrinação ideológica, ou seja, “[...] no mero ato de ‘depositar’ a crença da liberdade nos oprimidos (FREIRE, 1974, p. 58)”. Assim, o reconhecimento da luta pela libertação advém do processo de “reflexão e ação” tomada em “relação dialógica permanente”. Isso significa que “[...] Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvela-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar esse conhecimento (FREIRE, 1974, p. 61)”. Ou seja, a ação educativa libertadora deve ver os oprimidos (massas) como sujeitos desse processo e não meros receptores (objeto). Neste ponto consideramos sua contribuição fundamental na compreensão da relação intelectual-massas no processo de transformação social. A negação do oprimido no processo de desvelamento de sua realidade, para Freire (1974) se caracteriza como processo da cultura dominante. Nesse sentido, diz que a “teoria dialógica da ação” só pode ocorrer por uma relação de “co-laboração”, em que todos os indivíduos são vistos como sujeitos.

Para nós, na obra, fica evidente que a concepção de Freire (1974) acerca da educação bancária não se restringe à forma como esta se estabelece. Abarca também o conteúdo de uma educação pautada em uma relação de dominação. Nessa relação bancária entre educador e educando (liderança e massas) o que se tem é um pseudo-humanismo no processo de libertação, entretanto a essência do fenômeno aponta para a desumanização, que se materializa na tentativa de transformar os oprimidos em “ser menos”, em objeto. Nesse sentido consideramos significativos os apontamentos do autor acerca da “educação libertadora” como antagônica ao processo de dominação gerado na “educação bancária”, problematizando a contradição, educador-educando (intelectual-massas), gerada pelo mesmo, e apontando a relação dialógica como fundamento de uma ação pedagógica de fato libertadora.

Segundo Freire (1974, p. 113), os homens possuem uma visão da realidade fragmentada. Sendo assim, é função da “[...] educação problematizadora [...] o esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes [...]”, a partir de uma perspectiva da totalidade. Nesse sentido, para o autor, o “conteúdo programático” da “educação libertadora” deveria partir da situação concreta do povo, de sua condição existencial; de sua visão de mundo, os quais deveriam servir de base para os “temas geradores” do ato educativo<sup>48</sup>. Consideramos de grande valia alguns pontos levantados pelo autor, tais como visão da realidade por uma perspectiva da totalidade e de uma prática educativa que partisse da condição concreta e contraditória do povo.

Como mostra Guerrieri (1994), o período que se segue a partir dos finais dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, comporta uma mudança na concepção da

---

<sup>48</sup>Freire (1974) cita algumas etapas para a “educação libertadora”, nas quais fica evidente o “Método Paulo Freire”. Segundo o autor, os “investigadores” (educadores) eram responsáveis por “decodificar” esta realidade a partir da interação com a população, em diferentes ambientes da comunidade. Feito isso, os mesmos passavam para a segunda etapa da “decodificação”, quando juntos realizam a avaliação do processo de observação que realizaram de forma individual. Com isso, seria possível aos “investigadores” uma compreensão da realidade daquela população pelo olhar da totalidade. Após esta etapa, os mesmos deveriam realizar um “seminário avaliativo e crítico” do qual deveriam participar representantes populares. Apreendidas as contradições na realidade investigada, a equipe deveria escolher algumas a serem tomadas como temas a serem dialogados com a população.

educação popular na América Latina, que passando por Ditaduras Militares que buscavam a hegemonia capitalista, começam um amplo processo de lutas visando à construção de um novo projeto de sociedade em que a democracia fosse um elemento basilar.

Segundo Pontual (1988), o longo período de ditadura militar no Brasil, recheado de perseguições e repressões políticas fez com que as lutas populares no período entre 1964-1974 ficassem no campo da resistência, organizados em pequenos grupos influenciados, sobretudo, por setores da Igreja Católica comprometidos com as causas populares.

Como mostra Sader (1991), em 1968 ocorreu em Medellín (Colômbia) a II Conferência Geral de Bispos latino-americanos. Conforme o autor, nesta ocasião, estava em discussão o papel a ser desempenhado pela Igreja Católica na transformação da América Latina. Assim, a Igreja aproximando-se do povo, através das Comunidades Eclesiais de Base passou a fomentar a organização social para superação da pobreza. Autores como Sader (1991) e Doimo (1995) apontam a importância da Igreja Católica para a organização dos movimentos populares no Brasil.

Esta fase organizativa dos movimentos populares na América Latina levou a uma problematização da própria educação popular. No Brasil, a despeito de todos os esforços anteriores,

O que os sujeitos da Educação Popular esperavam, neste momento de reorganização das forças políticas com um novo caráter, era uma reflexão teórica da ação política que incluísse um domínio maior sobre os conceitos da política e da teoria social, uma capacitação metodológica capaz de fortalecer o processo organizativo, uma constante análise da conjuntura que pudesse clarear as vicissitudes da organização social, política e econômica do País em período de constantes mudanças (já nos estertores da ditadura); enfim, **um trabalho educativo que possibilitasse às novas lideranças e militantes, mesmo com seu baixo nível de escolarização e sem a tradição de militantes de esquerda, compreender a sua realidade e o sentido de sua prática** (GUERRIERI, 1994, p. 55, grifos nosso).

Não era apenas uma formação teórico-política que limitava a vanguarda e integrantes selecionados do Partido, como acontecera com o PCB, nem tampouco a realização de uma ação educativa atrelada a um projeto de transformação que não

envolvia a disputa política parlamentar, como pensavam os anarquistas e muito menos uma ação pedagógica que se antepunha ao processo organizativo, como ocorrera nesta primeira fase da educação popular, uma vez que “[...] o trabalho de conscientização, nos moldes da década de 60, já não era mais considerado adequado em virtude desta nova organização da prática política do povo (GUERRIERI, 1994, p. 55)”.

### **2.4.3 Segunda Fase da Educação Popular**

Caminhando para um novo sentido da concepção da educação popular, Jara (1981) argumenta que só é possível realizar uma ação pedagógica libertadora dentro de uma prática política libertadora, e que a consciência crítica, de classe, só pode ser forjada dentro da prática organizativa. Esta constatação leva o autor a afirmar que a educação popular é, na verdade, a dimensão educativa da ação política.

É nesse sentido que Paulo Freire falará da origem do “conteúdo” da educação popular, quando se descobre “[...] o movimento popular como escola da educação popular (FREIRE; NOGUEIRA, 2009, p. 65)”.

Essa ampliação na concepção da educação popular como ação que ocorre dentro dos movimentos de luta da classe trabalhadora é que delineará uma nova fase da educação popular na América Latina. Segundo Guerrieri (1994), essa ressignificação, no Brasil, ocorreu, sobretudo, a partir do final da década de 1970. É quando, segundo Sader (1991), “[...] novos personagens entram em cena”<sup>49</sup>: movimentos operários e populares surgem num amplo movimento de contestação da ordem estabelecida. Surgem no contexto brasileiro os movimentos populares, o Partido dos Trabalhadores, como um partido popular, e o novo sindicalismo. Além disso, há uma reorientação de parte da Igreja Católica para a Teologia da Libertação, de forma que as Comunidades Eclesiais de Base passam a fomentar a luta dos fiéis na vida terrena. Além disso, houve a formação de vários Centros de Educação Popular. O período é marcado por um forte movimento de ofensiva da classe trabalhadora que conseguiu unificar as lutas de diversos setores da

---

<sup>49</sup>Faz menção ao título do livro do autor.

sociedade em prol da democratização, processo que, a nosso ver, só foi possível com a mediação da educação popular.

Conforme Guerrieri (1994), o campo de ação da educação popular é vasto à medida que compreende

[...] os sindicatos, as associações de bairro, o movimento dos sem-terra, os movimentos de moradia, as pastorais populares, as associações de pequenos produtores rurais, os grupos de mulheres, as federações do movimento popular, etc. Seus agentes são, na maioria, os centros de educação popular (organizações não-governamentais) espalhados pelo País, alguns grupos e pastorais ligados a diversas igrejas (onde se destaca a Católica), os militantes dos próprios movimentos (organizados em "secretarias de formação") e intelectuais que se identificam com o projeto histórico destes movimentos sociais (GUERRIERI, 1994, p. 57).

A segunda fase na construção do campo da educação popular, conforme Marques (2008), vai de meados da década de 1970 e abrange toda a década de 1980. Conforme a autora, o repertório da educação popular neste período articula-se à prática organizativa, valorização da cultura popular, busca de autonomia e poder das classes populares orientadas por um caráter classista.

Segundo Gohn (2001, p. 42), a cultura popular destacou-se como objeto de discussões, na década de 1980 e início dos anos de 1990, devido à conjuntura sociopolítica do período, quando a cultura popular era ligada à “consciência revolucionária”, ou seja, à “resistência popular”. Conforme a autora, os trabalhos de Gramsci tiveram forte influência para a construção deste campo, que passou a associar-se ao conceito de hegemonia. A cultura popular passou a assumir uma concepção de estratégia na luta por transformações sociais.

Conforme Jara (1981), a cultura popular sempre apresenta um caráter de resistência contra a dominação político-econômica. Já a cultura do povo apresenta um caráter dúbio, pois expressa a consciência espontânea das massas populares, ou seja, a cultura popular “[...] é o conjunto de idéias, representações e formas de comportamento que surgiram como produto das relações de dominação política e econômica entre as classes sociais (JARA, 1981, p. 16)”. Enquanto que a cultura do povo, apresenta tanto as manifestações da cultura popular, expressando a

resistência contra a dominação, quanto as manifestações da cultura dominante que foram assimiladas pelo povo, ou seja, expressa o senso comum.<sup>50</sup>

Nesse sentido a educação popular é fundamental para se formar uma cultura nacional-popular, que partindo da realidade objetiva da cultura do povo, busca potencializar os elementos da cultura popular e descobrir os elementos da cultura dominante, a fim de se voltar para esta realidade para transformá-la. Conforme afirma Guerrieri (1994, p. 56, grifos do autor),

[...] o "popular", neste caso, não é concebido como o "destinatário" da educação, mas como o **protagonista** de seu próprio aprender. O *ser popular* da educação passa a ser compreendido como um *posicionar-se* na ótica social das classes populares em movimento pelos direitos negados e pela implantação de uma nova ordem econômica, política e social (GUERRIERI, 1994, p. 56).

Ainda, segundo este autor, esta fase da concepção metodológica da educação popular se traduziu na busca de aplicar à atividade educativa o método dialético marxista. Diante disso, podemos concluir que a educação popular tem no método materialista dialético seu aporte de problematização da prática.

Com base em Guerrieri (1994), podemos inferir que a educação popular, desse período, representou o esforço dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora latino-americana em elaborar uma concepção metodológica capaz de concretizar uma ação educativa democrática, participativa e organicamente ligada à prática social, o que significava que os protagonistas desta ação fossem os próprios militantes das classes populares. Podemos assim, afirmar que esta fase da educação popular demonstra o esforço da classe trabalhadora organizada no processo inicial de formação da classe para si<sup>51</sup>, que se consolidou com a

---

<sup>50</sup>Existe um debate sobre os termos cultura popular e cultura do povo: para alguns autores o primeiro aparece como sinônimo de resistência à dominação enquanto que a cultura do povo apresenta uma assimilação da cultura dominante, para outros autores isso é o inverso. Ver Valle e Queiroz (1979).

<sup>51</sup>Marx (2001, p. 151), ao discorrer sobre as greves e as coligações de operários na obra "Miséria da Filosofia", observa: "As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política". Se considerarmos a classe trabalhadora, isso significa que *classe em si* é a condição dada pelo modo de produção capitalista ao grupo de pessoas que necessitam vender sua força de trabalho, ou seja, os trabalhadores. Enquanto que *classe para si* leva à compreensão da

articulação intelectual-massas, em que ambos são compreendidos como protagonistas e parte do mesmo projeto que buscava concretizar a transformação social.

Como veremos no segundo capítulo, no Brasil essa luta acabou limitando-se à democratização e ampliação da cidadania, sendo o processo revolucionário uma tarefa ainda a ser retomada pelos trabalhadores e a educação popular, a nosso ver, instrumento fundamental nesse processo.

A educação popular foi, nesta fase, ressignificada como parte do movimento de luta da classe trabalhadora, que passou a compreender que

[...] não é apenas em uma sociedade transformada que se cria uma nova cultura e um novo homem. É ao longo do processo coletivo de transformá-la através do qual as classes populares se educam com a sua própria prática, e consolidam o seu saber com o aporte da educação popular. Pela primeira vez surge a proposta de uma educação que é *popular* não porque o seu trabalho se dirige a operários e camponeses excluídos prematuramente da escola seriada, mas, porque o que ela “ensina” vincula-se organicamente com a possibilidade de criação de um saber popular, através da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia (BRANDÃO, 1984, p.70, grifos do autor).

Na sequência procuramos reunir os princípios que norteavam as ações de educação popular. Tomamos como referencial para a construção desses, os cadernos do CEPIS (DIAS, 1985; JARA, 1985; CEPIS, 2005; CELEST FON *et al.* 2008), Betto (1981), Boff (1985) Guerrieri (1994), dentre outros dos quais procuramos retirar o substrato comum.

Segundo mostra Guerrieri (1994, p. 58), o substrato comum presente no meio dos intelectuais orgânicos da classe era que se tratava de uma “[...] concepção metodológica dialética [...]”, ou seja, uma “[...] metodologia dialética [...]” ou um “[...] método dialético para a educação [...]”, o que significava elaborar uma concepção geral que servisse de base para as atividades de educação popular. Entretanto,

---

existência de um processo de formação de consciência de classe, ou seja, de percepção coletiva dos trabalhadores do estado de exploração e opressão a que estão subjugados enquanto classe. No intuito de elucidar estas categorias, Abreu (2002), afirma que *classe em si* está relacionada a condição objetiva que a classe está condicionada na sociedade capitalista, enquanto que *classe para si* volta-se para a condição subjetiva, ou seja da classe inserida no processo político.

como mostra o autor, os teóricos que buscavam elaborar esta concepção metodológica da educação popular apresentaram preocupação na formulação da mesma e na forma como esta iria ser apropriada.

Para Jara (1985, p. 10), o problema metodológico da educação popular estava em desenvolver um processo de conhecimentos que permitisse às classes populares a apropriação da realidade para transformá-la, o desafio da educação popular apontado era “[...] ter a prática social como ponto de partida”.

Partir da prática social supõe basear-se nos elementos objetivos que surgem na vida cotidiana de um grupo ou segmento da sociedade: os elementos provenientes de sua prática produtiva concreta, de sua prática organizativa, do contexto econômico-social em que se desenvolve sua atividade. [...] Além disso, supõe partir também dos elementos subjetivos: os conhecimentos que esse setor já adquiriu em sua experiência. Isto implica em considerar suas formas de expressão, sua linguagem, suas manifestações culturais e artísticas, seus valores. [...] Partir da prática social de um grupo significa, pois, partir de uma realidade contraditória tanto em termos objetivos como subjetivos [...] (JARA, 1985, p. 10-11).

A metodologia era compreendida como visão geral, um conjunto de princípios que deveriam nortear a ação, enquanto o método seria como essa metodologia iria se concretizar (PONTUAL, 1989; INCA, 1991).

Falar em concepção metodológica da educação popular significava se reportar à teoria dialética do conhecimento, partindo da premissa de que a própria prática seria a fonte do conhecimento. Desta forma o método usado para concretizar esta teoria seria: partir da prática (concreto), teorizar (pensar) sobre a prática (concreto) e voltar à prática (concreto pensado) (JARA, 1985; PONTUAL 1985; 1989; CELESTEN FON *et al*, 2008; SOUZA, [198-?]).

Como mostra Guerrieri (1994), todos os materiais de educação popular, por ele pesquisados, que tratavam sobre metodologia da educação popular assumiam a concepção dialética. Entretanto, segundo o autor, isso se materializou no esquema “[...] **p-t-P** (prática - teoria - Prática) [...]”, que traduzia os princípios: “[...] 1) Partir da prática dos educandos; 2) Teorizar sobre esta prática a fim de romper com as aparências e 3) Voltar a esta prática, com uma nova visão, para transformá-la (GUERRIERI, 1994, p. 60)”.



Essa metodologia se concretizou no trabalho pastoral popular em três momentos: 1) “ver”, que significava justamente “partir da realidade”; 2) “julgar”, que significava “analisar, examinar, refletir” para além do que aparece; 3) “agir”, que significava avançar na luta, dando o “passo possível”, ou seja, voltar à ação (BOFF, 1985, p. 67-84).

Embora, Frei Betto (1981) tenha chamado atenção dizendo que esse método não possuía funcionalidade linear, antes deveria ser pensado em sua dialeticidade, compreendendo que cada um dos momentos estão interrelacionados, segundo Guerrieri (1994), a ordem p-t-P foi tomada para concretizar a metodologia da educação popular, pretendendo demonstrar sua fundamentação na teoria materialista dialética. Essa “fórmula” foi consensual nos escritos sobre a educação popular durante toda esta fase da educação popular, apenas, em 1992 apareceu um texto em contraponto à mesma (GUERRIERI, 1994).

Conforme a análise de Guerrieri (1994), a crítica feita ao esquema p-t-P na prática apenas foi invertido para T-P-T, significando partir da teoria acumulada para então estabelecer o confronto com a prática dos educandos o que ocasionaria a síntese de uma teoria que orientasse a ação dos mesmos. A análise do autor aponta que ambas as elaborações da metodologia da educação popular acabaram pendendo para um reducionismo da dialética tão almejada pelos teóricos da educação popular. Como mostra o autor, a dialética não pode ser resumida e reproduzida em princípios, cuja ordem seja fixa. Isto, pois, como analisa Guerrieri,

[...] a ordem das categorias, para Marx [...] tem uma seqüência ontológica, essencial, e não cronológica, fenomenal. Portanto, ao estabelecer uma síntese da dialética, para daí se extrair uma metodologia, o que os textos estão fazendo é uma ordenação fenomênica de categorias isoladas como a *prática social* e a *teoria*, sem contudo refletir sobre a dinâmica essencial de todos os aspectos do *ser social* [...] (GUERRIERI, 1994, p. 70).

A tentativa de traduzir a teoria metodológica dialética no ato educativo acabou por transformá-la em um método sequencial didático (GUERRIERI, 1994). Para o autor, uma proposta de concepção metodológica que permita os sujeitos da educação popular conhecerem a realidade social na qual se encontram deve ultrapassar a aparência fenomênica e chegar à essência dos fatos. Nesse sentido, conclui que

[...] as reflexões contidas nos materiais da EP são de extrema importância e conseguem resgatar vários elementos essenciais para uma prática pedagógica-política fundamentada na democracia e no respeito ao outro; porém, nem tudo é passível de simplificação e a "concepção metodológica dialética" não pode deixar de ser mesmo uma "concepção" complexa, inabitual, conceitual, flexível, para ser um agrupamento de passos que ordenam a relação teoria e prática (GUERRIERI, 1994, p. 79).

Feitas estas observações, o autor aponta a importância da educação popular enquanto práxis e, portanto sua função está em, não apenas “descobrir” os fundamentos da natureza e da sociedade e cumprir a tarefa de “socializar conhecimentos”, mas de servir de instrumento para a construção coletiva da realidade, atentando-se, contudo, para a teoria que serve de fundamentação para estas práticas.

A popularização dos materiais da educação popular exigia uma linguagem mais simples, sem os vícios acadêmicos, mas que permitisse “[...] o aprimoramento das classes populares, das estratégias e táticas, para concretizar o projeto social alternativo (DIAS, 1985, p. 5)”. Assim, a organização do movimento popular requeria “programar” as ações para superação do espontaneísmo e voluntarismo, significando o “fazer”, a participação de todos nos processos de decisão, para garantir a “autonomia” do grupo, significando o “poder” do grupo e a “racionalização” das ações, significando a necessidade do “saber” (DIAS, 1985, p. 5).

Quanto às técnicas – compreendidas como ferramentas que contribuiriam para viabilizar o método – deveriam variar, conforme a realidade e os agentes envolvidos, entretanto, a própria concepção da educação popular acabava levando ao uso de técnicas participativas, que incentivassem a reflexão e a comunicação dos participantes (PONTUAL, 1989; JARA, 1985; CELEST FON et al, 2008; BOFF, 1985; BETTO, 1981).

Na interpretação de Pontual,

[...] não são as técnicas que definem o fazer educação popular. Por outro lado, é impossível pensar fazer educação popular diante da concepção metodológica que estamos propondo sem a utilização das técnicas participativas. É aqui aparece a articulação dialética entre Metodologia, Métodos e Técnicas dentro desta concepção de Educação Popular (PONTUAL, 1989, p. 8).

O objetivo da educação popular consistia em transformar as lutas espontâneas das massas latino-americanas em uma ação revolucionária, consciente, que tivesse como objetivo principal a construção do socialismo (JARA, 1985; DIAS, 1985; PONTUAL, 1985; CELEST FON et al, 2008).

A compreensão que a esquerda tinha nesta segunda fase da educação popular era a de que para se alcançar a hegemonia popular era necessário formar lideranças em todos os níveis de atuação e que era imprescindível um trabalho junto às próprias organizações populares (PONTUAL, 1985). Esse trabalho deveria primar pelo fortalecimento das organizações populares respeitando e valorizando a autonomia destas quanto ao processo de reflexão sobre as alternativas de enfrentamento para seus problemas cotidianos (DIAS, 1985).

Segundo Sader (1991), a necessidade de fundamentar as ações cotidianas somadas ao desapontamento da esquerda com a interpretação leninista vanguardista levaram os educadores populares a aproximarem-se de Gramsci, principalmente de seus escritos sobre a “cultura popular” e sobre o “partido como intelectual coletivo”. Entretanto, como mostra este autor, a prática dos educadores junto ao “povo”, acabou refletindo bem mais as influências de Paulo Freire, do que a do pensador italiano.

Eram várias as instituições que pensavam a elaboração e a difusão da educação popular no Brasil, no decorrer desta fase. Podemos citar como exemplos, retirados da literatura pesquisada: a Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE)<sup>52</sup>; a Central Única dos Trabalhadores (CUT), através do Instituto Cajamar (INCA) e da Escola Sindical Sete de Outubro, o 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular (NEP)<sup>53</sup>, o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS)<sup>54</sup>, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>55</sup>, dentre outros.

---

<sup>52</sup>Para uma análise sobre as experiências de educação popular da FASE, consultar Souza (2005).

<sup>53</sup>Para uma análise da experiência de formação teórico-política desenvolvida pela CUT e pelo 13 de Maio – NEP, ver Cruz (2010). Segundo este autor, O NEP contribui para a formação teórico-política da CUT em seu início, do PT, de movimentos sociais (inclusive do MST) e pastorais.

<sup>54</sup>Vários cadernos dos CEPIS podem ser adquiridos através da página oficial do Instituto. Não encontramos trabalhos que sistematizassem e analisassem a experiência de educação popular do CEPIS. O Centro nasceu em 1977 com a função de assessoria às práticas militantes.

Doimo (2008) cita algumas instituições que tiveram influência sobre os movimentos populares em Vitória, neste período. Dentre estas destaca a FASE<sup>56</sup>. Esta é uma ONG criada em 1961, originária da Igreja Católica. Atuou em um primeiro momento (1965-1968) com formação de equipes para assessorar e acompanhar serviços da própria Igreja. Em um segundo momento (1968-1972), iniciando um processo de autonomia em relação à Igreja, passou a atuar com projetos de formação de liderança do “movimento de oposição sindical”. Em um terceiro momento (final da década de 1970), a FASE passou a atuar com “educação popular” junto a movimentos populares urbanos. Segundo a autora, a instituição teve uma marcante influência na construção e atuação da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (FAMOPES).

A autora também destaca duas ONGs do período, que tinham a perspectiva de assessoria, educação popular e organização popular em Vitória, são elas: o Centro de Comunicação e Educação Popular Dom João Batista (CECOPES) e o Instituto de Ação Popular (INAP).

Conforme Doimo (2008), o CECOPES foi formado a partir de 1982 e formalizou-se em 1984, agregando "agentes populares" e lideranças locais da organização popular, influenciadas principalmente pelas pastorais da Igreja Católica. Seu objetivo era a formação e a capacitação de lideranças dos movimentos populares.

Quanto ao INAP, a autora aponta que este iniciou suas atividades no início dos anos de 1980, ligado a Igreja Luterana, inicialmente desenvolvendo ações de educação de adultos em alguns municípios rurais do Estado. A partir de 1985, passou a atuar com cursos de reciclagem, em consonância com as pastorais da Igreja Católica. A entidade passou por um período de refluxo até sua total desativação na década de 1990.

---

<sup>55</sup>Ver Betto (1981).

<sup>56</sup>Segundo Doimo (2008), em pesquisa realizada em 1996, a FASE era “considerada a maior ONG brasileira, senão da América Latina”, possui neste ano um escritório nacional com sede no Rio de Janeiro e treze escritórios locais, destes ficavam na Regional Norte, três na Regional Nordeste e quatro na Regional Sudeste/Sul (DOIMO, 2008, p. 231). Atualmente, a FASE (2012) atua em seis Estados: Rio de Janeiro (sede nacional), Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pernambuco.

A autora mostra ainda que outras ONGs também tiveram atuação na Grande Vitória, sob esta perspectiva de fortalecer a organização popular, como: a Associação Movimento Padre Gabriel Maire, o Serviço de Educação Popular (SEP) e o Centro de Apoio as Estudantes Cristãos (CENEC), atualmente desativadas.

Além das ONGs, Doimo (2008) destaca o forte papel das CEBs sob orientação da Teologia da Libertação junto aos movimentos populares em Vitória, nesta segunda fase da educação popular.

#### **2.4.4 Terceira Fase da Educação Popular**

De acordo com Marques (2008), a terceira fase na construção do campo (repertórios) da educação popular, iniciados desde os anos de 1990 é de desagregação e renovação, criando uma instabilidade no campo em que a educação popular não possui um substrato comum, levando a vários sentidos apropriados por diferentes grupos.

Desta feita como mostra Marques (2008), o momento é de inflexão no repertório da educação popular em que o “popular” não está mais sendo compreendido como ligado à classe trabalhadora.

Conforme Gohn (2001, p. 45), com a hegemonia neoliberal, aos poucos, a cultura popular com bases na “cultura de resistência” foi sendo substituída por uma “cultura propositiva”, que visa a estabelecer propostas e agir ativamente. A autora pontua que isso acarretou mudanças no associativismo dos movimentos sociais, sobretudo, os populares (GOHN, 2001, p.45). O que a autora procura demonstrar é que

[...] a política, vista por um ângulo liberal, deu seu toque ao introduzir as noções de consciência cívica e cidadania. O envolvimento e a participação dos indivíduos em assuntos da coletividade e o respeito às leis e às autoridades passaram a ser destacadas como elementos de um modelo de cidadania. Ou seja, a estrutura e a cultura política eram associadas, segundo uma perspectiva de “consciência cívica” dos cidadãos (GOHN, 2001, p.48).

Conforme a autora, a discussão acerca da cultura política deve levar em consideração o contexto histórico, buscando compreender as ações da coletividade,

no que tange à participação sociopolítica, na construção da cidadania, na luta pelos direitos, dentre outras questões. Nesse sentido, afirma que

[...] no Brasil, nos anos 70-80, as ONGs *cidadãs* e militantes estiveram por detrás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos que delinearão um cenário de participação na sociedade civil, trazendo para a cena pública novos personagens, contribuindo decisivamente para a queda do regime militar no país (GOHN, 2001, p. 76, grifo da autora).

Entretanto, segundo a autora, nos anos de 1990, o cenário global marcado pela hegemonia do neoliberalismo acarretou grande impacto nas ONGs, que passaram a centrar-se em atividades produtivas, colocando a militância política para segundo plano. Surgiram também novas entidades que buscavam ações propositivas e afirmativas em parceria com o Estado. Além disso, surgiram ainda movimentos culturais, em torno de questões como gênero, raça, etnia, visando muito mais à afirmação do grupo do que à negação ou contestação da ordem vigente (GOHN, 2001).

Na mesma direção, Doimo mostra que:

[...] de pequenos organismos de assessoria que eram, em geral financiados por associações privadas confessionais do Primeiro Mundo, hoje as Ongs passam cada vez mais a ser concebidas como veículos confiáveis do chamado desenvolvimento sustentável e a receber apoio de instituições oficiais, multilaterais e até mesmo o Banco Mundial. Além disso, cresce também sua legitimidade como entidades de elaboração e de avaliação de políticas públicas (DOIMO, 2008, p. 245).

Segundo Doimo (2008), as ONGs que assumiram a "educação popular" em tempos de autoritarismo político, assim que instituída a Constituição de 1988, converteram sua ação para a o campo da cidadania.

[...] Assim, de veículos que eram da chamada "educação popular", pela qual veiculavam-se códigos ético-políticos genéricos como autonomia em relação ao Estado, independência em relação aos partidos políticos e, sobretudo, "democracia de base", as Ongs passam cada vez mais a falar a linguagem da mediação, da negociação e do estabelecimento de parcerias, inclusive com o Estado, colocando-se como instrumentos de conquista da ampliação dos direitos de cidadania e como agências privadas de formulação de políticas públicas. Para muitas delas, tal mudança de perfil tem significado desde a desativação de suas funções até seu completo desaparecimento. Outras, no entanto, têm se reciclado mantendo suas atividades em outro patamar (DOIMO, 2008, p. 265).

A mudança de orientação das ONGs no campo nacional também foi acompanhada em Vitória. Segundo a autora, a FASE Vitória entrou, na década de 1990, em um período marcado por crises internas, que culminou no desligamento da maioria do corpo técnico e desativação de seus programas e projetos. Segundo uma das entrevistadas por Doimo, a crise ocorreu devido à proposta da FASE Nacional que retirava o trabalho de base, ou seja, de assessoria direta junto aos movimentos populares e “[...] propunha programas de capacitação técnica e profissional para uma atuação mais qualificada junto à sociedade civil (DOIMO, 2008, p. 246)”.

Conforme Doimo (2008), o CECOPES demonstrava dificuldades para se adaptar ao período, principalmente, no que tange a interação com o Estado. Isso decorria tanto pelo fim do financiamento externo e quanto pela vitória de partidos identificados com a causa popular, várias lideranças dos movimentos sociais passaram a participar da gestão municipal e membros do CECOPES passaram a ser convidados a assessorar algumas iniciativas governamentais.

O fim do financiamento externo contribuiu para que muitas dessas ONGs, tornassem-se dependentes do Estado e com isso reorientassem seus trabalhos para áreas que possibilitassem o financiamento público. Esse processo abriu uma lacuna no que tange aos espaços para a formação política das lideranças populares e, conseqüentemente, no processo educativo desenvolvido entre liderança-base no interior dos movimentos populares.

Nesse sentido, gostaríamos de fazer uma pequena abordagem quanto ao espaço das Universidades Públicas e ao papel que os intelectuais da classe trabalhadora que ali se encontram poderiam cumprir no processo de formação política, utilizando-se das atividades não só de pesquisa, retomando a temática da educação popular por uma perspectiva crítica, mas, principalmente, das atividades de extensão, apropriando-se desse espaço como forma de aproximação dos movimentos populares, na busca de assessorar e contribuir com a problematização teórica de suas ações, minimizando assim, a lacuna deixada por estas ONGs.

No próximo capítulo veremos com maior amplitude as mudanças no cenário histórico atual que repercutiram nas ações das ONGs. Por ora gostaríamos apenas de

mostrar que esse quadro conjuntural, é expresso pelo CEPIS como um período de “[...] crise estrutural e civilizatória [...]”, com fortes ofensivas do capital e perda de “[...] referência na esquerda (CELEST FON, 2008)”. De forma que

[...] O Movimento Popular expressa desânimo da militância e no baixo nível ideológico de muitas coordenações/direções que, mesmo com discurso radical repetem o voluntarismo, o assistencialismo e o reformismo, que não resolvem o conflito social (CELEST FON, 2008, p. 17).

As transformações históricas no mundo do trabalho levaram muitos autores a defender que a teoria marxista não traria elementos para explicar os “novos movimentos sociais”. Pautada neste discurso, surge uma corrente pós-moderna da “educação popular”, que

[...] sob o pretexto de adequar-se aos tempos e públicos atuais, de incorporar dimensões negadas ou esquecidas em processos anteriores, essa tendência se restringe à defesa de temas ligados ao comportamento (etnia, gênero, idade, opção sexual, meio ambiente...) como se fosse possível acabar com a dominação sem eliminar, pela raiz, a realidade da exploração que a sustenta. Como não relaciona tais dimensões à luta de classes, reduz o processo de formação popular a uma proposta pragmática relativista e culturalista e, com ela, nega a prática social acumulada, a existência de princípios ideológicos e qualquer sistema lógico de pensamento (CELEST FON, 2008, p. 24).

Com isso vemos que, na verdade, a educação popular reflete o quadro conjuntural caracterizado pela ofensiva neoliberal e ascensão do discurso pós-moderno que culminou no refluxo dos movimentos sociais populares, ênfase das lutas nos chamados “novos movimentos sociais”, mudanças ocorridas no PT - no que se refere à orientação teórica e práticas políticas, refletidas no projeto de sociedade ao assumir o governo -, mudança do sindicalismo antes opositor para um sindicalismo propositivo, mudança nas CEBs da Igreja Católica, de uma visão pautada na Teologia da Libertação para uma visão mais pragmática, voltada a angariar fiéis, a ascensão de ONGs que passam a atuar, sobretudo, nas periferias levando um substrato educativo do modelo hegemônico com a confluência de termos usados na educação popular, como autonomia e participação popular, mas agora reorientados em sentido oposto.



### 2.4.5 Conclusão Parcial

O contexto histórico atual aponta a necessidade de a classe trabalhadora brasileira reorganizar o movimento contra-hegemônico, uma tarefa um tanto difícil, dado o nível de fragmentação da classe, sendo por isso imprescindível retomar a educação popular. Aos intelectuais orgânicos da classe coloca-se o desafio de retomar a teoria marxista, a fim de compreender as particularidades desse mesmo contexto.

O desafio se torna ainda maior quando pensamos na diversidade de conceituações sobre a educação popular e a forma como esta tem sido apropriada pelos movimentos sociais. Diante disso, consideramos fundamental que a classe trabalhadora organizada retome os espaços de formação em educação popular, a fim de resgatar a concepção elaborada nas décadas de 1970/80.

Neste sentido apontamos quatro categorias, construídas com base no que apresentamos no decorrer deste trabalho, para pensarmos a educação popular. São elas: a) a educação popular como processo multifacetado e permanente; b) o trabalho como princípio *sine qua non* da educação popular; c) a educação popular como práxis; d) a classe trabalhadora como sujeito da educação popular.

A educação popular, compreendida pela perspectiva da totalidade, é um processo multifacetado que engendra todas as áreas da vida de forma interligada, (social, econômica, política, cultural entre outras) – conforme afirma Kosik (1976), a totalidade como meio conceitual coloca em evidência a relação recíproca entre base e superestrutura, ainda que aquela possua papel determinante – em um movimento contínuo na busca de preparação para a luta por transformação social, ainda que em muitos momentos, limitada a ganhos dentro da ordem capitalista.

Como um processo que objetiva um novo tipo de sociabilidade, a educação popular apesar de se iniciar ainda na sociedade capitalista, não alcançará seu objetivo apenas com o fim desta ordem, por isso possui um caráter permanente. No capitalismo, serve como um instrumento de “contra-internalização” e com a

transformação desse sistema, continuará servindo de instrumento para “[...] a automudança consciente dos indivíduos [...]”, parafraseando Mészáros (2008).

O trabalho como princípio *sine qua non* da educação popular, requer resgatar como temos aqui compreendido o trabalho, em virtude de estamos em um período histórico em que se fala do fim do trabalho ou da sua não centralidade no processo de sociabilidade<sup>57</sup>. Neste estudo resgatamos o trabalho como categoria ontológica do ser social. Nesse sentido, conforme Kosik,

[...] o trabalho, a sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que de retorno, exerce influência sobre a sua psique, o seu *habitus* e o seu pensamento, isto é sobre as esferas parciais do ser humano. O trabalho é um *processo* que permeia todo o ser homem e constitui sua especificidade (KOSIK, 1976, p. 180, grifos do autor).

Conforme mostra este autor, e como já tratamos anteriormente com base em Marx, por meio do trabalho, o homem se distingue dos animais, pois é neste que o homem transforma sua idealização, seus desejos, em algo concreto. Nesse processo, o homem interage com a natureza e com outros seres humanos e assim constrói sua sociabilidade. Entretanto, como vimos, o processo de alienação obscurece o trabalho por esta perspectiva, fazendo com que o mesmo apareça apenas como atividade laborativa. Conforme Traspadini,

[...] se na lógica capitalista atual, se vive a supremacia do trabalho alienado sobre o trabalho apropriado como categoria central pelos próprios trabalhadores, na visão superadora de emancipação do ser social, como ser humano em comunhão com os demais seres, que se pretende consolidar na história da educação como prática da liberdade, o trabalho deve retomar o sentido de realização, porque pertence a quem produz (TRASPADINI, 2010, p. 106).

Resgatar o trabalho por esta perspectiva não é possível sem uma atividade de mediação teórica que permita conhecer a realidade em sua essência. Desvelar o significado do trabalho em seu sentido ontológico requer superar a aparência de sua forma histórica, em que este se manifesta como exploração. Nesse sentido, a educação popular é um instrumento fundamental no desvelamento do real

---

<sup>57</sup>Ver especialmente o capítulo IV de Antunes (1995), no qual o autor desenvolve uma crítica sobre a crise da sociedade do trabalho, defendida por autores como Kurz, Gorz, Offe, Habermas, dentre outros.

significado do trabalho e da realidade que o transforma em fator de exploração e opressão humana.

Assim, estamos em concordância com Traspadini (2010), quando defende a educação popular como princípio: ontocriativo, político, pedagógico e de proteção do humano, que “[...] tem no sujeito coletivo, esse construtor da esperança que, ao tecer sua história, reconhece na abordagem cultural de identidades em luta, o trabalho como sua essência produtora de vida (TRASPADINI, 2010, p. 96)”.

Portanto,

[...] se educação popular é política e tem uma intencionalidade manifesta real, então, como princípio a mesma é tomada pela classe que vive do trabalho como elemento substantivo de reconhecimento sobre o vivido e sobre possibilidades futuras do viver (TRASPADINI, 2010, p. 93).

A educação popular, portanto, é a expressão do ser coletivo, que na luta descobre o estado de opressão ao qual está imerso e reagindo objetiva suprir sua necessidade ontológica, de querer, nos termos de Paulo Freire (1992), **ser mais**; é o processo de busca pela libertação do homem (coisificado, objetificado, desumanizado) por sua humanização. **A vocação para ser mais**, traduz-se na luta contínua do homem, na tentativa de reconciliar-se como sujeito protagonista de sua história. Luta que, historicamente, demonstrou possibilidade de ser frutífera quando coletiva. Pois, é como parte do sujeito coletivo que o ser humano vai percebendo-se inacabado e descobre que sua história encontra-se aberta, cheia de possibilidades. O engajamento na luta coletiva e a consciência do homem de sua inconclusão possibilita-o à superação do seu ser como objeto, ou seja, a superação do “[...] ser menos (FREIRE, 1974, 1992 e 1996)”.

Assim, a libertação humana é produto da práxis coletiva. É a classe trabalhadora consciente e organizada, através de um processo de luta que visa a transformar a realidade do processo de alienação, dominação e exploração do trabalho. É ao buscar sua libertação enquanto classe, que o homem tem possibilitada a sua libertação enquanto ser produtor, criador. É nesse sentido que, segundo Freire (1974), ao se libertarem os oprimidos libertam também os opressores.

Entretanto, a compreensão da realidade tal como é em sua essência, e não como se apresenta aos homens não é tarefa simples, dada a própria natureza do sistema capitalista em escamotear as suas contradições. Assim, a mediação da educação popular torna-se fundamental para qualificação da ação dos movimentos sociais da classe trabalhadora por uma perspectiva de transformação da ordem social. Neste sentido, segundo Traspadini (2010), a educação popular ao tomar o Método Materialista Dialético (MHD) permite o desvelamento do mundo, já que segundo a autora, este permite

[...] (a) clarear o obscuro processo do conhecimento com elementos que nos revelam, a partir da disciplina e do estudo sobre o visto, aquilo que está velado; (b) pensar o não pensado, e refletir sobre a consolidação do senso comum na concepção do mundo aparente – da fábula – a partir da descoberta de sua essência – a realidade que segundo Milton Santos (2001), evidencia o caráter perverso da dominação do capital sobre o trabalho (TRASPADINI, 2010, p. 95).

A importância da educação popular como instrumento da classe trabalhadora se reafirma no período atual, em que os movimentos sociais passam por um processo de fragmentação de suas lutas que não têm sido compreendidas como decorrentes desta contradição gerada pela dominação capitalista. Afirmamos a educação popular como meio de construção do projeto contra-hegemônico da classe trabalhadora.

Seguiremos procurando compreender melhor o campo dos movimentos sociais e sua interface com a educação popular, atentando para os chamados “novos movimentos sociais”, a fim de entender as particularidades assumidas por estes na conjuntura nacional brasileira e como contribuíram para ampliar a participação social.

### 3 PENSANDO O CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM SUA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO POPULAR

Este capítulo visa a fazer uma interface entre a educação popular e os movimentos sociais; ressalta o caráter pedagógico e a importância dos mesmos para a construção de uma consciência crítica acerca da realidade e na luta pela efetivação de uma cidadania<sup>58</sup> que alcance de fato os segmentos populares da classe trabalhadora brasileira. Considerando nosso objeto e *loco* de estudo, seguimos com uma abordagem acerca dos movimentos sociais urbanos, a partir de uma discussão sobre o processo de formação do espaço urbano.

Procuramos demonstrar, através de uma breve contextualização histórica, como os movimentos sociais são importantes para a construção da cidadania brasileira. Em seguida, inserimos a região da Grande São Pedro neste contexto, a fim de mostrar a importância dos movimentos sociais para a configuração do espaço e para a construção da cidadania naquela localidade, enfatizando as ações de educação popular das associações de moradores no que tange à participação social.

Segundo Gohn (2006), participação é um conceito (noção ou categoria) que tem sido utilizado historicamente pela sociologia latino-americana. O termo cunhado pela teoria da ação social, nas vertentes weberiana e parsoniana, foi usado pelos pesquisadores latino-americanos até os anos de 1960. Entretanto, com as experiências ditatoriais-militares em vários países latino-americanos, na década de 1970, a partir da influência de outros autores, principalmente de Gramsci, o conceito passou a ser usado significando “participação na sociedade civil”.

[...] a categoria de participação enquanto um imperativo nas relações sociais vigentes, como forma de democratizar o Estado e seus aparelhos. Participação se tornou um dos principais termos articuladores no repertório das demandas dos movimentos (GOHN, 2006, p. 264).

---

<sup>58</sup>Cidadania aqui entendida como fruto de processo de luta, que visa a “[...] garantir a todos os indivíduos, sem discriminação, condições de serem produtores e fruidores dos bens naturais, sociais e simbólicos da sociedade (SEVERINO, 2001, p. 90)”. Portanto, incompatível de ser realizada plenamente em sociedades classistas.

Entretanto, mostra a autora que nos anos de 1990, à medida que a redemocratização se generalizou nos países latino-americanos, o termo perdeu força para explicar as mudanças que ocorriam na sociedade civil, e passou a fazer parte dos discursos políticos conservadores, com o significado de descentralização político-governamental.

Conforme Dagnino (2004), o contexto da democratização latino-americana, pós-experiências de regimes ditatoriais, é de uma disputa político-cultural, cuja dimensão simbólica se concretiza em uma “crise discursiva”.

[...] Essa crise discursiva resulta de uma *confluência perversa* entre, de um lado, o projeto neoliberal que se instala em nossos países ao longo das últimas décadas e, de outro, um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático. [...] O que me parecem ser as características dessa crise no contexto brasileiro, marcada pela disputa político-cultural entre esses dois projetos e pelos deslocamentos de sentido que ela opera em três noções – sociedade civil, participação e cidadania – que constituem as referências centrais para o entendimento dessa confluência (DAGNINO, 2004, p. 140).

Diante disso nos perguntamos até que ponto as associações de moradores da Grande São Pedro - enquanto organizações populares - têm reproduzido um discurso da participação numa perspectiva neoliberal, onde a focalização das políticas sociais nos mais pobres (miseráveis) faz com que os direitos apareçam como "ajuda", de forma que a participação se traduza em uma participação tutelada, o que na verdade demonstra uma forma de controle do Estado; ou se as experiências da primeira associação de moradores com a educação popular gerou um processo de cultura política entre os moradores desta região. Neste caso, da participação numa perspectiva de autonomia e se esta se limita à ótica da socialdemocracia - da conquista de direitos, de reforma do Estado, como emancipação política formal -, ou se aparece o discurso marxista, de emancipação humana, frente às opressões sociais, possível apenas com a transformação radical do sistema.

### 3.1 O DEBATE TEÓRICO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A pesquisa no campo dos movimentos sociais é vasta, sendo nossa abordagem apenas introdutória. Scherer-Warren (1987) e Gohn (2006) estão de acordo de que não há um consenso sobre o conceito dos mesmos.

[...] Talvez a única conclusão geral a que chegamos é a de que não há uma teoria única, assim como não há uma só concepção para o que seja um movimento social. Há várias teorias formadas em paradigmas teóricos explicativos (GOHN, 2006, p. 327).

Gohn (2006) analisa três grandes paradigmas que conceituam e explicam de formas diferentes os movimentos sociais: o paradigma norte-americano, o paradigma europeu e o paradigma latino-americano. Como mostra a autora cada uma dessas vertentes abarca em seu interior variadas interpretações.

Considerando nosso objeto de estudo, iremos tratar apenas dos dois últimos, visto que segundo a autora o paradigma europeu influenciou as abordagens latino-americanas. Estas, inclusive, não são tidas por Gohn como um paradigma teórico.

[...] Falar de um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais é mais uma colocação estratégica do que real. O que existe é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta, quando comparado com os movimentos europeus, norte-americanos, canadenses etc., e não um paradigma teórico propriamente dito (GOHN, 2006, p. 211).

Segundo Scherer-Warren (1987), a expressão “movimentos sociais” passou a ser usada na sociologia acadêmica, por Lorez Von Stein, na primeira metade do século XIX, quando este autor aponta a necessidade de uma ciência social que se ocupasse do estudo dos movimentos sociais, como o movimento proletário da França e o movimento comunista e socialista. Conforme mostra a autora, esta sociologia tem caracterizado os movimentos sociais, a partir de alguns critérios que mostram que estes:

[...] referem-se a um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou mudança social (SCHERER-WARREN, 1987, p. 12).

Comparando estes critérios com os observados pela sociologia marxista não acadêmica, do século XIX e início do XX, a autora aponta para convergência entre os mesmos, já que a abordagem marxista considera:

[...] a necessidade de organização e da comunidade de interesses de classe; a exigência de uma vanguarda para o movimento; o desenvolvimento de uma consciência de classe e de uma ideologia autônoma; uma proposta ou um programa de transformação social (SCHERER-WARREN, 1987, p. 12-13).

Para Scherer-Warren (1987), em se tratando da análise dos movimentos sociais por uma perspectiva transformadora, ou seja, de libertação das classes oprimidas, a contribuição de Marx é extremamente valorosa.

A autora realiza um estudo sobre a práxis em Marx, a partir de três atividades principais, a práxis teórica<sup>59</sup>, a práxis produtiva (o trabalho) e a práxis política. Scherer-Warren (1987) chega à seguinte conclusão sobre a práxis:

[...] No capitalismo, a supremacia da posse material e do valor de troca das coisas leva à coisificação das próprias relações sociais, criando o homem massificado e alienado. Porém, o próprio processo de massificação cria, através da proximidade e aproximação física que estabelece entre os indivíduos, a possibilidade de uma identidade de interesses entre estes. A manifestação de interesses comuns, e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração social, cria a possibilidade de formação de uma consciência de classe. Porém, apenas quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvendo, portanto, uma ideologia própria de classe, (movimento este em que a práxis científica poderá contribuir para a unidade entre teoria e prática), é que se pode falar da existência de uma práxis política de classe (SCHERER-WARREN, 1987, p. 34).

Desta feita, podemos considerar que os movimentos sociais por uma perspectiva transformadora tem sua gênese ligada ao desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Montaño e Duriguetto (2010), com a Revolução Industrial e a generalização do trabalho assalariado, os trabalhadores (denominados operários, por operarem as máquinas) passaram a se concentrar em um mesmo espaço produtivo, a fábrica. As situações degradantes de trabalho, como elevadas jornadas de trabalho, exploração do trabalho infantil, a insalubridade do ambiente de trabalho,

---

<sup>59</sup> Chamamos no primeiro capítulo, com base em Severino (2001) de práxis simbolizadora (cultura), da qual a educação é parte integrante.



as habitações precárias dos trabalhadores somadas ao crescente desemprego levaram os trabalhadores, concentrados em um mesmo ambiente (a fábrica), a se organizarem.

Conforme os autores, apenas a partir de 1824, os trabalhadores conquistaram o direito de se associarem, organizando-se em sindicatos, que eram fortemente reprimidos pelo Estado. A organização dos trabalhadores em sindicatos acarretou várias conquistas no campo do trabalho, como redução da jornada de trabalho, folga semanal, proteção contra acidentes, dentre outras.

O processo organizativo dos trabalhadores na Inglaterra levou ao movimento Cartista, na década de 30 do século XIX, este foi considerado o primeiro de cunho político, pois, além das reivindicações no campo econômico, os trabalhadores passaram a lutar também pelo sufrágio e por leis que garantissem direitos trabalhistas. “O movimento Cartista identificava a necessidade de os operários elegerem representantes ao parlamento para mudar ou criar leis que os favorecessem (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 228)”.

Entretanto, apenas com as revoluções de 1848 na Europa, o proletariado percebeu os antagonismos com a burguesia, tornando-se *classe para si*, passando a reivindicar seu projeto sociopolítico (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Neste contexto, Marx e Engels (2001) escrevem o Manifesto do Partido Comunista, cuja finalidade era difundir os princípios políticos do movimento entre os trabalhadores. O Partido tornava-se a principal forma de organização dos trabalhadores, a que poderia proporcionar as condições para a formação da consciência de classe (SCHERER-WARREN, 1987).

Segundo Marx e Engels (2001), a organização dos operários se iniciou desde o seu surgimento. Inicialmente no primeiro estágio de lutas, os operários dispersos acabavam servindo aos interesses políticos da burguesia. Depois, os operários começaram a formar coalizões para defenderem seu salário. “O progresso da indústria, de que a burguesia é o agente passivo e involuntário, substitui o

isolamento dos operários resultante da concorrência, por sua união revolucionária em associação (MARX; ENGELS, 2001, p. 45)”.

Além do contato proporcionado pela aglomeração de trabalhadores em um mesmo ambiente (a fábrica), conforme os autores, os meios de comunicação criados pelo capitalismo também favoreceram o contato e a união entre operários de diferentes localidades.

[...] Assim, além dos distintos movimentos econômicos dos operários, surgem em todos os lugares movimentos políticos, isto é, movimentos de classe, com o objetivo de impor os seus interesses de forma geral, de uma forma que possui força coercitiva-social geral. Se esses movimentos pressupõem certo grau de organização prévia, em compensação eles igualmente significam meios de desenvolver esta organização (MARX apud GOHN, 2006, p. 177).

Conforme Scherer-Warren (1987), a sociologia acadêmica, a partir de 1950 passou a considerar e incorporar as contribuições do marxismo no que tange a análise dos movimentos sociais. De uma análise a partir da natureza de sua ação transformadora, a autora define os movimentos sociais

[...] como uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (SCHERER-WARREN, 1987, p. 20).

Com esta breve retrospectiva, vemos que historicamente os movimentos sociais, por uma perspectiva marxista clássica (Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci, dentre outros)<sup>60</sup>, têm sido interpretados enfocando a luta de classes pela direção da sociedade, destacando-se o papel do Partido Político no que tange à função organizativa das diversas lutas isoladas dos trabalhadores.

No início do capítulo primeiro do nosso trabalho, apontamos a perspectiva marxista-gramsciana, acerca do Partido Político e sua função na organização das lutas da classe trabalhadora. Naquele momento, já ficou evidente que a posição gramsciana acerca dos movimentos sociais aponta para uma disputa de espaços na sociedade

---

<sup>60</sup>Ver Scherer-Warren (1987, p. 37-74) e Gohn (2006, p. 176-189).

civil e na sociedade política, cujo aspecto cultural<sup>61</sup> torna-se imprescindível, à medida que a consciência crítica só se daria através da mediação teórica, o que colocou no campo de discussão a relação intelectual-massa, pois

[...] para que as classes subalternas emergjam de uma situação de meras reprodutoras do social, e aspirem a atuar em movimentos que visem não somente a superação de uma situação econômica de explorados, mas, acima de tudo, a hegemonia política e cultural, é que toda a revolução é também um processo de construção de uma cultura nova, de uma reforma intelectual e moral, e exige para esse ato de autoconsciência crítica uma organização e dirigentes – os seus intelectuais orgânicos (SCHERER-WARREN, 1987, p. 64).

A necessidade de formação de intelectuais da própria classe trabalhadora<sup>62</sup> apontou para a importância da mediação da formação político-teórica nos movimentos sociais desta classe, a fim de alcançar a consciência crítica.

Entretanto, o surgimento no cenário político de outras formas de movimentos sociais, no período conjuntural dos anos de 1960, trouxe para a discussão novas abordagens que passaram a questionar o paradigma marxista clássico acerca dos movimentos sociais (GOHN, 2006; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

A interpretação dos chamados “Novos Movimentos Sociais”, como mostram Montaño e Duriguetto, aponta que estes:

[...] têm por vezes o objetivo ou a função de ser um *complemento* das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como alternativos aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 248, grifos dos autores).

---

<sup>61</sup>É importante frisar que a transformação social é pensada em sua totalidade, ou seja, o campo econômico, político e cultural são considerados dimensões de uma mesma realidade, portanto, o aspecto cultural é apenas mais uma faceta da luta de classe. Quando apontamos este aspecto como imprescindível não queremos com isso dar-lhe primazia em relação às outras dimensões, ao contrário, apenas enfatizamos que esse é tão importante quanto estas na luta de classe.

<sup>62</sup>Para Gramsci, uma das principais funções dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora consiste em “[...] Trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento da massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos (GRAMSCI apud SCHERER-WARREN, 1987,65-6)”.

### **3.1.1 O contexto de surgimento e o debate conceitual dos “Novos Movimentos Sociais”**

Segundo Montaño e Duriguetto (2010), o contexto de surgimento e expansão dos chamados “Novos Movimentos Sociais” (NMS) dá-se em uma conjuntura histórica marcada pela expansão capitalista e pela Guerra Fria, maior símbolo da polarização que existia neste período de dois projetos que disputavam a hegemonia da sociedade: o bloco socialista e o bloco capitalista.

Conforme os autores, uma série de conflitos políticos se desenvolveu em diversos países da Europa, Estados Unidos e América Latina, no ano de 1968, marcando a entrada na arena política do movimento estudantil como protagonista de diversas mobilizações sociais. Na França, as lutas realizadas com a aliança entre trabalhadores e estudantes, desencadearam uma greve geral, afetando setores importantes para a economia do país, como o automobilístico, o de combustível, o de eletricidade e água, dentre outros, atraindo parte da classe média.

Montaño e Duriguetto (2010, p. 258) consideram que “[...] o maio francês ajudou a abrir caminho para que surgissem movimentos que levantaram bandeiras político-culturais progressistas como os feministas, o dos negros [...], os ambientalistas, os movimentos contra a opressão homofóbica”. Conforme os autores, o Maio de 1968 apontou para diferentes análises.

Gohn (2006) divide estas análises em dois grandes paradigmas de explicação: o dos NMS e o marxista.

Na análise de Gohn (2006), diversos autores como Touraine, Offe, Mellucci, dentre outros, considerando o paradigma marxista clássico inadequado para explicar os movimentos sociais que surgiram na Europa, passam a elaborar interpretações “[...] que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado”.

A autora caracteriza esta vertente interpretativa em cinco pontos:

- a) interpretação baseada na cultura;
- b) negação do marxismo clássico como campo teórico capaz de explicar a ação coletiva da sociedade contemporânea;
- c) a não consideração da centralidade de um sujeito histórico específico predeterminado pela contradição capital-trabalho. Aponta para o surgimento de um novo sujeito coletivo difuso, não-hierarquizado, cujas lutas são motivadas pelo acesso aos bens da modernidade. Os participantes das ações coletivas são denominados “atores sociais”;
- d) a análise da política torna-se central, entretanto, o enfoque pauta-se em questões microssociais e culturais;
- e) a análise dos “atores sociais” se dá, primariamente, a partir de suas ações coletivas e da identidade coletiva gerada no processo.

Segundo Gohn (2006), a interpretação dos NMS, coloca como central a categoria de identidade coletiva, considerada fundamental para a formação dos movimentos sociais. Por isso, para esta autora o “novo” que caracteriza este paradigma deve ser descartado, pois, considera que esta vertente do paradigma europeu, é apenas uma releitura de orientações teóricas já existentes extraídas da “teoria da ação social” (cujas matrizes básicas são weberiana, durkheimiana, tidas como clássicas e, a parsoniana, considerada contemporânea), dos neomarxistas (da escola Frankfurt, principalmente Adorno e Habermas), dos idealistas contemporâneos (destaque para Foucault) e da fenomenologia (com interpretações de Goffman e Garfinkel).<sup>63</sup>

Da teoria da ação social são retiradas categorias como cor, raça, nacionalidade, vizinhança, que serviam para explicar a ação dos sujeitos individuais ou em grupos; já das formulações neomarxistas e idealistas contemporâneas são tomadas formulações dos “movimentos sociais alternativos” como o ecológico, o feminista, o homossexual, o negro, o movimento pela paz, dentre outros, da fenomenologia<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup>Gohn (2006, p. 141) observa no tocante às matrizes referenciais básicas de sustentação dos “NMS” que “[...] as novidades se encontram mais na composição, no arranjo e na disposição das categorias explicativas do que na criação de novos instrumentos conceituais. A rigor, as categorias teóricas e as diferenças demarcadas são as mesmas que marcaram o debate intelectual desde o século XVIII”. Para aprofundamento ver especialmente o capítulo IV deste trabalho.

<sup>64</sup>[...] os pressupostos básicos da fenomenologia são: abordagem subjetivista dos fenômenos, importância da consciência dos indivíduos no questionamento cotidiano da vida social, busca da intencionalidade da consciência, importância da experiência na vida dos indivíduos, gerando hábitos e atitudes cognitivas (GOHN, 2006, p. 136)”.

foram considerados pontos como a questão da consciência e da vida cotidiana (GOHN, 2006).

Para Gohn (2006), a descrença nas experiências concretas dos regimes socialistas, foi a desencadeadora, no século XX, do desenvolvimento das “teorias micro”. Na análise da autora, os intelectuais passaram a negar o papel determinante dos processos objetivos e focar a subjetividade dos indivíduos nas lutas cotidianas, adotando a categoria da “autonomia” para caracterizar as ações dos grupos sociais no confronto ao Estado.

A autora agrupa as principais correntes teóricas europeias dos NMS, em três blocos: a corrente francesa, cujo maior expoente foi Touraine, com suas formulações sobre o acionalismo dos “atores sociais”; a corrente italiana, referenciada em Mellucci, e seu conceito de “identidade coletiva”; e a corrente alemã, baseada na abordagem neomarxista de Offe.

Segundo Gohn (2006, p. 149), para Touraine, “[...] os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolveram sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade. Assim, os conflitos sociais devem ser entendidos em termos normativos e culturais”.

Já para Melluci (apud GOHN, 2006, p. 160), “[...] os movimentos sociais são vistos como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e a política [...]” e ainda

[...] a maioria dos movimentos sociais surge não porque indivíduos isolados decidem participar de lutas. Antes, grupos estabelecidos definem metas, planos, fazem acordos, estabelecem obrigações etc. em resumo, um movimento nunca é um processo espontâneo, criado a partir apenas de necessidades ou da vontade de indivíduos isolados (GOHN, 2006, p. 163).

Enquanto que para Offe, segundo Gohn (2006, p. 167):

[...] os movimentos sociais são elementos novos dentro de uma nova ordem que estaria se criando. Eles reivindicam seu reconhecimento como interlocutores válidos, atuam na esfera pública e privada. Objetivam a interferência em políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade, articulando-se em torno de objetivos concretos.

Na interpretação de Montaño e Duriguetto (2010), as abordagens que balisaram as interpretações sobre os “Novos Movimentos Sociais” podem ser divididas em três principais vertentes teóricas:

[...] a) uma primeira teoria, conhecida como “acionalista”, cujas abordagens enfatizam os novos movimentos sociais organizados em torno das questões da *esfera da reprodução*, como as da cultura e da identidade – raça, gênero, nacionalidade etc. – em detrimento da ênfase nas relações de produção e da configuração das classes sociais; b) uma segunda vertente, pós-moderna, que inspirada e influenciada na teoria acionalista, desenvolve-se no contexto da hegemonia neoliberal, do pensamento único, renunciando à perspectiva da totalidade, da luta de classes e da revolução; e c) uma terceira, baseada na tradição marxista, com ênfase nas *estruturas econômicas*, nas classes sociais e nos conflitos de classe (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 312, grifos dos autores).

Segundo esses autores, a primeira vertente, a “acionalista”, foi fundada por autores europeus não marxistas, sob inspiração do Maio Francês. O “novo” para estes intérpretes significava a constituição heterogênea dos movimentos sociais, compostos por identidades diversas, sem caráter classista e cujas lutas objetivavam mudanças pontuais.

A leitura fragmentada da sociedade, concebendo de forma desarticulada os campos econômico, político e social, levou os intérpretes desta vertente a considerar os NMS “[...] como movimentos de luta e pressão fora da esfera da produção, mais vinculados ao mercado de consumo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 310)”. Segundo, Montaño e Duriguetto (2010), esta vertente tornou-se hegemônica nas décadas de 1970-80. Como grandes expoentes do pensamento acionalista, os autores destacam Alain Touraine e Tilman Evers.

Os “acionalistas” consideravam que as lutas dos NMS seriam constituídas de ações locais, ligadas ao cotidiano, rejeitando a contradição capital/trabalho e apontando para autonomia do Estado e de partidos políticos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Para estes intérpretes,

[...] os “NMS” não têm e não devem ter o foco de ação no conflito capital X trabalho nem no fim do capitalismo. Para eles, a formação e o agir dos “NMS” dependem menos de condições objetivas (estruturais) do que da existência de um *conflito* (manifesto) e da *vontade* (subjativa) de participação social em torno desse conflito: o ator desses conflitos é o Movimento Social, não as classes, não o Estado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 314).

Analisando o pensamento de dois dos grandes teóricos da teoria acionalista dos NMS, Montaña e Duriguetto (2010), mostram que para Touraine há três elementos que compõem os movimentos sociais: o ator, o adversário e o tema do conflito. Ou seja, analisa-se a ação do ator em torno de um tema específico e determinado, buscando compreender o adversário imediato.

Conforme estes autores, por não considerar a estrutura e as contradições sistêmicas como questões determinantes, Touraine compreende os NMS avessos à possibilidade de transformação social, compreendendo que as ações desses movimentos são questionadoras apenas das orientações culturais da sociedade e não do Estado ou do mercado, por exemplo. E por considerar a sociedade contemporânea, pós-industrial, o conflito social não estaria mais na relação capital/trabalho e sim em questões culturais e simbólicas das relações sociais.

Para Montaña e Duriguetto (2010), assim como Touraine, Evers compreende que os NMS não lutam por transformações ligadas à esfera central do poder. O “novo” estaria no potencial desses movimentos sociais de experimentar novas formas de fazer política, ligadas a um potencial sociocultural e não político. “[...] A luta de classes seria reduzida ao jogo de diferentes grupos de pressão, às pequenas lutas pelas transformações moleculares de cada relação de dominação (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 316)”.

Ainda segundo os autores, os NMS interpretados pela perspectiva pós-moderna possuem duas premissas teóricas balizadoras: “[...] a) *a defesa da crise da razão moderna e a rejeição do conhecimento totalizante;* b) *o fim de qualquer projeto societário que parta pela emancipação do trabalho e que se contraponha ao do capitalismo* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 317, grifos dos autores)”.

A primeira baliza aponta para uma suposta crise dos paradigmas e por isso indica a necessidade de novos modelos teóricos que observem as diferenças da sociedade atual, fundada em fragmentos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Na interpretação destes autores, a concepção da sociedade como um todo fragmentado implica no campo da teoria social, no abandono da interpretação da realidade como uma



totalidade conectada e no campo da práxis política, acaba com qualquer projeto totalizante de emancipação.

A segunda baliza sustenta que na sociedade contemporânea, marcada pela fragmentação social, não há mais possibilidade de identificação tradicional, por exemplo, a de classe. Por isso, nessa perspectiva os NMS defendem o protagonismo das políticas de identidade e decreta o fim da política clássica de classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Montaño e Duriguetto (2010) citam como um dos teóricos defensores desta perspectiva Boaventura de Souza Santos, para ele, os “velhos” movimentos sociais seriam os partidos, sindicatos e movimentos agrários, cujas lutas estariam pautadas na reivindicação objetiva, contra o Estado e pela democracia representativa; enquanto que os “novos” movimentos sociais reivindicariam questões “pós-materialistas” e culturais e lutariam pela democracia participativa.

Segundo os autores, para Boaventura Santos, os NMS, constituem uma crítica tanto à regulação social capitalista quanto à emancipação social socialista, e apontam para lutas transclassistas, ou seja, contra opressões que não atingem uma classe social específica, que colocam a cultura e a qualidade de vida no centro das lutas.

Montaño e Duriguetto (2010) refutam Santos, por considerarem que: 1) a afirmação de que todos os NMS constituem uma crítica ao capitalismo e ao socialismo não é generalizável; 2) porque as expressões da questão social perdem o fundamento no capitalismo, como se a guerra e o racismo, por exemplo, não assumissem particularidades nesse sistema, pois, 3) desconsidera que a qualidade de vida e a cultura possuem sustentação na desigualdade social; 4) porque não leva em conta que a forma de descanso e de vida são condicionadas ou determinadas pela inserção na divisão social do trabalho; 5) porque afirma que as opressões atingem a sociedade como um todo, ignorando que diversas formas de opressão, como segregação sexual, racial, ausência de habitação ou precariedade da mesma, afetam de maneira particular as classes trabalhadoras de baixa renda. Concluem

[...] a proposta de Boaventura de Souza Santos não é a de ampliar as lutas de classes com as lutas atreladas a 'outras formas de opressão' mas de substituí-las. Portanto, nessa análise, essas lutas perdem o caráter verdadeiramente emancipador, podendo realizar seus objetivos exatamente dentro dos marcos do capitalismo; assim, mantendo exploração, alienação, comando do trabalho pelo capital e desigualdade estrutural: com a perpetuação disto, a "emancipação" vira mera retórica! (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 322).

Os autores ainda apontam que na perspectiva pós-moderna a sociedade civil é tomada como a esfera da "diferença, diversidade e pluralismo", ou seja, a sociedade civil é caracterizada como um campo que possibilita escolhas individuais e desta forma, as diferentes subjetividades apontam para a impossibilidade de um *ethos* integrador. Por isso, os pós-modernos consideram que a base dos NMS não é mais a identidade de classe e nem tampouco a exploração e, sim, as identidades individuais de um grupo, direcionando suas lutas contra as diversas opressões que atentam contra estas, ainda que em alguns momentos o enfrentamento a determinadas formas de opressão seja feito em conjunto com outros grupos, por exemplo, contra a fome, o aquecimento global, dentre outros.

A terceira vertente teórica apontada por Montaño e Duriguetto (2010) para explicar os NMS é a marxista. Conforme os autores, a análise marxista dos movimentos sociais dos anos de 1960-70, denominados pelos acionistas como "novos", parte de uma leitura contextualizada dos aspectos da realidade social.

[...] Ou seja, a crise capitalista, os novos centros de conflito e suas novas formas de organização e expressão sociais nada mais são, nessa ótica, do que novas e diversas maneiras de manifestações da fundante contradição capital/trabalho, fundamento da chamada "questão social", que se expressa das mais variadas formas, e as quais os sujeitos enfrentam com um infundável leque de possibilidades. Antes de negar a contradição capital/trabalho, como categoria fundante da sociedade capitalista, esses fenômenos a confirmam (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 323-324).

Conforme os autores, a perspectiva marxista considera o Estado, a sociedade civil e o mercado como parte da mesma realidade histórico-social, e como tal, constituem-se esferas conflituosas e de disputas, constituem-se espaços de lutas de classes. Apontam como grandes pensadores desta vertente Castells e Lojkine<sup>65</sup>. Não vamos

---

<sup>65</sup>Gohn (2006) situa os mesmos pensadores na vertente marxista, entretanto denomina-os de neomarxistas, o que estamos em desacordo, pois como vemos em Montaño e Duriguetto (2010), os autores em questão (Castells e Lojkine) apesar de trazerem uma leitura contextualizada do seu tempo, observando as particularidades do mesmo, não perdem de vista em suas análises a

aqui resumir o pensamento desses teóricos como o fizemos nas outras vertentes, visto que tomaremos os mesmos em nossa análise dos movimentos sociais urbanos.

### 3.1.2 A interpretação dos “Novos Movimentos Sociais” na América Latina

Montaño e Duriguetto (2010) mostram que os NMS na América Latina tiveram inspiração em algumas revoluções do século XX e nas revoltas conhecidas como “Maio Francês”. Dentre as experiências de revoluções socialistas e libertárias, os autores citam a: Revolução Russa, a Revolução Cultural chinesa, a Guerra na Coreia, a Revolução no Vietnã, a Revolução dos Cravos a Revolução Cubana e a Revolução Sandinista<sup>66</sup>. Na análise desses autores, buscando impedir que as Revoluções se generalizassem na América Latina, tendência que vinha se desenhando na arena política, os Estados Unidos e a burguesia internacional, a fim de garantir a hegemonia capitalista, investem em duas estratégias: a cooptação de intelectuais e a coerção militar.

Segundo Gohn (2006), enquanto os NMS

[...] na Europa se contrapõe ao “antigo” movimento da classe trabalhadora; na América Latina se refere aos movimentos que não se envolviam com os esquemas da política populista, do jogo de favores e relações clientelistas. Em ambos os casos o que há de novo realmente é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas (GOHN, 2006, p. 124).

Para esta autora, o esforço de interpretação das novas formas de movimentos sociais que estavam acontecendo na América Latina não chegou a constituir um paradigma latino-americano. Segundo a autora as interpretações latino-americanas sobre as novas formas que apareciam de movimentos sociais foram fortemente influenciadas pelo paradigma europeu, em suas duas vertentes: a marxista e a dos Novos Movimentos Sociais ou “acionalista”. Na década de 1970, a influência nas interpretações latino-americanas era das formulações de Castells, enquanto que nos anos de 1980 passou a ser dos “acionalistas”.

---

contradição capital/trabalho e a leitura da realidade como uma totalidade social, categorias negadas pelos neomarxistas, como vimos.

<sup>66</sup>Ver Montaño e Duriguetto (2010, p. 251-255).

Em concordância com Gohn (2006), Montaño e Duriguetto (2010) também afirmam a incorporação dos paradigmas europeus (interpretações “acionistas”, “pós-modernas” e “marxistas”) nas formulações latino-americanas, entretanto divergindo daquela autora, estes autores consideram que as interpretações latino-americanas dos movimentos sociais criaram uma vertente “culturalista”, criada pela fusão de elementos das vertentes acionistas e pós-modernas acerca dos movimentos sociais e da sociedade civil. Para os autores citados, os movimentos sociais latino-americanos foram interpretados tanto pela vertente “culturalista” quanto pela marxista.

Assim, na abordagem “culturalista”, passou-se a valorizar as novas formas de sociabilidade e de valores gerados no interior dos movimentos sociais. O espaço cotidiano passa a ser compreendido como espaço de luta contra a dominação ideológica, política e econômica.

[...] o desempenho dos movimentos sociais é destacado e valorizado no plano de afirmação e constituição de suas identidades, da livre organização, das práticas democráticas e participativas de base, enfatizando a comunidade, a amizade, a solidariedade e o direito à diversidade e respeito à individualidade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 331).

Nessa interpretação, as classes sociais são substituídas, dando espaço a pluralidade de sujeitos coletivos, compreendidos a partir de sua identidade cultural (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Conforme Montaño e Duriguetto (2010), prevalece nas abordagens latino-americanas, inclusive no Brasil, acerca dos novos movimentos sociais, uma tendência de considerar elementos culturais, no que tange ao processo de formação de identidades, a partir do pertencimento em um território, grupo étnico, religioso, ou de gênero e faixa etária, dentre outros. Para estes autores,

[...] a centralidade nas questões identitárias e culturais expressa uma rejeição das abordagens totalizantes da análise desses movimentos (a exemplo da marxista), reivindicando uma leitura que incorpore as contribuições desses movimentos no campo de suas ações específicas e particulares (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 331).

Os autores apontam que na segunda metade da década de 1980 desenvolveram-se também análises sobre a relação dos movimentos sociais e o Estado, no sentido de antagonismos entre estes. Nestas análises o Estado aparecia como o adversário dos setores populares. Essa matriz denominada “institucional” apontava para a necessidade de explicar “[...] *os efeitos políticos institucionais da ação coletiva ou o impacto de suas organizações e manifestações no regime político* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 333, grifos dos autores)”. O enfoque, segundo os autores, requeria a compreensão sobre a forma como os movimentos urbanos se relacionavam com partidos políticos e agentes externos e como se processava a negociação com o Estado.

Para os autores, nestas análises o Estado aparecia como principal propulsor dos movimentos sociais, principalmente por omissão de seu papel no fornecimento de serviços coletivos e aparecia também como fator de retração dos mesmos.

De forma que, o eixo de luta dos movimentos sociais seria a expansão de canais institucionais e extrainstitucionais de participação, vistos como caminhos para aprofundamento da democracia e da cidadania. Nesta perspectiva, “[...] o objetivo dos movimentos sociais é generalizar os interesses enquanto coletivos e instituí-los em direitos, contribuindo, por essa via, para o aprofundamento da democracia (MONTAÑO; DURIGUETTO 2010, p. 335)”.

Vimos com este retrospecto teórico que o debate sobre os movimentos sociais, sobretudo, os contemporâneos, é permeado por diferentes interpretações.

Gohn (2006), considerando a ausência de um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais, aponta que qualquer interpretação dos movimentos sociais latino-americanos precisa levar em consideração as diferenças históricas da realidade desta região.

A autora desenvolve uma análise que une pontos das duas correntes do paradigma europeu de interpretação dos movimentos sociais: uma abordagem marxista-gramsciana que considera as relações a partir de um prisma macroestrutural e a abordagem “acionalista” dos novos movimentos sociais, dos quais são retiradas

categorias fundamentais para desenvolver interesses classistas, como solidariedade e identidade. Com estes fundamentos Gohn (2006, p. 251) considera que os:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses comuns. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados (GOHN, 2006, p. 251).

Para esta autora, os movimentos sociais contribuem para as transformações de um país, que podem ser de natureza progressista, conservadora ou reacionária. Estão fundamentados em entidades e organizações da sociedade civil e política e possuem demandas ligadas a questões tanto socioeconômicas quanto político-culturais. Desta feita para Gohn (2010, p. 251), “[...] os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política”.

Ammann (2008), por sua vez, buscando compreender se os movimentos populares de bairro se constituem como genuíno Movimento Social chega à seguinte conceituação: “[...] Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade [...]”, possuindo como ponto central a insatisfação frente às situações de opressão de um grupo ou da sociedade (AMMANN, 2008, p. 22).

Desta feita, partindo da premissa de que a característica fundante de um movimento social é a *contestação*, Ammann (2008), considera que existem movimentos reivindicativos de bens e serviço coletivos que buscam respostas em uma relação de cooperação com o Estado, o que faz com que estes não sejam considerados pela autora como movimentos sociais autênticos.

Tanto para Amman (2008) quanto para Gohn (2006) é um reducionismo teórico pensar os movimentos sociais apenas pelo prisma da luta de classes, já que o capitalismo abarca outras formas de lutas que não se limitam à classe, por exemplo, questões ligadas ao gênero e etnia, ainda que neste sistema estas formas de opressão tenham especificidades. Assim, segundo estas autoras, os movimentos sociais possuem natureza heterogênea, podendo representar diversos interesses, que podem ser de classe (tanto dominante, quanto dominada), ou sem caráter de classe, como étnicos, religiosos, regionais, dentre outros.

Desta forma, a partir das autoras citadas, podemos afirmar que a questão que une as concepções acerca dos movimentos sociais é que independentemente de sua natureza, todos trazem em seu bojo o caráter coletivo e a contestação ou a defesa de interesse, projetos, ideias, posições sociais e valores.

Não é nosso objetivo aqui aprofundar o debate sobre as disputas conceituais e interpretativas acerca dos movimentos sociais<sup>67</sup>. O que buscamos foi tão somente apresentar ao leitor que o campo de estudos sobre os movimentos sociais apresenta diversas abordagens. Nesse sentido, seguimos com algumas considerações feitas por Montaño e Duriguetto (2010), as quais tomamos como referência em nosso trabalho.

Inicialmente, os autores apontam duas importantes distinções acerca da conceituação dos movimentos sociais. Primeira, que existe diferença entre movimento social e mobilização social, uma vez que o primeiro apresenta uma organização que possui certa formalidade e estabilidade, enquanto o segundo, diz respeito a uma atividade pontual, que inclusive pode ser tomada como estratégia do movimento social. Segunda, que existe diferença entre movimento social e ONGs.

[...] por um lado, o *Movimento Social*, dentre outras determinações, é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões – o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão. Por seu turno, a *ONG* é constituída por agentes, remunerados ou voluntários, que se mobilizam na resposta a necessidades, interesses ou reivindicações em geral alheios, não próprios (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 264, grifos dos autores).

---

<sup>67</sup> Ver a tabela formulada por Montaño e Duriguetto (2010, p. 341).

Montaño e Duriguetto (2010, p. 337-351) abordam algumas características sobre os movimentos sociais, tanto clássicos quanto dos NMS, e da sociedade civil, considerando que:

a) O movimento sindical, enquanto um movimento clássico se configura a partir da condição classista de seus membros, podendo ser tanto de trabalhadores quanto de capitalistas. O que aponta para as contradições diretamente ligadas à esfera produtiva, de forma que, os processos de lutas dos trabalhadores (greves, ocupações de fábricas, dentre outros) se desenvolvem apontando para a contradição capital/trabalho. A visualização da classe burguesa e da exploração de classe tende a ser mais nítida, ou seja, a determinação econômico-política é central na luta de classes. O objetivo da luta é colocar limites na exploração da força de trabalho, que pode ficar no âmbito reformista, reivindicando apenas elevação de salários, leis trabalhistas, dentre outras, ou pode tomar o projeto de transformação da ordem, a partir do desenvolvimento da “consciência de classe”, vindo a questionar a propriedade privada e a exploração, dentre outras questões presentes na ordem burguesa.

b) Os chamados “novos movimentos sociais” são considerados, em uma abordagem marxista, como complementares ao movimento sindical e não como substituto do mesmo. São compreendidos como “desdobramentos da questão social”, portanto, fundados na contradição capital/trabalho. São entendidos como decorrentes das “desigualdades geradas na esfera produtiva”, ou seja, as ações desses movimentos sociais são compreendidas como “desdobramentos e confluências com as lutas de classes”.

As ações sociais, e os movimentos sociais, podem se organizar em torno de demandas pontuais, e podem se desenvolver em espaços localizados, mas isso não retira o fato, nessa perspectiva, de terem vinculação com a forma dada no sistema capitalista de produção e distribuição de riqueza (fundada na relação de exploração entre as classes antagônicas, capital e trabalho), e seu acionar ter impactos (positivos ou negativos, transformadores ou mantenedores) das relações e estruturas nas esferas estatal, mercantil e da sociedade civil (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 324).



Sendo assim, conforme bem mostram os autores, os sujeitos coletivos contemporâneos, cujas lutas se apresentam contra a dominação e a exploração capitalista ou contra seu sistema cultural, não se tratam de “novos sujeitos” ou “novos atores sociais”, nomenclaturas que obscurecem a categoria classe social. Ao contrário, estes movimentos sociais apontam para “[...] novos conteúdos e novas formas de dominação e exploração capitalista (ÁLVAREZ apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 343)”.

Os NMS visualizam o Estado como alvo de demandas e pressões, ficando o verdadeiro inimigo obscurecido. Os objetivos de suas lutas aparecem como não estando diretamente ligados à exploração, e sim ao acesso ao consumo de bens e serviços coletivos. O que faz com que as lutas fiquem no campo “reformista mercantil”, objetivando serviços sociais e equipamentos coletivos ou no campo “político”, apontando para a defesa dos direitos humanos, políticos e sociais, o que não significa que não possam se orientar para um objetivo mais amplo, “revolucionário”, ou seja, de transformação da ordem estabelecida.

Portanto, conforme mostram os autores, não se trata de ignorar as lutas dos NMS e sim, de integrá-las às lutas fundadas na contradição capital/trabalho, e que visam à superação do sistema capitalista. As lutas dos NMS estão para além desta contradição, entretanto, na sociedade capitalista são fundadas por esta (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

c) Na análise de Montaño e Duriguetto (2010), a compreensão da sociedade civil tem sido um ponto fundamental no que tange à compreensão do papel dos movimentos sociais na luta pela transformação social.

Apontamos anteriormente que, segundo os autores, em uma abordagem pós-moderna as organizações do denominado “terceiro setor” (ONGs, principalmente) são tomadas como “sociedade civil organizada”. Estas organizações são caracterizadas pelos teóricos pós-modernos como: interclassistas, pois comportariam parceria entre diversas classes sociais, com o Estado e empresas. Nesta perspectiva, não há luta de classes ou outras contradições sociais. Assim, essas organizações desenvolveriam “ações sociais” – (“altruístas, solidárias, de ajuda

mútua ou auto-ajuda”) no interior da sociedade civil, tida como um espaço “coeso”, em que o Estado é tomado como parceiro – cujos objetivos possuem caráter compensatório focalizado.

Em outra perspectiva, apontada por Montaño e Duriguetto (2010) como “culturalista”, a sociedade civil tem sido compreendida como esfera pública, não-estatal. Conforme os autores, nesta abordagem a criação de espaços (extra)institucionais de democracia participativa, enquanto novos espaços públicos, são apontados como estratégias de fortalecimento da esfera pública não-estatal ou da chamada sociedade civil. O conceito de sociedade civil apontaria para autonomia frente o Estado e o mercado, e a convivência equilibrada entre as três esferas, dar-se-ia por meio da interação social no espaço público não-estatal.

[...] As classes sociais são substituídas, nessas abordagens teóricas, pela pluralidade de sujeitos coletivos, concebidos a partir dos significados contidos em sua prática social, dos sentidos do seu existir, do seu imaginário e identidade cultural (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 331).

Ao retirar a luta de classes da centralidade, estas interpretações apontam para uma parceria entre diversos atores sociais no interior da sociedade civil, na luta contra os “[...] males sociais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010)”.

Contraopondo-se a estas análises, Montaño e Duriguetto (2010), sinalizam uma leitura acerca da sociedade civil a partir da totalidade social. Assim, visam a compreendê-la a partir da contradição capital/trabalho, e a tomam como espaço de disputas de projetos societários divergentes entre si. A sociedade civil é resgatada pelos autores, a partir da concepção gramsciana, onde a mesma é vista como espaço de luta das classes sociais organizadas e articuladas em torno de seus projetos. É esta concepção, apontada desde o início neste trabalho, que estamos considerando.

Finalizando, os autores destacados neste estudo, apontam para a debilidade a ser enfrentada pelos NMS, a tendência à fragmentação. Essa característica, na análise compreendida fica explícita quando estes movimentos deixam clara a sua autonomia em relação a partidos políticos e sindicatos, ou a outras organizações com estrutura

mais ampla, tendendo assim, a lutas econômico-corporativas, particulares, localizadas.

[...] a fragmentação e a ausência da mediação de organizações e projetos revolucionários revelam os limites do espontaneísmo, *hegemonicamente* presentes nas lutas dos chamados Novos Movimentos Sociais. Quando as lutas sociais emergem como lutas anticapitalistas é também fortemente presente uma visão localista, nacional, territorial das transformações (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 349, grifos dos autores).

Como claramente apontam os autores, um dos maiores desafios atuais do projeto socialista é conseguir vincular as diversas formas de lutas em um único projeto contra-hegemônico. Construção que no nosso entender se faz importante na mediação da educação popular.

Assim, consideramos que a organização da classe trabalhadora em movimentos sociais contribui para a formação educativa dos sujeitos de uma maneira ímpar, vejamos o porquê.

### 3.2 O CARÁTER PEDAGÓGICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Conforme vimos, o processo de alienação produtiva impacta na consciência do homem, dificultando sua percepção enquanto ser criativo, protagonista de sua história; sujeito que se faz na coletividade e, enquanto parte desta, torna-se produtor da riqueza social, de maneira que, no sistema capitalista a única forma de o homem reconciliar-se com sua natureza é através de sua conscientização e de sua ação em um processo contínuo de luta.

Ao falar sobre o processo de formação da consciência de classe, Cruz (2010), a partir de autores clássicos e contemporâneos do marxismo<sup>68</sup>, aborda as fases pelas quais o trabalhador deverá passar, para sair da condição de consciência alienada para uma consciência revolucionária. A questão que norteia a análise do autor é quanto à possibilidade de um trabalhador, que vive em relações de produção alienadas, devido às características do sistema capitalista, chegar a ter uma

---

<sup>68</sup> Marx, Engels, Gramsci, Luckács e Iasi.

consciência de que sua libertação plena está condicionada à transformação desta sociedade. Assim, o autor segue demonstrando as fases a serem superadas.

Conforme Cruz (2010, p. 95-98), a primeira forma de consciência denominada de “**consciência alienada**” ou “momento egoístico-passional”, é quando o indivíduo (trabalhador) encontra-se individualizado e, por isso não se percebe produtor e tampouco percebe os outros como cooperadores na produção da riqueza social. Desta forma, isola-se, individualiza-se, de maneira que não percebe o outro como um igual, ao contrário, o outro torna-se para ele um adversário. Ou seja, a consciência alienada leva à naturalização e aceitação das relações sociais pautadas na exploração. Para sair deste círculo vicioso, é preciso que este trabalhador, ao passar por momentos de crise, decorrentes das contradições sociais, questione estas situações concretas e imediatas. Tal questionamento poderá levá-lo tanto a uma aceitação da situação quanto à sua aproximação com outros trabalhadores, organizados em movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, que possuem o mesmo problema. Se seguir a segunda alternativa, poderá superar a fase

[...] do indivíduo isolado, alienado e egoísta, [...] para o militante de alguma causa social, seja nos movimentos pastorais, sociais e sindicais”; [...] [a partir dessas experiências] percebe que a luta pela mudança social passa pela participação e envolvimento em alguma dessas formas de organização, criadas coletivamente pelos trabalhadores (CRUZ, 2010, p.98).

Neste sentido, percebemos que a própria inserção do indivíduo em movimentos sociais, já o coloca em uma condição de ensino-aprendizagem privilegiada, pois por se pautarem na coletividade, já trazem em si, uma prática educativa voltada para a solidariedade e a participação social.

Por isso, Cruz (2010) denomina a segunda forma de consciência como: “**consciência para a cidadania**” ou “consciência da reivindicação” ou ainda “consciência sindicalista”. Neste momento, o indivíduo passa da consciência egoísta, individualista, para uma consciência coletiva.

A inserção no movimento leva o indivíduo a perceber-se como protagonista na luta por sua emancipação, na luta por efetivação e ampliação de seus direitos, leva-o a acreditar na possibilidade de mudanças sociais. Ou seja, “[...] essa mediação dos

movimentos sociais é fundamental, porque mostra ao trabalhador que a dimensão de seus problemas não é individual, mas sim social, e por isso reclama para sua solução medidas também sociais [...] e coletivas (CRUZ, 2010, p. 99)”.

Considerando o caráter da coletividade, Gohn (2009, p.17-21) aborda três dimensões educativas dos movimentos sociais em geral: organização política, cultura política e espacial-temporal. **A dimensão da organização política** considera que a prática organizativa leva a uma conscientização acerca da cidadania, dos direitos e deveres na sociedade, em que participam vários agentes; possibilita um conhecimento do funcionamento da máquina estatal, de como articular estratégias para alcançar os objetivos propostos; de saber identificar os interesses em jogo, entre outros.

Para a autora esta dimensão leva à construção da “cidadania coletiva”, cuja concepção, mediada pelos movimentos sociais, constrói-se a partir das lutas cotidianas, gerando uma identidade político-cultural entre os sujeitos. Esta “cidadania coletiva”, segundo, a autora, se opõe àquela que aponta para uma cidadania individual, de cunho conservador, cujo caráter educativo é para a “cooperação geral”, entendida como adequação ou enquadramento na ordenação social, e não para a co-participação ativa dos sujeitos na construção de sua história. Para nós não se trata da construção de uma identidade político-cultural que gera uma “cidadania coletiva” como mostra Gohn (2009), e sim, contradição, conforme Cruz (2010) que este nível da consciência possui. Ou seja, por um lado supera os interesses individualistas, por outro a formação da identidade de classe ainda está limitada aos interesses imediatos de cada movimento social, o que conduz à luta por direitos dentro da ordem capitalista.

Se tomarmos como referência os momentos da consciência política apontados por Gramsci (1991), descritos no capítulo 1, podemos dizer que seria uma consciência “econômico-corporativa”. Esta identificação corporativista faz com que a luta dos movimentos sociais fique ao nível da pequena política, pois, estes não percebem que os seus interesses correspondem aos interesses de uma mesma classe. A luta assim limita-se a uma proposta de cidadania que busca concessões, nos limites da ordem burguesa.

Já a segunda dimensão educativa dos movimentos sociais, apontada por Gohn (2009), é a **dimensão da cultura política**. A autora considera que a prática cotidiana dos movimentos sociais leva a uma reflexão das experiências vivenciadas, fornecendo ao grupo condição para uma reflexão do presente. Assim, a reflexão sobre as vivências alimenta futuros processos de luta, de forma que a metodologia de ação mudará conforme a conjuntura, entretanto seu eixo norteador continua sendo a construção coletiva das estratégias. Neste sentido, consideramos esta dimensão importante para a passagem da consciência individualista para a consciência de classe. Não obstante, é importante ressaltar que mesmo por uma perspectiva de coletividade o conteúdo político que orienta as ações desses movimentos pode ser gestado por paradigmas sociais antagônicos. Sendo assim, apenas a inserção no movimento social não é suficiente para o alcance da consciência de classe, podendo inclusive reafirmar o estado de alienação, como veremos mais adiante com Cruz (2010). Por ora basta-nos destacar a importância da educação popular para a formação de uma cultura política que possa se caracterizar como uma cultura popular como anteriormente abordamos com Jara (1981).

Por último a **dimensão espacial-temporal**, segundo Gohn (2009) leva à consciência do espaço, do ambiente, gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana; a organização e participação nos movimentos sociais permitem uma leitura histórica dos problemas, de maneira que as pessoas se percebem como construtoras do espaço, através da luta cotidiana; contribui para uma releitura do espaço público, gerando processos de resistência, recuperando elementos da consciência fragmentada, podendo levar à articulação da classe, na construção de pontos de resistência à hegemonia dominante, construindo a hegemonia popular.

Entretanto, conforme vimos, um movimento social pode levar tanto à luta por transformação quanto à conformação, e conseqüentemente, à preservação da ordem estabelecida na sociedade. Desta forma concordamos com Cruz (2010), quando destaca que a segunda forma de consciência (para cidadania ou da reivindicação) é portadora de uma contradição que pode limitá-la, qual seja, a própria realização do objetivo da luta coletiva imediata, pois a conquista do que está sendo reivindicado, pode levar a conformação à ordem estabelecida, retomando os mecanismos da alienação, ou seja, “[...] se a consciência cristalizar-se nesta fase,

ela pode acabar reforçando aquilo que pretendia negar (CRUZ, 2010, p. 101)”. Não queremos com isso negar os ganhos que tais lutas podem gerar para a classe trabalhadora.

Neste sentido, o autor indaga: como romper com esta consciência que se limita ao corporativismo, como chegar a uma “consciência de classe ou revolucionária”, já que apenas a inserção nas organizações coletivas da classe trabalhadora - apesar de fundamental - é ao mesmo tempo insuficiente para a construção desta consciência crítica, em que a luta principal passa a ser por um modelo de sociedade que se oponha essencialmente ao atual? Cruz (2010, p. 8), conclui que

[...] a prática militante precisa encontrar a mediação teórica que permita ao trabalhador caminhar no processo de consciência de classe. Essa mediação teórica é fundamental para dar coerência e unidade às ações coletivas implementadas pelos trabalhadores, nos seus diversos movimentos de contestação da ordem do capital. Ela só pode ser obtida pelo estudo, pela formação teórico-política dos trabalhadores em suas diversas formas de organização (CRUZ, 2010, p. 8).

Com isso, observamos que o movimento dialético desta formação da consciência crítica consiste em perceber que a classe trabalhadora deve, ao mesmo tempo na sua dinâmica organizativa (movimentos sociais, sindicatos e partido político), assumir as bases teóricas necessárias à formação da consciência crítica revolucionária.

Desta feita, a educação popular, tomada pela classe trabalhadora como instrumento para sua formação politico-ideológica e para construção de sua contra-hegemonia, contribui de maneira fundamental para a luta e consolidação de um projeto societário mais igualitário e justo.

Só assim que poderemos concordar com Souza (1998, p. 21), quando afirma que

[...] a dimensão pedagógica da prática organizativa das ações coletivas é ela mesma uma contribuição insubstituível para a produção da cidadania entre as camadas da classe trabalhadora. Cidadania reinterpretada na perspectiva da transformação da realidade, que aponta para a democracia como um modelo libertador, a partir de uma posição política a serviço do reordenamento do conjunto das relações sociais (SOUZA, 1998, p. 21).

Feitas estas considerações seguiremos com uma proposta de abordagem sobre os movimentos sociais urbanos, dado o nosso objeto de estudo<sup>69</sup>.

### 3.3 PROPOSTA DE ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Os Movimentos Sociais Urbanos traduzem as disputas, contestações e insatisfações decorrentes das contradições no espaço citadino urbano.

Assim, segundo Castells “[...] *urbano* designaria então uma forma especial de ocupação do espaço por uma população (1983, p. 40)”. Portanto, qualquer questão ligada à problemática urbana deve considerar a formação deste espaço, uma vez que, conforme este autor, o processo de urbanização é a materialização, no espaço, da dinâmica do modo de produção capitalista. Pois,

[...] o desenvolvimento do capitalismo industrial, ao contrário de uma visão ingênua muito difundida, não provocou o reforço da cidade e sim o seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos. Com efeito, a constituição da mercadoria enquanto engrenagem de base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais sobre um espaço mais vasto, a homogeneização do sistema institucional, ocasionam a irrupção da conjunção de uma forma espacial, a cidade, e da esfera de domínio social de uma classe específica, a burguesia (CASTELLS, 1983, p. 45).

Portanto, à medida que o modo de produção capitalista vai se desenvolvendo, concomitantemente vai se configurando um espaço diferente do que se tinha e, conseqüentemente, modos de sociabilidade diferentes.

É assim que, conforme Lefebvre (1999), ao falar de produção, Marx se refere a um processo que deve ser compreendido em sua acepção mais ampla, significando

[...] produção de coisas (produtos) e de obras, de idéias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades. [...] [Portanto,] quem diz “produção” diz também “reprodução”, ao mesmo tempo, física e social: reprodução da vida (LEFEBVRE, 1999, p. 37-38).

---

<sup>69</sup>De antemão queremos clarear ao leitor que se trata de uma opção metodológica frente às diferentes interpretações sobre os movimentos sociais.



Partindo de uma análise dos textos de Marx e Engels, Lefebvre (1999), mostra que a separação entre cidade e campo é produto da divisão social do trabalho. Segundo este autor, a Revolução Industrial é a propulsora das grandes cidades industriais.

Conforme Castells (1983), o fenômeno de industrialização, acarreta a urbanização, e conseqüentemente, o processo migratório, devido à decomposição das estruturas rurais. Segundo este autor,

[...] a noção ideológica de urbanização refere-se ao processo pelo qual uma proporção significativamente importante da população de uma sociedade concentra-se sobre um certo espaço, onde se constituem aglomerados funcional e socialmente interdependentes do ponto de vista interno, e numa relação de articulação hierarquizada (rede urbana) (CASTELLS, 1983, p. 47).

Conforme Lefebvre (1999, p. 11), Engels ao analisar a situação da classe operária demonstra que no capitalismo há uma “[...] dupla tendência centralizadora [...]”, qual seja, “[...] a concentração da população acompanha a do capital”. Desta feita a instalação de uma indústria, em um espaço, atrai a classe trabalhadora, que segue em busca de emprego. Por sua vez, a aglomeração desta nas proximidades da grande indústria atrai novas indústrias, que visam a “usar” a força de trabalho.

Na análise do autor, os elementos da produção capitalista passam a estar em um mesmo espaço, neste caso na cidade. “[...] Ali se reúnem todos os elementos da indústria: os trabalhadores, as vias de comunicação (canais, estradas de ferro, estradas), os transportes de matérias-primas, as máquinas e técnicas, o mercado e a bolsa (LEFEBVRE, 1999, p. 12)”.

Em concordância com este autor, Silva (2010) mostra que a partir da revolução industrial, a cidade passou a ser considerada um espaço privilegiado para a reprodução do capital, ou seja, para produção, distribuição e consumo da riqueza social, tornando-se o Estado o principal agente de legitimação e criação de condições necessárias para o seu desenvolvimento, como vias de transporte, meios de comunicação, meios de circulação, sistema de crédito, equipamentos e serviços de caráter coletivo para garantir a reprodução da força de trabalho.

Silva (2010) demonstra que a ação do Estado, na criação da infraestrutura, visando à instalação do capital, influi na dinâmica do espaço, tanto na questão paisagística, quanto na configuração arquitetônica. A autora conclui que a formação das cidades capitalistas é produto do processo que envolve a concentração dos meios de produção no espaço e a aglomeração de pessoas no entorno das indústrias, formando bairros, pequenas cidades e grandes centros urbanos.

Para Lefebvre (1999), a cidade capitalista traz três elementos fundamentais: no plano econômico, a indústria; no plano social, a propriedade privada; e, no plano político, o Estado. Desta forma, as características da cidade capitalista em relação ao campo observadas por Marx, segundo Lefebvre (1999), apontam que a cidade funciona como espaço de concentração dos meios para a produção (em sentido amplo), enquanto que o campo leva à dispersão e ao isolamento. Além disso, conforme o autor, cabe à cidade, as funções de administração e comando, o que acaba acirrando a divisão da população em classe.

Lojkine (1997, p. 146) considera que a cidade capitalista apresenta duas características que a diferencia das cidades de períodos anteriores, quais sejam: o aumento da concentração dos meios de consumo coletivo e a forma de aglomeração dos meios de produção, tanto do capital quanto da força de trabalho.

Desta feita, Lojkine (1997, p. 176), afirma que a concentração da população em um território restrito não se trata de um fato demográfico, definindo “[...] a cidade capitalista como produto de uma dupla socialização: a das condições gerais da produção e a do espaço [...]”, sendo a aglomeração urbana o reflexo desse processo.

Assim, a cidade representa “[...] a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades [...] (LOJKINE, 1997, p. 159)”, estando sua dinâmica ligada à própria lógica de acumulação capitalista, uma vez que, a urbanização aparece como componente essencial na busca do capital em aumentar sua produtividade, procurando assim, socializar as condições gerais da produção.

Na análise de Lojkine,

[...] o que explica a aparente autonomia dos fenômenos urbanos é o fato deles pertencerem à *divisão do trabalho na sociedade* e não à divisão do trabalho *na unidade da produção*: ora a divisão “social” do trabalho – cuja separação cidade-campo é a base fundamental – pertence às *formações econômicas das mais diversas sociedades e não, como a divisão “manufatureira” ou a fábrica, apenas à formação capitalista* [LOJKINE, 1997, p. 159, grifos do autor].

Assim, vemos que as considerações feitas por este autor aprofundam a análise da questão urbana, na medida em que demonstram que a relação dialética cidade-campo – em que a cidade aparece como espaço de concentração enquanto o campo aparece como isolamento da “[...] população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades [...] (LOJKINE, 1997, p. 164)” – é concretizada atualmente pela segregação espacial entre os grandes centros urbanos, que concentram as funções de comando e o trabalho intelectual, e as periferias, que concentram as atividades de execução e a força de trabalho empobrecida.

Nesse sentido, Lojkine considera o urbano como um espaço decisivo na luta de classe, sendo um desafio fundamental desvendar a contradição que se esconde atrás do “[...] problema da distribuição social e espacial desigual dos meios de consumo coletivos (1997, p. 165)”.

Assim, segundo Silva (2010), seguindo a lógica do sistema capitalista, o espaço urbano também passa por clivagens, constituindo áreas nobres e áreas periféricas, que nada mais são do que a expressão concreta da segmentação da sociedade capitalista, que ao impor sua lógica no espaço citadino acarreta a segregação socioespacial, que segundo esta autora é:

O fenômeno social [...] resultante do processo de relações sociais capitalistas, decorrentes do antagonismo de interesses do capital e do trabalho, que origina as desigualdades sociais, dificultando ou mesmo impedindo o acesso de extensos segmentos sociais ao usufruto da riqueza social (SILVA, 2005, p. 87).

Portanto, como mostra Silva (2010, p. 87), a cidade moderna é portadora de uma contradição inerente ao capitalismo, qual seja, por um lado cria condições para sua

expansão e reprodução do capital e por outro cria condições para a reprodução da força de trabalho, sendo o Estado fundamental nesta empreitada.

Conforme Lojkin (1997), a compreensão do papel do Estado na urbanização capitalista, partindo de uma compreensão em que a intervenção estatal aparece como contratendência do modo de produção capitalista, a fim de atenuar os efeitos negativos acarretados pelo seu desenvolvimento, é insuficiente para a compreensão das políticas urbanas capitalistas, uma vez que não evidencia o caráter contraditório do desenvolvimento das condições gerais da produção.

[...] A socialização estatal da reprodução da força de trabalho, bem como da reprodução dos meios de comunicação e de aglomeração espacial, conservará, pois, as taras da relação capitalista. Longe de suprimir a contradição entre os meios de reprodução do capital e meios de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exarcebá-la, tornando-se um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com o seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital (LOJKINE, 1997, p. 193).

Para Lojkin (1997), o conceito marxiano de condições gerais da produção é central para a compreensão da urbanização, compreendida como as condições necessárias ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo considerados por Marx, os meios de transporte e comunicação (ou meios de circulação), e - ampliada por Lojkin - para os meios de consumo coletivo e outros meios necessários para a produção e reprodução social do capital e também da força de trabalho.

Assim, segundo o autor, o Estado enquanto principal “[...] agente da socialização espacial das relações de produção (LOJKINE, 1997, p. 113)”, responsável por distribuir social e espacialmente os equipamentos urbanos, refletirá as lutas de classe e as contradições acarretadas “[...] pela segregação social dos valores de uso urbano (LOJKINE, 1997, p. 193)”.

Para o autor, a interpretação da política urbana no sistema capitalista deve levar em conta o seu estágio monopolista, pois este acarreta um movimento cada vez maior de monopolização e proletarização, de forma que a fragmentação no interior das classes sociais aponta para o predomínio de uma pequena fração monopolista sobre as demais frações da classe capitalista e do proletariado. Considerando essas

fragmentações, Lojkine (1997) afirma que a análise da política urbana não deve reduzir-se apenas à contradição capital e trabalho, mas deve considerar também as contradições de interesses dos grupos monopolistas e os grupos do pequeno e médio capital, interesses esses cada vez mais distantes.

Feitas essas considerações sobre a questão urbana e o papel do Estado e a fragmentação das classes sociais no estágio monopolista, Lojkine considera que

[...] a partir do momento em que a cooperação das forças produtivas humanas e materiais não se limita mais à unidade física da fábrica, mas atinge, através da “empresa conjugada” do grupo monopolista, o conjunto de um território nacional, e depois, dos conjuntos multinacionais, não se pode mais separar a concentração dos homens e a das máquinas, os lugares de reprodução da sua força de trabalho e os lugares da acumulação do capital (LOJKINE, 1997, p. 343).

É nesse sentido que o autor afirma o urbano como um dos espaços decisivos da luta de classes e o “Político” como “[...] o lugar onde se efetua a transição de um modo de produção para outro, o lugar onde a luta de classes é levada ‘até o fim’ (LOJKINE, 1997, p. 313)”. De forma que para o autor,

[...] um movimento social caracteriza-se primeiramente pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema sócio-econômico em vigor (LOJKINE 1997, p. 315).

Assim, conforme este autor, o movimento social analisado de forma mais profunda será definido por sua capacidade de transformação social. É por isso que para Lojkine (1997) a análise dos movimentos sociais urbanos deve considerar a articulação com o movimento operário, em suas formas de organização tradicional, sindicato e partido político, sendo que esta articulação poderá levar o movimento social urbano à possibilidade de luta hegemônica.

Diante do exposto, a análise dos movimentos sociais urbanos deve considerar as particularidades de formação do tecido urbano, já que esta ocorreu de maneira diversificada nas economias centrais e nos países dependentes, devido à posição

que estes ocupam na divisão internacional do trabalho<sup>70</sup>. Desta maneira, Castells (1983, p. 106) afirma que

[...] a urbanização na América Latina não é a expressão de um processo de “modernização”, mas a manifestação, a nível das relações sócio-espaciais, da acentuação das contradições sociais inerentes a seu modo de desenvolvimento – desenvolvimento determinado por uma dependência específica no interior do sistema capitalista mundial (CASTELLS, 1983, p. 106).

Assim, os movimentos sociais urbanos, são considerados para muitos autores, como por exemplo, Pereira “[...] como surgimento, ou ressurgimento, de movimentos reivindicatórios urbanos conduzidos através de formas associativas vinculadas ao local de moradia: bairros operários, vilas e favelas (2001, p. 88)”. Oriundos, conforme o autor, da escassez de serviços, de condições precárias de reprodução e deteriorização do padrão de vida.

Devido às particularidades brasileiras, para outros autores, a mesma ideia aparece vinculada ao adjetivo popular, como é o caso de Gohn (2007, p. 7) que aponta que os movimentos populares urbanos são “[...] reivindicatórios de bens e equipamentos coletivos de consumo e questões ao redor da moradia, usualmente articulados territorialmente ao nível do bairro ou de uma região”.

Para Souza (2004, p. 102, grifos da autora), “*Movimento Popular Urbano é o esforço coletivo e organizado da população pobre na tentativa de solucionar a seu favor as contradições engendradas pelo desenvolvimento urbano capitalista*”. Neste sentido, esta autora aponta que as principais frentes de luta seriam: moradia, transporte, energia elétrica, água, creche, dentre outras ligadas ao consumo coletivo.

Para fins de nossa análise quando nos referirmos ao conceito “movimento social urbano”, com base em Lojkin (1997), estaremos nos reportando às lutas das classes dominadas contra o domínio de uma fração monopolista sobre o solo urbano e os equipamentos e serviços de consumo coletivos, elementos essenciais para a reprodução adequada da força de trabalho. E quando usarmos o adjetivo popular estaremos nos referindo a estas práticas organizativas, empreendidas em bairros

---

<sup>70</sup> Para compreensão desta questão sugerimos a leitura de Marini (2000).

considerados periféricos, ocupados por segmentos empobrecidos da classe trabalhadora.

Em nossa análise, a formação do urbano é produto do processo de desenvolvimento imposto pela ordem capitalista, tornando-se palco privilegiado para as manifestações da questão social, que variam e se acirram quanto mais o capitalismo se desenvolve<sup>71</sup>. Como bem analisa Iamamoto,

[...] a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho com [sic] meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Assim, compreendemos que os movimentos populares urbanos trazem à tona antagonismos da sociedade capitalista, podendo se tornar um forte instrumento de contestação da ordem estabelecida, quando articulados com outros movimentos sociais da classe trabalhadora.

Consideramos que mesmo quando limitados a uma consciência voltada para a cidadania ou reivindicativa, os movimentos sociais urbanos são importantes, principalmente se olharmos a maneira peculiar das economias dependentes, onde a força de trabalho é superexplorada (MARINI, 2000), e ainda a forma particular de como se deu o processo de formação social e a configuração do Estado brasileiro, pautados em uma profunda desigualdade social.

Essa importância se reafirma no momento atual, em que, segundo Iamamoto (2001) aparecem quatro novas mediações que influem diretamente na produção da questão social e, conseqüentemente na luta de classe. 1) O estágio financeirizado do

---

<sup>71</sup>Para se ter uma visão geral do debate sobre a questão social sugerimos a leitura do artigo: IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília: Abepss, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./ jun. 2001.

capitalismo. 2) A flexibilidade produtiva. 3) Os ajustes neoliberais. 4) As novas formas de sociabilidade influenciada pela lógica do mercado.

No que tange ao estágio monopolizado lamamoto (2001), pautada nas análises de Salamá, mostra que a financeirização do capitalismo acarreta uma maior concentração da renda e, conseqüentemente, do aumento da pobreza. Os efeitos sobre os países periféricos são ainda mais devastadores, visto que, a orientação dos organismos multilaterais aponta para abertura econômica, que além de acarretar o fechamento de empresas nacionais, favorece a elevação da taxa de juros, o que faz com que estes países fiquem vulneráveis ao ingresso de capitais especulativos. Além disso, as exigências sobre estes países de pagamento de taxas cada vez mais elevadas com os serviços da dívida acarreta esvaziamento das políticas sociais, uma vez que os recursos que deveriam ser destinados para implementação das mesmas, acaba sendo desviado para amortecimento da dívida<sup>72</sup>.

Quanto à flexibilidade na produção, lamamoto (2001), afirma ser esta uma tendência no padrão de acumulação. Como mostra a “acumulação flexível” é uma resposta do capital para diminuir os custos da produção e, conseqüentemente, elevar a taxa de lucro, os efeitos disso sobre o trabalho materializam-se na redução de postos de trabalho e na precarização das condições de trabalho. Além disso, afeta duramente a capacidade de organização dos trabalhadores, devido às altas taxas de desemprego e fragmentação da classe.

Já a ofensiva neoliberal, segundo lamamoto (2001) gera mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade civil, uma vez que o Estado reduz sua atuação ante à questão social, acarretando um processo de restrição dos direitos sociais e culpabilização dos pobres, que constituem amplos segmentos da classe trabalhadora brasileira. Conforme a autora,

---

<sup>72</sup>No Brasil, este processo tem provocado efeitos negativos na seguridade social, de onde 20% dos recursos têm sido desviados para pagamento de serviços da dívida (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006).



A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais da dívida interna e externa (IAMAMOTO, 2001, p. 20).

Por fim, lamamoto (2001) mostra que os três processos têm rebatimentos não só na economia e na política, mas também nas “[...] formas de sociabilidade [...]”, em que cada vez mais o mercado vem sendo tomado como “[...] eixo regulador da vida social”. Os efeitos dessa lógica pautada em valores pragmáticos, produtivistas e competitivos são concretizados na cultura, na subjetividade e na sociabilidade, marcadas pelo individualismo e naturalização desta sociedade.

Diante das questões levantadas, faremos, a seguir, uma breve contextualização histórica do processo de urbanização brasileira, de onde procuraremos demonstrar as contradições que levaram à formação de movimentos sociais urbanos no país, mais precisamente, os populares, procurando destacar a importância da educação popular para a unificação das lutas que culminou no regime democrático.

Nesta trajetória buscaremos situar o processo histórico de formação da Grande São Pedro (nosso *lócus* de estudo) associado à conjuntura global, pois consideramos que, numa perspectiva de totalidade, a configuração desta região é resultado do lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho, à medida em que o processo de urbanização deste espaço está vinculado ao fenômeno de industrialização e urbanização brasileiro.

Com isso, objetivamos compreender o cenário brasileiro no campo dos movimentos sociais populares urbanos, apreendendo as tendências e como estes se configuram na região da Grande São Pedro.

### 3.4 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E A EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

O ano de 1929 é um marco na história, data em que se desencadeou a primeira grande crise<sup>73</sup> do sistema capitalista, vindo a comprovar a teoria marxista, no que tange aos ciclos do Capitalismo<sup>74</sup>, de forma que os anos subsequentes caracterizaram-se pela voracidade do Capital em recuperar sua expansão (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Situado neste contexto, o Brasil apresentou os reflexos da crise diretamente no setor agroexportador, desencadeando internamente a Crise do Café. A partir desse momento dá-se início ao processo de industrialização e urbanização no país (LOPEZ, 1980), no Governo de Getúlio Vargas. Conforme Siqueira (2010) a partir dos anos de 1930 a mudança na estrutura produtiva provocou alterações nos padrões de desenvolvimento brasileiro.

Os reflexos desse processo na construção da cidadania foram notórios. Segundo Carvalho,

[...] o ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido. No campo que aqui nos interessa [a construção da cidadania], a mudança mais espetacular verificou-se no campo dos direitos sociais (CARVALHO, 2006, p. 87).

O cenário político brasileiro é marcado por mudanças de governos oligárquicos para a ascensão de governos populistas. O social é marcado por multiplicação de sindicatos e de outras formas organizativas de classe, como partidos políticos. A conjuntura foi favorável a um avanço na dimensão social da cidadania dos brasileiros, que passa a ter um caráter massivo, entretanto, no período populista, esta cidadania era bem mais receptora, tutelada, passiva, do que uma cidadania participativa, ativa e reivindicativa (CARVALHO, 2006).

---

<sup>73</sup>O período da Grande Depressão, como ficou conhecido (1929-1932), caracterizou-se por uma crise de superprodução, que foi desencadeada nos Estados Unidos e espalhou-se por vários países (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

<sup>74</sup>[...] Ela [a crise] precisa ser compreendida por dentro dos ciclos longos de expansão e depressão [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.69).

Voltando ao cenário global, segundo Pereira (2009), a Grande Depressão, decorrente da crise de 1929, foi um período marcado por altos índices inflacionários, por uma onda de desemprego massivo e durável nos países industrializados. Estes acontecimentos levaram a um questionamento da política estatal adotada, fundamentada no ideário liberal, que postulava que o mercado era autoregulável. Contrapondo-se a esta concepção, no que tange ao papel do Estado, as formulações keynesianas ganham notoriedade, pois, postulavam que esta autoregulação do mercado era impossível, sendo necessária assim a ação estatal para regular e assegurar o equilíbrio no mercado, que só ocorreria a partir de uma situação de pleno emprego.

Após a Grande Depressão, o capitalismo viveu os “trinta anos gloriosos” ou “30 anos de ouro”, que compreendem um período de forte expansão do capital, que intermediados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) proporcionaram grande crescimento econômico e a implementação de uma política de Estado de Bem-Estar Social, levando a grandes conquistas na questão da cidadania nos países centrais. Entretanto, a onda de expansão capitalista começou a dar sinais de esgotamento no final da década de 1960, culminando em mais um ciclo de estagnação (Crise do Petróleo) (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

No Brasil, este período, pós Segunda Guerra Mundial, foi favorável ao incremento do desenvolvimento industrial, primeiro com o Governo de Getúlio Vargas (então eleito) e, sobretudo, com o governo de Juscelino Kubistschek. Passa-se para instalações de fábricas de bens de consumo não-duráveis e do setor de bens intermediários (LOPEZ, 1980).

Conforme Marini (2000) a industrialização latino-americana deu-se seguindo a posição que os países deste bloco ocupam na divisão internacional do trabalho, ou seja, de maneira dependente e subordinada aos países centrais, sobretudo, após a configuração que a economia capitalista internacional assume no período do pós-guerra, por volta de 1950. Segundo este autor,

No curso do mesmo período, verificara-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital das economias centrais. Isso levou, por um lado, a que os equipamentos produzidos ali sempre mais sofisticados, tivessem que ser aplicados no setor secundário dos países periféricos. Surge então, por parte das economias centrais o interesse em impulsionar neles o processo de industrialização, com o objetivo de criar mercados para sua indústria pesada (MARINI, 2000, p. 144).

De maneira que, de acordo com Siqueira (2010), os anos de 1950 e 1960 representaram um período de aceleração na industrialização e, conseqüentemente, urbanização brasileira, demarcando o controle do capitalismo central na dinâmica nacional.

Até 1960, mais da metade da população brasileira ainda morava em área rural (IBGE, 2012a) e, segundo Carvalho (2006) a economia era majoritariamente direcionada ao setor primário, característica que só mudou com os governos militares. Antes deste período, em 1950, apenas 36,16% da população vivia em áreas urbanas, ao passo que 63,84% residia em áreas rurais; em 1970, a área urbana já abarcava 55,98% dos habitantes, enquanto que a rural, caíra para 44,02% (IBGE, 2012a).

Vimos (no capítulo 1) com Rossi e Gerab (2009), que os primeiros anos de 1960 foram marcados por intensa movimentação política. Por um lado, o aumento do operariado e a expansão das lutas no campo contrastando com altos índices inflacionários e conseqüente queda no poder aquisitivo da população, culminaram em várias greves. Por outro lado, a orientação nacional-desenvolvimentista do governo de Goulart, que apoiado pelo PCB, apontava para um projeto progressista, através das propostas das reformas de base, que obtiveram amplo apoio popular. O avanço de forças sociais esquerdistas com interesses divergentes aos da elite brasileira e ao do capital estrangeiro criou um quadro de instabilidade para o capitalismo no Brasil, e em 1960, os militares instauram o Regime de Ditadura, iniciando um longo e doloroso período da história do país.

Entretanto, conforme anteriormente pontuamos, o final da década de 1960 é marcado por mudanças no cenário mundial. Segundo Behring (2009) a década de 1970 é perpassada por mais uma crise de proporções globais no sistema capitalista, caracterizada pela onda de recessão, de forma que para responder à queda das

taxas de lucro, os anos 1970 e 1980 são marcados por grande revolução tecnológica no que tange à produção (toyotismo), globalização da economia e políticas de ajuste de cunho neoliberal.

Esta conjuntura internacional favoreceu a política desenvolvimentista adotada pelos militares no Brasil, que deram continuidade ao processo de industrialização, proporcionando um período, compreendido entre o final da década de 1960 e início de 1970, de grande expansão na economia brasileira (“Milagre Econômico”). Segundo Lopez (1980, p. 123), o Produto Interno Bruto (PIB), de 1968 a 1971, chegou a ter uma média de crescimento anual de 8%.

Entretanto, conforme Siqueira (2010), o desenvolvimento industrial brasileiro possui um caráter heterogêneo, no que tange aos pólos industriais, de forma que a industrialização centrou-se primeiro em São Paulo e Rio de Janeiro, depois avançou para o sul do país e para Minas Gerais.

Assim, a implantação dos “Grandes Projetos Industriais” no país, acarretou uma urbanização vertiginosa, acompanhada por um amplo movimento migratório, principalmente, em São Paulo<sup>75</sup>. Em apenas 10 anos, a população brasileira urbana ultrapassou a população rural, com diferença de mais de 35%, ou seja, em 1980, a população urbana representava 67,7% e a rural 32,3% (IBGE, 2012), demonstrando que a cidade passa a ser o eixo produtivo brasileiro.

Apesar do incremento econômico, o período ditatorial foi acompanhado de aumento da desigualdade social, de maneira que

[...] em 1960, os 20% mais pobres da população economicamente ativa ganhavam 3,9% da renda nacional. Em 1980, sua participação caíra para 2,8%. Em contraste, em 1960 os 10% mais ricos ganhavam 39,6% da renda, ao passo que 1980 sua participação subira para 50,9% (CARVALHO, 2006, p. 169).

Valladares (1991, p. 103) confirma estes dados, mostrando que no período correspondente ao “Milagre Econômico” houve um empobrecimento da população

---

<sup>75</sup>Em 1940, o estado apresentava uma população absoluta de 7.180.316, e em 1970, esta chegou a 17.958.693. Só na capital o número aumentou de 1.326.261 em 1940 para 5.978.977 em 1970 (IBGE, 2012a).

residente em áreas urbanas, de forma que 53% das famílias, em 1970, possuíam renda per capita abaixo de meio salário mínimo. Esta autora mostra que o processo de formação de centros urbanos, ou seja, de “metropolização” foi acompanhado pelo processo de “periferização”, que conforme a autora

[...] refere-se também ao processo de segregação espacial da classe trabalhadora, empurrada cada vez mais para longe da área central da cidade, confinada em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo (VALLADARES, 1991, 102).

Esse quadro afirma as análises de Lojkin (1997), sobre o processo de formação urbana capitalista e o conseqüente processo de segregação sócio-espacial e também as comprovações de Marini (2000), de que progresso técnico nas economias dependentes avança acompanhado de uma maior exploração da força de trabalho nestas nações.

O contexto interno brasileiro, marcado por enormes desigualdades sociais, repressão dos direitos civis e políticos (CARVALHO, 2006), intermediado pela conjuntura internacional, foram responsáveis pela crise do projeto tecnocrático<sup>76</sup>. O clima de instabilidade política, social e econômica que se instaurou no cenário brasileiro, culminou em vários movimentos sociais, sobretudo os populares, e em uma gradativa abertura política.

Gohn (2006, p. 379-382) desenvolve um mapeamento do cenário dos movimentos sociais no Brasil, no período de 1972 a 1997, agrupando-os em três ciclos. No primeiro ciclo, que compreende o período de 1972-1984, a autora mostra que, as principais lutas eram pela democratização do país e por acesso a serviços públicos.

Dentro do período, a autora destaca: a) os movimentos nacionais como a luta pela anistia, as grandes greves, o movimento feminista, o movimento pelas eleições diretas; b) os movimentos sociais populares urbanos que abarcam: lutas por diminuição no preço de alimentos, lutas por transportes públicos, pela saúde, pela educação, movimento de associações de moradores, CEBs, lutas por moradia, lutas

---

<sup>76</sup>“Em 1974, começam a transparecer as primeiras fissuras e sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime, em função dos impactos da economia internacional, restringindo o fluxo de capitais, e também dos limites internos. Os anos subseqüentes serão marcados pela distensão, pela abertura lenta e gradual do regime, num processo de transição para a democracia que irá condicionar em muito a adesão brasileira às orientações conservadoras neoliberais [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 137-138)”.

por empregos; c) os movimentos populares rurais, como a fundação da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); d) os movimentos sindicais; e) o movimento estudantil.

No segundo ciclo, compreendido entre 1985-1989, Gohn (2006) aponta que o mesmo é caracterizado pela institucionalização de movimentos: a) nacionais, como o Movimento pró-constituente; b) movimentos sobre temas específicos, dentre os quais estão os étnico-raciais, de mulheres, de homossexuais, ecológico; c) movimentos populares urbanos em nível nacional, com lutas pela moradia (com várias ocupações em áreas urbanas), pela terra, por exemplo o MST e UDR (União Democrática Ruralista, formada por proprietários de terra), relacionada à questão trabalhista, com movimentos sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União de Sindicatos Independentes (USIS).

Diante do quadro montado pela autora, percebemos que o período final do segundo decênio da Ditadura Militar foi de forte pressão da classe trabalhadora brasileira, organizada em várias frentes de oposição ao Estado, historicamente marcado por traços excludentes.

Da década de 1970 a meados de 1980 há uma predominância dos movimentos sociais populares urbanos. Gohn aponta que “[...] a relação destes movimentos com o Estado era vista em termos de antagonismos e oposição. Enfatizava-se o caráter extra-institucional das práticas populares (2006, p. 282)”.<sup>77</sup>

As análises acerca dos movimentos sociais urbanos, reivindicativos de bens e serviços coletivos normalmente enfatizam o caráter: espontâneo, fragmentado, localizado e imediato de suas lutas, o que faz com que sejam interpretados como “incapazes por natureza” de visualizarem a luta mais ampla, da transformação social. Entretanto, autores como Sader (1991) e Doimo (1995) mostram que as práticas destes movimentos sofrem influências de outras instituições presentes na sociedade. Desta feita, a depender das instituições tomadas como referência para a

---

<sup>77</sup> A autora se refere no trecho aos movimentos sociais populares urbanos.

ação destes movimentos, os mesmos poderão ultrapassar a luta imediata ou ficar estacionados.

Segundo Sader (1991), as influências discursivas, tomadas pelos movimentos sociais deste período, sobrevieram de três frentes que se encontravam em crise: a Igreja Católica, que buscando se aproximar mais do povo, surge com suas Comunidades Eclesiais de Base; grupos de esquerda que visavam a encontrar “[...] novas formas de integração com os trabalhadores [...]”; e, o sindicalismo.

Próximo ao raciocínio do autor, Doimo (1995) também enfatiza que o ciclo reivindicativo forjado neste período com conexões da Igreja Católica, de agrupamentos de esquerda e de organizações não-governamentais, confluíam para a “causa popular”.

Vimos no capítulo 1, que estes setores da sociedade estiveram presentes no processo educativo das classes populares, organizadas em movimentos sociais. Busquemos agora compreender as mudanças ocorridas nas mesmas, procurando entender o refluxo dos movimentos populares e conseqüentemente, da educação popular.

Com base em Sader (1991), o marxismo da esquerda brasileira demonstrava uma intelectualidade dispersa, que se recuperava das derrotas do projeto revolucionário “vanguardista” da década de 1960. Tanto Sader (1991) quanto Doimo (1995), afirmam que os intelectuais da classe trabalhadora encontraram em Gramsci e em Paulo Freire, as referências para uma nova postura, pautada na relação direta entre intelectual-massa. Contudo, esses autores mostram que a Igreja Católica foi a instituição que se tornou a grande influência junto aos movimentos populares.

Segundo Carvalho (2006), antes de 1964, a Igreja Católica atuava junto a sindicatos e a movimentos estudantis e, com o surgimento das CEBs, por volta de 1975, a Igreja passou a atuar também junto aos movimentos populares, pautando-se na conscientização política. O autor mostra que, em 1985 havia no país mais de 80 mil CEBs.



Conforme Sader (1991) e Doimo (1995) a ação da Igreja Católica no Brasil, voltada para a orientação da Conferência dos Bispos latino-americanos em Medellín que apontava para a Teologia da Libertação, não pode ser subestimada.

Segundo Sader (1991) a Declaração de Medellín, de 1968, evocava para a ação da igreja na transformação da América Latina. Assim, na análise deste autor, a importância da Igreja para as CEBs decorre de dois fatores. Primeiro, pelo papel dos agentes pastorais, voltado para o funcionamento e continuidade da comunidade e para a capacitação dos seus membros; segundo, porque a Igreja oferecia a legitimação para os protestos populares.

[...] na ambiguidade da cultura popular, entre o conformismo e o protesto, o conformismo costuma ser resultado de uma experiência que diz que “as coisas são assim porque sempre foram, e as tentativas de mudar só trazem mais malefícios”. Quando uma instituição como a Igreja sacramentou os sentimentos populares, a vontade de mudança encontrou um lugar e um modo de ser proclamada (SADER, 1991, p. 161).

Apontando para esta direção, na pesquisa de Doimo (1995, p. 142-150), todos os movimentos populares apresentaram um discurso com carga religiosa, que traz signos como a “caminhada”, o “povo oprimido” e a “libertação” ressignificados no campo terreno a “valores de justiça e direitos sociais”, impulsionando a participação política “ativa e continuada”, de forma que “[...] para muitos, a participação é vivida como promessa de salvação, e a luta pela libertação é celebrada como um sacramento”. Semelhante análise é feita por Sader (1991, p. 167),

Usando as categorias de um discurso religioso – a verdade e a justiça, a Palavra de Deus e o Povo de Deus, o Pecado e a Libertação –, os discursos pastorais aplicaram-nas a temas mais profanos, da experiência cotidiana de seus membros. Constituíram assim sujeitos imbuídos de fé numa luta terreno pela justiça social (SADER, 1991, p. 167).

Com base nestes autores, podemos perceber que a Igreja Católica teve um papel impulsionador junto aos movimentos populares, direcionando as lutas dos mesmos para um objetivo mais amplo, a construção de uma sociedade democrática, em que as classes populares pudessem participar ativamente das decisões políticas.

Outro impulsionador das lutas populares considerado por Sader (1991) foi o “novo sindicalismo”, que organizado nas bases da classe trabalhadora contrastava

radicalmente com o regime. A organização sindical foi responsável por greves expressivas em 1978<sup>78</sup> e 1979.

Conforme Sader (1991), o sindicalismo brasileiro vinha de um histórico de “repressão e controle” de suas atividades, que foram esvaziadas de seu caráter reivindicativo, passando a exercer funções meramente assistencialistas. Os líderes sindicais acabavam atuando bem mais como “gerentes burocráticos”. A partir da década de 1970, emerge uma corrente sindicalista essencialmente diferente e questionadora do modelo de organização sindical que estava posta. Este sindicalismo foi denominado de “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo”. “[...] A particularidade que marcou a corrente dos ‘autênticos’ foi sua capacidade de absorver as pressões das bases [...] (SADER, 1991, p. 182)”, ou seja, o “novo sindicalismo” passou a exercer uma função de defesa dos interesses dos trabalhadores, sendo legitimado por estes como tal. Conforme mostra o autor, aos poucos o discurso de conciliação foi sendo substituído pelo o discurso de contestação.

Nas análises de Montaño e Duriguetto (2010), o “sindicalismo autêntico” caracterizava-se por possuir uma perspectiva que evidenciava os antagonismos de classes, decorrentes da exploração capitalista, colocando-se como crítico deste sistema. Portanto, o “novo sindicalismo” buscava uma estrutura que se pautava na “[...] construção de um sindicalismo independente, de classe, de base e democrático (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 241)”.

Entretanto, segundo estes autores, coexistia no interior desse sindicalismo duas vertentes diferentes interpretativas do papel da organização sindical. Uma que os sindicatos deveriam primar pelos objetivos de fortalecer as experiências de base e a construção do socialismo; e outra, que tinha uma perspectiva reformista, apontando como objetivo dos sindicatos apenas a luta reivindicatória. Conforme os autores, a confluência destas tendências foi a base para a CUT e para o Partido dos Trabalhadores (PT).

---

<sup>78</sup>Segundo Mattos (2009) só no ano de 1978 foram registradas 118 greves que paralisaram 3 milhões de pessoas.

Conforme Mattos (2009), a organização do “novo sindicalismo” culminou, em 1983, na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Assim, conforme mostram Montaño e Duriguetto (2010, p. 242),

A CUT passou a se constituir como referência para a organização e as lutas da classe trabalhadora: pela filiação progressiva dos sindicatos à sua proposta; pelo papel exercido no debate político nacional; por fomentar e induzir jornadas de luta, mobilizações e greves gerais ao longo dos anos 1980 e por estar presente em todas as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores das cidades e do campo ao longo dessa década; por participar ativamente da criação, três anos antes de sua fundação, do Partido dos Trabalhadores (PT) e, junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 242).

Segundo, Boito Júnior (1996) antes da ofensiva neoliberal, a (CUT) possuía um direcionamento revolucionário. Entretanto, como mostra Mattos (2009) e Montaño e Duriguetto (2010), desde sua origem, a Central conviveu com disputas internas.

Com o passar dos anos a polarização interna acirrou-se, opondo de um lado a Articulação Sindical e seus aliados e de outro as correntes de esquerda (especialmente a CUT pela Base, mais tarde Alternativa Sindical Socialista e a Convergência Socialista, que nos anos 1990 comporia o Movimento por uma Tendência Socialista) (MATTOS, 2009, p. 29).

De acordo com Montaño e Duriguetto (2010) e Mattos (2009) o PT teve sua base de formação composta pelos adeptos do “novo sindicalismo” também denominados de “autênticos”. Segundo Mattos, o PT contou ainda com a esquerda católica, intelectuais contrários à ditadura e grupos de esquerda e conforme Montaño e Duriguetto também com movimentos populares de bairro e rural.

Conforme Mattos (2009), o PT teve seu surgimento em 1980, antes da CUT, mas será o parentesco entre estes, o ponto de partida de sua análise sobre o partido. Para o autor, o PT desde sua gênese apresentava divisões internas mas apesar disso, conseguiu manter certo grau de consenso até os anos de 1990.

Diferentemente de Montaño e Duriguetto (2010, p. 243) que consideram que o PT representou “[...] no início de sua trajetória, um instrumento político dos interesses da classe trabalhadora [...]”, apontando para um projeto de transformação social,

para Mattos (2009), a proposta socialista do PT, nos anos de 1980, não estava muito clara.

Segundo Carvalho (2006), tanto o novo sindicalismo, concretizado na criação da CUT, quanto o PT eram frentes que tinham contato direto com os segmentos populares.

Doimo (1995) também destaca o papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs) neste amplo processo movimentalista que se formou na década de 1980, no cenário brasileiro. Conforme a autora, as ONGs surgem com um discurso baseado na contestação do regime militar e na crítica da cultura política brasileira pautada no autoritarismo.

Segundo mostra a autora, estas instituições, em meados da década de 1970 a fins dos anos de 1980, influenciadas por outras instituições mais expressivas, como igrejas, universidades, partidos políticos, sindicatos, acabaram tendo uma atuação voltada para “assessoria” de movimentos populares, garantindo uma “relação direta com a base”.

Doimo (1995), apropriando-se da pesquisa de Fernandes e Carneiro realizada em 1991, mostra que das 102 ONGs tomadas como amostra, a maioria dos dirigentes possuía, na década de 1970, afinidades com a esquerda, sobretudo com a ala religiosa católica, que representou 60% dos pesquisados (34% apresentou afinidade com a Teologia da Libertação e 26% com as pastorais e CEBs), apenas 14% demonstraram afinidade com o marxismo.

Toda esta movimentação popular na sociedade brasileira leva Doimo (1995) a afirmar que o período consolidou-se na “vez e na voz do popular”<sup>79</sup>. Para nós essa visibilidade e luta popular só foi possível devido ao trabalho de educação popular ocorrido neste período, que conseguiu unificar e direcionar as lutas dos movimentos populares para o objetivo perseguido pela classe trabalhadora organizada, naquele momento: a consolidação de uma democracia, que abrisse espaços para a

---

<sup>79</sup> Título do livro da autora.

participação desta classe nos momentos decisórios. Entretanto, veremos que estes espaços não têm se constituído de forma a ampliar a participação social.

Como mencionamos, a hegemonia neoliberal foi alcançada no final da década de 1970 e nos anos de 1980, quando foi assimilada pelos países centrais e depois disseminada nos países periféricos, sob a justificativa de que a Crise decorria dos gastos sociais assumidos pelo Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2007), perdurando até hoje. Veremos que no Brasil a adesão aos ajustes neoliberais se deu logo após aprovação da Constituição Cidadã (1988)<sup>80</sup>.

Outro fato importante da conjuntura internacional a partir dos anos de 1980, é que estes também marcam uma crise no socialismo real, que culminou na queda do muro de Berlim, no final da década. Com o fim da maioria das experiências socialistas, a década de 1990 foi marcada pela difusão e hegemonia do pensamento pós-moderno.

Segundo Carcanholo e Baruco (2008, p. 12) o neoliberalismo e o pós-modernismo constituem “[...] duas facetas ideológicas e políticas dessa pretensa nova era, do capitalismo em sua fase contemporânea e, portanto, as duas são [...] parte e produto dessa fase histórica, ao mesmo tempo em que hipostasiam e mistificam essa relação[...]”, garantindo, sobretudo, a hegemonia do bloco capitalista.

Para Sánches Vásquez (1992) o pós-modernismo não é apenas uma crítica, mas uma negação da Modernidade. Esta, resumidamente, apresenta o homem como sujeito ativo, racional e central da história, a qual é entendida enquanto processo, portanto passível de contestação e modificação, questões que são negadas na pós-modernidade. Segundo o autor, a pós-modernidade destrói a ideia de projeto emancipatório, já que condena qualquer ação de transformação radical da sociedade; decreta o fim da história; e, fragmenta o sujeito coletivo que passa a ser concebido no plural como agentes, de maneira que as ações se dão de forma pontual, sendo impossível uma transformação em nível macro.

---

<sup>80</sup>O Brasil introduziu as reformas neoliberais, tardiamente em relação ao cenário mundial, com o governo Collor (1990-1991), seguido pelos governos Itamar (1992-1993), FHC (1994-2002) e Lula (2002-2010).

Conforme Behring (2009), os ajustes neoliberais e o fim do socialismo real somados à reestruturação produtiva, são processos extremamente devastadores para a classe trabalhadora. Os efeitos no que tange à organização política desta classe são visualizados na crise dos sindicatos e na dificuldade de organização do “subproletariado moderno”, gerando obstáculo para uma consciência de classe crítica, pois corrói a solidariedade.

Portanto, tanto o neoliberalismo quanto o pós-modernismo são avassaladores para a classe trabalhadora, pois enfraquece a capacidade de ação da mesma. Tal reflexo é evidenciado tanto no momento estrutural, já que precariza o trabalho, limitando ao máximo a capacidade de atuação do trabalhador, devido ao elevado número de sobrantes, quanto no superestrutural, a partir da disseminação de uma ideologia que difunde uma visão de mundo fragmentada, sem história contínua, sem sujeito com capacidade de ação transformadora (práxis).

Os efeitos do contexto internacional sobre a conjuntura interna brasileira levaram a mudanças significativas, tanto na conformação do Estado, que passou por redemocratização, quanto na configuração da sociedade civil. Segundo Montañó e Duriguetto (2010), a incorporação do Brasil continua sendo mediada por características próprias de uma formação social periférica e dependente. De forma que a inserção do Brasil na era da globalização custou ao país uma ampla abertura do capital nacional ao capital imperialista, várias privatizações no setor industrial e de prestação de serviços essenciais e precarização do trabalho (CARCANHOLO, 2002).

Desta feita, Montañó e Duriguetto (2010, p. 244) analisam que

[...] as políticas de ajuste neoliberais implicaram um desmonte do Estado por meio da redução de sua atividade regulatória e produtiva [...], ampliação do espaço privado no campo dos direitos sociais e reduções dos investimentos públicos na área social. As implicações da implementação das políticas neoliberais na realidade nacional foram o acirramento das desigualdades, da desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e do agravamento da questão social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 244).

No que tange ao social, Behring e Boschetti (2007) apontam os catastróficos efeitos do neoliberalismo sobre a Política Social Brasileira, que passou a ser implementada seguindo o trinômio: “[...] privatização, focalização e descentralização”. A privatização demonstra o caráter mercantilizador do Estado neoliberal, pois torna setores como saúde e educação abertos à lógica do mercado, tornando-os, portanto, mercadorias. Enquanto que a focalização caracteriza a lógica neoliberal do indivíduo responsável por sua própria inserção no mercado, cabendo ao Estado apenas “ajudar aos incapazes”. E a descentralização não se dá no sentido de partilha do poder, mas sim na transferência de responsabilidade do Estado para o âmbito local e para a sociedade civil. Neste sentido, as autoras denominam as chamadas reformas neoliberais de “contra-reforma”, em que se dá uma regressão na Política Social brasileira, inclusive com retorno à filantropia e ao caráter clientelista e populista das ações estatais.

Desta forma, apesar de a Constituição de 1988 significar um grande ganho, sobretudo dos movimentos sociais, já que abre espaço para a participação popular, a prática tem mostrado que estas experiências “[...] ao invés de ser alargadas e aprofundadas, podem estar sendo sistematicamente esvaziadas e, por vezes, até desqualificadas [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 183)”, pois, a promulgação da Constituição Cidadã, deu-se em um contexto de adesão do Brasil ao neoliberalismo. Em um Estado neoliberal, a democracia pode ser mais um elemento utilizado para a constituição da hegemonia, pois o Estado se desresponsabiliza ao mesmo tempo em que passa a ideia de uma participação da sociedade civil na esfera pública: em fóruns, câmaras, conselhos, orçamento participativo, dentre outros, o que de fato acontece só que limitadamente.

Para Ferraz (2005) a construção desses canais de participação expressa a disputa entre dois modelos político-culturais de democracia: democracia representativa e democracia participativa. Pois, se por um lado, apontam para a participação dos cidadãos e dos movimentos sociais, o que demonstra aprofundamento da democracia pelo modelo participativo, por outro, é insuficiente para garantir a participação destes sujeitos nestes espaços. Esta disputa, segundo a autora, tem gerado rebatimentos sobre os movimentos sociais.

Conforme a autora, apesar de alguns autores considerarem os canais criados na Constituição de 1988 como sendo de participação direta, na prática, o funcionamento dos mesmos tem se baseado na representação. Para a autora, estes espaços têm demonstrado limitação nos processos decisórios e de interferência nas políticas públicas. Isso, segundo Ferraz (2005), ocorre tanto por questões objetivas, - falta de recursos, espaço físico e equipamentos, dentre outros - ou pela não implementação das decisões tomadas, quanto por questões subjetivas, expressas na definição da agenda de forma autoritária e na “técnico-burocratização dos temas”. Nesse sentido para Ferraz (2005), a garantia e a manutenção de canais de participação são importantes para a concretização e ampliação da democracia, entretanto,

[...] Garantir a abertura e manutenção destes canais é pré-requisito para a incorporação de atores sociais coletivos ao processo decisório e à realização de um debate efetivamente democrático, mas não é condição suficiente; sobretudo em decorrência da apropriação do discurso e do projeto participativo por defensores de um modelo de caráter mais restritivo e elitista, embalando práticas reiteradoras da exclusão política de organizações da sociedade civil do processo decisório (FERRAZ, 2005, p. 5).

Segundo Ferraz (2005), os rebatimentos sobre os movimentos sociais, a partir da institucionalização desses canais participativos, concretizam-se na ampliação de suas tarefas, sobrecarregando os mesmos, justamente em um contexto de dificuldade para constituição de novos quadros.

A autora conclui, sinalizando que

Para que a ampliação das possibilidades de participação e deliberação proporcionada por estes novos espaços se torne mais palpável parece mais importante que movimentos sociais, ONGs e demais organizações da sociedade civil se encontrem em processo permanente de discussão e articulação de interesses, posições e projetos políticos, que mantenham fóruns, plenárias e instrumentos de divulgação de suas proposições, criando um espaço autônomo de reflexão capaz de balizar o posicionamento de seus representantes nos novos espaços políticos e mesmo criar situações em que estes interesses, posições e projetos políticos possam ser disputados, um espaço em que sua construção como sujeito político, como sujeito que só existe por uma contestação à lógica da ordem, à definição prévia de identidades e papéis sociais, seja permanente (FERRAZ, 2005, p. 167).



Entretanto, conforme aponta a autora, na prática o que tem ocorrido é que o Estado tem se fortalecido, através de uma relação que lhe proporciona maior identificação com a sociedade civil, ao mesmo tempo em que direciona esta sociedade, através do aparelho da burocracia, para ações pontuais, locais, direcionadas de cima para baixo. Além disso, é importante lembrar que a sociedade civil agrega classes antagônicas, com interesses contraditórios, de maneira que a cidadania é construída em uma sociedade cindida (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Assim, o terceiro ciclo abordado por Gohn (2006), acerca dos movimentos sociais, abrange o período de 1990-1997 e é marcado pela emergência de “novos atores sociais”, desmobilização de movimentos populares urbanos e crescimento dos movimentos populares rurais. A autora apresenta o seguinte mapeamento: a) movimentos nacionais, como “Ética na Política” (1992), movimento estudantil “Caras-pintadas” (1992), contra reformas estatais (1994-1995) e ações na área da cidadania; b) movimentos internacionais voltados para defesa dos direitos humanos, movimento ecológico, pela paz, pela defesa da Amazônia, dentre outros; c) movimentos populares pela habitação, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra; d) movimentos em torno de questões étnico-raciais, sexo e idade como, movimento dos índios, de aposentados, contra a violência urbana, movimentos culturais de jovens; e) movimento sindical, como da Força Sindical, da CUT, CGT, CONTAG-rural.

Diante do mapeamento feito pela autora, podemos perceber as mudanças que ocorreram no cenário brasileiro na década de 1990, sobretudo, com o refluxo dos movimentos populares urbanos. Doimo (1995) aponta que a explicação para este descenso deve considerar as conexões destes movimentos com quatro setores que passaram por mudanças significativas neste período.

[...] o que antes podia conviver num certo equilíbrio instável na sustentação dessas práticas, hoje se redefina: a) a Igreja Católica recua e interioriza-se novamente para repensar sua atuação *ad intra* e *ad extra*; o modelo das CEBs cai na berlinda da crítica interna, perdendo terreno enquanto fonte alimentadora das redes movimentalistas locais, e os segmentos intermediários de corte liberal humanista ganham espaço na implementação da linha social da CNBB<sup>81</sup>; b) das ONGs, especialmente as de extração ecumênica e as mais secularizadas, passam a incorporar critérios de eficácia e a dedicar-se a ações mais propositivas em termos de políticas públicas, em detrimento de mera “assessoria” a movimentos populares; c) a intelectualidade acadêmica abandona seu “otimismo teórico” em relação a tais movimentos e elege como prioritárias questões relativas à transição política e à reengenharia institucional; d) e os segmentos de esquerda, antes comprometidos com a causa da grande transformação social, não raro pela via do duplo poder, passam a assumir crescentes compromissos com o sistema partidário, a reforma do Estado e a gestão da coisa pública (DOIMO, 1995, p. 202, grifos da autora).

No que tange às mudanças da Igreja Católica, segundo Doimo (1995, p. 204) em meados da década de 1980, esta apresentou um redirecionamento, apontando “[...] o desafio de conviver positivamente com a modernidade [...]”, o que acarretou uma clivagem no seio da Igreja, cujos reflexos foram visíveis nas suas ações de base.

Conforme a autora, “[...] a percepção é a de que as CEBs são grupos de ação, que estimulam os movimentos sociais e os carismáticos grupos de oração que não se envolvem nas mobilizações [...] (DOIMO, 1995, p. 205)”, de forma que no centro da Igreja Católica passaram a coexistir essas duas linhas de atuação, uma mais avessa ao Estado e outra adepta à interação positiva com o mesmo, assim, os dirigentes “[...] da Igreja popular começaram não só a pensar na fase ativo-propositiva do movimento popular, como a refletir sobre as relações entre ‘mercado, comunidade e religião’ (DOIMO, 1995, p. 209)”.

Essa reorientação da Igreja Católica se deu, conforme a autora, dentre outros motivos, devido à perda de fiéis. Segundo Doimo (1995), a década de 1990 demonstra um crescimento expressivo das Igrejas Neopentecostais<sup>82</sup>. A maioria dessas igrejas ao incorporar a ideologia liberal e difundi-la, através da “Teologia da Prosperidade” – que condiciona o sucesso financeiro à fé de forma que o “ter” passa a demonstrar o “ser” – acaba tornando-se extremamente favorável, servindo inclusive de instrumento fetichizador.

<sup>81</sup> Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (nota por nós acrescida).

<sup>82</sup> Segundo a autora, essas igrejas surgem no cenário brasileiro na década de 1970, mas, ganham expressividade, a partir da década de 1990.

Outro setor que passou por mudanças foram as ONGs, que entraram em cena com um discurso baseado na incapacidade do Estado e de contestação do regime militar, tornando-se fortes aliadas dos movimentos sociais e um forte instrumento de contestação, como vimos anteriormente (DOIMO, 1995).

Na década de 1990, as ONGs aumentaram muito em número<sup>83</sup>. Doimo (1995, p. 153) observa que neste período, as ONGs buscaram superar a “clandestinidade”, procurando influir nas decisões de poder, articulando-se em fóruns regionais e locais e formando associações formais, como a Associação Brasileira de ONGs. O Estado neoliberal passou a fazer “parcerias” com as mesmas, financiando muitas de suas ações e o resultado foi a limitação das mesmas, que passaram a propor ações dentro daquilo que o governo exigia, caso contrário, não conseguiriam o recurso. Além disso, geralmente, as ONGs ficam responsáveis apenas pela implementação, enquanto que a gestão fica a cargo do funcionalismo público. Outro fato importante sobre as ONGs é sua natureza heterogênea, podendo servir a qualquer interesse travestido no discurso de cunho social. Como produto deste contexto histórico, muitas ONGs passaram a difundir a hegemonia do neoliberalismo, no qual o Estado transfere a responsabilidade social para a sociedade civil.

Outro setor que sofreu transformações foi o sindicalismo brasileiro, Boito Júnior (1996) mostra que a CUT, devido às mudanças conjunturais acabou por mudar sua estratégia. De uma posição de defesa de direitos ameaçados, passou a desenvolver o “sindicalismo propositivo”<sup>84</sup>, desviando a luta dos trabalhadores por direitos sociais, para uma identificação de parceria com o Estado (neoliberal). Entre as mudanças ocorridas nesse período, o autor destaca: o fim da União Soviética em 1991, e a consequente associação da CUT à social-democracia européia (que neste momento já tinha aderido ao neoliberalismo); o fortalecimento dos partidos de direita no Congresso; o momento de recessão econômica, marcado por altas taxas de desemprego e por perdas salariais.

---

<sup>83</sup>Segundo Doimo (1995, p. 152), apropriando-se de estudos feitos pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) e dados da Veja, em 1988 haviam 1.208 ONGs no Brasil, ao passo que em 1994, esse número já estava em 5.000.

<sup>84</sup>Que visava a apresentar “propostas de políticas de abrangência nacional” (BOITO JÚNIOR, 1996, p. 9), que ficavam no campo da negociação e não mais da oposição e do combate (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Conforme Montaño e Duriguetto (2010), essas iniciativas “pragmáticas” ou como defendem os sindicatos “de resultados”, contribuem para a materialização da crise do sindicalismo de classe. Além disso, os autores destacam o surgimento, neste período (1991) da Força Sindical, como uma central de trabalhadores comprometidos com empresários e com as propostas neoliberais.

Para Mattos (2009), além do transformismo da CUT, outra questão tornou-se problemática aos sindicatos combativos. Conforme o autor,

[...] as prerrogativas legais do Ministério<sup>85</sup> em homologar/cassar registros se ampliaram e ameaças de retirada da “legalidade” pairaram especialmente sobre sindicatos de tradição mais combativa do funcionalismo público que, triste e sintomaticamente, com essa pressão, passaram a priorizar o “reconhecimento do Estado” em suas pautas de mobilização (MATTOS, 2009, p. 32).

Na mesma trilha da CUT, o PT também passou pelo transformismo político. Para Mattos (2009, p. 32), o marco dessa mudança foi a derrota de Lula, nas eleições de 1989, ano em que a proposta cutista apesar do distanciamento de uma perspectiva revolucionária trazia questões acumuladas no decorrer de uma década combativa, de luta de classe. Conforme o autor, o PT passou de uma proposta socialista nebulosa nos anos de 1980, para uma proposta da social democracia nos anos de 1990 e posteriormente, para neoliberal. Assim,

[...] se na CUT dos anos 1990, 90% dos tomadores de decisão (os que participavam dos congressos) eram dirigentes/burocratas sindicais, no PT, percentual bem semelhante de parlamentares, ocupantes de cargos no executivo e assessores passaram a controlar as convenções, encontros e congressos partidários, ditando uma linha de intervenção cada vez mais voltada para a institucionalidade e distante dos movimentos sociais que tinham impulsionado o partido nos seus primeiros dez anos de existência (MATTOS, 2009, p. 33-34).

Neste sentido, para Mattos (2009), os dirigentes tanto da CUT quanto do PT já vinham expressando interesses divergentes aos da classe trabalhadora.

Por convicção política e por compromisso direto – participando dos conselhos gestores de fundos públicos e privados, bem como de estatais e empresas privatizadas, assim como governando estados e municípios “para todos” – os dirigentes da CUT e do PT já vinham de algum tempo entrelaçando seus interesses aos das classes dominantes, mesmo que como sócios muito minoritários de seus negócios (MATTOS, 2009, p. 34).

---

<sup>85</sup>No trecho, o autor refere-se ao Ministério do Trabalho (nota por nós acrescida).

As mudanças nestas instituições da sociedade civil (em sentido gramsciano) tiveram rebatimentos visíveis nos movimentos sociais da classe trabalhadora. Para Gohn (2001), o associativismo que sobressaiu nos anos de 1990 predominava processos de mobilização pontuais em detrimento dos processos de mobilização de massa, tão presentes nos anos de 1980. Segundo Gohn (2010), a sociedade, a partir dos anos de 1990, tornou-se fragmentada e polimorfa, de forma que o modelo de associativismo nos anos 2000 se caracteriza pela tendência de articulação dos grupos e movimentos sociais em redes e fóruns. Ela pontua que,

Neste novo século novíssimos sujeitos sociopolíticos e culturais entram em cena, como os movimentos sociais globais, anti ou alterglobalização, movimentos transnacionais, entidades civis modernas, fóruns, conselhos e câmaras de participação. Várias lutas sociais se internacionalizaram rapidamente, novos conflitos sociais eclodiram abrangendo a temática que vão da biodiversidade e a questão do biopoder [...] às lutas e demandas étnicas, assim como o retorno de lutas religiosas de diferentes seitas e crenças (GOHN, 2010, p. 11).

Boa parte dessa reconfiguração se dá com alterações do papel do Estado em suas relações com a sociedade civil; o “Estado globalizado” atua capturando e transformando os “sujeitos coletivos”, cujas identidades políticas foram construídas em lutas que se contrapunham a diferenças socioeconômicas, em “novos sujeitos sociopolíticos”, identificados pelo território, pelo gênero, pela etnia, etc (GOHN, 2010).

Disto resulta que se deslocam eixos de coordenação das ações coletivas – da sociedade civil para a sociedade política, dos bairros e organizações populares para os gabinetes e secretarias do poder estatal, principalmente no plano federal. A dimensão política – entendida como espaço possível de construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena – desaparece da ação coletiva justamente por ser capturada por estruturas políticas – de cima para baixo, na busca de coesão e de controle do social (GOHN, 2010, p. 21).

Portanto, o processo pelo qual a sociedade civil brasileira está passando é de fortalecimento em sua relação com o Estado neoliberal e de mudanças em setores importantes para a constituição da hegemonia da classe trabalhadora.

Com base em Mattos (2009), vemos que o momento atual é marcado por refluxo dos movimentos sociais. Não se pode afirmar que outro ciclo movimentalista se instaurou. Ainda que seja possível observar inúmeras mobilizações, as lutas dos

chamados “novos movimentos sociais”<sup>86</sup>, ocorrem de maneira fragmentada, sem articulação expressiva ou direção unificada.

[...] Isso se deve a condições objetivas de fragmentação da classe, mas também a aspectos subjetivos. De um lado, muitos dos sujeitos desses movimentos acabam se identificando apenas por características parciais da sua condição social (vizinhos na comunidade, vítimas de violência do Estado, oprimidos racialmente, entre outras identidades), ou mesmo pelo qualificativo que as políticas públicas focalizadas lhes atribuem: pobres (MATTOS, 2009, p. 36-37).

Para Mattos (2009), mesmo os movimentos sociais tradicionais, nos quais a identidade de classe é mais marcada, a unificação é uma tarefa difícil, pois, o transformismo da CUT e do PT é expresso por boa parte destes movimentos.

Na análise do autor, o momento atual é de uma “ilusão movimentista”. Entretanto, o próprio autor levanta algumas mudanças que estão ocorrendo no cenário, esboçando uma possível tentativa de reorganização da classe trabalhadora.

Mattos (2009) mostra que começam a aparecer algumas experiências no campo sindical. A partir de setores dissidentes da CUT foram fundadas duas centrais sindicais: a Conlutas e a Intersindical<sup>87</sup>, em 2004 e 2006, respectivamente. Apesar disso, os números de entidades filiadas a estas ainda são bem irrisórios se comparados à CUT<sup>88</sup>.

Ainda que representem um esboço de reorganização, segundo o autor, a Conlutas e a Intersindical carregam alguns ranços do tempo de militância na CUT.

[...] Pesquisando as organizações de ponta de cada uma dessas entidades, é possível notar que, por mais que se caracterizem pela combatividade, mantêm entre seus dirigentes um baixo grau de renovação, possuem diversos “serviços” prestados pelo sindicato associados às velhas práticas assistenciais (colônias de férias, farmácias, convênios médicos etc.) e, embora proclamem sempre, raramente apresentam um elevado grau de organização na base, através de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho (MATTOS, 2009, p. 38-39).

---

<sup>86</sup>O autor não utiliza desta nomenclatura. Nós aqui o fazemos apenas para identificar para o leitor as categorias que trouxemos em nosso trabalho.

<sup>87</sup>Para um esboço sobre estas Centrais Sindicais, ver Mattos (2009).

<sup>88</sup>Conforme Mattos (2009), a CUT filiava 3.299 entidades, com 7.116.278 trabalhadores associados e 21.092.160 na base. Enquanto que a Conlutas contava apenas com cerca de cinquenta entidades sindicais filiadas, além de organizações sociais e estudantis. E a Intersindical, possuía um número ainda menor de entidades.

No que tange às lutas partidárias, Mattos (2009, p. 39) mostra que semelhante ao sindicalismo, surgem novas organizações, dissidentes do PT, que somadas a outras organizações de esquerda, poderão cumprir um papel importante neste momento, qual seja, “[...] demonstrar que existe sim uma esquerda socialista que continua a apontar o caminho revolucionário, apresentando-se como alternativa para os setores da classe trabalhadora decepcionados diante dos rumos atuais do PT (MATTOS, 2009, p. 39)”. Todavia, para o autor, estas experiências ainda estão distantes desse desafio. O autor destaca três partidos políticos que trazem esta proposta o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o PCB e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)<sup>89</sup>.

Mattos (2009) expõe alguns pontos para pensarmos a reorganização da classe trabalhadora. Para o autor é fundamental buscarmos um processo de unificação e de construção de uma central dos militantes da esquerda socialista revolucionária, que consiga ultrapassar o movimento sindical, abrangendo os movimentos sociais urbanos em suas variações (ocupação urbana, gênero, raça, contra a violência, dentre outros) e rurais, compreendendo que não há distinção de movimento sindical e popular como sendo classista e interclassista, respectivamente. “Pelo contrário, tais movimentos são todos vinculados à classe, que sofre a exploração, a desigualdade, as opressões e a violência de forma ampla, como amplo e sistêmico é o movimento de reprodução do capital (MATTOS, 2009, p.43)”. Os princípios de autonomia e auto-organização classista devem ser preservados, fugindo de ciladas de financiamento por parte do Estado, de empresas ou organizações que idealizam “salvação pela via individual”. No tocante às lutas, segundo o autor, devemos retomar as “greves gerais” e formas mais radicais de greves setoriais, com ocupação de empresas e “pressão direta” sobre seus dirigentes, mas também devemos encontrar novas formas de envolver o conjunto da classe trabalhadora, em grande número no setor informal ou desempregada.

---

<sup>89</sup>Para ter um panorama sobre a formação desses partidos, ver Mattos (2009).

[...] Para tanto, é preciso estabelecer um diálogo compreensível para o conjunto da classe, que crie os canais de solidariedade entre os diferentes segmentos e movimentos. [...] Falar a língua da classe é algo que os militantes de esquerda e os sindicalistas em especial, com seu dialeto repleto de siglas e termos/conceitos que eles consideram conhecidos de todos, parecem ter desaprendido com o tempo. É preciso aprender com movimentos recentes, como o hip-hop das periferias, por exemplo, a usar e criar uma linguagem popular de novo tipo, comprometida com a mobilização classista. É sintomático que as classes dominantes e o Estado que as representa tenham percebido o potencial dessa expressão cultural e invistam pesadamente para domá-lo [...]. Resgatar o sentido de pertencimento e a identidade da classe não se fará sem a criação de espaços de sociabilidade e a construção de uma sólida cultura classista (MATTOS, 2009, p. 44-45).

Diante disso, percebemos que muitos são os desafios que se colocam para a classe trabalhadora reorganizar o seu projeto contra-hegemônico e resgatamos a importância da cultura neste processo, tal como já abordamos no capítulo primeiro. Nesse sentido, para nós é imprescindível que tomemos a educação popular como um dos instrumentos de mediação para a construção desse processo.

Estes desafios, segundo Mattos (2009), trazem na atual conjuntura contradições históricas para a classe trabalhadora: combinar objetivos imediatos sem perder o foco no objetivo revolucionário. Nesse sentido, concordamos com o autor tanto quando expressa a importância do partido para alcançar estes objetivos, quanto em sua recusa a uma relação partido-movimento expressa pela relação direção vanguardista - correia de transmissão para as massas. Ou seja, reafirmamos a importância de uma relação intelectual-massa, liderança-base, por uma perspectiva dialógica e de mútuo protagonismo.

Percebemos então, que estamos diante de um quadro de extrema ofensiva à classe trabalhadora. Segundo Mattos (2009), o processo hegemônico da classe dominante tem sido mantido por meio de três estratégias, que tem garantido a contenção da classe trabalhadora: a dominação coercitiva, através da violência institucional, as políticas de assistência focalizadas e o investimento ideológico. Esta última expressa

[...] nas propostas de empreendedorismo, empregabilidade, inserção social, responsabilidade social, entre outras, na maior parte das vezes feito diretamente pelos grandes grupos capitalistas, através de fundações privadas, ONGs e entidades empresariais. [Responsáveis por] [...] difundir tais propostas e implementar projetos que têm como substrato último a ideia de que a saída para os problemas dos trabalhadores está no seu esforço individual para adequar sua ética e comportamento ao modelo empresarial da competitividade e produtividade (MATTOS, 2009, p. 20).



Vemos ainda com Dagnino (2004), que o investimento ideológico do projeto neoliberal consiste também em capturar termos usados na década de 1980, por outro projeto que aponta para uma perspectiva de fortalecimento da sociedade civil para uma perspectiva de ampliação dos espaços públicos.

Para a autora, esta disputa político-cultural é visível em três termos: sociedade civil, participação e cidadania. A perversidade na confluência dos termos, que na verdade simbolizam a confluência desses de dois grandes projetos políticos-culturais (projeto neoliberal e projeto democrático-participativo), ocorre à medida que ambos conclamam uma sociedade civil ativa e propositiva, entretanto com conteúdos distintos e até antagônicos.

Desta feita, conforme a autora, no neoliberalismo a sociedade civil passa a ser identificada como “ONG” ou “terceiro setor”. A participação transforma-se em “participação solidária”, “trabalho voluntário”, e “responsabilidade social”, ou seja, adota-se uma perspectiva “privatista e individualista” em substituição ao caráter coletivo da participação social e para o tratamento das expressões da questão social. A cidadania é retomada por sua orientação liberal tradicional ou trazendo elemento novo que aponta para a conexão entre cidadania e mercado, de forma que aquela passa a ser alcançada neste. Fala-se, então, de “adquirir cidadania”.

Seguimos então, com uma análise da região da Grande São Pedro, a fim de perceber a reprodução das tendências e suas particularidades frente ao cenário nacional.

#### **4 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO DA GRANDE SÃO PEDRO E O PAPEL DO MOVIMENTO POPULAR NA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS**

A Grande São Pedro localiza-se na Baía noroeste de Vitória, abrangendo uma área de aproximadamente, 3.600.782 m<sup>2</sup>, e possui o maior manguezal do Espírito Santo. A região é composta por um conglomerado de dez bairros: Comdusa, Conquista, Ilha das Caieiras, Nova Palestina (Antigo São Pedro V), Redenção (Antigo São Pedro III), Resistência (Antigo São Pedro VI), Santo André (Antigo São Pedro III), São José (Antigo São Pedro III), São Pedro (Antigo São Pedro I e II), Santos Reis (Antigo São Pedro IV), e apresenta uma população em torno de 33.746 habitantes (VITÓRIA, 2012)<sup>90</sup>. Sendo que os bairros mais populosos são Resistência e Nova Palestina, enquanto os que possuem o menor número de habitantes são Comdusa e Santos Reis (VITÓRIA, 2012)<sup>91</sup>.

Neste sentido, pretende-se fazer um resgate da história desta região, demonstrando o processo de luta dos moradores para terem seus direitos garantidos e as conquistas que obtiveram frente ao poder público. De um período em que a ocupação representava a única chance de sobrevivência, ficam as marcas de resistência e as duras lembranças de quem viveu aquele processo. No trecho do depoimento<sup>92</sup>, dois tristes retratos:

[...] um senhor morreu de emoção porque conseguiu o seu lotezinho. [...]. A mulher dele chegou para mim e falou assim “Oh Dona X., que eu faço, o J. morreu”. Eu falei: “Morreu?”. [Ela respondeu:] “Morreu! Ficou muito alegre de ter um lote agora e morreu”. Eu falei: “Mas morreu agora? [...] Então, vai cuidar do morto minha filha”. [Então, ela disse:] “Não, eu não posso perder meu lote!”. (silêncio prolongado) E aí, o que eu digo? “Vai cuidar do morto ou vai tomar conta do lote?”.

---

<sup>90</sup>Destes 48, 10% são de homens e 51,90%, de mulheres (VITÓRIA, 2012).

<sup>91</sup>Número de habitantes por bairro, conforme os dados do IBGE de 2010: Comdusa (894), Conquista (1.914), Ilha das Caieiras (1.845), Nova Palestina (6.471), Redenção (3.125), Resistência (6.620), Santo André (3.054), São José (4.480), São Pedro (4.294), Santos Reis (1.049). Dos 15 bairros mais populosos de Vitória, Resistência e Nova Palestina ocupam a 10<sup>a</sup> e a 12<sup>a</sup> posição, respectivamente (VITÓRIA, 2012) Dos 15 bairros menos populosos de Vitória, Comdusa e Santos Reis ocupam a 11<sup>a</sup> e a 14<sup>a</sup> posição, respectivamente (VITÓRIA, 2012a).

<sup>92</sup>A entrevista n. 9 foi realizada em grupo. Por isso, diferenciaremos no decorrer do texto as falas dos entrevistados as letras a e b junto ao n. da entrevista. Em alguns trechos, não foi possível fazer esta divisão, pois a mesma poderia trazer prejuízo ao depoimento, visto que ambos completavam a fala um do outro. Neste caso identificaremos apenas com o n. da entrevista. Esta forma de identificação também será usada quando nos reportarmos ao conteúdo da entrevista sem fazer menção às falas específicas.

Eu chamei o R. [...]. Ele chegou e falou: “[...] [...] fulano, fulano, fulano, olha, esse lote aqui é do fulano, ele acabou de morrer nós somos solidários... aí fez aquela pregação, [...] as pessoas ficaram tomando conta do lote do J., morto! (Entrevistado nº 9b)<sup>93</sup>.

[...] um senhor, de uma família pobre conseguiu um lote. Então, veio alguém denunciar que a família já tinha vendido o lote por [...], eu não me lembro do dinheiro, mas era por qualquer mixaria. R chegou, sacudiu o cara e falou: “você vendeu? Cara, a gente sofre aqui, vou preso, faço tudo e você me vende aí”. Ele [o senhor] abriu a lona que ele estava, [e disse:] “meu filho está passando mal, está doente para morrer, nós estamos com fome e eu tive que vender”. Então o que nós vamos fazer? Arranjar outro lote para o coitado. Então é uma questão de justiça. (Entrevistado nº 9b).

Atualmente, a localidade encontra-se totalmente metamorfoseada<sup>94</sup> no que tange à sua urbanização (JESUS, 2005). Muitos direitos foram conquistados. Entretanto, cabe ressaltar que, mais de trinta anos depois, ainda sofre com a intensa desigualdade social e com a pobreza, predominando uma visão estereotipada sobre a localidade<sup>95</sup>. Nesse sentido, buscaremos compreender como tem se efetivado as ações organizativas das atuais associações de moradores, na busca pela consolidação dos direitos.

#### 4.1 ENTENDENDO O CONTEXTO

Conforme Siqueira (2010), diante do quadro nacional, o Espírito Santo passou por um processo de industrialização e urbanização tardio em relação aos estados que compõe o eixo sudeste. Segundo a autora o estado não reunia condições que permitissem a expansão industrial, de forma que a economia continuou sendo

<sup>93</sup>Os nomes dos moradores foram suprimidos para preservar a identidade dos mesmos. Desta mesma forma será feito durante o decorrer de todo o texto. No caso das lideranças, a inicial do nome será substituída por outras letras para impedir a identificação dos entrevistados. E da mesma forma procederemos com os nomes das associações de moradores.

<sup>94</sup>Para visualizar as mudanças na localidade, Indicamos a visita à exposição de fotografias “Bairro de São Pedro, Vitória (ES) 1977-1988” de Geert Banck (2012).

<sup>95</sup>Segundo dados da Prefeitura de Vitória (VITÓRIA, 2012a), São Pedro é a região mais carente de Vitória, sendo a única regional que apresentou todos os bairros com Índice de Qualidade Urbana (IQU) inferior a 0,45. Segundo a PMV “[...] O IQU é um Índice de Qualidade Urbana aplicado para os bairros do município de Vitória considerando os dados do Censo relativos a 1991 e 2000. [...] Tentou-se, com isto, identificar a existência ou não de avanços, estagnações ou retrocessos ocorridos no período, com foco nas dimensões educacional, ambiental, habitacional e de renda [...]”, o índice varia de 0 a 1 ponto. Se levamos em consideração os 10 bairros com menor IQU, veremos que 5 bairros são pertencentes a Região da Grande São Pedro, sendo eles Resistência (0,37), Nova Palestina (0,36), Santos Reis (0,34), Ilha das Caieiras (0,29) e Conquista (0,22). Dos 10 bairros pertencentes à região, o que apresentou a melhor posição no ranking total de 78 bairros de Vitória, em relação ao IQU foi Comdusa (0,44), que ficou na 56ª posição (VITÓRIA, 2012m).

fortemente movida pelo cultivo do café, explicando a conformação do espaço, já que até a década de 1960 a população rural do estado superava a urbana em 43,1%<sup>96</sup>. A autora mostra que esse quadro começou a ser alterado, no início da década de 1960, quando o Governo Federal promoveu a erradicação dos cafezais e, sobretudo na década de 1970 quando tiveram início os “Grandes Projetos Industriais” no Estado, concentrados na região da Grande Vitória, e conseqüentemente, ocasionando o processo de urbanização<sup>97</sup> nesta localidade. Enquanto no ES a taxa de variação populacional, entre 1960 e 1970, registrou um aumento de 13%, nos municípios que compõem a Grande Vitória: Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, o acréscimo populacional foi de 156%, 88%, 60%, 123% e 60%, respectivamente<sup>98</sup>. De forma que em 1970, a população rural superava a urbana em apenas 9,16%, e em 1980 o quadro se inverte e a população urbana passou a superar a rural em 28,38%.<sup>99</sup> Ou seja, em apenas 20 anos, a população urbana do ES já havia tido um crescimento de 35,74%.

Segundo Silva (2010), até o final da década de 1960, a indústria no ES concentrava-se na extração mineral (mármore e granito), ao passo que a partir da década de 1970, com os Grandes Projetos Industriais foram acrescentadas indústrias de pelotização, lideradas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Samarco Mineração S/A. A autora mostra ainda que neste mesmo período, houve a implantação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT I e II) e da Aracruz Celulose, além de diversas empresas subsidiárias e construção e ampliação de Portos. As análises da autora comprovam as afirmações de Lojkin (1997), demonstrando que a instalação das indústrias condiciona as condições gerais da produção, interferindo na organização do espaço, ocasionando

---

<sup>96</sup>Segundo dados do IBGE (2012), em 1960, o ES apresentava 28,45% da população presente e residente na área urbana, ao passo que 71,55% estavam na área rural.

<sup>97</sup>[...] Nesse contexto, no início da década de 1960, o Governo Federal adota uma nova política para o setor cafeeiro, criando o Grupo Executivo da Recuperação Econômica da Cafeicultura (GERCA) [...]. Em 1962, foi elaborado o plano diretor do GERCA em três diretrizes básicas: promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos, diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e renovação de parcelas de cafezais. Dessas diretrizes, a promoção da erradicação dos cafezais foi a mais bem sucedida [...]” (SIQUEIRA, 2010, p. 18-19).

<sup>98</sup>Instituto Jones dos Santos Neves (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011, p. 8) com base em dados do IBGE.

<sup>99</sup>Em 1970, a população urbana do ES representava 45,42%, enquanto que a rural consistia em 54,58%. Em 1980, apenas 35,81% dos habitantes residiam em áreas rurais, enquanto que 64,19% estavam em áreas urbanas (IBGE, 2012).

reflexos na aglomeração urbana e acarretando o processo de segregação socioespacial.

Confirmando as análises de Castells (1983), o processo de industrialização no ES, atraiu vastos fluxos migratórios para a Grande Vitória, de forma que em 1970, dos 385.998 habitantes da região, 175.632 eram migrantes, ou seja, 45,5%. Sendo que na capital (Vitória) a percentagem de migrantes era 44,6%, do número total de habitantes da Capital, em 1970 e em 1980 o número é ainda mais expressivo 58,5%, ou seja, a maioria da população (SIQUEIRA, 2001, p. 139). Os migrantes originavam-se, principalmente, de cidades do interior do Estado (devido à erradicação dos cafezais), Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro e, na maioria das vezes, estavam em busca de emprego (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011).

Conforme vimos, a própria lógica de industrialização e urbanização nos países dependentes leva ao agravamento das condições de vida, intensificando o nível de pobreza.

Segundo Siqueira (2001), o processo de industrialização e urbanização da Grande Vitória atrelado à falta de políticas públicas e sociais acarretou vários problemas sociais, como: aumento de áreas periféricas, falta de moradias, desemprego, violência, infraestrutura insuficiente para responder à demanda e ocupação de áreas de preservação ambientais e morros.

Essa era a situação de boa parte da população de Vitória, que não conseguiu ser absorvida pelo mercado de trabalho, tanto por não apresentar a qualificação exigida, quanto por fazer parte de um excedente de mão de obra, já que de 1960 a 1980 a população da capital passou de 83.351 habitantes para 207.736 habitantes (VITÓRIA, 2008).

Parte desta população – composta, principalmente, de migrantes, que se encontrava em situação de desemprego ou até mesmo empregada, mas sem condições para arcar com aluguel – encontrou na área dos manguezais uma alternativa de moradia (SIQUEIRA, 2001).

É neste contexto que a Grande São Pedro transformou-se numa alternativa para milhares de pessoas em situação de pobreza e de miséria, mesmo apresentando condições tão adversas para moradia.

Conforme Silva (2005), os espaços residenciais de Vitória podem ser caracterizados como áreas nobres, intermediárias e periféricas. Essa caracterização, segundo a autora, é visualizada na desigualdade de distribuição de equipamentos e serviços, oferecidos tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada<sup>100</sup>, sendo a região de São Pedro, ênfase deste trabalho, considerada como área periférica.

#### 4.2 O PRIMEIRO MOVIMENTO POPULAR E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DA POPULAÇÃO DA GRANDE SÃO PEDRO

A região de São Pedro já era povoada desde a década de 1940 por pescadores que moravam em palafitas no bairro Ilha das Caieiras<sup>101</sup>. Posteriormente, foi formado o bairro Comdusa<sup>102</sup>, de forma que, apenas no final da década de 1970, a ocupação da área tornou-se expressiva devido ao processo migratório. Assim, no início da década de 1980, a localidade já possuía um contingente populacional em torno de 15 mil pessoas (SIQUEIRA, 2001, p.101), boa parte formada por migrantes, conforme relato de uma das moradoras da época, “[...] as pessoas que iam entrando eram todas migrantes e necessitadas, que moravam de aluguel, ou expulsas do campo (ANDREATTA, 1987, p. 18)”.

Informações colhidas com lideranças comunitárias<sup>103</sup> da época e por Herkenhoff (1995), apontam que no bairro São Pedro só existiam cerca de cinco famílias, antes do processo de ocupação.

---

<sup>100</sup>Para melhor compreensão, ver Silva (2005), capítulo 5.

<sup>101</sup>Na verdade, “[...] historicamente, a Ilha das Caieiras foi a primeira área dessa região a ser ocupada, já aparece nas Plantas da Província do Espírito Santo desde 1878 e no mapa do município de Vitória desde 1938. A ocupação da Ilha das Caieiras, que teve início na década de 20, do século passado, tem suas raízes na implantação da fábrica de cal Boa Esperança e no transporte do café produzido nas fazendas de Santa Leopoldina que, utilizando os rios Santa Maria e Bubu, desembocava frente à Ilha, fazendo desta um ponto de parada antes de alcançar o Porto de Vitória”. Entretanto, só a partir de 1939 a localidade teve seu acesso facilitado quando foi aberta a estrada que contornava a ilha de Vitória (VITÓRIA, 2012n).

<sup>102</sup>O bairro Comdusa foi formado em meados da década de 1970, fruto da transferência de 72 famílias do bairro Miramar. Este se situava em uma área que servia de depósito de lixo e, posteriormente, foi desocupada e aterrada para a construção da Rodoviária (JESUS, 2005, p. 50).

<sup>103</sup>Entrevista nº 9.

Andreatta (1987) registra sua chegada em 22 de fevereiro de 1977. A notícia sobre a demolição de barracos naquela localidade somada à necessidade de moradia impulsionou a ocupação. Em depoimento, uma liderança do início das ocupações afirma que foi para lá

[...] com a ideia de que precisava ter um lugar para morar na ocupação, mas que tinha uma ideia de fazer um trabalho de igreja, um trabalho popular, um trabalho político, não existia partidos ainda na época, só tinha MDB e Arena. Então, a gente precisava de um lugar para morar, mas precisava também de um lugar para fazer um trabalho social, de consciência, um trabalho político também, não era só social (Entrevistado nº 9a).

O depoimento demonstra que a liderança possuía alguma consciência política e objetivava realizar no local um processo organizativo, à medida em que afirma que desde o início buscava realizar ações de cunho político e social com os moradores da localidade. Essas observações encontram respaldo nas análises realizadas por Herkenhoff (1995, p. 108), quando aponta que “[...] a trajetória do líder comunitário oferece elementos riquíssimos sobre os fatores situacionais”. No depoimento, percebemos as experiências da liderança com sindicato, influência da Igreja Católica e organização estudantil.

Eu já participava do Sindicato, fui seminarista, participava de reuniões do Seminário de reflexão da bíblia, não era só rezar não, era comportamento, postura comportamental também. E, depois eu fui presidente da Casa do Estudante do Brasil no Rio. [...] O que a gente tinha na cabeça era a questão política de fazer o povo se juntar (Entrevistado nº 9a).

Apesar de deixarem claro que o movimento popular de São Pedro iniciou antes mesmo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na localidade – uma particularidade do movimento popular de São Pedro frente ao quadro nacional que apontou a Igreja como grande articuladora desses movimentos – os entrevistados demonstram que, em pouco tempo, estas entidades da Igreja Católica ocupariam importante papel junto à organização, tendo inclusive as próprias lideranças participação ativa na formação das CEBs na localidade.

[...] Nós fundamos onze Comunidades Eclesiais de Base (Entrevistado nº 9b).

[...] A gente tinha uma prática numa visão libertadora, que a Igreja nos ajudou com os Movimentos Eclesiais de Base de libertação. (Entrevistado nº 9a).

No trecho, percebemos a influência da visão progressista da Igreja sobre a prática dos sujeitos entrevistados, orientada por uma perspectiva de ação libertadora.

Ao analisar como se deu o processo de configuração da Grande São Pedro, Jesus (2005) divide o mesmo em três grandes momentos,

O primeiro é marcado pela discordância e conflitos entre os ocupantes e agentes municipais. Sendo assim, vai desde a ocupação e deterioração do manguezal, passando pelo início da organização e pressão popular, até a implantação do programa PROMORAR<sup>104</sup> na região. No segundo momento, destaca-se o Projeto São Pedro<sup>105</sup>, seus impactos e alcances objetivos (com obras infraestruturais como arruamento, saneamento, etc.) e subjetivos (atenuação dos conflitos iniciais, dados os mecanismos utilizados pela prefeitura, mais “suscetíveis” à participação popular). No terceiro e último, observa-se a incorporação de São Pedro à capital (Vitória), especialmente com a dinamização do turismo na região (Projeto Rota Manguezal) e a instalação de um *campus* universitário<sup>106</sup> na região (JESUS, 2005, p. 16, grifo da autora).

É possível então perceber que as ocupações na região ocorreram em meio a muitos conflitos de cunho político-social, entre os “recém-chegados” (ocupantes) e os antigos moradores e entre a Prefeitura Municipal de Vitória, a Polícia, os supostos proprietários de terras e os moradores (ANDREATA, 1987; Entrevista nº 9).

Em um primeiro momento, a Prefeitura de Vitória frente às ocupações demonstra os resquícios de uma “intervenção higienista”<sup>107</sup> e “[...] numa atitude política de manter a cidade ‘limpa’, opondo-se a esses assentamentos, intervinha efetuando a desocupação da área, através da derrubada dos barracos (JESUS, 2005, p. 50)”. Entretanto, com base nos depoimentos colhidos<sup>108</sup> e em Andreatta (1987), vemos que essa atitude arbitrária só servia para fortalecer ainda mais o espírito de luta coletiva que vinha se formando em São Pedro.

<sup>104</sup>Um programa de âmbito federal. (Nota do texto original).

<sup>105</sup>Primeiro projeto desenvolvido pela própria prefeitura, com vista ao tratamento integrado da região. (Nota do texto original).

<sup>106</sup>Sistema FAESA de Educação. (Nota do texto original).

<sup>107</sup>Valladares (2000) mostra que desde o século XIX a pobreza era tratada com base em um discurso “higienista” que apontava que as soluções para a questão seriam a proibição e a destruição de cortiços, tidos como *loco* da pobreza. Nas primeiras décadas do século XX, segundo a autora, há um predomínio das análises positivistas que interpretavam a favela como uma patologia social. A representação que se tinha da favela era de um espaço desordenado, anti-higiênico, onde residiam mendigos, vagabundos, desempregados, dentre outros. Sendo assim, a visão “higienista” apontava como solução para a pobreza a extinção das favelas. Os planos de urbanismos se pautavam em ações pontuais, que visavam o embelezamento dessas áreas.

<sup>108</sup>Entrevista nº 9.



[...] Fizemos o barraco de noite. Chegamos com as tábuas no final da tarde e durante toda a noite fizemos o barraco, antes dos homens chegarem para demolir, tínhamos que enfrentar uma resistência. E o pessoal viu a gente fazendo, e os que tinham [tido os barracos] demolidos, levantaram de novo o barraco, e outras pessoas chegaram [...] e foram fazer também (Entrevistado nº 9a).

Com a ameaça – pois os fiscais vinham todo dia e sempre com a notícia de que voltariam para demolir. [...] O fiscal mesmo ameaçava. A gente começou a juntar o pessoal para ir ao governador dizer que a gente não tinha para onde ir, e que por isso ele não tinha que mandar demolir e tal (Entrevistado nº 9a).

Pairava sempre a ameaça de expulsão do mangue. Medo dos fiscais e metralhas da PMV, medo de polícia... (ANDREATTA, 1987, p.19).

Os moradores que ali chegavam e ocupavam a região tiveram que lutar por sua permanência no local, pois apoiando-se em seu aparato coercitivo (polícia), o Estado reprimia violentamente a ocupação. A resistência dos moradores traduzia a insatisfação frente à espoliação dos seus direitos. Logo, o Estado, mudando sua forma de ação, interveio enviando assistentes sociais ao local, para cadastrarem as famílias que ali se encontravam, a fim de transferi-las para o município de Serra. Entretanto, os moradores começaram a fazer reuniões para se articularem, partindo da estratégia de identificação dos moradores que ali se encontravam antes das ocupações, que tinham como ofício a pesca<sup>109</sup>. Os moradores levantavam a bandeira do direito de permanecer próximo ao local de trabalho, pois os pescadores tinham de morar nos arredores do canal.

A primeira etapa foi ser São Pedro, ser pescador e querer ficar, [...] era não ser removido para a Serra, para morar em um cubículo deste tamanhinho assim. [Pois,] o pescador tem de morar à beira do canal para poder sair com o barco para pescar (Entrevista nº 9).

Assim, a situação de incertezas e risco fez com que os moradores se organizassem, a fim de pressionarem o Estado quanto à realidade dos habitantes que ali estavam e que não possuíam outro local para morar. É neste íterim que a associação de moradores de São Pedro<sup>110</sup> foi formada, junto com o processo de ocupação, de forma espontânea, a partir das necessidades imediatas dos moradores, que reivindicavam primariamente o direito à habitação (ANDREATTA, 1987; Entrevista nº 9).

<sup>109</sup>O nome do bairro São Pedro foi escolhido pelos moradores em homenagem aos pescadores, que se encontravam na região antes das ocupações (Entrevista nº 9).

<sup>110</sup>Segundo Herkenhoff (1995) a institucionalização do movimento ocorreu em 1979. Neste mesmo ano, segundo a entrevista nº 1 realizada por nós, foi formada a Associação de Moradores de Comdusa.

A gente já estava reunindo todo dia. Todo dia à noite o pessoal chegava do trabalho, o pescador e tal. A gente fazia a reunião e tal, [...] marcava para ir ao governador no dia tal e [assim,] começou a organização. Começou a ideia de a gente fazer uma associação, porque a gente chegava aos órgãos e [éramos questionados] “é de onde e não sei o quê”, [a gente respondia] “ah, a gente é uma comissão de moradores lá da ocupação”. Não tinha nome! A partir daí surgiu a necessidade de a gente se organizar na Associação de Moradores, era um dos meios que a gente [tinha] para chegar a [ser] uma associação feita, não de cima para baixo através dos políticos, [como] fazem no gabinete com quem eles querem e tal (Entrevistado nº 9a).

[...] A primeira coisa que nos uniu foi a necessidade de moradia. Mas, então, necessitou da organização porque o pessoal entrava desorganizado [...]. Foi precisando das coisas assim: moradia, rua, escola, igreja. Você entendeu? Foi precisando dos elementos novos (Entrevistado nº 9a).

Só instinto de preservação, só a necessidade de moradia (ANDREATA, 1987, p. 17).

A situação dos moradores de São Pedro, composta por um cenário extremamente adverso, de palafitas sem nenhuma infraestrutura básica como água potável, saneamento, energia, somada às atitudes autoritárias do Estado, levou os moradores a se unirem, dando início ao movimento popular.

[...] São as causas específicas, [...] imediatas. O cara vem para resolver determinada [situação] “ah, mas no bairro não tem isso” [...]. É um movimento de negócio de água, porque faltava água em Vitória<sup>111</sup>, é negócio de coleta de lixo, é a prefeitura que não passa no horário, é não sei o que... (Entrevistado nº 9a).

Com base nestes depoimentos e nos reportando às análises de Montañó e Duriguetto (2010), podemos afirmar que a forma de organização que se forjou em São Pedro colocava em evidência diversas expressões da questão social, visto que as lutas se concentravam em questões como habitação, trabalho, educação, saúde, dentre outras.

A realidade configurada nos depoimentos acima citados encontra respaldo analítico em Ammann (2008) quando pontua que todo movimento social pauta-se em uma insatisfação contra as situações sociais indesejáveis por um grupo. Vimos que os movimentos populares urbanos refletem esta insatisfação por meio de ações, geralmente reivindicativas de serviços e equipamentos voltados para a coletividade e por isso são articulados no bairro ou regiões, sendo muitas vezes, voltados para o direito à habitação. Conforme a autora, não é apenas a falta de bens e serviços

---

<sup>111</sup>No final de 1979, surge em Vitória o “Movimento pela água”, por iniciativa de lideranças das CEBs, contou com a participação de várias entidades populares de bairro (HERKENHOFF, 1995).

essenciais, mas a consciência da pobreza, que leva as populações periféricas a se organizarem, “[...] é a consciência da falta de moradia, de escolas, de equipamentos de saúde, de transporte, de creche, de energia elétrica, de esgoto etc. que as compele a iniciar a luta (AMMANN, 2008, p. 57)”.

Além disso, apoiando-nos em Valladares (1991, p. 104), veremos que tais movimentos populares podem atuar “[...] como eficazes grupos de pressão sobre o Estado para obter resposta às suas demandas e necessidades.” O que nos leva a concordar com Montañó e Duriguetto (2010), quando afirmam que o Estado capitalista obscurece a exploração de classe, mistificando o antagonismo entre as classes sociais, pois, o que aparece é a luta por bens e equipamentos coletivos. Sendo como mostra Lojkin (1997) que o principal desafio dos movimentos sociais urbanos está em descobrir a contradição obscurecida pelo processo de distribuição socioespacial desigual dos meios de consumo coletivos.

Ao mesmo tempo, percebemos que a inserção no movimento popular levava os seus integrantes a um nível de consciência coletiva, conforme vimos com Cruz (2010) uma “[...] consciência para a reivindicação [...]”, que os fazia perceber a realidade como produto das suas ações em conjunto.

Enquanto nós não conseguíamos, nós não parávamos de juntar, era juntar pra conseguir. Tudo foi conseguido assim (Entrevistado nº 9a).

Era este espírito de solidariedade que levava os moradores a, coletivamente, realizarem reuniões para refletir sobre suas situações e traçar estratégias de ação no que tange à luta pelos direitos, através de pressões junto aos órgãos públicos.

A Associação era para conscientizar o povo. A Associação era para conscientizar que unidos eles são fortes e organizados (Entrevistado nº 9a).

A liderança demonstrava preocupação com a formação dos moradores desde o início das ocupações,

[...] porque logo que nós entramos começaram os cursinhos, disso, daquilo, daquilo outro, a gente ia à UFES, buscava, sempre houve (Entrevistado nº 9b).

Herkenhoff (1995) constatou em sua pesquisa, que as lideranças comunitárias que buscavam aperfeiçoamento, participando de cursos, demonstraram atitudes mais democráticas, análise que se confirma no caso de São Pedro.

Entretanto, frente à organização popular, a ação do Estado era marcada por atos de violência para “manter a ordem”. O que demonstra as análises gramscianas sobre o uso dos aparelhos coercitivos por parte do Estado para manter a hegemonia em momentos em que esta não é possível, através do consenso. No depoimento, a denúncia:

Muitos policiais, mas muitos, inclusive amigos meus de infância que são policiais hoje em dia, alguns até já morreram, eu vi derrubando seu próprio barraco. Muitos. Se você for lá você vai encontrar uma pessoa de nome C. – que foi uma liderança, e depois uma professora da Escola Grito do Povo. C. – filha, mãe, esposa, mulher, tudo de policial. A família toda é da polícia. [...] Essa pessoa te conta a história de São Pedro, assim, das derrubadas que eles tiveram que fazer dos seus próprios barracos (Entrevistado nº 9b).

O depoimento retrata a real condição de um trabalhador, que só possuindo sua força de trabalho para vender e assim garantir sua sobrevivência e de sua família, depara-se com a dura tarefa de ser algoz de si próprio, de sua família e de seu povo.

No mesmo trecho - mas se referindo a uma liderança comunitária de um bairro de Vitória, que buscou em São Pedro um espaço - prossegue:

O pai da D. [...] era uma liderança de comunidade do Bairro A. [Ele] mudou, tentou ter sua casinha lá [na ocupação], foi arrastado no asfalto, porque reagia. Então, esse povo sofreu e entre esse mesmo povo ele mesmo, às vezes, muitas vezes, se traiu também, sabe? Não era uma coisa assim muito tranquila não, não é dizer “ah o povo foi mansinho o tempo todo”, a gente pode até romantizar às vezes (Entrevistado nº 9b)<sup>112</sup>.

Organizados, os moradores demonstravam preocupação com a arquitetura do local, à medida que demarcavam áreas onde seriam as ruas e separavam espaço para a instalação de igrejas, escolas, sede do movimento comunitário, capela, dentre outros espaços coletivos. O que desmistifica a ideologia dominante sobre as classes populares serem desorganizadas. As marcações imaginárias traduzem a busca dos moradores por transformar o sonho em algo concreto.

<sup>112</sup> Suprimimos o nome do bairro para garantia do anonimato.

A gente já tinha nessa altura o processo de todo domingo abrir novas ruas. As pessoas vinham fazer um barraco e a gente falava, não, espera, aqui é uma rua, mas só tinha uma pinguela. O cara tinha um barraco aqui dentro do mangue e o outro queria fazer logo na frente, então a gente marcava com as estacas de prego [...] (Entrevista nº 9).

[...] Eram ruas imaginárias, aqui será uma rua, [...] e ali, no final daquela medida, eles denominavam a rua, eles votavam o nome das ruas” (Entrevista nº 9b).

Com a promessa do governador Élcio Álvares junto aos moradores de que iria coibir as ações de demolição realizadas por fiscais da prefeitura, a notícia se espalhou e as ocupações foram se adensando em pouco tempo. O governador enviou algumas assistentes sociais para realizarem uma pesquisa sobre a situação da região, entretanto a intervenção ainda demoraria algum tempo. Com o aumento no número de moradores, a estratégia de mobilização da associação passou a ser a eleição de “líderes de rua”, que ficavam responsáveis por convocar os moradores, em momentos decisivos para o bairro, para participarem das reuniões, realizadas semanalmente, em dia fixo, sempre às quintas-feiras. Nos depoimentos percebemos claramente um processo democrático e participativo nas reuniões.

A nossa força maior era a Associação, as reuniões todas as quintas feiras impreterivelmente. Tinha que começar no horário [...] e acabar no horário. Não tinham que ter reuniões cansativas, as reuniões tinham que durar uma hora e meia no máximo. Quando tivesse muita votação, muita proposta poderia ir até as vinte e uma horas, porque as pessoas trabalhavam e as pessoas tinham que se sentir bem de ir e voltar. (Entrevistado nº 09a).

Era tipo uma comuna, a direção da Associação tinha que ser formada por representantes da região de cada lugar diferente para poder abranger o bairro todo. Então, a gente pegava em uma rua, em outra, em outra lá longe e era assim. O coordenador da rua foi eleito porque era um cara amigo de todo mundo, ele tinha mais poder de levar as pessoas para a reunião. [...] Sempre dava mais pessoas e a gente sempre tinha demanda para discutir. (Entrevistado nº 9a).

A pressão popular junto ao Estado para que os moradores permanecessem na localidade resultou na legalização do bairro em 4 de setembro de 1977, o “Dia do Fico”.

Teve o 4 de setembro do mesmo ano de 77, foi depois de várias idas ao Palácio Anchieta fazendo pressão, mas pressão mesmo. Não foi gente que quis fazer as coisas para ser bonzinho não. [...] Pressão, muita pressão nossa, [...], usando de tudo: imprensa, igreja. [...] Então o governador combinou de ir ao local, o prefeito já era Bassini. [...] E foi combinado uma grande festa, em que, pela primeira vez, uma autoridade do município e do estado iria lá numa festa com o povo. Então fizemos o 4 de setembro de 77, foi o Dia do Fico, pois a gente até então estava ameaçado de ser removido. As ruas eram todas de [...] terra. A partir de 4 de setembro, que é o nome da rua principal de São Pedro I, foi que [...] foi dada a tranquilidade de que o povo não seria mais removido e de que iria haver o aterro sanitário com terra em cima. E anos depois veio o PROMORAR (Entrevistado nº 9a).

Esta fala demonstra a consciência da liderança em perceber o movimento popular como sujeito da ação, protagonista na construção da história que vinha ganhando contornos em São Pedro. Os direitos eram vistos como resultado do processo de luta, como conquistas do movimento popular.

Mas, nada disso se conseguiu porque os homens eram bonzinhos ou nós, não! [...] Foi um trabalho de cada final de semana abrindo ruas, batizando rua e elegendo coordenadores de rua que iriam fazer parte da Associação dos Moradores do Bairro São Pedro (Entrevistado nº 9a).

Fosse para reconstrução de barracos derrubados, para demarcar ruas, para decidir sobre novas ocupações, ou para fazer frente ao poder público, os moradores se reuniam toda semana para decidirem o que seria feito (ANDREATTA, 1987). De forma que em pouco tempo, os moradores alcançaram muitas conquistas.

Logo, a pedido de alguns, começou a funcionar uma escolinha num barraquinho do Toninho Tonini, com luz de velas. Todo mundo dava aulas para todo mundo: pesquisando nas livrarias, descobri que estava usando o método Paulo Freire (ANDREATTA, 1987, p. 20).

Ainda no ano de 1977, a complexificação da organização popular e as dificuldades junto ao Estado contribuíram para que a liderança comunitária procurasse apoio da Igreja

A gente sabia que tinha uma ditadura e que a gente queria sair dela, isso a gente sabia que tinha de atuar em algum lugar. Então, a Associação de Moradores foi um meio de estar junto com o povo. [...] Nós começamos a Associação de Moradores, a organização popular, antes de ter a CEBs conosco. Depois nós sentimos que precisávamos de apoio, [...] então, procuramos Dom L., Irmã T., M. Esse pessoal nos ajudou a fazer a Comunidade Eclesial de Base (Entrevista nº 9).

O que eu quero dizer aqui é que o Movimento Popular nasceu antes da CEB, mas só com a CEB [...] é que conseguimos que se tornasse mais eficiente, sem a interferência da politicagem suja, como vinha acontecendo (ANDREATTA, 1987, p. 24).

O discurso demonstra a influência da ala da Igreja popular junto ao processo organizativo dos movimentos sociais populares. Ao mesmo tempo que as falas abaixo denunciam a divisão no interior da Igreja Católica apontada por Doimo (1995),

Nós procuramos o padre pavoniano. Eles [os pavonianos] não deram a mínima, falaram que a gente era ladrão de mangue. Aí Dom L. que deu apoio a gente a partir daí (Entrevistado nº 9b).

[...] A Igreja tinha uns pelegos lá e tinha umas pessoas que pensavam no povo, na libertação, que tinham outro tipo de linguagem. Então, esse pessoal era mais ligado às Comunidades Eclesiais de Base (Entrevistado nº 9a).

A metodologia utilizada pela Igreja Popular para organização das ações políticas dos movimentos populares foi tomada pelos líderes da época que usavam o “ver, julgar e agir” para pensar junto com a comunidade “o que fazer, porque fazer e como fazer” (Entrevista nº 9; ANDREATTA, 1987). O uso desta metodologia levava a reflexão da prática do movimento popular que ganhava contornos mais politizados.

Com a garantia de permanecerem na localidade, os moradores passaram a organizar e dotar a região de infraestrutura. As lutas continuavam em várias frentes. De forma que, mesmo diante de uma situação bastante adversa, num hiato deixado pelo Estado, por iniciativa dos moradores “[...] entre fevereiro de 1977 e a Páscoa de 1978 já havia no bairro água e luz<sup>113</sup>, ruas demarcadas, escolinha, reuniões semanais num movimento popular e muito bom e agora já partíamos para formar a igreja<sup>114</sup> (ANDREATTA, 1987, p. 24)”. Essas colocações apontam para a questão levantada por Ammann (2008), quanto à incorporação por parte do Estado Capitalista da mão-de-obra gratuita da população no que tange a urbanização de bairros periféricos, principalmente através de mutirões.

Segundo Herkenhoff (1995) e Andreatta (1987) as eleições também contribuíram para a aproximação de políticos que se voltavam para a região com práticas populistas, através de ações pontuais, como doação de madeiras para construção da escola, canos, postes, aterro, dentre outras.

Ano pré-eleitoral. Os políticos viviam como abutres em torno de nós. ARENA. Só dava ARENA (ANDREATTA, 1987, p. 20).

O aterro chegou mais cem metros. A madeira da escolinha veio e ela foi construída em mutirão num passe de mágica. Na hora da festa, os canos chegaram. Foi aquela demagogia de discursos (ANDREATTA, 1987, p. 20). Nesse ínterim, estávamos sendo usados por políticos inescrupulosos que não saíam de nossa casa (ANDREATTA, 1987, p. 21).

<sup>113</sup>Neste momento, os moradores viram-se obrigados a recorrer à “clandestinidade” para ter seus direitos respeitados.

<sup>114</sup>Mesmo sem sede da Igreja Católica no local, desde 1977 os moradores fundaram um núcleo da CEB. Entretanto, o apoio oficial da Arquidiocese só viria no final deste ano.

Com a nomeação do prefeito Bassini, em 1978, o lixo de Vitória passou a ser depositado em São Pedro, com a finalidade de realizar o aterro sanitário (HERKENHOFF, 1995). Entretanto, as lideranças comunitárias são enfáticas ao apontar que o aterro começou a ser realizado pelos próprios moradores.

É, a partir daí, depois de várias negociações, usamos o bispo para nos ajudar, isso já como associação. Começamos [...] a aterrar as ruas. Então, um ou outro entulho era jogado nesse lugar, que a gente tinha aberto rua e fazia um trecho aqui, outro lá” (Entrevistado nº 9a).

Mas a primeira terra quem pôs foi o povo e as crianças, isto é muito importante (Entrevistado nº 9b). [...] Com pá, carrinho e tal. Mas aí o lixo de Vitória começou a ser jogado e terra por cima, aterro sanitário (Entrevistado nº 9a).

Ruas abertas, denominadas, barracos numerados, drenagem e pavimentação em concorrência. O povo queria aterro. Solução proposta: lixo (ANDREATA, 1987, p. 38).

Segundo vemos no relato de Andreatta (1987), mesmo que a liderança tenha buscado convencer os moradores de que o aterro sanitário não era uma boa opção, a situação de precariedade somada ao trabalho de convencimento de assistentes sociais, que passaram de casa em casa explicando sobre o aterro e recolhendo assinaturas, levou os moradores a aceitarem a combinação perversa: terra e lixo para sobreviver. Esta situação nos leva a refletir sobre a contradição que o profissional de serviço social vive em seu cotidiano, enquanto trabalhador que vende sua força de trabalho, buscar meios para romper os limites de sua ação, que muitas vezes o coloca como braço forte do Estado.

As carências motivavam as lutas que continuavam em várias frentes. Em 1978, os moradores picharam as pedras da Rodovia Serafim Derenzi, que contorna a região, cobrando água à Cesan (ANDREATA, 1987).

Com o bairro de São Pedro I totalmente ocupado, os moradores que não tinham conseguido um local de moradia passaram a formar outros bairros nas adjacências. A formação de São Pedro II é datada por Andreatta (1987, p. 25).

Cansados de morar em quintais de lama alheia, de parentes, todos na mesma casa, no dia 02 de outubro de 1977 ocuparam o morro.



Entretanto, segundo Andreatta (1987), o poder público, por meio de uma ação judicial, interveio e promoveu a derrubada dos barracos. Pouco tempo depois, moradores que moravam em casas de parentes, juntamente com outros que chegavam devido ao processo de migração, no final de 1980 ocuparam novamente a área, e desta vez, obtiveram êxito.

Em 1979 iniciam-se as reuniões para formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Vitória e em 1980 as lideranças entrevistadas já haviam se filiado ao mesmo, assumindo inclusive cargos na diretoria a nível municipal e estadual (Entrevistado nº 9b).

Nós ocupamos São Pedro em 77, as primeiras reuniões do PT começaram em 79, e nós nos filiamos em 80. Eu fui a primeira Secretária Executiva do PT municipal e ele foi já do primeiro Diretório do PT estadual (Entrevistado nº 9b).

Nós que quisemos ajudar a formar o partido, não foi o partido que nos convenceu, não. Ninguém nos procurou não. [...] Nós entramos porque quisemos. Aliás, ninguém convidou também não (Entrevista nº 9).

Aqui, no São Pedro, as coisas têm outra conotação. Afinal, primeiro começou o movimento popular; depois não conseguimos passar sem o “Pão da Vida”, e fundamos as CEBs; depois, muito depois, surgiu o partido (ANDREATTA, 1987, p. 60).

Ao falar sobre as motivações que os levaram a se filiarem ao PT, as lideranças demonstram uma consciência de classe que reflete o cenário nacional, onde a classe trabalhadora brasileira organizada, via no Partido o articulador das lutas no caminho para as mudanças tão almejadas de democratização, onde a classe alcançasse o poder e pudesse realizar as tão sonhadas transformações sociais. Percebemos com as falas que o PT tornou-se o intelectual orgânico coletivo.

Mas por que fizemos? Isso é bom você pôr, se tiver alguma coisa para escrever sobre isso. Por que participamos do partido? Porque não tínhamos outra saída. Porque os partidos estavam nascendo naquele momento, o povo fez pressão pelas “Diretas Já”, por abertura democrática e tal. Então, chega dos trabalhadores estarem militando em partido da burguesia. Os caras falando numa linguagem e a gente em outra, de intruso lá dentro. Então os trabalhadores foram obrigados a ter o seu partido. Então o PT nasceu com a ideia – de capacete, de macacão, que é uma visão errada, mas era a questão – que filosoficamente, os trabalhadores tinham que ter o seu Partido. Então [...] participamos do partido como uma obrigação que o trabalhador tinha (Entrevistado nº 9a).

Era para canalizar as lutas, tem que canalizar as lutas em algum lugar. Tinha que ter, era a única maneira da gente canalizar a nossa luta (Entrevistado nº 9b).

Os depoimentos apontam um grau de formação de uma consciência crítica dos entrevistados frente às contradições do sistema capitalista, percebendo a contradição dos interesses da classe trabalhadora e da burguesia. Entretanto, ao que parece esta consciência ficou no nível da disputa pela abertura política.

Em 1980 seria implantado na região o Programa de Erradicação da Sub-habitação – PROMORAR, de iniciativa do Governo Federal (JESUS, 2005). Para Silva (1989, p. 77), o programa representou “[...] a versão atual da preocupação do governo, mais uma vez órfão de legitimidade social 'voltado' para as populações carentes, agora reapropriando-se da bandeira levantada há mais de 20 anos pela população favelada – a urbanização das favelas”<sup>115</sup>.

Segundo Jesus (2005), a escolha de São Pedro para implantação do programa em Vitória, se deu devido às condições precárias de vida dos habitantes e a visibilidade midiática que ganharam, que gerava uma imagem negativa à política local. Nesta época, a Prefeitura Municipal de Vitória contabilizou 2.234 moradores na região, distribuídos em 494 famílias<sup>116</sup>. Conforme a autora, ainda em 1979, surgiram boatos em São Pedro sobre a implantação do Programa para realização dos assentamentos, o que provocou aumento das ocupações.

Entretanto, segundo Jesus (2005) e Andreatta (1987), a implementação do Programa gerou um impasse entre os moradores e a PMV, pois o mesmo não estava atendendo aos objetivos propostos de participação popular e de permanência das famílias no local<sup>117</sup>. Com base em Jesus (2005), essa situação não desmotivou a organização dos moradores, ao contrário, organizados buscavam meios para

---

<sup>115</sup>Segundo Silva (1989) em 1976, surge no Rio de Janeiro, a Pastoral das Favelas, um movimento da Igreja Católica que passa a reativar as organizações nas favelas, se espalhando para outras cidades do país. Nesse mesmo período surgem diversos movimentos populares urbanos no Brasil, que passam a reivindicar não só serviços coletivos como água e luz, mas a questionar o próprio modelo da política nacional brasileira, por meio da luta pela moradia. Segundo a autora, o PROMORAR foi uma resposta do governo diante da intensificação desses movimentos.

<sup>116</sup> Banck (1998 *apud* JESUS, 2005, p. 55).

<sup>117</sup>Analisando a implementação do Programa a nível nacional, Silva (1989, p. 77) afirma que: “[...] não custou muito para o PROMORAR revelar sua face autoritária, ao selecionar as áreas de atuação e ao impor-se às populações, derrubando barracos sem oferecer nenhuma indenização, e obrigando as famílias a comprarem uma casa, muitas vezes em piores condições do que a que foi demolida, ao não apresentar possibilidades de abrigar mesmo uma família pequena [...]”. Com isso vemos que a preocupação dos moradores de São Pedro não era descabida.

discutir o Programa. O que, conforme esta autora, acarretou na paralisação do PROMORAR no bairro.

Com a paralisação do programa os moradores convidaram o Prefeito para vir discutir com a população o PROMORAR. O Prefeito, ao se ver pressionado pelos moradores e pela opinião pública, como resposta instalou um escritório da municipalidade no bairro, com a finalidade de fazer a mediação entre a Prefeitura e os moradores e assim diminuir os conflitos, e deu início às obras do programa.

Com a pressão exercida pelos moradores para o cumprimento do programa e a não aceitação só de promessas, a Prefeitura se afastou do bairro paralisando as obras (SILVA, 1984, p. 39 *apud* JESUS, 2005, p. 56).

Com base em Jesus (2005), em 1981, a PMV retomou as obras do Programa, que em pouco tempo foi novamente paralisado. Diante dos impasses, neste mesmo ano a associação de moradores articulou a campanha, cujo lema era “Nossos lotes como são, nossas casas onde estão”, em que reivindicavam que os lotes não fossem padronizados e que as famílias permanecessem no local durante a realização das obras (ANDREATTA, 1987). Os moradores demonstravam desconfiança em relação ao poder público, por isso não queriam sair do local para a realização das obras, além disso, queriam garantir a configuração das ruas, construídas por eles, com medidas de 8 a 12 metros (Entrevistado nº 9a).

Frente à situação, um seminário foi realizado na região para discussão do PROMORAR, o mesmo contou com participação do poder público – com 17 representantes – e amplo envolvimento dos moradores, representados por 120 delegados (HERKENHOFF, 1995). A reação do Estado frente à mobilização popular foi de desenvolver diversas tentativas de fragmentação do movimento comunitário

A resposta dada pela Prefeitura à pressão popular foi a tentativa de dividir a organização popular, criando possíveis dissensões entre os membros da diretoria e da comissão de negociação, no sentido de separar a base de sua [...] representação, considerada pela mesma autêntica e de defesa de seus interesses (SILVA, 1984, p. 44 *apud* JESUS, 2005, p. 57).

Conforme relato de Andreatta (1987, p. 46) sobre esta situação,

Havia agora um movimento paralelo ao Movimento Comunitário: os representantes de ruas eram uma força poderosa com os quais nunca pudemos discutir politicamente, pois, havia muito a ser feito. O PROMORAR era um câncer que ia ferindo o povo que estava irritado e inseguro.

Diante disso, percebemos que a ação estatal para coibir o movimento comunitário de São Pedro, através de cooptação de lideranças passa a ser uma prática que acompanhará o movimento em toda a sua fase de efervescência. Conforme mostra Jesus (2005), o Programa também significou a manutenção por parte do Estado de uma atitude paternalista, pois, concedia benefícios à população, que não apareciam como conquistas do movimento popular. Apontando para esta análise, Andreatta (1987) afirma que o PROMORAR ao mesmo tempo em que trazia benefícios, serviu como instrumento de políticos que visavam a desarticulação dos moradores. Segundo Jesus (2005), o Programa trouxe muitas melhorias para a região, mas as obras não chegaram a ser concluídas, por falta de interesse político da gestão eleita para 1982.

Andreatta (1987) relata que em pouco tempo as ocupações tomaram grandes proporções. Para se ter ideia do crescimento populacional, entre 1980 a 1983, todos os bairros que hoje compõem a região, já haviam sido formados. Sendo todo o processo de ocupação marcado por conflitos e atos de violência do poder público e de grileiros sobre os moradores. Segundo o depoimento:

Houve chacina no São Pedro VI que foi em 1983, houve chacina no São Pedro III [...] foi muita gente presa, foi muita violência [...] (Entrevistado nº 9b).

Em meados de 1981 a Prefeitura Municipal de Vitória passou a utilizar uma área próxima às ocupações para despejar o lixo da cidade (LEITE, 2002).<sup>118</sup> O lixo que anteriormente havia sido usado pela PMV para aterrar São Pedro I, devido à situação de precariedade, passou a ser usado por muitos desempregados, que se “profissionalizavam” na coleta de materiais recicláveis, passando a ser para muitas famílias fonte de renda e de sobrevivência imediata, de onde retiravam desde materiais recicláveis que eram vendidos, a objetos para uso pessoal, e até mesmo alimentos. O trabalho realizado pelos catadores gerou um impasse entre os mesmos e um suposto proprietário do local onde estavam sendo despejados os dejetos, até que os catadores foram impedidos judicialmente, de realizar o seu trabalho (LEITE, 2002).

---

<sup>118</sup>O lixo havia sido removido de São Pedro para uma área em Carapina, sendo neste ano novamente transferido para uma área da região de São Pedro.

[...] a gente encheu de barraco o São Pedro I, fomos para o II, na área vazia depois fomos para o III e fomos andando. O povo tinha o aterro sanitário que já estava tampando o III e o IV e, assim, chegamos ao Bairro da Conquista. E para ir para o São Pedro VI que é o Resistência. Moral da história, lá existia o lixo, que era depositado do município e o pessoal que já morava no I, no II e no III foram se profissionalizando como catadores. Era o pessoal desempregado, porque o fenômeno das obras da CST já tinha acabado; então o pessoal que veio de fora atrás de emprego já não tinha mais lugar e foi ficando desempregado, aí foi vivendo de catar lixo, desde velhos até criança. (Entrevista nº 9).

Nesse ínterim, devido à ordem judicial, “[...] não podendo catar, as 34 famílias que viviam do lixo na época, foram ajudadas durante duas semanas, pelas comunidades eclesiais de base, até que se ajeitassem (ANDREATTA, 1987, p. 67)”. A Igreja, por meio da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, intermediou a ação judicial dos catadores, que reivindicava a reintegração de posse do lixo. A ação contra a Prefeitura foi realizada em julho de 1981, mas apenas em março de 1982 os catadores obtiveram ganho de causa (LEITE, 2002, p. 92).

De volta ao trabalho, os catadores logo se depararam com outro impasse, desta vez com os atravessadores, que reduziram em 50% o preço que pagavam pelos materiais recicláveis. A atitude não foi bem aceita, culminando na greve dos catadores. Esse episódio contribuiu para a organização dos catadores, que mais tarde resultou na Associação Cooperativa dos Catadores de Vitória Homero Mafra (ANDREATTA, 1987). Os constantes impasses dos catadores com o suposto proprietário de terra culminou em vários atos de violência. Em um deles, uma moradora foi espancada, o que revoltou os catadores e outros moradores, que a partir disso passaram a ocupar a área.

[...] Então, moral da história, tivemos que enfrentar uma briga lá com o dono do loteamento de Resistência, que espancou uma de nossas lideranças, a C., que estava de barriga, com criança já para nascer [...]. Espancou esta mulher [...]. Então, a gente ocupou tudo e agora o negócio era ocupar tudo, veio gente que morava de aluguel, do Itararé, de Joana D’Arc e outros lugares e foi fazendo seus barracos [...]. E depois, [...] logo depois surgiu a CDV (Companhia de Desenvolvimento de Vitória) para tratar o lixo, lá depois do Resistencia, na divisa lá. E a organização popular nasceu (Entrevistado nº 9a).

A situação de miséria em que viviam os catadores foi retratada em o documentário intitulado “Lugar de Toda Pobreza” (LUGAR, 1983), onde é possível visualizar cenas dos trabalhadores disputando espaço com os urubus em cima do lixão, numa atitude

extremada para ter acesso ao direito ao trabalho. As cenas chocantes sobre a miséria chamam mais atenção do que as que trazem a organização e as lutas dos catadores<sup>119</sup>.

Apesar de o documentário retratar a vida de algumas famílias que moravam na Grande São Pedro, toda a região passou a ser conhecida como o “Lugar de toda pobreza”, de forma que São Pedro tornou-se “o cartão postal da miséria”<sup>120</sup>. E a resposta da sociedade civil veio através de ações de filantropia, cooptação política de lideranças por parte do Estado e políticos individuais que buscavam se promover, acarretando a fragmentação das lutas (ANDREATA, 1987, p. 71-77).

De fato as condições de vida dos moradores da região de São Pedro eram de extrema precariedade, visto que o processo de infraestrutura e oferta de serviços coletivos pelo Estado ocorria de forma lenta, de forma que a ausência de planejamento urbano, por parte do Estado, atrelada à necessidade de moradia, por parte da população, fizeram com que os morros localizados na região fossem ocupados. As condições de adversidades abrangiam todas as áreas previstas para a sobrevivência, desde o desemprego, a falta ou precariedade habitacional, a situações precárias de saúde. Para se ter ideia, em 1983 (sete anos depois das primeiras ocupações em São Pedro I), no bairro São Pedro IV houve muitas mortes pela falta de água.

---

<sup>119</sup> Em pesquisa realizada por Leite (2005, p.368) – cuja referência foi 500 redações produzidas por universitários, no período entre 1988-1995, após terem assistido ao documentário citado – mostra que “grande parte deles [os universitários] formulou uma ‘definição em negativo’ da miséria e dos miseráveis.” Ao final do estudo o sociólogo aponta que “[...] criada a figura em negativo daquele a quem tudo falta, do carente e do impotente, do necessitado e do marcado pela passividade, do desamparado e do desprotegido, ‘os direitos transformam-se em ajuda, a participação em tutela estatal, a justiça em caridade...’ [...] Se as ‘idéias de falta e de carência material ... aniquilam o sujeito e ressaltam a imagem ... do necessitado, do que é fraco, impotente para a mudança’ [...], restam-lhe apenas a assistência, a ajuda, a filantropia, a caridade – enfim, comportamentos movidos pelo sentimento compassivo (LEITE, 2005, p. 404)”. Este artigo é um resumo da Tese de doutorado intitulada “Desconhecimento, piedade e distância: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza” (LEITE, 2002).

<sup>120</sup> Expressão usada por Andreatta (1987).

Ali é pedra, e pedra esquenta, e com muito sol, sem água, nem escada tinha ainda... Hoje em dia tem aquelas escadariaszinhas. A única água que tinha era buscada em um poço, em um lugar que nós chamávamos de buraco, [que ficava] atrás do Centro Comunitário. [...]. Neste poço, que um dia eu exigi que ele fosse lavado – falei “vamos lavar essa porqueira” – nós tiramos quilos de caramujo, entendeu? Então a nossa situação era muito ruim, nossas crianças – tanto embaixo quanto em cima<sup>121</sup> – tinham muitas feridinhas. [...] E nesse São Pedro IV, Santos Reis, as crianças morreram de desidratação, todas com desidratação (Entrevistado nº 9b).

Entretanto, diante das adversidades e à medida que os bairros iam se formando, outras organizações populares iam surgindo na região. Percebemos em Andreatta (1987) e nos depoimentos colhidos<sup>122</sup> que este ano foi de fortalecimento do movimento popular de São Pedro. Segundo Andreatta (1987) em 1983, já havia no bairro São Pedro, 22 comissões, a associação de moradores já estava com mais de mil sócios e a associação de catadores quase legalizada. Além disso, neste mesmo ano houve a formação da Mulheres Unidas de São Pedro (MUSP). A expansão do espaço e, conseqüente, formação de novos bairros foi um dos determinantes para que outras associações de moradores surgissem na região. Outro fator apontado tem natureza estratégica para garantir o teor político nas discussões das associações de moradores.

É o seguinte, nós tínhamos que nos multiplicar. A articulação era fraterna e depois de independência, porque não dava para gente ter um grupo aqui e o pessoal vir lá de Resistência para reunir em São Pedro I (Entrevistado nº 09a).

A gente fazia reunião lá e cá e um dia era em um... Como comecei a te falar, na quinta-feira sempre foi São Pedro I, parece que Resistência fazia domingo, Santo André fazia na data tal. E assim foi subdividindo (Entrevistado nº 9a).

Quando era o padre que era contra alguma coisa assim, a gente tinha uma comunidade aqui, o padre chegava tomava conta transformava a comunidade numa comunidade só rezadeira, a gente fazia outra ali. Ele chegava, a gente fazia outra acolá. Quer dizer, era uma estratégia. E essa estratégia de fundar associações de moradores aqui e ali, foi de dividir para unir mesmo, dividir para organizar mesmo, entendeu, foi uma sabedoria popular (Entrevistado nº 9b).

Neste mesmo ano, diante da ausência do poder público na garantia dos seus direitos, os moradores organizados formaram a escola de primeiro grau, denominada “Grito do Povo”<sup>123</sup>, demonstrando a preocupação dos mesmos com a

<sup>121</sup>Se referindo ao morro e às áreas baixas.

<sup>122</sup>Entrevista nº 9.

<sup>123</sup>Sob administração da própria comunidade a escola começou a funcionar com cerca de 200 crianças, chegando a 960 alunos e um corpo docente de 69 pessoas (ANDREATTA, 1987, p. 79 e 86).

formação escolar de crianças e adultos. A escola recebeu este nome por causa do jornal popular “Grito do Povo” que já vinha sendo produzido pelo movimento comunitário do bairro São Pedro. O jornal possuía teor reivindicativo e político, servindo de alerta para os moradores, dentre outros conteúdos. Em alguns exemplares vemos as seguintes frases, ilustradas:

Grita meu povo, grita! Como grita o profeta Amós, porque este mundo inteiro precisa de sua voz! A galeria vai passar sobre o nosso barraco. Você vai ter aumento de passagem todo mês. Ficar parado ajuda? Salta pela traseira. Eu vou é lutar para mudar a situação. Reunião 5ª feira. Vamos mamar, oh corruptos, sugar do povo até cair. Eles estão acordando, e tudo vão descobrir. Aí a gente se manda, até a próxima. A Lei do país, a Carta Magna! O povo se mobilizou, pediu, assinou e agora os constituintes que o povo elegeu estão traindo o povo. Vários estão no Centrão. Surge ao longe a estrela prometida! Tomara! UDR está aí! Cuidado.

A produção do jornal do bairro também contribui para ampliar o conhecimento dos moradores em outras áreas. Conforme vemos nos relatos

Depois fizemos um curso de impressão popular, de jornalzinho (Entrevistado nº 9b).  
Tem um monte de gente que aprendeu a ler no jornalzinho (Entrevistado nº 9b).

A primeira escola surgiu da iniciativa popular escola “Grito do Povo” partiu da iniciativa de um morador que passou a colher assinaturas em prol da escola. Cansados de aguardar o poder público, os líderes comunitários, juntamente com um grupo de mães da própria localidade, que tinham tido experiências anteriores como “docentes de emergência”<sup>124</sup> formaram a escola, que funcionava na sede provisória do movimento comunitário e posteriormente passou a funcionar no espaço da creche. Desde o início das ocupações os moradores separaram e protegeram o espaço para construção da escola.

E o povo vigiou a área da escola durante o quê? De 77 a 83, o povo vigiou a área da escola pra não deixar ninguém invadir (Entrevistado nº 9b).

As famílias construíram e mantiveram a escola. A infraestrutura foi montada pelos pais das crianças, que fizeram as carteiras, levavam materiais de higiene pessoal, e

---

<sup>124</sup>Nome que se dava a pessoas que tinham o quarto ano primário e lecionavam para crianças de séries iniciais, geralmente em vilarejos e cidades de pequeno porte.



para o lanche solidário. A divulgação da escola pela mídia local atraiu voluntários que passaram a trabalhar na mesma. De março a setembro de 1983, a escola funcionou com a administração dos próprios moradores e com o corpo de trabalhadores formado apenas por voluntários (Entrevista nº 9).

Com a institucionalização da Escola, a PMV em uma atitude arbitrária trocou o nome da mesma para “Francisco Lacerda de Aguiar” (ANDREATA 1987, p. 79-94; Entrevista nº 9). Aqui gostaríamos de fazer uma observação para ressaltar a ação da PMV em trocar o nome da escola, o que para nós aponta a tentativa de apagar as marcas da história de luta que o nome escolhido pelos moradores trazia.

Fica evidente a força ideológica que o sistema educativo formal possui e a importância do mesmo no “sistema global de internalização”, do qual falou Mészáros (2008). Ao institucionalizar a educação, o Estado passa a ideia de uma cidadania nos moldes liberais, ou seja, como se todos os cidadãos tivessem acesso de forma igual à educação escolar, as relações de classe ficam obscurecidas, aparecendo apenas à democratização do ensino. Entretanto, como vemos no caso da Escola de São Pedro, esta “democratização do ensino” buscava esconder o despotismo presente no Estado Brasileiro. Enquanto o nome da Escola escolhido de forma democrática, no sujeito coletivo, fazia alusão ao processo de luta, levando os sujeitos a perceberem-se como capazes, como protagonistas, como construtores de sua história, o nome imposto de forma arbitrária pela PMV apagou os traços de luta, substituídos pelo nome de um político.

Posteriormente, a partir do contato com um jornalista, a associação de moradores passou a desenvolver um trabalho de rádio popular, que funcionava aos sábados, de oito às dez horas, e era usada não só para o lazer dos moradores e divulgação das notícias de interesse da comunidade, como vagas de emprego, mas também para formação ideológica.

[...] É porque a ideia é a seguinte, por exemplo, determinados partidos políticos aí fazem ideologicamente um trabalho com seus membros para mostrar o erro dos outros, atacar. E o PC do B é muito forte, ataca demais, é muito sectário. O jornal e a rádio eram para avaliar determinadas atitudes que não são éticas e mostrar o caminho. Então, um trabalho de reunião sendo bem coordenada e direito, e um jornal e uma rádio servem para avaliar determinados gestos naquela comunidade, ou naquela cidade ou no estado, são gestos que libertam o povo que fazem o povo avançar – que geram emprego, porque que são empregos que libertam o povo, que juntam para uma sociedade melhor. E tem outros [gestos] que destroem, por exemplo, a própria avaliação de uma greve, quando a gente fala: “os motoristas e trocadores todos pararam”, e o povo fica sem poder ir trabalhar, uns “xingam”, outros não entendem o que vem a ser isso, leva a uma reflexão. A reflexão às vezes do jornal é equivocada, mas serve para gente avaliar na leitura se é por aí ou não, ao invés da pessoa ficar só o dia a dia trabalhando e não pensar no amanhã. Então um jornal, uma rádio, as reuniões levam também a escravidão e a libertação (Entrevistado nº 9a).

O trabalho do movimento comunitário de São Pedro foi ganhando proporções que ultrapassavam as reivindicações de melhorias apenas no local, a partir da articulação com outros movimentos sociais da classe trabalhadora. Como ocorreu no “Movimento dos Desempregados” em 1985 e finalizado em 1986. A ideia da mobilização surgira da associação de moradores do bairro São Pedro e foi levada para as reuniões do PT<sup>125</sup>, devido ao elevado índice de desempregados, dado o fim das obras da CST.

[...] Quando começou a desempregar, começou o pessoal a disputar as vagas e sobrava muita gente e depois o desemprego ficou grande, mulher, homem e tudo. E assim, como lá na nossa Associação – porque a gente se reunia também a nível municipal e estadual – surgiram outros lugares também, lugares no nosso nível, que também [sofriam com] a fome que estava negra, foi a época da ocupação (Entrevistado nº 9a).

A ideia traduzia a consciência de que

[...] o estado tinha que criar empregos urgentes para o pessoal, nem que fossem temporários, pois se nós éramos uma família, o Estado, não podia [deixar] o pessoal ficar desempregado [...] (Entrevistado nº 9a).

Articulada já a nível estadual, a classe trabalhadora capixaba organizada, após diversas reuniões com o Governo do Estado<sup>126</sup> e sem sucesso, resolve convocar os desempregados para acampar na praça da Catedral.

<sup>125</sup>Andreatta (1987, p. 128).

<sup>126</sup>Gérson Camata do PMDB governou de 1983-1986.

[...] a gente tinha que trazer o nosso pessoal desempregado para a cidade para acampar e só sair de lá com emprego na mão. E lá a gente decidiu começar. Marcamos dia e hora e todo mundo se encontrou no centro da cidade, começamos a rodar a cidade e a polícia começou a acuar por ordem do Governador. A gente se refugiou na Praça da Catedral que era nosso lugar central [...]. A polícia começou a cercar com cavalo – isso foi um episódio – ameaçando de nos prender, então, a gente entrou na Igreja [...]. A freira não aceitou, porque deu a hora de fechar a Igreja e tinha todo mundo que sair da Igreja e tal. Mas o pessoal muito carente começou a dormir lá e a freira não aceitava, repudiando, batia nas pessoas, empurrava para sair. Então, nós tivemos – a coordenação da ocupação lá da estadual – que nos reunir com o Bispo, que mandou abrir a Igreja, porque a Igreja era do povo e o povo tinha que ficar lá. Ocupamos. Ficamos 17 dias lá, [...] sem ir em casa (Entrevistado nº 9a).

A ação tomou grandes proporções e apoio de parte da Igreja Católica, requerendo organização dos participantes para dar continuidades às lutas.

Pela manhã havia um Culto Ecumênico de oração para organizar, planejar o dia, depois do culto um planejamento. Tinham entre umas dez a quinze denominações religiosas diferentes também. Durante o dia se coletava, Deus sabe onde e como, ajuda... assim, de um sindicato, de outro e tal, mantimentos. Fizeram banheiros, fizeram salão de reuniões. [...] Fizemos umas tendas com balcão para o pessoal jantar, almoçar e banheiro jogando [os dejetos] no bueiro existente. Mas tudo de madeira doada. E a polícia em volta, o tempo todo. A imagem que eu guardo – nossa a televisão explorou bastante –, foi bonito, foi muito organizado. Tinham várias comissões, 700 pessoas fixas. Tinha Comissão de Segurança, de Organização Política para dar entrevista, Financeira, Lazer e Organização Interna, até de brincar com criança, [...] então tinham comissões para tudo, porque era muita gente, cinco mil pessoas (Entrevistado nº 9a).

A repercussão midiática, fez com que a situação dos desempregados acampados se tornasse conhecida por outros movimentos sociais da classe trabalhadora que passaram a ajudar.

Quando a televisão deu a coisa, o pessoal do interior começou também a se mobilizar para ajudar, porque tinha gente que estava passando fome, porque não podia sair de lá. Então, veio um caminhão de São Mateus [...] até Vitória, cheio de víveres: laranja, banana, abóbora, tudo, feijão, vinha tudo, arroz [...]. Tinham as cozinheiras, a Comissão de Alimentação. [...] Aí chegou o S., um companheiro querido dos assentamentos de São Mateus [...]: “companheiros, companheiros, tem comida, tem comida”. Entendeu? E o caminhão abarrotado, e o mais bonito é que o povo não atacou ficou esperando a organização, fazia fila, todo dia almoçava-se e jantava-se bem. [...] Ninguém passou fome depois que chegou comida. E não era político que dava não, eram as outras associações de operários, de camponeses, de bairros, que faziam a coleta e mandavam. Então, a gente ficou 17 dias acampados lá (Entrevistado nº 9a).

O fim da mobilização ocorreu depois da ação do governo na oferta de empregos. O total de cartas dadas naquele dia foi de 700 empregos. Com a ameaça da comissão

de retornar a mobilização, o Estado deu um prazo de 24 horas para continuar a dar as cartas de emprego, totalizando 1500 empregos até 1986.

[...] Deu um total de 1500, mas era 5000 o combinado. Neste ponto a gente perdeu porque muita gente ficou de fora (Entrevistado nº 9a).

Em trecho do depoimento, ao analisar as causas da derrota, a liderança expressa que a demora por parte do Estado nas negociações, dado que o acampamento já durava 17 dias, fez com que muitos desempregados, descrentes na mobilização, fossem embora.

O Estado (sentido estrito) é um instrumento fundamental na correlação de forças capital-trabalho, não só porque obscurece esta relação, mas ainda porque a regula. O monopólio do aparato coercitivo e o domínio legislativo colocam o Estado em vantagem sobre os trabalhadores. Cabe ressaltar, que o exército industrial de reserva serve ainda como importante fator de fragmentação da classe trabalhadora. No fim do depoimento, a liderança se expressa demonstrando sua consciência das conquistas:

[...] Mas ao final deu certo e a gente tem orgulho de encontrar em uma rodoviária, em uma estrada ou em outra cidade uma senhora “Oh fulano, eu estou aposentada, eu trabalhei naquele movimento nosso” e serve até de avanço para outras pessoas, de que vale a pena se organizar e lutar pelos direitos. Não é uma troca de cabo eleitoral é um direito dela como exigência, como membro dessa nação de ter seu emprego. Isso serve como um avanço social, [...] pequenos gestos. [...] Mas o certo é que foi tudo muito sofrido, não foi nada de graça, tudo foi muito dolorido, foi um negócio assim conquistado na marra, não tinha nunca governo e nem prefeito do nosso lado (Entrevistado nº 9a).

Essa realidade lucidamente resumida pelo entrevistado encontra respaldo nas análises de Cruz (2010), quando este afirma que o segundo nível da consciência (para a cidadania ou da reivindicação), leva ao mesmo tempo à superação e à limitação do movimento: a superação porque ultrapassa os interesses individuais e a limitação porque a própria vitória sobre a reivindicação pode ser um fator de desmobilização do movimento social, quando não conjugada com a formação teórica dos participantes.

Quem [...] não foi, ficou sem emprego porque ele [o governador] não abriu mão e a gente se enfraqueceu porque depois que 1500 pessoas pegaram suas cartas de trabalho, elas ficaram com medo também de voltar lá no movimento e depois serem discriminadas. Então, tem tudo isso, é o povão, não é? Então, teve isso. Essa ocupação de São Pedro, essa Associação levou a gente a muitos lugares (Entrevista nº 9).

Em outro exemplo, diante de vários colhidos nos depoimentos (Entrevista nº 9), que demonstra a luta dos moradores, aponta que a luta pelo transporte se concretizou em ações contra a segregação não só espacial – na medida em que impedia ou dificultava os moradores da região de chegar aos seus locais de trabalho e transitar por outros locais da cidade classificados como “nobres” – mas também social, pois, os moradores vendo-se discriminados reagiam contra esta situação.

[...] houve também um lance muito interessante que, o pessoal da Praia do Canto, dos bairros mais nobres, não queriam que os nossos ônibus fossem até lá, então nós promovemos uma operação “tartaruga” ou paralisação das domésticas para não irem para a Praia do Canto, não irem para Jardim da Penha. Nosso ônibus não pode ir até lá, então, nós também não vamos. [...] As domésticas foram uma grande liderança (Entrevista nº 9).

O trecho reforça as análises de Kowarick (1993, p. 93):

Sem sombra de dúvida, o padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados. De uma forma mais ou menos acentuada, esse processo perpassa todos os patamares da pirâmide social em que os mais ricos procuram se diferenciar e se distanciar dos mais pobres. Mas, a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem que condensa os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa: 'a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública' (KOWARICK, 1993, p. 93).

Entretanto, os moradores reagiam organizando-se em ações, e identificando-se com a luta mesmo que esta não os envolvessem diretamente, como é o caso do relato acima, quando a pessoa se identifica pelo pronome “nós”, mesmo não fazendo parte da categoria das domésticas.

Apenas em nível de fechamento deste breve histórico, gostaríamos de mostrar que apesar de grande avanço proporcionado pelas lutas dos moradores no que tange à garantia dos direitos sociais, conforme Jesus (2005, p. 60, nota de rodapé), ainda “[...] em 1986, o lixo foi definido como o maior problema de São Pedro e a mídia

tratou de enfatizar esta situação [...]”, a resposta do poder público se deu por meio da construção de uma usina de lixo<sup>127</sup>, implantada no bairro Resistência e usada como meio de cooptação política (Entrevista nº 9). O ano também se refere à última ocupação realizada na região em um lote particular (ANDREATA, 1987, p. 154). Neste mesmo ano, uma das lideranças comunitárias do bairro São Pedro, Graça Andreatta, concorreu às eleições pelo PT como vice-governadora<sup>128</sup>. Se reportando à candidatura, um dos entrevistados afirma:

Nós não fizemos a associação com a ideia de ser candidato, de ganhar voto sem ter partido. E tem muitos que fazem o contrário, tem muitos que tem essa visão. Nós fomos candidatos, nós fizemos o partido para formar os nossos candidatos nascidos no meio das lutas do povo e não “ah, eu vou lá porque lá tem um dinheiro, vai ter um salário” isso é uma visão, o cara vai ser um político sem ter vocação. O cara primeiro tem que ter vocação. [...] O PT ele pode até ser deformado, pode estar deformado ou vir a ser deformado. Mas ideia primitiva dele era que cada categoria de povo tinha que ter o seu partido (Entrevistado nº 9a).

A fala demonstra que a consciência da liderança acerca das lutas a serem empreendidas só poderia ter êxito com medidas mais abrangentes, por isso buscava apoiar-se no partido, que era percebido como via para esta mudança almejada de diminuição das desigualdades sociais. Isto nos remete às considerações gramscianas sobre o Partido como “intelectual coletivo” da classe trabalhadora que possui a função de organizar as massas, buscando ultrapassar os interesses imediatos e unificar as lutas em prol da tomada do poder.

Diante deste resgate e com base nos depoimentos colhidos<sup>129</sup>, podemos traçar o seguinte perfil do movimento comunitário de São Pedro neste período, lembrando que o mesmo exerceu forte influência sobre as demais associações de moradores que foram surgindo, visto que o trabalho das mesmas se dava de forma articulada.

Apesar de o movimento comunitário ter nascido em decorrência da indignação daquela parcela da classe trabalhadora, espoliada, frente às variadas expressões da questão social, podemos perceber que, de 1977 a 1985 três instituições influenciaram suas ações: a Igreja Católica, através das CEBs, a UFES, através de

<sup>127</sup>As obras foram iniciadas em 1988 e concluídas em setembro de 1990. Atualmente, a usina de lixo foi desativada, no local agora funciona uma Unidade de Transbordo, onde realiza-se a separação dos materiais recicláveis.

<sup>128</sup> PT. Diretório Estadual do Espírito Santo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012).

<sup>129</sup> Entrevista nº 9.

curso de capacitação e o PT, por meio da participação de lideranças comunitárias e moradores da região. Além disso, frente aos relatos<sup>130</sup>, podemos também citar o trabalho de algumas assistentes sociais<sup>131</sup> junto aos moradores por uma perspectiva de protagonismo dos mesmos.

Todas estas questões contribuíram para que a organização no bairro buscasse um trabalho autêntico. Entretanto, concordamos com Doimo quando afirma que “[...] o movimento de São Pedro, que surgiu sob a égide de valores políticos como autonomia e o anticlientelismo, viveu inevitáveis tensões de limites adversos (apud HERKENHOFF, 1995)”.

Isso fica claro quando os entrevistados apontam que a principal dificuldade encontrada pelo movimento comunitário foi a cooptação política de lideranças e moradores, através de práticas de clientelismo e favorecimento.

Nós tínhamos um grande inimigo que era a aproximação das eleições. Toda a organização que a gente fazia popular, com calma [...] era destruída, porque nós tínhamos um coordenador daquela rua, às vezes uma rua grande, o cara tinha uma certa liderança porque tinha um monte de gente, mas ele era cooptado ou comprado, davam um emprego para mulher dele ou para a filha e tal para ele ficar do lado daquele cara [...] de direita [...]. E se o cara não aceitasse ser corrompido ele dava para um outro da mesma rua. [...] Aí começou a ter lugar [se referindo a bairros] que tem duas associações (Entrevistado nº 9a).

---

<sup>130</sup>Podemos enumerar as pessoas que tinham uma ideia libertadora, que arriscavam sua própria função no cargo para fazer um trabalho de assistência social libertadora. Não era um negócio de dar comida não. [E sim, de] reunião, algum serviço social, mas visando dar a vara para pescar. [A liderança cita o nome de algumas assistentes sociais que] faziam parte do corpo da assistência social do estado e elas não eram só assistentes sociais que queriam um emprego do estado, elas tinham uma ideia de fazer um trabalho realmente social, que libertasse” (Entrevistado nº 9a).

<sup>131</sup>Cabe aqui observar, ainda que resumidamente, o compromisso ético-político firmado pela categoria dos assistentes sociais, desde o movimento de reconceitualização (vivenciado justamente a partir dos anos de abertura da Ditadura Militar). A partir do qual expressivamente a categoria colocava-se contra qualquer perspectiva de neutralidade na ação profissional, passando a se posicionar a favor da defesa do projeto democrático almejado pela classe trabalhadora. O resultado foi a aprovação do Código de Ética da profissão de 1986, que trazia princípios como: “A contribuição na alteração da correlação de forças no espaço institucional e o fortalecimento de novas demandas de interesse dos usuários. [...]O respeito à tomada de decisão dos usuários, ao saber popular e à autonomia dos movimentos e organizações da classe trabalhadora. [...] A discussão com os usuários sobre seus direitos e os mecanismos a serem adotados na luta por sua efetivação e por novas conquistas; e a reflexão sobre a necessidade de seu engajamento em movimentos populares e/ou órgãos representativos da classe trabalhadora.[...] O apoio às iniciativas e aos movimentos de defesa dos interesses da categoria e à divulgação no espaço institucional das informações de suas organizações. [...] O apoio e/ou a participação nos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora”, dentre outros (CONSELHO FEDERAL SERVIÇO SOCIAL, 2012).

[...] Foi a hora que o governo entrou no meio e destruiu, comprou cada liderança que a gente fez a duras provas durante muitos anos com um trabalho social (Entrevistado nº 9a).

O obstáculo era a questão da cooptação das lideranças da Associação, que a gente perdia anos trabalhando os caras em uma linha de entregar as coisas a eles, [para que] eles fossem donos das coisas deles mesmos, então chegava o tamanduá lá e trocava um empreguinho para a mulher dele, [...] dava um som [...], ou para a sobrinha e falava, “olha você não vai nesse cara, isso é contra nós”, você entendeu? Ele tirava os caras do grupo e os fazia virar inimigo. Essa dona L. mesmo, grande companheira nossa, ela foi até o limite, quando chegou no limite ela chorou [...] (Entrevista nº 9).

Em princípio, esta formação se dava a partir da própria prática desenvolvida no cotidiano de lutas, a partir do contato com outros movimentos sociais, tais como outras associações de moradores, movimento pela água, movimento dos desempregados e CEBs, de forma que havia muitas lideranças na comunidade.

Quando digo nós, estou falando aqui das mais de trinta lideranças da melhor estirpe, dessas que andam uma hora a pé para fazer uma reunião. E não é intelectual, não! É liderança de base, é gente que faz as teorias através de sua prática. São os agentes da história. E que história bonita! (ANDRETTA, 1987, p. 77).

Podemos perceber que o movimento comunitário de São Pedro refletia o quadro da conjuntura nacional acerca dos movimentos sociais urbanos, que se desenvolviam articulados com outras entidades que se identificavam com a luta da classe trabalhadora. De maneira que à medida que surgiam entidades que prestavam assessoria aos movimentos populares, desenvolvendo trabalhos de educação popular, vários moradores, escolhidos nas assembleias de bairro, passaram a participar destas ações, culminando na formação política de diversas lideranças. A articulação com outros movimentos sociais propiciou até mesmo a viagem de moradores para fora do Estado e do país, na busca pela formação. A partir de 1985, lideranças do movimento popular e moradores começam a participar do Serviço de Educação Popular.

[...] o R. e a C. foram eleitos pelos agentes pastorais para ir ao Rio de Janeiro fazer um curso que nós fomos convidados. E lá descobriram esta entidade chamada SEP - Serviço de Educação Popular, que tinha suas bases nas Comunidades Eclesiais de Base (isso já era 1985) e que tinha um relacionamento internacional com 21 países. [...] Eles fizeram o curso lá no Rio e trouxeram o curso para Vitória [...]. Nós fizemos o curso em São Pedro, as lideranças aprenderam e renovamos. [...] Formação política em educação popular. [...] A metodologia era a do “Ver, Julgar e Ouvir”, mas ao invés de usar o “Ver, Julgar e o Agir” pra não parecer religioso, pois era das CEBs, era “O Que, Por quê e Como”. Foi esta metodologia que ajudou a mudar a política no Chile e foi essa metodologia que nos ajudou a nos salvar. Depois disso fizemos vários cursos (Entrevistado nº 9b).



Na fala do entrevistado fica explícito, que o método da educação popular que chegou até as classes populares estava mais embasado na interpretação dada pela Igreja.

As atividades de formação de base não se limitavam à liderança comunitária, entretanto, percebemos, no decorrer do relato, que quando se tratava de uma formação mais especializada, esta não se estendia a todos os moradores, apenas alguns eram escolhidos, ainda que de forma democrática, para participarem.

[...] Não era só nós dois não. Era o povo. A gente dava um nível e outras pessoas eram escolhidas para irem a tal lugar, [...] a gente dava um nível e a pessoa ali ia multiplicar [...] ou a pessoa mesmo, que nasceu no curso, dava o curso lá, a pessoa ia multiplicando. [...] Não éramos nós que íamos não, a gente dava um curso, [...] com outras pessoas e essas pessoas tinham a missão de fazer outros cursos em outro lugar. Ia L., M. e tantos outros... foram até “exportados” [...]. Eu passei a participar do SEP Internacional e dá o curso fora também em outros lugares e tal. E, depois que caiu o muro de Berlim, também caiu [o SEP], porque vinha ajuda do exterior para eles, para a presidência fazer (Entrevista nº 9).

Esta fala reflete o alcance da educação popular no interior do trabalho da Igreja tanto através das CEBs, quanto pelo apoio, inclusive financeiro a muitas ONGs que prestavam assessoria aos movimentos populares, além do envolvimento dos agentes pastorais com o PT. Um gráfico feito por Doimo (1995, p. 175) para aferir o percentual de militantes do PT participantes de atividades da Igreja Católica, demonstra que havia um envolvimento da chamada igreja popular com o PT<sup>132</sup>. Segundo essa autora, na Grande Vitória, a Igreja teve forte influência sobre os diversos movimentos sociais, pelo menos até 1985.

À medida que surgiam outras entidades de representação dos movimentos populares urbanos, no final da década de 1980, dava-se um efetivo engajamento das lideranças.

---

<sup>132</sup>Dos 14,7% fundadores, isto é, que declararam ter-se filiado ao PT em 1979 e 1980, 26,9% afirmaram a presença na época das pastorais ou a CEBs. A partir de 1981, essa proporção altera-se sensivelmente em favor da Igreja, mantendo-se uma média de 44% para os anos 1981 a 1988 quando, então, cai novamente, nos anos 1989-91, para 34,9%.

Mas, já depois, as Comunidades Eclesiais de Base impulsionaram um movimento posterior de Federação de Associações de Moradores. As Associações estavam se formando, mas tinham que dá um caminho legítimo ao fundamento das Associações que é a união do povo visando à libertação e não à “pelegada”. Eu participei da formação da Federação das Associações de Moradores da Serra<sup>133</sup> [...] e tinha o FAMOPES<sup>134</sup>. Foram nascendo entidades no Brasil para organizar isso (Entrevistado nº 9a). Foram surgindo tanta coisa, sindicalmente foi ENCLAT, CONCLAT, CUT, depois que veio a CGT<sup>135</sup>. Popularmente nós tínhamos as Comunidades de Base desde 68 só que elas foram crescendo (Entrevistado nº 9b).

[...] Periodicamente, a gente fazia cursos, palestras, em cada nível, [com] assistente social era um, SEP era outro [...]. A FASE<sup>136</sup> era mais devagar, porque a FASE era mais a nível nacional, tinha uma pessoa aqui, mas era meio durona, mas ajudou. Mas quem entrou “de cabeça mesmo” foi o SEP, que a gente de certa maneira foi pondo gente lá dentro e controlando (Entrevistado nº 9a).

Nessas reuniões [da associação de moradores] se amarravam outras reuniões de outro nível que a gente ia escolher, ia votar quem iria participar porque o número era limitado (Entrevistado nº 9a).

Duas limitações a nosso ver aparecem nos depoimentos colhidos<sup>137</sup>. A primeira aponta a centralização da figura da liderança comunitária, ainda que o discurso mostre a preocupação dos entrevistados para que isso não ocorresse, na prática não puderam evitá-la.

Porque a ideia era a gente não virar cacique, a gente tinha medo de virar cacique. Falava sempre para X e ela sempre me cobrava a gente não ser insubstituível [...]. A nossa guerra era não ser só nós, tinha que ser o povão (Entrevistado nº 9a).

É aquilo que eu te disse, havia eleição [...]. O Sr. S. foi presidente, mas eles [os moradores] confiavam era no Y.; R. foi presidente, mas eles confiavam era no Y. você entende? Quer dizer, foram eleitos os outros, mas... (Entrevistado nº 9b).

O estudo de formação era para as pessoas não virarem cacique (Entrevistado nº 9a).

<sup>133</sup>A Federação das Associações de Moradores da Serra (FAMS) surgiu em 1982, a partir da articulação de 30 associações de moradores. A Federação tornou-se referência no que tange a organização popular no ES, cabendo-lhe a função de unificação, coordenação e articulação das lutas das associações, dentre outros objetivos (PAULINO, 2009).

<sup>134</sup>Conforme Martins *et al* (2011, p. 341-2) “A Famopes [Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo] surgiu em 1988, como consequência da intensa mobilização popular na Região da Grande Vitória. Suas principais metas e objetivos eram (e ainda são) a unificação de todas as entidades associadas em torno da defesa de melhores condições de vida para a população; uma melhor distribuição de novos recursos advindos do processo de desenvolvimento econômico estadual dentro da sociedade capixaba, buscando assim a chamada justiça social; e o empoderamento das populações, a fim de aumentar suas possibilidades e capacidades de influir nas decisões públicas”.

<sup>135</sup> Encontro Estadual da Classe Trabalhadora (ENCLAT); Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

<sup>136</sup>Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

<sup>137</sup>Entrevista nº 9.

E a segunda limitação demonstra um certo olhar messiânico do papel da liderança sobre o processo de organização popular.

Mas se São Pedro deve todo o arruamento de cabo a rabo, deve a Y. Foi com o povo? Foi. Foi democrático? Foi. Votou? Votou. Mas se o Y. não tivesse, não saia. Isso aí é ponto passivo (Entrevistado nº 09b).  
É porque o povo não acredita, não sou só eu não. É natural, tem que ter alguém que puxa, que enfrenta também, tem que ter gente que briga (Entrevistado nº 9a).

Neste sentido, concordamos com Herkenhoff (1995, p. 151) quando aponta que coexistia em São Pedro, tanto uma “[...] cultura autoritária, dependente do líder comunitário [...]”, quanto uma nova cultura que procurava “[...] fortalecer e valorizar o poder dos moradores”.

Desenvolvemos abaixo uma síntese das ações do movimento comunitário de São Pedro, principalmente, nos primeiros anos de sua formação<sup>138</sup>.

### **Os primeiros passos:**

O movimento popular começou de forma espontânea, impulsionado pela identificação dos moradores com a sua situação de pobreza e para resistir à coerção estatal. Ocorreu desde o início do processo de organização do bairro, em fevereiro de 1977. Entretanto, sua formalização (institucionalização) ocorreu em 1979.

A princípio, não possuíam sede própria e se reuniam nas casas dos moradores. Posteriormente, construíram um barraco de madeira, em um local separado para a capela mortuária. Reuniram-se neste local até a construção da sede do movimento comunitário, em espaço separado pelos moradores, desde o início das ocupações, situado à Rua 4 de setembro, São Pedro I.

---

<sup>138</sup>Tomamos como referência para delimitar este período, as datas citadas pelos entrevistados e por Andreatta (1987).

### **As estratégias iniciais para formalização:**

#### a) O processo mobilizatório

Quanto às estratégias de mobilização, em cada rua era eleito ao menos um representante que fazia parte da diretoria, o que possibilitava melhor comunicação da Associação com os moradores. Assim, cada “coordenador de rua” era responsável por mobilizar os moradores da sua rua para participarem das assembleias e das manifestações.

É tipo uma comuna, a direção da Associação tem que ser formada por representantes da região de cada lugar diferente para poder abranger o bairro todo. Então, a gente pegava em uma rua, em outra e outra lá longe e era assim (Entrevistado nº 9a).

#### b) A documentação

O Livro de Atas foi o principal instrumento de registro. Parte desta documentação, posteriormente foi queimada. Igualmente importante foi a utilização do Jornal Comunitário (Jornalzinho) que possuía um teor crítico das situações cotidianas dos moradores.

#### c) A periodicidade

Eram desenvolvidas reuniões semanais fixas que ocorriam sempre às quintas-feiras e eventualmente, quando necessitavam, principalmente no início das ocupações, quando realizavam reuniões diárias.

#### d) Os temas tratados

Priorizavam as demandas em torno da questão do direito a moradia, trabalho, educação, água, energia elétrica e transporte, dentre outras, sempre buscando viabilizar estratégias de mobilização frente ao Estado tido como o maior inimigo.

### **O processo de luta:**

#### a) A participação dos moradores

Apesar de, nesta síntese, não termos detalhado o trabalho da associação de moradores de São Pedro, podemos perceber pelos relatos e por outros trabalhos pesquisados, que o mesmo era desenvolvido de forma participativa e democrática, contando com envolvimento significativo dos moradores nas lutas e nos processos

decisórios. Segundo lideranças da época<sup>139</sup>, os moradores participavam tanto das reuniões quanto das ações de mobilização convocadas pela associação de moradores.

Tudo era votado. Isso eu tenho certeza. Nada do que houve ali foi sem votação (Entrevistado nº 9b).

As principais formas de manifestações usadas eram: passeatas, visitas de representantes do movimento comunitário a órgãos estatais para pressioná-los, aglomeração dos moradores em frente a instituições governamentais.

#### b) Os principais obstáculos e a relação com o Estado

Os principais problemas que afligiam a população giravam em torno de trabalho, habitação, saúde, saneamento básico, transporte, educação, saúde, dentre outros relacionados a bens e serviços coletivos, cuja ausência ou precariedade acarretavam diversas expressões da questão social.

Desta feita, o Estado foi apontado como o principal agente dificultador das lutas, principalmente, no que tange à cooptação política de lideranças, em que prevaleciam as relações de favorecimento e clientelismo político.

Nesse sentido, a relação com o Estado era de antagonismo, prevalecendo o caráter de autonomia do movimento popular frente ao mesmo.

### **As influências, a partir da articulação com outras instituições e parcerias firmadas:**

#### a) As Parcerias Institucionais

Firmaram parceria com a UFES, com o Serviço de Educação Popular (SEP) e com a FASE, para capacitação de lideranças.

Com Colégio Salesiano, que doava o material para impressão do jornal do bairro e com o Colégio Sacré Coeur de Marie, cuja função não foi especificada.

---

<sup>139</sup>Entrevista nº 9.

As parcerias citadas com a Prefeitura e o Governo Estadual não foram especificadas. Nos depoimentos ficou evidenciado que se tratavam das demandas respondidas.

b) A articulação com outras entidades populares

Observamos que o primeiro movimento popular do bairro São Pedro possuía articulação com vários movimentos sociais tanto tradicionais quanto urbanos, tanto em nível local quanto mais abrangente.

Com movimentos populares: as CEBs, todas as associações de moradores que foram surgindo na região e em outros bairros de regiões adjacentes, como Grande Vitória, Joana D'arc, dentre outras, a MUSP, formada em 1983 e a Associação de Catadores da região. Com outros movimentos sociais em nível municipal e estadual, como o “Movimento dos Desempregados” e “Movimento pela Água”. Com organizações sindicais como ENCLAT, CONCLAT e CUT<sup>140</sup>.

c) O vínculo partidário

Quanto ao vínculo com partido político, as lideranças foram enfáticas em apontar que na época do bipartidarismo, o movimento popular não possuía vínculo com nenhum partido. Entretanto, com o surgimento do PT, as lideranças afirmaram que tinham participação direta no PT e buscavam levar a ideologia do partido, compreendida como favorável ao “povo”, para o movimento popular apesar de neste haver pessoas de variados partidos.

Entretanto, segundo a liderança, o envolvimento com a política partidária, principalmente após a eleição de moradores da região que tinham interesses individuais, acabou se tornando um fator de afastamento de moradores da luta coletiva.

---

<sup>140</sup> Apesar de os entrevistados indicarem a articulação da Associação de Moradores pioneira com essas organizações, a pesquisa não permitiu detectar uma possível articulação da Associação em questão com algum sindicato em particular, bem como se a mesma participou do Encontro e da Conferência citados.

[...] O pessoal ficava meio perdido em termos de ter um comportamento ético como associação e ver um companheiro deles que nasceu na luta ser candidato, para representar o povo na capital. Eles ficavam meio assustados. Mas não é que não deva ser, deve ser, só que com ética. Teve X<sup>141</sup> que se elegeu vereador depois que eu saí de lá. Tinha pouca coisa na cabeça, era mais oportunismo. Quer dizer, algumas pessoas até se afastaram de vergonha – por ter tido determinada atitude – se afastaram da luta coletiva da Associação (Entrevistado nº 9a).

#### d) O vínculo religioso

As lideranças afirmaram que o movimento popular contava com a participação de pessoas de outras denominações, inclusive mostrando que à época das ocupações, da mesma forma que separaram áreas para construção da Igreja Católica, assim também foi feito com todas as denominações que procuraram a associação para pedir apoio para conseguir um terreno. Apesar disso, ficou evidente que a Igreja Católica, através das CEBs, foi a principal instituição religiosa próxima ao movimento, principalmente, devido ao papel de assessoria que a mesma exerceu.

#### e) As Assessorias recebidas

A assessoria era compreendida com teor político, ou seja, de auxiliar o movimento popular. Desenvolveram este papel: a Igreja Católica, o SEP, a FASE, alguns profissionais como assistente social, jornalista, engenheiro, advogado, dentre outros.

### **As atividades de formação:**

No que tange às atividades de formação desenvolvidas pelo movimento popular este processo era compreendido, principalmente, pelo teor político. Havia preocupação com a formação de lideranças no bairro, tanto que em 1991, quando o Papa visitou a região e deixou uma oferta em dinheiro, a quantia foi usada para formar um Centro de Treinamento de Lideranças. Cabe salientar que a visita do Papa se deu depois da leitura do livro de Andreatta (1987), ao perceber o processo de organização da comunidade frente às lutas para melhorias na região.

A oferenda católica, o usufruto ecumênico:

---

<sup>141</sup>Substituímos a expressão usada pelo entrevistado para garantir o sigilo da identidade do morador.

Depois veio o Papa. O Papa deu 100 mil dólares quando ele veio em 91. [...] Quando ele viu a pobreza mesmo ali *in loco*, ele viu também a organização. [...] Tinha miséria, mas tinha também organização, por isso ele deixou esses 100 mil dólares. Na hora, estava o Padre D., eu, a Irmã G., a outra irmã que eu não sei o nome, juntamos e falamos assim “olha vai ter que ser uma coisa que é boa para o povo inteiro, não pode ser uma coisa de católicos, porque o Papa não veio para os católicos, ele veio para São Pedro”. Então, imediatamente o Padre D. pegou o microfone e falou “nós vamos fazer um Centro de Treinamento para lideranças” (Entrevistado nº 9b).

O discurso produzido pelas lideranças demonstra que o aprendizado na participação em movimentos populares se dá em variadas dimensões como aponta Gohn (2009), seja na dimensão da organização política - à medida que os moradores adquiriam consciência sobre os direitos, percebendo que as situações de adversidades, os problemas sociais não eram naturais como mostra Cruz (2010), de forma a desenvolverem estratégias de enfrentamento, procurando respostas às suas reivindicações - seja na dimensão da cultura política (GONH, 2009), à medida que as reflexões sobre as lutas e vitórias do movimento comunitário permitiam aos moradores articularem novas lutas.

O educativo era compreendido em termos de formação política e em termos de variados aprendizados que a participação no movimento poderia proporcionar.

O educativo para quem estava na coordenação era saber como conduzir a reunião e tal, porque as pessoas vão aprendendo, até o presidente da mesa, o secretário, quem dava a palavra, isso é um trabalho educativo. Agora, trabalho político, não partidário, político, é a prática. O cara começa a elogiar “ah! vem o vereador tal, dando uma de ‘pelego’ lá, às vezes ele [morador] era cabo eleitoral do cara, o cara o [o morador] mandou falar na reunião. O cara [neste caso, o morador] dizia: ‘olha, [tal vereador] deu 3 cestas básicas para o fulano de tal, para a fulana’; e, um outro [morador] ia lá e dizia: ‘isso aí é safadeza para comprar voto’.” Era uma reflexão, dava a palavra [para alguém]; o outro queria também, pessoa simples. Assim, a gente via se tinha cunho bom (Entrevistado nº 9a).

Ou seja, além da formação política, segundo Gohn (2009, p. 50-51), a prática educativa nos movimentos sociais populares gera diferentes formas de saber:

- 1) Da aprendizagem guiada pela experiência de contato com fontes de exercício do poder.
- 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
- 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas.
- 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratados ou que apóiam o movimento.
- 5) Da aprendizagem, da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento.



Dos diversos pontos assinalados pela autora, percebemos no discurso produzido pelas lideranças do movimento comunitário de São Pedro, que praticamente todas estas formas de aprendizado foram geradas. Quando questionados sobre a compreensão do que era a educação popular para eles, responderam:

Formação era [por exemplo,] esses grupos que a gente escolhia em assembleia e marcava o dia tal em que o SEP – Serviço de Educação Popular – fosse fazer uma reunião, sexta-feira ou sábado na Igreja ou no Centro Comunitário de formação popular. Eram três dias, ou um dia, ou toda semana, ou quatro semanas. A gente dava um diploma (Entrevistado nº 9a).

[...] Era o povo ser organizado (Entrevistado nº 9a).

[...] O povo ser organizado. A organização é a educação. Foi só isso que a gente fez [...]. Nós não fizemos mais. (Entrevistado nº 9b).

[...] Eu não sabia que eu estava fazendo educação popular, não. A gente sabia que estava organizando o povo, a educação era consequência (Entrevistado nº 9b).

A Associação era para conscientizar o povo. A Associação era para conscientizar que unidos eles são fortes e organizados (Entrevistado nº 9a).

Os depoimentos apontam que o lastro de aprendizado político considerado pelas lideranças era a própria prática, sendo a educação popular consequência desta prática. Havia um esforço por parte da liderança com a formação de outras lideranças em realizar um trabalho descentralizado, mesmo que concretamente este não tenha se efetivado.

[...] O estudo de formação é para as pessoas não virarem cacique. Era para quando tinha um presidente só, o cara não fazia mais eleição e ele começava a tomar atitude pessoal, do interesse dele só, pois, assim, quebra, até uma empresa quebra, fica vicioso, aquele círculo (Entrevistado nº 9a).

É possível constatar a influência principalmente da Igreja Católica e do PT. Prevaleceu um caráter de autonomia do movimento comunitário frente ao Estado, mesmo que todo o processo de luta tenha evidenciado a cooptação política como principal obstáculo, ainda assim, os direitos eram percebidos como conquista. Havia preocupação com a construção na região de uma cultura local, popular e política, gestada pelos próprios moradores. Isso fica claramente evidenciado, na denúncia e indignação dos líderes sobre o processo de mudança dos nomes das ruas e de alguns bairros, bem como da Escola construída pelos moradores. Para nós a troca dos nomes evidencia a necessidade de o Estado, como agente classista, apagar as

marcas de luta que a formação do espaço possa trazer, mistificando o caráter do antagonismo de classe que se coloca por trás da oferta de bens e equipamentos coletivos e do papel do Estado como agente regulador dos mesmos.

A preocupação com a formação, não se dava apenas no campo político, observamos grande preocupação quanto à educação formal.

Apontamos como limitação de nossa pesquisa, o fato de nos atermos à figura de lideranças comunitárias e não realizarmos levantamento de dados sobre a percepção dos moradores, que vivenciaram as lutas que nos permitissem compreender se de fato estas experiências foram suficientes para a criação de uma cultura popular na região, ou se a cultura criada limitou-se a uma cultura política reivindicativa de direitos dentro da ordem capitalista, sem ter no escopo a luta pela transformação social. O que aqui podemos indicar é que as experiências das lideranças entrevistadas<sup>142</sup> em processos de formação em educação popular, conjugadas com suas experiências em outros movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora, bem como com outras instituições com interesses progressistas, permitiram aos mesmos o alcance de uma consciência crítica sobre o conteúdo do sistema capitalista, pautado na exploração da classe trabalhadora, levando os mesmos a se identificarem com esta classe e compreenderem que as transformações sociais são fruto de uma luta coletiva.

O que podemos aqui apontar sobre a formação de uma cultura local é tomado da análise de Herkenhoff (1995, p. 150-151), que conclui:

[...] Os movimentos organizados não conseguiram criar uma cultura que expresse a identidade do povo, muitas lideranças assumiram outras frentes, tais como: times de futebol, basquete, vôlei, organização de torneios, excursões, forrós, clubes de jovens. [...] Mesmo que a experiência de 17 anos de organização popular tenha contribuído para o enfraquecimento do autoritarismo, o fato de a participação dos moradores em suas entidades não dominar a mentalidade do bairro é um indício do quanto é lento esse processo (HERKENHOFF, 1995, p. 150-151).

Vemos ainda em Herkenhoff (1995) que São Pedro fez parte de uma ampla movimentação que estava ocorrendo em Vitória, com o surgimento de vários

---

<sup>142</sup> Entrevista nº 9.

movimentos sociais. Face ao anteriormente exposto neste trabalho, no item que retrata o cenário brasileiro, percebemos que este quadro se desenhou em todo território nacional. Tal rede de movimentação social culminou na abertura política, na Constituição de 1988, que prevê outra forma de relação entre a sociedade política (aparelho burocrático) e a sociedade civil, abrindo novos canais de participação social para esta, colocando-a em contato direto com aquela. O quadro conjuntural também levou a eleição de vários governos esquerdistas no final da década de 1980 e nos anos de 1990, em todo o país.

### 4.3 O CENÁRIO ATUAL DA GRANDE SÃO PEDRO E O PERFIL DO ASSOCIATIVISMO DOS MORADORES

#### 4.3.1 Uma Síntese dos anos de 1990 a 2005

As ações do poder público na Grande São Pedro, na década de 1990 refletem o novo quadro vigente no país. Por um lado, a Constituição de 1988 - enquanto concretização das lutas da classe trabalhadora organizada - coloca na agenda propostas de participação popular; por outro, as proposições neoliberais tornam-se vigentes no país, e através de órgãos como “[...] o Banco Mundial propõem, para o ‘combate à pobreza’, uma política *focalizada*, que não leve em conta os *determinantes estruturais* (LEITE, 2009, p. 7)”. O pobre passa a ser o indivíduo incapaz de atingir um padrão de vida mínimo, já que não possui um “capital humano”, ou seja, investimentos ligados à educação e à saúde, por isso, as ações do Estado devem ser criar “oportunidades para os pobres” terem maior “empregabilidade” (LEITE, 2009, p. 7, grifos do autor). Passam a coexistir dois modelos de participação social ambos apontando para o protagonismo da sociedade civil, entretanto, com significados antagônicos. Assim, temos aguçada a curiosidade por conhecer os atuais contornos da organização das associações de moradores da região da grande São Pedro, cerca de trinta anos depois do processo inicial.

Segundo Jesus (1995), o segundo momento da constituição urbana da Região da Grande São Pedro se dá a partir de 1990, quando a partir de uma gestão de

esquerda<sup>143</sup>, a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) volta-se para a região. “As ações [da PMV] foram no sentido de preservar e recuperar o manguezal, sendo então formulado o Projeto São Pedro, cujo eixo central era o envolvimento da população local no processo de preservação/recuperação do meio ambiente (JESUS, 2005, p. 61)”.

Em 1993<sup>144</sup>, conforme JESUS (2005, p. 62), o Projeto São Pedro passou a ser gerido de forma integrada, ou seja, além dos objetivos iniciais, trazia ações voltadas para os direitos básicos, dentre estes: educação, saúde, lazer, transporte público, emprego e renda. Além disso, a PMV passou a incentivar a organização das comunidades locais. Para a autora,

Os eixos norteadores do projeto continuavam sendo a preservação ambiental, a participação popular e a implantação de infra-estrutura e equipamentos.<sup>145</sup> A PMV buscava, por meio da articulação desses eixos, garantir políticas públicas elaboradas a partir de uma “visão de totalidade social” e, mais, que elas fossem entendidas como “direito do cidadão”, daí a ênfase à participação popular presente nos demais eixos do projeto (JESUS, 2005, p. 63).

Entretanto, segundo a autora, com a urbanização da área, alguns problemas começaram a surgir, dentre eles a dificuldade de fixação da população no local, visto que os moradores passaram a vender seus lotes. A saída encontrada pela PMV foi o desenvolvimento de atividades produtivas.

Para nós, esta saída significou a adesão de diretrizes neoliberais endossadas nas políticas públicas fomentadas pela Prefeitura, que passou a implementar ações que visavam à capacitação os moradores de São Pedro, a fim de integrá-los ao mercado de trabalho. Dentre estas, incluem-se:

---

<sup>143</sup>Governo de Vítor Buaiz (PT).

<sup>144</sup>Governo de Paulo Hartung, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

<sup>145</sup>No que se refere à preservação do meio ambiente, o projeto previa uma política de delimitação, fiscalização e educação ambiental para a área; quanto à infraestrutura básica, abrangia: a terraplanagem das áreas urbanizadas, a implantação de redes de drenagem, água, esgoto, pavimentação e iluminação pública, a construção de Estações de Tratamento de Esgotos, a remoção e os assentamentos em áreas urbanizadas, além de medidas de educação sanitária e ambiental (nota do texto original).

[...] a implantação do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) na região, o oferecimento de cursos e organização de associações produtivas, o estímulo ao trabalho autogestionário para incorporação em empresas associativas de trabalhadores do setor informal e a implantação do Programa Família Cidadã, que consiste no apoio ao desenvolvimento sócio-familiar para famílias em situação de risco (com garantia de renda mínima)<sup>146</sup> (JESUS, 2005, p. 64).

Como resultado das ações do Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER), foram criadas onze cooperativas em Vitória, dentre as quais, quatro estavam ligadas à Grande São Pedro. São elas: A Fábrica Escola de Alimentos, criada em 1994, no bairro São Pedro III, enquanto resultado da organização de jovens ligados à Pastoral da Juventude. Funcionava em Santo Antônio (bairro vizinho à Grande São Pedro). A Cooperativa das Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras (Siri na Lata), formada em 1996, com base na Associação da Ilha das Caieiras, organizada em 1986. A Associação de Catadores de Papel Reciclado, idealizada pela Pastoral da Paróquia Francisco de Assis (no bairro Jardim da Penha) e possuía a maior parte dos associados procedente da região da Grande São Pedro. E a Cooperativa de Produtos Alimentícios Industrializados (COOPAI), oriunda da Fábrica Escola de Alimentos, criada em 1996, em São Pedro III, mas, no ano de 2005 funcionava no local apenas a sede da cooperativa (JESUS, 2005, p. 67-72).

Segundo Jesus (2005), o apoio da Prefeitura fez-se importante, sobretudo, ao fornecer as condições infraestruturais necessárias para o funcionamento das cooperativas e os cursos de capacitação para os cooperados. Entretanto, a pesquisa realizada pela autora apresenta vários problemas no que tange ao alcance dos objetivos das cooperativas, dentre estes estavam: a dificuldade de autogestão, o número de associados abaixo do preconizado pela legislação, a dificuldade de receita e sobrevivência no mercado, a evasão de associados, além de um processo de desarticulação da organização popular, gerado pelo impasse entre as cooperativas geridas pela PMV e as de iniciativa popular. Quanto à leitura dos próprios moradores participantes das cooperativas, segundo Jesus (2005, p. 67)

---

<sup>146</sup>O PROGER (depois intitulado PRONAGER) foi resultado da parceria entre a Prefeitura de Vitória, o Governo Federal, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU). (Ver JESUS, 2005, p. 64).

Alguns ex-cooperados ressaltaram a falta de solidariedade entre os cooperados como sendo um dos principais entraves ao pleno funcionamento das cooperativas. No entanto, não questionaram a forma como esse modelo de capacitação massiva e difusão das doutrinas cooperativistas foram repassados pela PMV. Poucos foram os ex-cooperados que questionaram o trabalho realizado na instrumentalização e organização dos grupos para a fomentação das cooperativas.

Esta análise revela uma culpabilização dos trabalhadores frente ao “fracasso” do processo de trabalho desenvolvido. Além disso, conforme Jesus (2005), o projeto influi na organização popular da região, dado que um dos objetivos do programa apontava para a integração dos moradores em atividades produtivas em suas próprias comunidades.

Na análise da autora, “[...] com essa iniciativa, diversos conflitos se instalaram, sobretudo por parte de alguns ex-cooperados (JESUS, 2005, p. 67)”. A autora cita o caso da Ilha das Caieiras, mostrando que a organização da Associação “Siri na Lata”, em 1996, apesar de ter levado muitas melhorias para a o bairro, ao mesmo tempo ocasionou disputas políticas, tanto por parte da própria comunidade como da prefeitura, visto que na localidade já havia uma associação de desfiadeiras de siri, de iniciativa dos moradores desde 1986, de forma que com a intervenção da PMV, alguns membros deixaram esta associação para formar aquela. Vemos neste caso emblemático, que a ação da PMV da mesma forma como ocorreu com a formação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis, aponta para a não neutralidade do Estado capitalista no desenvolvimento de políticas públicas, que muitas vezes são usadas como forma de fragilizar as organizações da classe trabalhadora, de forma que a simples inserção de um processo de participação popular na implementação e execução dessas políticas, nem sempre vem acompanhada de efetivo ganho para a classe trabalhadora. Segundo Jesus (2005, p. 72)

De uma forma geral, observamos nessas experiências relatadas que a maioria das cooperativas implantadas na região se baseou em processos de participação popular existentes na região, a partir da intervenção da PMV ora por meio de associações e ora com o apoio da Igreja Católica. O apoio da PMV se fez importante, sobretudo, ao fornecer as condições materiais necessárias e também cursos de capacitação. No entanto, a ação da prefeitura não se limitou apenas a isso. Algumas consequências advieram dessas parcerias. Ex-cooperados alegam uma desarticulação da organização popular, dividida entre os que fazem parte de tais cooperativas e os que estão de fora delas (como no caso da Cooperativa das Desfiadeiras de Siri). Além disso, deve-se considerar o número cada vez mais reduzido dos cooperados (JESUS, 2005, p. 72).

Com isso podemos perceber que a cultura política local não se desvincula do quadro mais geral da cultura política do país.

Diante do exposto pela autora, constatamos que neste segundo momento, a ação da PMV em implementar políticas para dinamizar o desenvolvimento socioespacial na região, acabaram por fragilizar alguns processos organizativos que vinham sendo desenvolvidos pelos próprios moradores, dividindo a comunidade com a inserção de projetos que apontavam para uma fase de disputas individuais.

O terceiro momento traçado por Jesus (2005) aponta para a incorporação da Região São Pedro ao tecido urbano de Vitória. Para tanto, a autora considera três elementos: a implantação do Projeto “Rota Manguezal”<sup>147</sup>, o campus do Sistema Faesa de Educação e a organização popular.

O Rota Manguezal, conforme a autora, objetivava incentivar o ecoturismo na Baía de Vitória, buscando o desenvolvimento das comunidades juntamente com a preservação do manguezal e dos valores culturais. O projeto possuía várias frentes de trabalho, dentre estas estava criar infraestrutura urbana e turística na Ilha das Caieiras (complexo gastronômico) e em toda Orla de São Pedro. Desta feita foram construídos na região: o galpão das desfiadeiras de siri, um píer e o parque Baía do Noroeste. Mesmo com os ganhos sinalizados, o projeto foi questionado por alguns líderes comunitários da região, pois segundo os mesmos a Ilha das Caieiras não estava sendo ponto de parada dos passeios turísticos (JESUS, 2005). Vemos na autora, que o projeto também tinha como pauta desenvolver ações a partir do envolvimento da comunidade em um processo de conscientização da mesma sobre a importância social e econômica do ecoturismo. Para tanto, a administração regional tinha como uma de suas funções envolver as lideranças e moradores no desenvolvimento do projeto.

De acordo com a PMV, a gestão do Projeto Rota Manguezal é participativa e partilhada com todos os atores, cabendo ao governo municipal criar condições para que a iniciativa privada – representada por pequenos empreendedores (principalmente os moradores locais) – organize e opere as diversas atividades necessárias à implementação do projeto (JESUS, 2005, p. 87).

---

<sup>147</sup>O projeto foi elaborado na gestão de Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) (1996 a 1999), e compunha um dos projetos do Plano Estratégico de Vitória que faziam parte da agenda 21. Para maior detalhamento acerca de o projeto ver JESUS (2005, p. 83-87).

No que tange à FAESA, Jesus (2005) destaca o papel da instituição educacional apontando que esta recebeu apoio dos moradores, que acreditavam que com a instalação da mesma na região haveria uma dinamização na economia local, além de uma mudança no estigma da região, vista como lugar de toda pobreza. Representantes da PMV à época também compartilhavam da opinião dos moradores. Conforme a autora, a participação da FAESA na comunidade tornou-se mais efetiva a partir de 2002, através de serviços de cunho social, ligados a projetos de extensão, que passaram a ser desenvolvidos na localidade. Entretanto, a participação dos moradores da região no uso do serviço de educação prestado pelo sistema FAESA era quase inexistente, e os que estudaram na faculdade pagaram pelo serviço. Este quadro teve uma pequena mudança com a implantação do PROUNI<sup>148</sup>. Dentre os serviços prestados à comunidade, até o ano de 2005, estavam: atendimentos odontológicos e fonoaudiológicos, terapia ocupacional, cursos de geração de emprego e renda e alfabetização (JESUS, 2005). Apesar das ações da FAESA terem trazido algum ganho na qualidade de vida de muitos moradores da Grande São Pedro, é importante ressaltar que a comunidade também contribuiu com a Faculdade, por se tratar de um *loco* de pesquisa, beneficiando o processo de aprendizagem dos alunos (JESUS, 2005). Segundo a autora, a FAESA nutre um olhar sobre si como agente de transformação social, apontando a educação como motor dessa transformação, ou seja, possui um olhar por uma perspectiva da educação redentora, capaz de gerar por si só mudanças de cunho social. Entretanto, como mostra JESUS (2005, p. 89) “[...] o contingente de alunos não pertence à região de São Pedro, de onde se pode afirmar que, certamente a FAESA não é para os moradores dessa localidade”.

A autora ainda desenvolve um mapeamento das metamorfoses sociais da organização comunitária da Grande São Pedro. Para tanto, realiza entrevistas com cinco dos nove movimentos comunitários, três das sete associações de bairro da Grande São Pedro existentes no período da pesquisa, além de quatro entidades da sociedade civil com atuação na região (Pastoral da criança, Racing Futebol Clube, Sindicato dos Trabalhadores nas Usinas de Beneficiamento de Lixo do Estado do Espírito Santo (SINDLIXO) e Núcleo de Defesa Civil (NUDEC).

---

<sup>148</sup>Programa Universidade para Todos, de âmbito federal, implementado pelo governo Lula (PT).



No que tange ao perfil apontado dos movimentos comunitários e outras associações de bairro, segundo Jesus (2005), quase todos os líderes (87,5%) residiam na região há pelo menos 20 anos; a mesma porcentagem afirmou ter conhecimento da história da região, entretanto o número caiu para 75% quando se tratou de conhecer a história da organização popular local. Apesar de a maioria ter participado de outras formas de associação, como igrejas ou sindicato, apenas uma pequena parcela (37,5%) havia recebido algum tipo de formação para isso. Uma minoria (12%) considerou a atuação da comunidade participativa. O principal problema apontado pelos líderes foi o não atendimento das reivindicações pela PMV e o fato de não possuírem sede própria. Pouco mais de 1/3 dos entrevistados considerou a presença da PMV através da administração regional como positiva. Quanto ao envolvimento com o processo de eleições, metade dos entrevistados afirmou terem apoiado candidaturas a prefeito, e cerca de 1/3, candidatos a vereador. Quanto às organizações, apenas 25% das entidades possuíam sede própria, sendo as principais reivindicações na questão da saúde, transporte, ampliação e construção de creches. Há uma grande preocupação quanto à geração de emprego e renda.

Na análise da autora,

de forma geral, vimos que alguns limites podem ser identificados na prática e estrutura das organizações populares, dentre eles destacamos a existência de alguns problemas como conferir uma dimensão política a suas lutas; obter o reconhecimento da sua legitimidade diante da própria comunidade e da Prefeitura; criar mecanismos, no encaminhamento de suas lutas, de entrelaçamento das comunidades, promovendo novas ligações entre entidades privadas e públicas. Por outro lado, vimos que diversas iniciativas foram tomadas e que, na maioria das vezes, estas contaram e/ou ainda contam com a participação da PMV, o que tem causado diversas interpretações, sobretudo a confusão entre parceria e tutela, às organizações locais (JESUS, 2005, p. 95-96).

Diante do exposto, no que tange às transformações ocorridas na Grande São Pedro ao longo de três décadas, percebemos que as conquistas mencionadas são resultado da correlação de forças travada na localidade entre os moradores da região, unidos em movimentos sociais populares urbanos e o Estado. Isto é, a correlação de forças travada entre o capital e o trabalho, na medida em que no sistema capitalista, o Estado exerce a função de distribuição socioespacial dos equipamentos públicos, a fim de encobrir as contradições e as lutas de classes geradas pelas desigualdades que se concretizam no território, utilizando-se de armas políticas tradicionais como cooptação de lideranças e contemporâneas como

a participação dos moradores nos processos de implementação de políticas públicas.

Algumas destas transformações podem ser visualizadas no documentário “Lugar de toda pobreza: 20 anos depois” (LUGAR, 2003). Neste, percebemos a importância do sujeito coletivo durante todo o processo de urbanização dos bairros que compõem a região, principalmente, na cobrança de ações do Poder Público. Diante disso, tivemos aguçado o interesse em conhecer o alcance do atual processo de organização das associações de moradores da Grande São Pedro: o projeto político em curso, o reflexo das ações da primeira associação nesse processo, as semelhanças e as particularidades evidenciadas no percurso histórico que culmina com a lógica híbrida e contraditória do atual contexto, já amplamente abordado neste trabalho.

Para tanto, efetuamos um mapeamento atual da região no que tange à oferta de equipamentos e serviços públicos e privados, bem como traçamos o perfil de oito associações de moradores, das dez existentes na região.

#### **4.3.2 O Perfil Atual da Grande São Pedro**

Percebemos que apesar das visíveis mudanças no que tange à infraestrutura e à oferta de serviços e equipamentos públicos coletivos na Grande São Pedro, esta continua a sofrer com a intensa desigualdade social<sup>149</sup>. O que demonstra que Vitória continua a carregar traços excludentes, pautados na segregação socioespacial.

Enquanto Vitória em 2010 apresentou uma renda média de R\$ 1.661,99, na região de São Pedro, o bairro que apresentou a maior média foi São Pedro com R\$ 570,89<sup>150</sup>. Se compararmos o bairro de Vitória com a menor renda média com o bairro que apresentou a maior renda, veremos que o abismo é ainda maior, pois, Comdusa (bairro pertencente à região de São Pedro) teve renda de R\$ 375,82, em

---

<sup>149</sup>Todos os dados referentes ao perfil da região são com base do Censo 2000-2010, elaborados pela PMV (VITÓRIA, 2012a). No caso de algum dado ser de outra fonte colocaremos na nota de rodapé.

<sup>150</sup>A renda média por bairro foi: Comdusa - R\$375,82; Santos Reis - R\$ 451,47; Nova Palestina - R\$480,25; Ilha das Caieiras - R\$486,54; Resistência - R\$ 496,29; Redenção - R\$ 515,37; São José - R\$ 516,93; Santo André - R\$ 530,63; Conquista - R\$ 558,11; São Pedro - R\$ 570,89.

contrapartida Ilha do Frade possuía renda de R\$ 10.843,74<sup>151</sup> (bairro pertencente à região da Praia do Canto), ou seja, 28,85 vezes a mais que a renda de Comdusa. Além disso, dentre os dez bairros que apresentaram as menores rendas médias dos 79 bairros de Vitória, apenas três<sup>152</sup> não pertenciam à Grande São Pedro.

Se tomarmos como parâmetro o salário mínimo do ano de 2010, que era de R\$ 510,00<sup>153</sup>, perceberemos que dos dez bairros da Grande São Pedro, 50% apresentaram renda média inferior ao salário mínimo os outros 50% apresentaram renda média próxima ao valor do salário mínimo. Isto nos permite afirmar que a maioria da população da região encontra-se no mercado informal de trabalho, ou seja, espoliada e excluída de uma série de direitos.

Entre 2000 a 2010, a região apresentou um total de 9.961 domicílios, com uma média de 3.4 moradores por domicílio, a maior média se comparada às outras regiões administrativas. Do total de moradores, 48,1% de homens e 51,90% de mulheres, sendo que todos os bairros apresentaram o número de mulheres superior ao número de homens. Dentre as regiões administrativas de Vitória, São Pedro é a terceira menos populosa, entretanto apresentou um crescimento populacional com variação relativa de 17,61%, o maior entre as outras regionais.

A população apresenta 28,1% de crianças (0-14 anos), 19,5% de jovens (15-24 anos), que somadas totalizam 47,6%, comparando-se com o percentual apresentados pelas outras regionais, São Pedro apresenta o maior índice de população infanto-juvenil. O percentual de adultos (25-64 anos) é de 48,4, o menor índice comparado às demais regiões. A região possui um índice de envelhecimento<sup>154</sup> baixo, sendo o bairro São Pedro o que apresentou o maior índice (20,4) e a Ilha das Caieiras o menor (10,2). Se comparada às outras regionais

---

<sup>151</sup>Dos dez bairros que apresentaram maior renda em Vitória, estão: Ilha do Boi - R\$ 4.902,69; Santa Helena - R\$ 4.570,84; Praia do Canto - R\$4.321,90; Mata da Praia - R\$ 4.119,31; Barro Vermelho - R\$ 3.911,04; Enseada do Suá - R\$ 3.595,16; Santa Lúcia - R\$ 2.793,91; Morada de Camburi - R\$ 2.649,64; Bento Ferreira - R\$ 2.653,09. Destes, apenas três não pertencem à região da Praia do Canto (Mata da Praia, Morada de Camburi e Bento Ferreira).

<sup>152</sup>São Benedito - R\$ 447,90; Do Quadro - R\$ 512,5128; e, Gurigica - R\$ 515,40. Pertencentes às regiões: de Maruípe, Santo Antônio e Bento Ferreira, respectivamente.

<sup>153</sup>Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010 (BRASIL, 2010).

<sup>154</sup>“O índice de envelhecimento é o resultado da razão entre a população de 65 anos ou mais e o segmento populacional com idades entre 0 e 14 anos; mede o número de pessoas idosas em uma população, em cada grupo de 100 pessoas jovens” (VITÓRIA, 2012a).

administrativas, a Grande São Pedro possui a menor proporção de idosos (acima de 65 anos), 4,1%. A população é majoritariamente declarada da cor/ou raça parda (61,28), seguida de branca (22,71%), negra (14,71%), amarela (0,87%), indígena (0,42%). A população apresenta 91,50% de pessoas com mais de cinco anos alfabetizadas e 8,50% não alfabetizadas. A maioria da população, com 10 anos ou mais de idade, apresenta rendimento entre 1/2 e 2 salários mínimos, sendo que 10.089 não possuem rendimento.

No que tange às informações referentes à oferta de equipamentos e serviços públicos distribuídos por área, na Grande São Pedro, tem-se na área de trabalho e geração de renda, quatro Telecentros, localizados em Redenção, Resistência e dois em Santo André. Na área de habitação<sup>155</sup> existem atualmente três conjuntos habitacionais, localizados em São José, Santo André e Resistência. Os dados referentes à oferta de equipamentos e serviços públicos, sobre as demais áreas serão disponibilizado nos Quadros de 1 a 8.

**Quadro 1** - Equipamentos públicos na área da Assistência Social.

<b>Equipamentos públicos na área da Assistência Social</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Localização</b>
Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)	2	Santo André e Resistência
Caminhando Juntos (Cajun)	3	Santo André, Nova Palestina e Conquista (núcleo socioeducativo)
Unidade de Inclusão Produtiva de São Pedro	1	São José

**Fonte:** Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos da PMV (VITÓRIA, 2012g).

**Quadro 2** - Equipamentos públicos na área da Cultura.

<b>Equipamentos públicos na área da Cultura</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Localização</b>
Espaço Multiuso Circuito Cultural São Pedro	1	Redenção
Museu Histórico “Manoel dos Passos Lyrio” (ou “Museu do Pescador”)	1	Ilha das Caieiras

**Fonte:** Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos da PMV (VITÓRIA, 2012h).

<sup>155</sup>Este dado foi colhido por meio de observação *in loco*.

**Quadro 3** - Serviços e equipamentos públicos na área da Educação.

<b>Serviços e equipamentos públicos na área da Educação</b>			
<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Localização</b>	<b>Obs.</b>
Centro Municipal de Ensino Infantil (CMEI)	8	Comdusa, Ilha das Caieiras, Nova Palestina, Resistência, Santo André, São José (possui dois) e São Pedro	4 CMEI desenvolviam o Programa de Educação em Tempo Integral, em 2010. Atualmente, a informação não está mais disponível no site oficial da PMV.
Núcleos Brincarte	2	Resistência e São Pedro	
Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	9	Comdusa, Ilha das Caieiras, Nova Palestina, Resistência (possui duas), São José (possui duas), São Pedro (possui duas)	8 EMEFs desenvolvem o Programa Escola Aberta.
Escola de Ensino Estadual de nível Médio	1	Ilha das Caieiras	Informação disponível no <i>site</i> da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo em 2012.

**Fonte:** Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos da PMV (VITÓRIA, 2012i).

**Quadro 4** - Serviços e equipamentos públicos na área de Esporte e Lazer.

<b>Serviços e equipamentos públicos na área de Esporte e Lazer</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Localização</b>
Escolinhas de Esportes	2	Redenção e São Pedro
Campo de Bocha <sup>156</sup>	1	Redenção
Campos de Futebol	5	Conquista, Redenção, Resistência, São Pedro
Praças	11	Condusa, Ilha das Caieiras (possui duas), Resistência, Santo André, Santos Reis, São José (possui duas), São Pedro (possui três)
Quadras de esportes	7	Comdusa, Conquista, Redenção (possui duas), Resistência e São Pedro (possui duas)

**Fonte:** Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos da PMV (VITÓRIA, 2012o)

<sup>156</sup> No caso do dado relativo a quantidade de campos de futebol, o mesmo apresenta uma imprecisão, porque no *site* da PMV, por extenso aparecem cinco, entretanto, ao visualizarmos o mapa disponibilizado só aparecem quatro.

**Quadro 5** - Serviços e equipamentos públicos na área de Saúde.

<b>Serviços e equipamentos públicos na área de Saúde</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Localização</b>
Unidades de Saúde (US)	4	Nova Palestina, Resistência, Santo André e São Pedro
Serviços de Orientação ao Exercício (Módulos SOE) <sup>157</sup>	3	Santo André e São Pedro
Academia Popular	1	São Pedro
Academias Populares para Pessoa Idosa	2	Nova Palestina e Redenção
Pronto Atendimento (PA)	1	São José
Centro de Controle de Zoonoses (CCZ)	1	Resistência

**Fonte:** Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos da PMV (VITÓRIA, 2012j).

**Quadro 6** - Serviços e equipamentos públicos na área de Segurança Urbana.

<b>Serviços e equipamentos públicos na área de Segurança Urbana</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Localização</b>
Câmaras de vídeo-monitoramento	3	---
Postos Avançados da Guarda Municipal	3	---
Distrito da Polícia Militar <sup>158</sup>	1	São Pedro

**Fonte:** Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos da PMV (VITÓRIA, 2012k).

**Quadro 7** – Serviços e equipamentos públicos na área de Serviços.

<b>Serviços e equipamentos públicos na área de Serviços</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Localização</b>
Estações Bota-fora	2	São José e Nova Palestina
Postos de Coleta Seletiva	10	Resistência (possui dois), Nova Palestina (possui dois), Santo André (possui dois), Ilha das Caieiras, São José (possui dois), São Pedro
Estação de Transbordo	1	Resistência

**Fonte:** Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos da PMV (VITÓRIA, 2012l).

No tocante à oferta de serviços de transporte público, a região conta com quinze linhas de ônibus municipais e duas intermunicipais.

<sup>157</sup> No caso do dado relativo a quantidade de módulos SOE, o mesmo apresenta uma imprecisão, porque no *site* da PMV, por extenso aparecem três, entretanto, ao visualizarmos o mapa disponibilizado só aparecem dois.

<sup>158</sup>No caso deste dado, o mesmo foi colhido por meio de observação *in loco*.

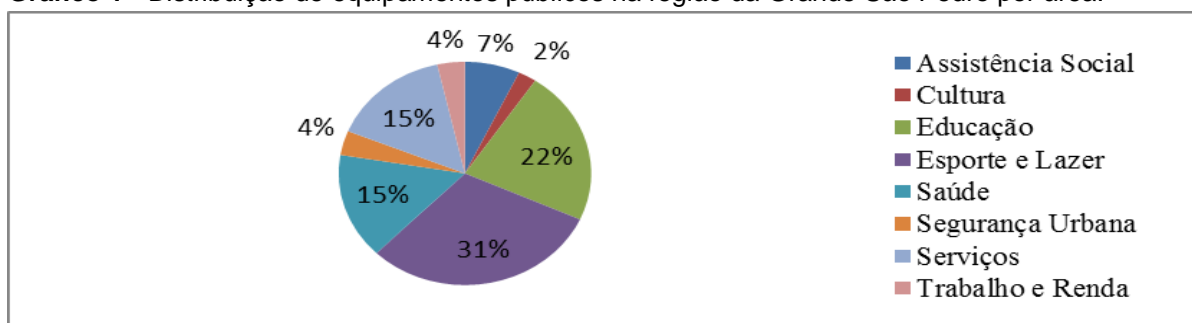
**Quadro 8** - Linhas de ônibus municipais e intermunicipais.

Nº da Linha	Linha de ônibus
333	Ilha das Caieiras, Praia do Suá, Via Jucutuquara
0303	Conquista, Goiabeiras
332	Curva da Jurema, Resistencia
333	Ilha das Caieiras, Praia do Suá ,via Jucutuquara
0331	Ilha Das Caieiras, Praia do Suá, via Shopping Vitória
0310	Jardim Camburi, Santo André
302	Jardim da Penha, São Pedro, expresso
0010	Nova Palestina, Fradinhos
0130	Resistência, noturna
0370	Resistência, Bento Ferreira
0175	Resistência, Rodoviária
0211	Santo André, Jardim Camburi
0072	São Pedro, Centro, Maruípe,circular
302	São Pedro, Jardim da Penha, expresso
0071	São Pedro, Maruípe, Centro, circular
0518*	Terminal de Carapina, Terminal do Ibes, via Serafim Derenzi
0535*	Terminal de Carapina, Terminal de Campo Grande, via Terminal de Jardim América, Serafim Derenzi

**Fonte:** Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos da PMV (VITÓRIA, 2012b).

\*Trata-se de linhas intermunicipais. As demais são municipais.

Verificamos (Gráfico 1, a seguir) que dos equipamentos públicos presentes na região, 31% se concentram na área de esporte e lazer, seguidos de 22% na educação, 15% na saúde e também na área de serviços, 7% na assistência social, 4% na área de trabalho e geração de renda e também na segurança urbana e 2% na cultura. Não existem, na região, equipamentos cadastrados na área de cidadania, ciência e tecnologia, meio ambiente e turismo.

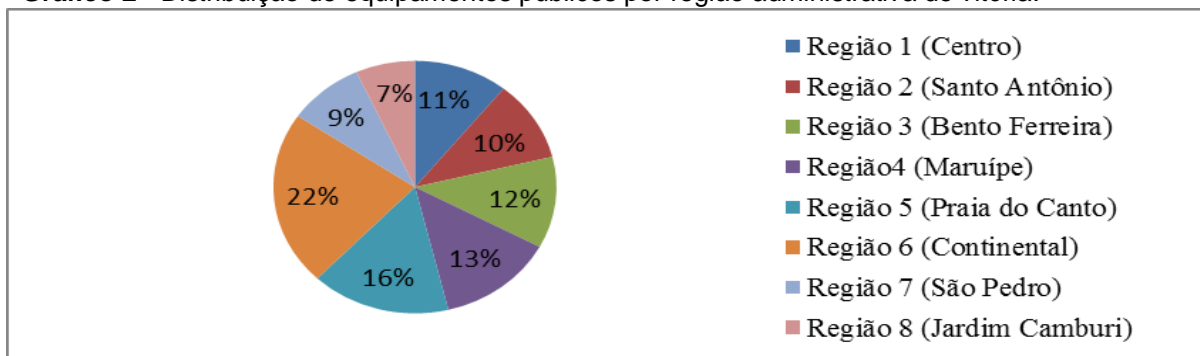
**Gráfico 1** - Distribuição de equipamentos públicos na região da Grande São Pedro por área.

**Fonte:** Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos da PMV (VITÓRIA, 2012a).

Quando comparamos a oferta de equipamentos públicos na região da Grande São Pedro com as outras regionais de Vitória, percebemos que a localidade apresenta defasagem. Conforme o Gráfico 2 (abaixo), dos 976 equipamentos públicos de

Vitória, a Grande São Pedro possui 9% dos mesmos (em números absolutos são 85 equipamentos<sup>159</sup>), sendo a segunda região com o menor número de equipamentos.

**Gráfico 2** - Distribuição de equipamentos públicos por região administrativa de vitória.



**Fonte:** Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos da PMV (VITÓRIA, 2012a).

**Nota:** Dois equipamentos cadastrados constam como não pertencentes a nenhuma região específica. Os mesmos não alteram a variação percentual.

A região comporta um pólo gastronômico que funciona na Ilha das Caieiras. Também possui ampla área de comércio com 249 estabelecimentos comerciais cadastrados na Administração Regional (VITÓRIA, 2010a). A comunidade conta com prestação de serviços do Banco Banestes, Cartório Civil, Correios, Casa Lotérica, Consultórios Odontológicos, Posto de Combustível, dentre outros.<sup>160</sup>

É possível observar na região a presença de ONGs, dentre as quais se destacam o Instituto de Educação Social Joana D'arc<sup>161</sup>, a Fundação Batista da Praia do Canto<sup>162</sup> e o Centro Cultural Caieiras (CECAES)<sup>163</sup>.

<sup>159</sup>Cabe salientar que os números aqui apresentados referem-se apenas aos equipamentos cadastrados pela PMV, portanto se comparados aos números apresentados nas tabelas anteriores apresentarão defasagem em relação a estes, visto que, aquelas trazem também outros dados, além de equipamentos.

<sup>160</sup>Informações colhidas através de observação *in loco*.

<sup>161</sup>Segundo informações contidas no site da instituição: "O Instituto de Educação Social Joana D'arc (IESJD) é uma associação privada, sem fins lucrativos e de interesse público, localizado em São Pedro I, no município de Vitória, Espírito Santo – Brasil. Atualmente, o instituto desenvolve seu trabalho focando cinco áreas de atuação: Capacitação profissional, Atendimento à Criança e Adolescente, Atividades Comunitárias, Atendimento à Família e Produção Científica, uma vez que também funciona como programa de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem como missão a prestação de educação social, por meio de uma educação informal que possibilite uma reflexão sobre sua condição de existência e fomente estratégias de enfrentamento e intervenções na realidade (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SOCIAL JOANA D'ARC, 2012)".

<sup>162</sup>Conforme informações contidas no site da instituição: "A Fundação Batista da Praia do Canto (FBPC) é uma entidade filantrópica, civil, sem fins lucrativos, de caráter religioso, esportivo, social e educacional. [...]. Oferece apoio escolar, orientação espiritual – individual e familiar –, assistência médica e social e refeições diárias para mais de 300 crianças e adolescentes de 04 a 14 anos de idade, em risco social, que moram na Grande São Pedro, em Vitória. Fundada pela IBPC [Igreja Batista da Praia do Canto], com sede no bairro São José (São Pedro III), foi reconhecida como de utilidade pública federal em 22.08.2002, mediante Portaria do Ministério da Justiça de nº 970,



Também é possível afirmar que os moradores da Grande São Pedro dão grande importância à religiosidade. Há um número bastante representativo de Igrejas Evangélicas na localidade, um total de 105 igrejas, sendo que Nova Palestina é o bairro que apresentou o maior número, 27 igrejas. Soma-se ainda 01 Paróquia da Igreja Católica com atuação de 12 Comunidades Católicas, além de 02 Centros Espíritas (VITÓRIA, 2010a).

A organização popular da região, atualmente, é formada por cerca de 06 Movimentos Comunitários, 03 Associações de Moradores, 03 Associações de Mulheres, 02 Associações de Idosos, 01 Associação de Amigos, 01 Associação Comercial e 01 Conselho Comunitário da Grande São Pedro, 01 Cooperativa de Desfiadeiras de Siri, 01 SINDLIXO, 01 Núcleo de Defesa Civil, 01 Pastoral de São Pedro. Quanto ao Orçamento Participativo, existem 05 delegados (VITÓRIA, 2010a)<sup>164</sup>.

Percebemos com esses levantamentos que a região da Grande São Pedro encontra-se totalmente metamorfoseada conforme já apontara Jesus (2005). Vimos na autora e no resgate que fizemos que as ações organizativas da comunidade foram extremamente importantes para estas transformações, principalmente pressionando o Estado para intervir no processo de infraestrutura, dotando a localidade de equipamentos coletivos públicos e serviços básicos fundamentais. Vimos ainda que em muitos momentos, o Estado passou a usar da sua função para enfraquecer as organizações populares, principalmente o movimento comunitário, que desempenhou um papel extremamente importante na organização da comunidade, em suas lutas. Observamos ainda que o Estado muitas vezes se antecipou em suas ações, no que tange à oferta de programas e projetos na localidade. Reconhecida como parte do território de Vitória, a PMV passou a direcionar ações para a localidade.

---

publicada no Diário Oficial da União de 23.08.2002 (FUNDAÇÃO BATISTA DA PRAIA DO CANTO, 2012)".

<sup>163</sup>Trata-se de "[...] uma Organização da Sociedade Civil de Direito Privado e Interesse Público (OSCIP), que promove os direitos e o desenvolvimento humano, tendo a arte como instrumento. O seu trabalho é feito através da difusão da cultura local, estabelecendo ações que promovam a autoestima, a dignidade, e a geração de renda com sustentabilidade". O CECAES aponta como missão: "[...] oferecer alternativas às situações de vulnerabilidade social que envolvem principalmente os jovens de 8 a 18 anos das comunidades em que atuam (CECAES, 2012)".

<sup>164</sup>Dados referem-se à lista de lideranças de 2008/2009, disponibilizados pela administração regional.

Entretanto, mesmo com todas as transformações, principalmente a espacial, percebemos que ainda hoje, trinta e cinco anos depois da sua criação, São Pedro apresenta vários problemas sociais. Como já mencionamos anteriormente, a pobreza continua a ser expressiva na localidade e, atualmente, apresenta intensa violência quanto à criminalidade, decorrente do tráfico de drogas.

Vemos que o problema da violência na região não é recente. A situação já foi apontada em estudos anteriores (HERKENHOFF, 1995; JESUS, 2005). Segundo Herkenhoff (2005, p. 150),

[...] infelizmente, existe hoje o perigo de a violência passar a expressar a cara do bairro, o tráfico de drogas está aumentando, os jovens estão se prostituindo e se envolvendo com drogas. Enfim, após as conquistas urbanas, parece que os desafios bem específicos são colocados para as lideranças que desejam dar continuidade à luta pelo exercício da cidadania.

Em 2004, os comerciantes e moradores da Grande São Pedro realizaram um protesto contra a falta de segurança. Na ocasião, eles reivindicavam mais policiamento nas ruas, planejamento de segurança e projetos sociais para jovens desempregados (COMERCIANTES, 2004, p. 21).

Como mostra Jesus (2005, p. 82), desde 2004, de acordo com dados da 7ª Companhia do 1º Batalhão (região de São Pedro), os índices têm aumentado. Só naquele ano foram registrados 43 homicídios, e em 2005, até maio, já haviam 25 casos registrados. Em reportagem, em 2004, um morador da região declarou:

Segurança? Só Deus! Os ladrões passam ao lado da polícia e eles não fazem nada porque o pessoal do tráfico de drogas é que manda, enquanto isto, o que predomina por aqui é a lei do silêncio, em que você vê, ouve, mas nunca sabe de nada (BRASIL, 2004, *apud* PEREIRA; JESUS, 2008, p. 33).

Os altos índices de violência levaram a PMV em 2006, a elencar dois bairros (Resistência e Nova Palestina) da região para a implantação do “Comitê da Paz”. O programa previa a capacitação de lideranças da própria comunidade tidas como “[...] bons exemplos para a região (VITÓRIA, 2012c)”. A capacitação se dava através de cursos em temáticas como “[...] mediação de conflitos, direitos humanos, cidadania, participação popular e cultura da paz [...]”, que tinham duração de três meses. Ao

final os moradores eram incitados a “[...] agir voluntariamente em seus bairros (VITÓRIA, 2012c)”.<sup>165</sup>

Mesmo com ações da PMV, em julho de 2007, foi publicada, em jornal local, a notícia de que cerca de 20 pessoas foram assassinadas nos bairros que compreendem a Grande São Pedro só nos primeiros seis meses daquele ano. Em entrevista para o jornal, o delegado Orly Fraga Filho afirmou que cerca de 50% das mortes na região foram efetuadas pelas quadrilhas de tráfico de drogas (PEREIRA; JESUS, 2008, p. 36-37).

Ainda nesse ano, segundo o Relatório de Homicídios elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória (SEMAS), das 24 mortes de crianças e adolescentes ocorridas em Vitória, de janeiro a meados de novembro de 2007, 13 ocorreram em bairros pertencentes à Região de São Pedro, sendo este número maior que os outros bairros juntos, que apresentaram 11 mortes no total (VITÓRIA, 2007).

Em 26 de junho de 2008, a mídia local tornou pública a manifestação popular de centenas de pessoas, que lideradas pelas igrejas católicas e evangélicas, protestavam contra o tráfico de drogas e o aumento do número de homicídios na região. Elas reivindicavam paz e melhorias na segurança pública (MORADORES, 2008, p.19).

Constatamos, a partir de estudo anterior<sup>166</sup>, que o poder público utilizava-se de ações socioeducativas, como alternativas para o enfrentamento à violência urbana. Foram pesquisadas as ações realizadas pelos projetos CAJUN, Circuito Cultural e Sou Pela Vida e pelos programas Educação em Tempo Integral e Escola Aberta.<sup>167</sup> Esses programas e projetos possuíam o atendimento, majoritariamente, voltado para crianças e adolescentes. O Projeto Sou Pela Vida atendia prioritariamente à

---

<sup>165</sup>Todas as expressões entre aspas no parágrafo foram usadas pela PMV (VITÓRIA, 2012c).

<sup>166</sup>Trata-se de nosso Trabalho de Conclusão de Curso. O mesmo tinha como objetivo “estudar as ações de educação não-formal, realizadas pela Prefeitura Municipal de Vitória, que trabalham com crianças e adolescentes, visando ao enfrentamento da violência na Região da Grande São Pedro” (PEREIRA; JESUS, 2008, p.17).

<sup>167</sup>O CAJUN e o Tempo Integral são iniciativas da Prefeitura Municipal de Vitória. Tanto o Escola Aberta quanto o Território da Paz são desenvolvidos pelo Governo Federal em parceria com a Prefeitura. O Sou pela Vida é uma parceria entre os Governos Federal, Estadual e Municipal.

juventude. As ações se pautavam, principalmente, na prevenção à violência. Apenas os Projetos Sou Pela Vida e Tempo Integral possuíam como objetivo principal o combate direto à violência. Neste estudo verificamos a necessidade de ampliação das ações e de integração entre as próprias secretarias que as realizam, e também entre estas e as instituições locais (PEREIRA; JESUS, 2008).

A partir deste estudo, percebemos que a PMV, muitas vezes em parceria com o estado e a federação, tem atribuído à educação um papel central para o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes na região da Grande São Pedro, utilizando-se de várias políticas públicas para este fim: educação, assistência social, segurança, cultura, e segurança. Não podemos afirmar aqui que tem sido atribuída à educação, uma função por uma perspectiva da educação redentora, que visa ao “enquadramento” à ordem, capaz de por si criar uma “cultura de paz”, entretanto, levantamos esta questão como ponto de partida para outros estudos.

Apesar das ações da PMV, o mapa<sup>168</sup> de Concentração de Crimes Violentos Contra a Pessoa (CVPES) de Vitória, mostra que em 2008, a Grande São Pedro concentrou um elevado índice de crimes violentos.

A primeira hot spot foi formada pelos bairros Santo André, Ilha das Caieiras, Redenção, São José, Santos Reis, São Pedro, Nova Palestina e Resistência. É importante ressaltar que estes dois últimos bairros apresentaram uma hot spot de Crimes Violentos contra a Pessoa um pouco distanciada da mancha quente principal, cuja centralidade ficou caracterizada pelo bairro Santo André (menos de 1km em linha reta entre os centros dessas duas hot spots). Os conglomerados de Santo André e de Resistência, ambos com raio de influência de 500m, são aqui considerados como um grande cluster devido, sobretudo, à formatação espacial das hot spots dos CVPES. Além de estarem relativamente próximas, essas concentrações também são interligadas por manchas de concentração média-alta. Dessa maneira, o conglomerado Santo André-Resistência congregou cerca de 15% dos 1.561 CVPES registrados em 2008 no município de Vitória (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011, p. 20-21).

---

<sup>168</sup>O mapa traz a distribuição espacial dos CVPES, através de marcações em cores avermelhadas, denominadas manchas quentes (ou *hot spots*), onde há concentração elevada de CVPES, cores intermediárias, até chegar a cor amarela, cuja concentração de crimes é média, cores intermediárias, até chegar à cor branca, onde a concentração é baixa. Ou seja, quanto mais densa a cor, maior a concentração de CVPES. Vitória apresentou três *hot spots*, uma na porção noroeste da Ilha de Vitória, que abrange a região Grande São Pedro, outra na porção central, que concentra os bairros Penha, Itararé, Santa Martha, Bonfim, São Benedito e São Cristóvão, e a terceira hot spot foi constatada na zona sudoeste, abrangendo os bairros Vila Rubim, Ilha do Príncipe, Santo Antônio, Ariovaldo Favalessa, Caratoíra, Quadro, Cabral e Parque Moscoso (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011). Se considerarmos os clusters intermediários os conglomerados aumentariam ainda mais.

Conforme o estudo, a densidade demográfica por si só não pode ser tomada como fator monocausal, visto que os aspectos que ligam o urbano à criminalidade violenta possuem natureza complexa e multifatorial. Entretanto, no caso do município de Vitória<sup>169</sup>, a análise demonstrou que a variável densidade demográfica interligou-se com a variável concentração dos CVPES, constatando que bairros, como São Pedro e Santo André, dentre outros, que registraram altas densidades demográficas, também apresentaram altas concentrações de CVPES (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011).

Além disso, ao analisar outras variáveis, o estudo apontou que a população de risco (a faixa etária de 15 - 24 anos) referente aos crimes contra a pessoa, concentra-se de maneira potencializada na porção noroeste de Vitória, em bairros como Resistência, Nova Palestina, Redenção, Ilha das Caieiras, Santo André, São Pedro, Santos Reis, São José, Comdusa, dentre outros, sendo que essa região também apresentou em comum altos níveis de concentração de CVPES<sup>170</sup> (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011).

Partindo de uma análise contextualizada, o estudo aponta que as transformações estruturais decorrentes do processo tardio de industrialização e urbanização de Vitória, atrelado à ausência de políticas sociais e de um planejamento territorial adequado, foram fatores de agravamento de sérios problemas de ordem socioespacial. Sendo assim, o aumento da criminalidade urbana violenta na capital, bem como em outros municípios da Grande Vitória, deve ser analisado associado a estes problemas estruturais, decorrentes de uma lógica que visa promover o crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social, de forma que a violência possui relação com essas “[...] contradições e hierarquizações sócio-espaciais”. Desta feita, como aponta o estudo “[...] sua distribuição geográfica não ocorre de maneira homogênea pela cidade. [...] a distribuição espacial da

---

<sup>169</sup>O estudo apontou que a análise de autores que conjugam estas variáveis se afirma para o caso de Vitória como município, entretanto quando a análise foi mais detalhada, observou que alguns bairros escaparam à relação. O que aponta a necessidade de estudos sobre o tema (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011).

<sup>170</sup>Apesar de termos destacado esta região e apenas estes bairros, devido nosso *loco* de pesquisa, o estudo tomado como referência também mostrou outros bairros na porção noroeste (Grande Vitória, Estrelinha, Inhanguetá e Bela Vista), além da região central (Penha, Bonfim, São Benedito e Gurigica), no em torno do bairro Centro (Moscoso e Fonte Grande) e ainda os bairros Romão, Cruzamento e Jesus de Nazareth.

criminalidade violenta influencia e é influenciada pelas estruturas e processo urbanos (INSTITUTO JONES SANTOS NEVES, 2011, p. 27)”.

Vemos que o fenômeno da violência pode estar contribuindo para construção de um novo estereótipo negativo para a localidade, como vemos na chamada da reportagem de Ferri (2009) intitulada “Lugar de toda violência: São Pedro sob o domínio do tráfico de drogas”, realizada em 18 de julho de 2009, retratando o drama vivido pelos moradores. Nesta o delegado Orly Fraga Filho (Titular da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Vitória) afirmou que a região é, historicamente, conhecida pelos altos índices de violência, e que, na maioria das vezes, os crimes estão relacionados ao tráfico de drogas. Segundo o delegado “[...] a região já tem 50% dos crimes de Vitória [...]”, que ainda destacou a “lei do silêncio” e os “bolsões de pobreza” como problemas que “[...] tornam o lugar um terreno fértil para o aparecimento de mais criminosos (FRAGA FILHO, 2009, p. 12)”.

Na mesma reportagem, o Secretário de Segurança Urbana em exercício da PMV, Alcemir Pantaleão, falou da necessidade de mudar a estratégia de enfrentamento à violência. Para ele não basta apenas aumentar o número de policiais e viaturas na localidade, é preciso envolver a sociedade civil, a fim de criar uma política voltada para uma cultura de paz (FERRI, 2009).

O destaque no que tange à violência levou a PMV, em 2009, a eleger a região de São Pedro para ser o primeiro “Território da Paz”, devendo sediar Núcleos de Policiamento Comunitário Interativo, vídeo-monitoramento, Justiça Comunitária, dentre outras ações a serem desenvolvidas pelos próprios moradores. Conforme a PMV (VITÓRIA, 2012d),

[...] o Território de Paz é uma região do município escolhida para a implantação de várias ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça. Cada ação tem como foco envolver a população, especialmente a juventude, para a promoção da cidadania, dos direitos humanos, da inclusão social e para a redução da criminalidade e da violência na comunidade (VITÓRIA, 2012d).

Dentre as ações do Pronasci, foi implementado em parceria com a PMV, entre 2009 e 2010, na região de São Pedro o projeto “Mulheres da Paz”, que buscava o envolvimento de mulheres moradoras da região em ações que visam à prevenção e

ao combate à violência. O programa previa a capacitação de mulheres da própria comunidade para atuarem como orientadoras dos jovens participantes dos projetos do Pronasci, tendo como objetivo a mediação de conflitos locais e envolvimento dos jovens. No período da capacitação, as mulheres receberam uma bolsa no valor de R\$ 190,00. A capacitação abordou temas como ética, cidadania e direitos humanos, mediação de conflitos, dentre outros (PMV, 2012e).

Pesquisa<sup>171</sup> recente - na qual um dos objetivos consistia em identificar e mapear as ações desenvolvidas na Região da Grande São Pedro, tanto na educação formal quanto na não-formal, que pudessem caracterizar este território como espaço educativo – aponta que as ações de educação voltadas para os jovens desenvolvidas pelas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), no que tange ao Programa “Escola Aberta”, oscilam quanto às funções, entre lazer e profissionalização. Por exemplo, são realizadas oficinas de artes marciais, esporte, artesanato, bem como, informática, eletricitista predial e pedreiro. Já a Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM), desenvolve além do ensino formal, projetos de prevenção à gravidez na adolescência, integração da família com a escola e preparação profissional, a partir de estágio. E o Projeto Circuito Cultural desenvolve ações apenas neste campo, como balé, danças urbanas, circo, mosaico, dentre outras (SILVA; PEREIRA, 2011).

Com isto percebemos que a PMV tem buscado implementar ações educativas que visam tanto à preparação para o mundo do trabalho quanto para a prática social. Estas são realizadas em parceria com instituições da sociedade civil (ONGs, Escolas Privadas, voluntariado, associações de moradores) (SILVA; PEREIRA, 2011).

Na mesma pesquisa, ao observarmos a forma como os gestores expressaram as metas dos programas/projetos, vemos os seguintes apontamentos: nas EMEFs o discurso voltava-se para a “preparação para a vida”, formar um “cidadão de bem”,

---

<sup>171</sup>Realizada no decorrer de 2010 e fechada em 2011, em fase de publicação dos dados. Aqui tomamos como referência o relatório final referente ao objetivo 3, coordenado pela profa. Adriana Ilha da Silva e desenvolvido com nossa participação, apresentado para fechamento do Projeto Integrado de Pesquisa: “A Região de São Pedro: Um estudo sobre juventude no campo da saúde, da educação, direitos humanos e cidadania”, financiado pela FACITEC, sob a coordenação geral da Profa. Dra. Vanda de Aguiar Valadão.

retirar o jovem do “risco social”, “aprender um convívio social”, dentre outras. Já o Circuito Cultural, apresentou aproximação à cultura visando a profissionalização neste campo (SILVA; PEREIRA, 2011). Observa-se aí a adoção de um trabalho que atribui à educação uma perspectiva “redentora”. Sem obscurecer a importância dessas iniciativas - até mesmo porque são demandadas pela população - têm-se claros os limites de tais projetos se desvinculados de ações estruturais que alterem as reais causas das desigualdades que polarizam os grupos sociais no modelo societário vigente.

Conforme a pesquisa, no que tange à função da educação quanto à construção de ações em prol dos direitos humanos e ao impacto destas sobre os jovens, apesar da variação das respostas dos gestores, percebemos um discurso dos mesmos que denuncia a reprodução de uma concepção de educação pela perspectiva da redenção, por exemplo: “[...] Realizar um resgate do jovem na área social [...]”; buscar a “[...] Convivência harmoniosa [...]”; “[...] Preparar a pessoa, tentar recuperar estas pessoas para elas crescerem enquanto cidadãos”. Entretanto, ressaltamos que apareceram respostas que se aproximavam da concepção da educação pela perspectiva da transformação, por exemplo: “[...] Contribuir para a compreensão das realidades e para a modificação delas, pois, o indivíduo passa a ser um ator e não apenas um ouvinte [...]”; “[...] É a expectativa que muda, é o despertar da expectativa, pois, ele se descobre capaz (SILVA; PEREIRA, 2011, p. 34)”. Neste estudo, os gestores apontaram variados limites das ações educativas em prol dos direitos humanos, destacando-se a resposta do gestor da EEEM, que sinalizou a “[...] Escola como instituição repressora (SILVA; PEREIRA, 2011, p. 34)”.

A partir da pesquisa acima citada, no que tange às ações da PMV, concluímos que nas EMEFs (Escola Aberta) “[...] verificou-se que as oficinas culturais e esportivas são utilizadas como estratégia para a construção de uma formação cidadã, mesmo que as perspectivas teóricas sejam diferenciadas (SILVA; PEREIRA, 2011, p. 34-35)”. Tanto as EMEFs, quanto a Escola de Ensino Médio, têm buscado atrelar ações de educação formal e não-formal. E o “Circuito Cultural” também parte de uma perspectiva de inclusão social (SILVA; PEREIRA, 2011).



Quanto à ONG pesquisada (Instituto de Educação Social Joana D'arc), destacamos que os objetivos dos seus projetos também abrangem tanto o mundo do trabalho quanto a participação social, preocupando-se tanto com conteúdo escolar, formação para a cidadania, quanto com o campo cultural. Por exemplo: estimula-se a capacitação profissional; realiza-se orientação vocacional; oficinas de informática, comércio e artesanato; além de estimular a frequência escolar, buscar a prevenção no campo da saúde e a cidadania coletiva e formação cultural (SILVA; PEREIRA, 2011).

Dentre as metas apontadas pela instituição acima citada, estão o incentivo à reconstituição das relações familiares e a realização de um trabalho de rede com outras instituições. O Instituto possui recursos provenientes de diversas fontes: Universidade Federal do Espírito Santo, Conselho Municipal de Assistência Social e outras ONGs. Quanto às ações realizadas em 2010, destacamos o “[...] Intercâmbio cultural entre jovens da região metropolitana de Vitória, jovens de assentamento MST e quilombolas (SILVA; PEREIRA, 2011, p. 31).

Quanto à construção dos direitos humanos, o gestor da ONG considera que as ações de educação, desenvolvidas pela instituição, contribuem com a discussão crítica, pautada na realidade dos jovens, levando-os a perceber as contradições em várias facetas de suas vidas: familiar, comunitária, econômica, dentre outras, de forma que apesar de gerarem ações pontuais e localizadas, contribuem para escolhas amplas que ultrapassam os limites da comunidade local (SILVA; PEREIRA, 2011, p. 31).

Assim, no estudo referenciado, destacamos o território da região da Grande São Pedro como espaço educativo, “[...] na medida em que suas ações destinam-se para os jovens, sua família e a sua comunidade (SILVA; PEREIRA, 2011, p. 36)”. Desta feita, percebemos avanços na concepção de educação, apesar de algumas instituições apresentarem “[...] tendências da educação amparadas em finalidades estritas de moralidade [...] (SILVA; PEREIRA, 2011, p. 36)”, reportando-se à educação pela via da redenção. Entretanto, percebemos a presença de instituições que buscam a democracia e a cidadania, a partir da defesa da emancipação política. Por fim, ressaltamos que os autores do projeto destacam que “[...] cabe ao espaço

lutar e conquistar cada vez mais avanços nos processos democráticos, como meios para uma educação da práxis, da libertação do homem da opressão, da exploração e da violência, ou seja, busca da emancipação humana (SILVA, PEREIRA, 2011, p. 36)”.

Vemos que São Pedro continua se destacando quanto ao índice de violência em Vitória. A afirmação pode ser constatada na escolha da região, pela PMV, para receber o programa da Organização das Nações Unidas (ONU), "Segurança com Cidadania: prevenindo a violência e fortalecendo a cidadania"<sup>172</sup>. O programa que deverá ser desenvolvido ao longo dos anos de 2011, 2012 e 2013, visa à elaboração de planos de intervenção aos problemas ligados à criminalidade. Segundo a PMV (VITÓRIA, 2012f),

O Segurança com Cidadania tem como público-alvo pessoas com 10 a 24 anos de idade, excluídas do sistema educativo, vítimas de violência doméstica ou intergeracional, que estão envolvidas em atividades relacionadas com drogas (como o tráfico) ou que pertençam a comunidades dominadas por grupos ilegais (VITÓRIA, 2012f).

Segundo informações do jornal Folha Vitória (FOLHA VITÓRIA, 2012), a UNESCO já começou a desenvolver suas ações na Grande São Pedro, a partir do Programa *Oasis Training*, buscando capacitar “[...] jovens e lideranças comunitárias dotados de um perfil proativo e comunicativo, com iniciativa para estabelecer parcerias [...]”, conforme destaca a notícia,

[...] na capacitação, os participantes desenvolvem habilidades de empreendedorismo, liderança, olhar apreciativo, escuta ativa, e cooperação, para, dessa forma, aprender na prática como mobilizar a comunidade-escola para temas como cultura de paz, segurança cidadã, desenvolvimento territorial, sustentabilidade e implementação de projetos em conjunto (FOLHA VITÓRIA, 2012).

Ainda segundo o jornal, a partir desta capacitação o programa buscará desenvolver “[...] atividades voltadas à promoção da convivência, respeito às normas e

---

<sup>172</sup>O programa envolve seis agências da ONU (PNUD, Unicef, Unesco, OIT, UNODC e ONU-Habitat) e serão desenvolvidos em conjunto pelas Prefeituras dos três municípios beneficiados – Lauro de Freitas (BA), Contagem (MG) e Vitória (ES) – em parceria com o Ministério da Justiça, através do Pronasci. O mesmo será desenvolvido em municípios, que juntos receberão cerca de R\$ 10,5 milhões. Em Vitória, os investimentos serão na casa de R\$ 3,5 milhões (VITÓRIA, 2012f).

fortalecimento da cidadania, além da redução de fatores de risco relacionados à violência [...] (FOLHA VITÓRIA, 2012)” com participação da própria comunidade.

Um veículo de comunicação local divulgou um mutirão que seria promovido nos dias 26 e 27 do mês de maio do corrente ano, para realizar melhorias em duas quadras de esportes no bairro Santos Reis. A iniciativa é decorrente da parceria com a ONU. Segundo a reportagem, os moradores se mobilizavam para conseguir materiais de construção e mão-de-obra de voluntários para realização das obras e ainda alimentos para o consumo no período de execução das reformas. A atividade contou com o envolvimento de 40 moradores, só na etapa de divulgação da ação para o envolvimento de outros moradores (MUTIRÃO, 2012).

Aqui podemos perceber com maior clareza o direcionamento das ações da PMV por uma perspectiva neoliberal, buscando implementar políticas públicas a partir do discurso da participação da comunidade da Grande São Pedro - boa parte em situação de risco e vulnerabilidade - a partir de um repasse de responsabilização aos moradores, e adotando medidas focalizadas para o enfrentamento das expressões da questão social. Vemos ainda que estas ações ultrapassam os limites dos equipamentos institucionais públicos, avançando para espaços da sociedade civil. Por outro lado, percebemos sua atuação em serviços e equipamentos que poderão trazer ganhos para o fortalecimento da comunidade local. Destacamos aqui as ações na área da cultura, por meio do Circuito Cultural e a criação do “Museu do Pescador”<sup>173</sup>, como ficou popularmente conhecido o Museu “Manoel dos Passos Lyrio” que visam ao incentivo da cultura local e da preservação da memória da comunidade. Não obstante o já conhecido papel do Estado na correlação de forças, os interesses políticos eleitoreiros, o populismo, cooptação, medidas periféricas e compensatórias, é significativo o investimento público na região. As ações implementadas (que muitas podem ser questionadas quanto às questões estruturais) são, na verdade, desejadas e reivindicadas pela população.

---

<sup>173</sup>O museu é uma antiga reivindicação da Comunidade Local.

### **4.3.3 As Ações Organizativas das Associações de Moradores da Grande São Pedro em 2011**

Traçaremos o perfil das ações das associações de moradores da Grande São Pedro, enquanto práticas político-educativas, a fim de compreendermos como as mesmas têm sido efetivadas. Para tanto, foram entrevistados oito lideranças comunitárias<sup>174</sup>.

Quanto aos entrevistados, a maioria é formada por homens. Destes, dois possuem entre 1-5 anos de liderança e seis entre 6-10 anos<sup>175</sup>. Todos demonstraram conhecer a história de São Pedro, até mesmo a liderança que expressou ter chegado à região após a consolidação do processo de urbanização da mesma.

#### **a) A Emergência e a Estrutura das Associações de Moradores**

Das entidades pesquisadas, quatro foram fundadas entre 1977-1985, uma entre 1986-1990, duas entre 1991-1995 e uma entre 1996-2011. Diante disso, vemos que 50% das associações foram formadas nos 10 primeiros anos de ocupação da região, no período de abertura política e efervescência dos movimentos populares de bairro, o que confirma os apontamentos de Ammann (2008) sobre o tema.

Sobre as razões que motivaram o surgimento da associação de moradores, a maioria apontou a necessidade de realizar melhorias no bairro. Vale observar que duas associações apontam a influência de agentes externos e uma, expressa a fragmentação das lutas que passam a responder a interesses dos bairros, de forma individual. Destacamos ainda que uma liderança não soube informar o processo de formação da organização popular.

---

<sup>174</sup>Para garantir o sigilo não faremos distinção quanto ao gênero das lideranças no decorrer do trabalho. Esclarecemos que a região possui dez bairros, destes existem bairros que não possuem associações próprias, reunindo com outra associação, e também existem bairros que possuem mais do que uma associação, sendo que pesquisamos apenas uma associação por bairro. As associações serão diferenciadas por números, a fim de garantir o anonimato. Não fazemos aqui distinção entre associação de moradores e movimento comunitário, a fim de garantirmos o anonimato.

<sup>175</sup>Vale ressaltar que apesar de alguns entrevistados possuírem experiência de liderança em outras entidades, neste trabalho, estamos considerando apenas o tempo de liderança exercida na associação de moradores, inclusive em mandatos anteriores, podendo ser em qualquer cargo da diretoria.

Abaixo trazemos algumas falas sobre esta questão.

O que veio nos orientar a estar montando uma associação para melhoria do bairro foram as dificuldades que a gente tinha. [...] Ele [um vereador conhecido da líder] passou a reunir conosco aqui no bairro, aí começou a abrir nossa mente, do que nós tínhamos que fazer para poder o bairro melhorar e dali incentivou a gente a estar montando uma associação. Foi daí para cá que a gente começou a brigar, a reivindicar o que a gente precisava, um ia para um lado, o outro ia para o outro, e assim, a gente conseguiu (Entrevistado nº 2).

A intenção sempre foi buscar melhorias para comunidade (Entrevistado nº 4).

Foi através da Igreja Católica da época (Entrevistado nº 6).

Deu-se devido à necessidade de se reivindicar as melhorias para o bairro (Entrevistado nº 7)

Igual eu estava falando, as comunidades sentiram a necessidade, achando que uma região estava crescendo mais que a outra e foram se dividindo e formando as associações de moradores nos bairros diferentes, por isso hoje tem várias associações (Entrevistado nº 8).

Fazemos a observação quanto à última fala que demonstra que os segmentos da classe trabalhadora não são homogêneos, podendo em seu interior haver disputas, apontando para um caráter corporativista e fragmentado das lutas. Há uma divergência entre esta fala e a dos líderes da primeira associação: enquanto estes afirmaram que naquela época as divisões em outras associações ocorreram devido, principalmente, à expansão geográfica, distanciando os bairros e, conseqüentemente, dificultando o acesso dos moradores às reuniões, aquele aponta uma certa concorrência entre os bairros.

No que tange à estrutura das associações de moradores, segundo Ammann (2008), a abordagem do local onde o movimento de bairro se reúne faz-se importante, na medida em que direciona a análise para questões do apoio, autonomia ou dependência do mesmo.

Conforme a autora, “[...] através do local de reunião é possível inferir essas variáveis, pois sabe-se que um local cedido significa o apoio, podendo chegar mesmo a uma dependência de proprietário (AMMANN, 2008, p. 66)”. Por outro lado, mostra a autora que as reuniões nas residências dos sócios podem ser vantajosas no quesito da proximidade dos moradores e independência a instituições, entretanto, está mais susceptível à dissipação. Da mesma feita, podemos inferir sobre os equipamentos para desenvolvimento das ações, pois, a ausência dos mesmos pode implicar dependência da associação para realização de algumas atividades.

**Quadro 9:** Espaço físico e equipamentos das associações de moradores.

<b>Espaço físico e equipamentos das associações de moradores</b>		
<b>Entidade</b>	<b>Espaço físico</b>	<b>Equipamentos</b>
1	Sede própria	Não possui
2	Não possui sede própria. As reuniões ocorrem no Centro de Educação Ambiental (Equipamento da PMV)	Não possui
3	Não possui sede própria. Reuniões com a diretoria são realizadas nas casas dos próprios membros. Assembleias com os moradores são realizadas na Escola do bairro (Equipamento da PMV)	Possui uma bicicleta de som
4	Não possui sede própria. Funciona em espaço alugado	Possui uma geladeira, uma televisão e um ventilador
5	Não possui sede própria. As reuniões são realizadas na casa do presidente	Não possui
6	Não possui sede própria. As reuniões com a diretoria são realizadas na casa do presidente e as assembleias com os moradores são realizadas na Escola do bairro (Equipamento da PMV)	Não possui
7	Possui sede própria	Não possui
8	Não possui sede própria. As reuniões ocorrem em um espaço particular cedido pelo presidente. As assembleias com os moradores são realizadas no Cajun do bairro (Equipamento da PMV).	Possui um computador

**Fonte:** Elaborado pela autora após a pesquisa.

O Quadro 9 indica que apenas duas associações de moradores possuem sede própria enquanto seis não possuem, destas uma possui sede alugada, uma realiza as reuniões exclusivamente em equipamento público, três realizam reuniões com a diretoria na residência/propriedade do presidente ou de outro membro da mesma e as assembleias com os moradores em equipamentos públicos e apenas uma se reúne exclusivamente em residência/propriedade do presidente. Apenas três possuem algum tipo de equipamento próprio.

Aqui fazemos uma observação quanto às entidades que se reúnem em equipamentos públicos. pois este dado a nosso ver pode tanto significar dependência das associações de moradores com relação ao Estado quanto à consciência dos moradores em relação ao direito aos espaços públicos. Entretanto, em consonância com Ammann (2008), nossa pesquisa mostrou que as associações (Entidades 2, 3, 6 e 8) que se reúnem em equipamentos da PMV oscilaram entre uma postura de cooperação com o Estado e de pressão ao mesmo, demonstrando uma cobrança no que tange aos direitos a que fazem jus. Por isso, consideramos

que a relação de cooperação, dependência, apoio ou até mesmo de oposição ou pressão não pode ser unicamente explicada pelo uso dos equipamentos públicos, necessitando de mais estudos que abordem esta questão.

Da mesma forma, das duas associações (Entidades 1 e 7) que possuem sede própria, em uma (Entidade 1) a liderança mostrou ter uma relação de cooperação com a PMV, enquanto que na outra (Entidade 7), a liderança demonstrou autonomia, o que significa que esta questão necessita de outras variáveis para averiguação de sua veracidade, sendo nosso estudo limitado para isto.

Quanto à associação (Entidade 5) que se reúne exclusivamente na casa do presidente ficou evidenciada a autonomia em relação ao Estado<sup>176</sup>.

A associação que funciona em sede alugada (Entidade 4) mostrou dependência de terceiros, visto que nem sempre a arrecadação dos moradores é suficiente para pagamento do aluguel, apontando para uma vulnerabilidade que pode chegar a se configurar em troca de favores. Na fala da liderança fica clara a insegurança decorrente desta questão:

Pra mim<sup>177</sup>, é uma sede própria. Porque a gente paga aluguel, e pagar o aluguel dali... Existe morador assim, que ajuda. Às vezes a gente recebe uma doação. Mas, não tem uma coisa fixa: todo mês é fulano que vai dar, todo mês é fulano que vai pagar o aluguel. Então, isso já é um desafio da AM (Entrevistado n° 4).

Em se tratando dos arquivos das associações moradores, todas possuem o Livro de Atas e fazem do mesmo sua principal fonte de registro. Quatro entidades possuem arquivos de fotografias e/ou filmagens sobre as atividades realizadas, o mesmo número possui arquivos de jornais e outros materiais produzidos pela própria associação de moradores e apenas duas possuem arquivos de correspondências.

---

<sup>176</sup>Ver as falas do entrevistado nas páginas 244 (item sobre as lutas e participação comunitária) e 252 (item que trata das articulações político-institucionais).

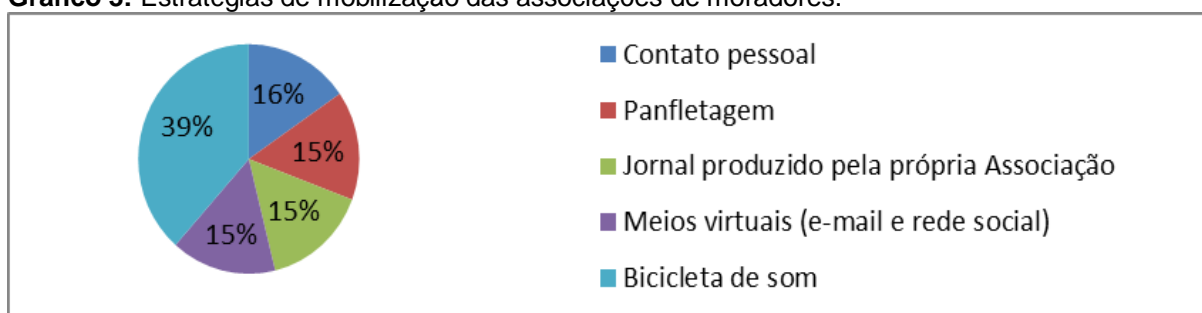
<sup>177</sup>No trecho a liderança discorria sobre uma questão sobre os obstáculos atuais enfrentados pela Associação de Moradores (AM). Ao final do trecho usamos a sigla AM em substituição ao nome da entidade, a fim de garantir a preservação de sua identidade.

## b) As Estratégias de Mobilização, Periodicidade das Reuniões e Temas Tratados

No tocante às estratégias de mobilização, percebemos conforme o Gráfico 3 (abaixo), que a bicicleta de som é o meio mais usado para divulgação e convocação dos moradores para atividades das associações de moradores, cabendo destacar o aparecimento do uso da internet para este fim, diferenciando da primeira associação de moradores, que usava principalmente o contato pessoal.

Algumas questões podem estar evidenciadas neste dado: a primeira aponta para a extensão geográfica e demográfica dos bairros, o que dificultaria o contato pessoal com todos os moradores, vindo a bicicleta de som cumprir este papel; a segunda, evidenciaria facilidade no acesso a novas formas de comunicação e a terceira apontaria para um possível distanciamento da associação com os moradores. Não conseguimos trazer resposta a estes questionamentos.

**Gráfico 3:** Estratégias de mobilização das associações de moradores.



**Fonte:** Produzido pela autora após a pesquisa.

Quanto à periodicidade das reuniões, uma associação oscila a realização entre uma e duas vezes ao mês, três realizam mensalmente e três trimestralmente. Destas uma realiza reuniões com a diretoria mensalmente e uma associação realiza reunião com os moradores anualmente ou sempre que há necessidade. Não houve relação entre reuniões realizadas com mais frequência e associações que possuíam maior mobilização e participação dos moradores nas lutas.



Percebemos mudança na periodicidade das reuniões, se compararmos com outras pesquisas<sup>178</sup>. Em nossa pesquisa, a maioria das associações reúne-se mensalmente (37,5%) ou trimestralmente (37,5%). Diferentemente da primeira associação, que se reunia semanalmente, e às vezes até mais de uma vez, conforme demanda.

Os principais temas tratados nas reuniões pelas associações de moradores da região giram em torno de questões infraestruturais – como iluminação pública, saneamento básico, pavimentação, abertura de novas ruas para facilitação do acesso – questões ligadas à habitação e de serviços – como transporte público, saúde, educação.

A gente fala de todas as melhorias para o bairro [...]. Na reunião é discutido assim: pavimentação para o bairro, iluminação, rede de esgoto, moradia. O que hoje está sendo mais discutido no bairro é sobre isso aí (Entrevistado nº 1).

A gente trabalha em cima de tudo, por tudo que não acontece. Por que a gente briga por ruas? Porque a gente aqui, [...] está fechado, é uma rua sem saída. [...] Não pode existir isso, entendeu? A gente briga querendo a abertura da nossa rua saindo na rodovia. [...] A gente discute sobre segurança, discute sobre os adolescentes, discute sobre tudo do bairro, a carência do bairro, entendeu? São os problemas do dia-a-dia (Entrevistado nº 2).

[...] De tudo, porque aí a gente quer ouvir o morador, qual é o problema da rua dele, não é? (Entrevistado nº 3).

Reivindicações de melhorias para comunidade (Entrevistado nº 4).

[...] Eu fico atento às coisas de infraestrutura, de saneamento básico e até um problema grande que acontece. Daí eu pego e provoco a reunião (Entrevistado nº 5).

[...] É como se fosse uma prestação de contas para a comunidade. [...] Por exemplo, lá no nosso bairro é a criação da praça que nós estamos batendo nessa tecla, já tem um processo rolando, da procuração do terreno para dar continuidade da praça e o prédio que é colado na praça que nós estamos reivindicando para ser assim, pelo menos uma parte, para a gente ter uma sala para fazer um pronto-atendimento ou alguma coisa nesse sentido. [...] A gente convoca uma assembleia e convoca o Secretário para fazer uma forma de pressão, uma forma de pressioná-lo (Entrevistado nº 6).

Assuntos em relação ao desenvolvimento do bairro como: escola, saúde, segurança e outros (Entrevistado nº 7).

Nessas reuniões a gente trabalha o que a comunidade reivindica durante o mês e através dessas reivindicações a gente trabalha tentando regularizar isso, colocando para funcionar corretamente (Entrevistado nº 8).

<sup>178</sup>A pesquisa realizada pela PMV em 1990 com 86 associações existentes em Vitória, à época, mostrou que destas, 38,4% reuniam-se semanalmente, 34,8% mensalmente e 26,8% sempre que necessário. A pesquisa de Herkenhoff (1995) demonstrou relação com a pesquisa da PMV, dentre as 15 associações de Vitória pesquisadas por esta autora, 33,3% reuniam-se semanalmente, 33,3% mensalmente e 33,3% quando necessário. Segundo Jesus (2005) de oito associações da Grande São Pedro pesquisadas, 25% dos líderes afirmaram que elas ocorriam bimestralmente.

Ou seja, as reivindicações dos movimentos populares de bairro da Grande São Pedro expressam o direito a usufruírem de equipamentos e serviços coletivos, o que aponta para o caráter desigual de distribuição e acesso a esses como mostrou Lojkine (1997).

Observamos que apesar de elevados índices de violência na região, decorrente principalmente da criminalidade, apenas dois líderes apontaram o tema da segurança como sendo abordado nas reuniões. Este dado nos remete a duas questões, a primeira, da possibilidade de haver uma naturalização da violência, podendo ser esta por parte dos moradores de forma que o tema não gera demandas nas reuniões ou da própria liderança que julgou não ser relevante este apontamento. E a segunda, a de que o tema não é tratado nas reuniões ou não foi abordada pelo líder por medo de represália, como aparece no depoimento de uma das lideranças.

[...] A segurança a gente evita um pouco, a gente conversa entre a gente e envia para os órgãos competentes. [...] A segurança a gente discute só com o “Terra”, porque hoje está difícil, está muito difícil para você trabalhar em cima disso. Então, o que a gente faz? A gente reúne só alguns membros, discute, reúne com o “Terra”, vem alguém de lá para discutir a respeito da segurança, é escrito e aquilo é divulgado entre as secretarias [...]. Para não ter represálias, porque hoje em dia isso está difícil, porque se você não estiver fazendo seu trabalho você se complica (Entrevistado nº 2).

Entretanto, apenas uma fala não é suficiente para fazer apontamentos sobre o assunto, ficando as questões que levantamos como ponto de partida para outros estudos.

Se compararmos aos trabalhos da associação de moradores fundadora, veremos que os temas tratados atualmente continuam essencialmente os mesmos, só modificam a forma, devido o contexto histórico. Expressam a luta por melhores condições de vida. Diferentemente da primeira associação que apresentou como principal tema a habitação, através da luta pelo solo, atualmente, os principais temas tratados dá-se em torno de questões infraestruturais para o bairros, outrora expressa na luta pelo aterro, agora expressa-se em pavimentação, iluminação pública, dentre outros; questões de serviços como transporte público e educação, antes reivindicando o acesso aos mesmos, agora a busca é por melhoria e ampliação na oferta dos mesmos.

### c) As lutas e a participação comunitária

No tocante ao envolvimento da população nas reuniões<sup>179</sup>, bem como de representantes de instituições públicas ou da sociedade civil e a postura do líder, observamos que:

- Entidade 1: Moradores e lideranças religiosas (padre e pastor) participam das assembleias gerais. As reuniões com representantes da PMV ficam restritas à liderança comunitária, que realiza um papel de intermediadora da PMV junto aos moradores. A comunidade não participa dos processos decisórios da associação, apenas responde a algumas demandas (eventos) levantadas por esta, ou seja, há uma centralização dos trabalhos na figura da liderança comunitária.

- 

- Entidade 2: A maioria dos moradores participa das assembleias. Entretanto, quando são reuniões que terão representantes da PMV, poucas pessoas querem participar, pois, ficaram desmotivadas e descrentes nas soluções para os problemas apontados. A fala da liderança demonstra o descrédito da população no poder público para satisfação das demandas populares, denuncia uma cultura política gestada em nosso país, caracterizada por ações clientelistas.

Processo de luta, como que nós vamos ter processo de luta? Aqui nós não temos nada! [...] O povo já está tão cansado de ser enganado, que eles [os moradores] não querem nem participar mais, porque é só promessa que não dá em nada. Entra ano e sai ano, entra prefeito e sai prefeito e é sempre a mesma coisa. Nunca melhora nada, nunca faz nada. [...] O ano que vem é ano político, aí eles aparecem (Entrevistado nº 2).

Por outro lado demonstra a resistência e a luta popular como meio para alcançar as conquistas. E aponta para a desmobilização que ações politiqueras podem gerar na organização popular.

---

<sup>179</sup>Cabe salientar que nosso estudo apresentou limitação neste quesito, visto que aqui tomamos apenas as informações repassadas pelas lideranças, não realizamos, por exemplo, leitura das Atas e livro de presença, o que poderia nos permitir averiguar se a participação em termos quantitativos caiu ou aumentou no decorrer dos anos. Outra técnica que poderíamos ter usado seria a observação, que nos permitiria constatar a participação dos moradores em termos qualitativos. Poderíamos perceber a postura da liderança comunitária, principalmente do presidente, e ainda teríamos condições de apontar o papel dos representantes do poder público com maior clareza.

[...] A gente brigou, brigou, brigou pelo registro do bairro e conseguiu. Vieram com um projeto, mostraram aonde iriam ser construídas as casinhas da Habitação para estar retirando aqueles moradores que estão na área ambiental, na área verde, na área de risco, para estar jogando para cá. Foi feito só no papel. Até hoje a gente não tem resultado de mais nada. A abertura da rua, vieram, mediram uma, duas, três, quatro, cinco, ficou o dito pelo não dito, até hoje não fizeram mais nada. Então, acontece o quê? Quando você os convida [os moradores] para participarem de uma reunião com a secretaria vem dois, três, quatro, o resto não vem mais, porque já estão enjoados de serem enganados, entendeu? A gente está lutando porque enquanto a gente tem vida tem que lutar, mas está ficando difícil, porque o pessoal, o povo não está acreditando mais em política, o povo não está acreditando mais em vereador, o povo não está acreditando mais em prefeito, o povo não está acreditando mais em ninguém (Entrevistado nº 2).

- Entidade 3: Há pouco envolvimento dos moradores nas reuniões. A participação fica mais centrada na liderança da associação. Esta aponta participação constante de representantes do poder público nas assembleias de bairro. O entrevistado demonstra bastante criatividade para realização dos trabalhos, expressando preocupação com a formação para a cidadania, utilizando-se de diversos projetos socioeducativos para conscientização da população no que tange ao seu protagonismo. Mais adiante no item sobre as atividades de formação abordaremos melhor esta questão.

- Entidade 4: A frequência dos moradores na reunião é representativa. Além destes participam das assembleias de bairro, entidades religiosas e diretores de escolas do entorno. A liderança afirmou que na assembleia anterior à entrevista, participaram cerca de mil pessoas. Esta situação não é habitual, ocorreu devido à reivindicação ser em relação a uma ação judicial contra os moradores, da época da ocupação, colocando em risco a moradia dos mesmos, o que mostra que a moradia continua a ser uma das maiores preocupações dos segmentos populares. a liderança demonstra um discurso descentralizado, reconhecendo a coletividade como princípio da luta.

Resistência já vem de um nome de resistir, então a gente luta junto, ninguém faz nada sozinho, eu acho que só assim que a gente conseguiu (Entrevistado nº 4).

- Entidade 5: A diretoria, a comunidade e representantes de instituições públicas ou privadas participam das reuniões.

A diretoria e a comunidade. E de acordo com a pauta, [por exemplo,] se for uma pauta de obras, então, vem o representante da obra, se é ligado à CESAN vem o representante da CESAN, se é ligado à Escelsa vem o representante da Escelsa, se é ligado a algum tipo de secretaria, então, nesse dia sempre vem um representante (Entrevistado nº 5).

Para a liderança, a não participação da comunidade no processo de luta demonstra acomodação da mesma. A liderança compara justamente com o momento auge do movimento popular do bairro São Pedro, apontando como possível causa a cooptação política de líderes que se encontram empregados em instituições públicas.

Em 1982-83, o processo de luta da comunidade cresceu muito. Hoje, eu acho muito tímido, acho que ainda existe uma acomodação. A população de hoje está acomodada, assim, do histórico nosso de luta da região. Então, [...] o que eu posso dizer no momento é que está acomodada. Hoje, temos muito mais pessoas, muito mais líderes, muito mais pessoas de opinião, mas acomodadas. Por exemplo, naquela época quando a gente reivindicava alguma coisa, as coisas aconteciam e era melhoria. Era meia dúzia de pessoas naquela época e hoje não, temos mais de 40 mil habitantes e ninguém consegue debater, ninguém consegue nem respeitar a nossa região. Eu não sei se é por causa do sistema político, já que muitos líderes acabam alienados aos órgãos públicos e, então, você não consegue também discutir. Também tem muito isso, se você está dentro do sistema, você vai debater contra o próprio sistema? Vai ser incoerente com você mesmo. Então, eu vejo que o nosso sistema de luta está acomodado, estamos engessados, de maneira dita assim (Entrevistado nº 5).

- Entidade 6: Participam das reuniões, o presidente e a diretoria, além de secretários ou representantes da PMV, diretores das escolas e a população. Para a liderança, a comunidade apresenta pouco envolvimento nas lutas, apontando como causa a mudança no Estado, conforme mostrou Gramsci (1991), onde o Estado Moderno assume formas funcionais diferenciadas, buscando articulação da sociedade civil para a formação do consenso social, condição fundamental para mistificação das relações de exploração de classe.

Diminuiu consideravelmente. A população cresceu, expandiu, mas aquelas lutas que nós tínhamos lá atrás, hoje, são muito poucas. Tivemos uma agora recente por causa da greve que extrapolou. Mas, hoje cada um, cada comunidade foca ali em torno do seu objetivo, quando consegue, beleza, quando não consegue a população em si não tem mais aquela mobilidade de se reunir mesmo e “vão para a prefeitura, vão para não sei onde, vamos fechar”, é bem difícil. Só quando tem uma coisa bem destacada mesmo que está afetando realmente, assim em vários sentidos, a população, que ela dá o grito. Não é igual antigamente. Anteriormente, nós brigávamos por energia, brigávamos por água, [...] brigávamos por moradia em si, para abrir rua. Hoje a luta está diferenciada, está mais em torno do diálogo mesmo. Reúne-se a comissão de diretores, vai até à prefeitura bate um diálogo com o prefeito ou com determinado Secretário e através do diálogo a gente consegue muita coisa (Entrevistado nº 6).

Esta fala expressa a limitação da consciência em um nível corporativista como mostrou Gramsci, pois, apesar de expressar a mobilização das comunidades locais para alcance de um objetivo em comum, esta ocorre como alheia à luta de classe. Isso fica evidenciado quando o entrevistado cita o exemplo da mobilização local contra a greve dos professores municipais, fazendo uma leitura de que “a greve extrapolou”. Ou seja, demonstra a não percepção de que as reivindicações dos professores por melhores salários e condições de trabalho e as lutas da comunidade para que seus filhos tenham o direito à educação, são faces de uma mesma batalha travada pela classe trabalhadora.

- Entidade 7: Para a liderança, a população apresenta pouco envolvimento nas lutas. Considera que o motivo disso se dá devido ao alcance dos objetivos, o que nos reporta às análises de Cruz (2010), quando afirma que a própria realização da luta do movimento social pode levá-lo a desarticulação. Neste caso, a ampliação da cidadania a setores da população antes totalmente espoliados de seus direitos, apesar de uma grande conquista da classe trabalhadora, também serve de elemento mistificador da desigualdade social. Outra questão abordada foi o peso que a Igreja Católica, enquanto agente externo, continua a exercer sobre as classes populares, podendo levar à mobilização popular. Além disso, mostra novos temas que passam a fazer parte do debate levantado pelos movimentos sociais urbanos, como questões ligadas à paz.

Hoje é mais quieto, é mais devagar. Também eu acho que é devido à falta da necessidade deles estarem buscando melhorias, entendeu? [...] Então, a gente não vê o empenho deles porque eu acho que chegou a um patamar que eles pensam que não tem mais necessidade de lutar, diferente de anos atrás. Mas, mesmo assim, nós tivemos há um ou dois anos atrás um movimento pela paz, aqui em São Pedro - puxado até pela própria Igreja Católica - em que nós paramos a rua ali, a rodovia. O índice de assassinato estava muito grande, a gente não estava vendo ação nenhuma, então nós fizemos esse trabalho de luta, [...] a comunidade se engajou bem, foi bem articulada. Mas, só [acontece] se tiver uma motivação muito boa mesmo (Entrevistado nº 7).

- Entidade 8: Para a liderança, a participação dos moradores é boa. Entretanto, quando comparamos o número apontado por ele com a população do bairro<sup>180</sup>, percebemos que representava cerca de 2% apenas. Segundo a liderança, nem

---

<sup>180</sup>Neste caso subtraímos o número de crianças e de idosos, ou seja, consideramos apenas a população jovem e adulta, público que poderia participar dos trabalhos.

todos os membros da diretoria participam das reuniões da associação, devido dificuldade de horário. As lutas da população se dão tanto a partir de estratégias de embate direto, como paralisação das linhas de ônibus, protesto nas ruas, quanto de negociações com o poder público.

[...] Participam alguns membros da diretoria - porque a gente não consegue aderir a todos, pois, alguns têm que trabalhar ou coisa parecida - e a comunidade. Dá em torno de 40 pessoas na reunião, em média (Entrevistado nº 8).

A comunidade atende, se envolve (Entrevistado nº 8).

#### **d) As articulações político-institucionais**

- Entidade 1: Em pergunta direta, a liderança responde que não possui parceria com a PMV, mas no decorrer da entrevista o apontamento que aparece é o de que a associação funciona como “intermediária” da PMV, servindo para transmitir aos moradores os interesses da mesma, ou seja, as ações da associação são de cooperação com o poder público. Nunca recebeu assessoria, sendo a própria diretoria apontada como quem exerce este papel. Afirma não possuírem vínculo com partido político. O vínculo religioso aparece apenas como parceria para divulgação dos trabalhos da associação de moradores, sendo citadas a Igreja Católica e a Igreja Maranata.

Possui articulação com o movimento de mulheres do bairro e com todas as associações de moradores da Grande São Pedro. O trabalho da associação de moradores está articulado a novas formas de participação social, neste caso, o orçamento participativo e o Conselho Popular de Vitória (CPV).

- Entidade 2: O processo de parceria se dá com a PMV (a liderança diz que recebe vários convites dessa para participar de reuniões, mas por falta de recurso financeiro para pagar a passagem não pode participar), principalmente, com algumas secretarias que prestam serviço na localidade como a de assistência social, por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), de saúde, através dos agentes comunitários, de habitação, por meio do Projeto Terra Mais Igual, dentre outras. Outra parceria que apareceu foi com a Arcelor Mital que já ofereceu cursos no bairro.

Tudo que vai acontecer a gente discute. Assim, nós temos envolvimento com o CRAS, nós temos envolvimento com a saúde. [...] O “Terra” ajuda a gente com a papelada, então, nós entregamos para a agente de saúde que nos ajuda a distribuir [os convites] para podermos encontrar, todo mundo. (Entrevistado nº 2).

Possui articulação com as outras Associações de moradores via Conselho Popular de Vitória (CPV).

[...] a gente [as AM da região] reúne sim. E as coisas novas, um já passa para o outro, porque ali [no CPV] está reunido todo mundo (Entrevistado nº 26).

Existe articulação com uma “cooperativa” de mulheres artesãs, denominada Flor de Juá. A cooperativa começou com um grupo de 30 mulheres, e atualmente está com apenas seis mulheres participando. O principal motivo da desmobilização foi a falta de recursos e o pouco lucro. As mulheres que participam da cooperativa fazem parte da associação.

O único trabalho que nós temos na nossa associação é um projeto, [...] de artesãs. Nós temos esse grupo, mas está devagar também por falta de recurso, porque a gente não tem recurso, entendeu? A gente faz, constrói uma peça para vender para estar comprando materiais para poder a gente estar trabalhando. Então, nós somos um grupo de mulheres que fazem parte também da associação. A gente tentou abrir isso aí para ver se animava o pessoal a trabalhar, porque eles têm que trabalhar. Nós éramos um grupo de 30 mulheres, de 30 caiu pra 12, de 12, nós estamos só com 6, porque não dava lucro. Então, quer dizer, quem tem família, filhos, tem que ter uma renda. Então, alguns se empregaram e ficaram só nós. Ficou eu, minha mãe, a P. que é membro da associação, a minha filha que mora nos fundos, a M. e a dona M. R. que é aposentada. Então, para nós não pararmos com o grupo, a gente continua nós mesmo, entendeu? O nome é “Flor do Juá”. É um projeto social que é da própria associação (Entrevistado nº 2).

A associação já contou com assessoria prestada por um vereador, que auxiliou à época do processo de organização da mesma. A liderança compreende que a PMV desempenha este papel de assessoria, através de parceria entre a associação de moradores e de algumas secretarias que prestam serviços na localidade, neste caso a assessoria é compreendida como “cursos”, “oficinas”. Afirma não possuir vínculos partidários. Existe forte influência da Igreja Católica, com a qual a associação realiza trabalhos em parceria.



A relação com a PMV é um misto de cooperação e pressão, há descrédito em relação ao papel do Estado no que tange aos direitos, mas ao mesmo tempo aparece uma esperança de aparecer um governante “honesto”.

- Entidade 3: Firma parceria com a PMV, através de secretarias como a de serviço, que faz doação de sacos de lixo para um projeto desenvolvido pela associação, a de meio ambiente, com a de transporte para realização de projetos de conscientização sobre o trânsito, com a educação, através do programa Escola Aberta. Às vezes, faz parceria com empresas para conseguir doações, como a bicicleta de som, doada pela CST, bem como para conseguir lanche, transporte e dinheiro para arcar com despesas para premiar o grupo vencedor de alguma gincana que a associação realizou, procura realizar parceria com os comerciantes locais. A liderança mencionou parcerias com universidades, com a FAESA que já fez algumas prestações de serviço como oficinas de higiene bucal e a UFES (não foram mencionadas quais).

A assessoria recebida foi de um amigo advogado que auxiliou nas mudanças no Estatuto e de um vereador. A liderança afirma não possuir vínculo com um partido político específico, pois depende de todos, apontando para um processo de clientelismo político. Percebemos a atuação específica de um vereador em uma relação de apadrinhamento. A relação clientelista e de favorecimento aparece claramente em vários trechos do discurso da liderança:

Então agora, eu estou lutando para isso desde 2001, não é fácil. Agora, é que a gente está dessa forma, tentando fazer virar utilidade pública, para receber até recurso do Estado, do deputado lá, por que tem as emendas que ele pode está mandando incluir o bairro, então, eu fui e pedi até o vereador X<sup>181</sup>, que me ajude muito nisso daí, para ver de que forma a gente pode resolver essa situação (Entrevistado nº 3).  
[...] a gente não está, assim, vinculado porque nós dependemos de todos, por isso, a gente não tem que ficar [referindo-se a manter vínculo com um partido ou vereador específico]. É lógico que tem sempre um que ajuda mais que o outro, mas não tem vínculo com partido nenhum (Entrevistado nº 3).

---

<sup>181</sup>O nome do vereador foi substituído por nós.

[...] Assim, os que mais ajudam a gente aqui é o vereador X, que desde 2001 ele ajuda o meu projeto “Adote uma criança”, sempre ajudou. Às vezes eu vou fazendo tudo, eu faço bazar, eu faço torneio de futebol, eu faço um monte de coisa assim para poder... faço passeio, para juntar esse dinheiro, faço projeto “Ruas limpas”, vendo o material reciclado para juntar o dinheiro para comprar brinquedos para esses mais de 1.200 meninos. E vou fazendo e fazendo e daqui a pouco, “padrinho como é? preciso de x.” Então, ele acaba ajudando. E a gente vai lá ao “Minipreço” e compra. Mas, aí depende, porque tem outros também que ajudam, mas, ele é o maior, enquanto legislador é uma pessoa que sempre ajudou, no particular dele, do dinheiro dele, sempre ajudou nesse projeto (Entrevistado nº 3).

Nesta última parte também fica explícito a centralização na figura da liderança, que menciona os projetos desenvolvidos com o envolvimento dos moradores, como “eu faço”, “o meu projeto”. Ao mencionar algumas demandas do bairro, a liderança mais uma vez expõe a relação clientelista e de favorecimento político:

Então o que eu fiz? “Vereador X, faça uma indicação para reforçar a nossa solicitação da comunidade”. Hoje nós temos o semáforo. E isso é na academia, na unidade de saúde, é uma orla. Então a gente sempre tem, então faz a sua indicação, que é passada na plenária, aquela coisa toda. Então, nós levamos as nossas necessidades até um determinado vereador, e ele com os demais ajudam a comunidade (Entrevistado nº 3).

Quanto ao vínculo religioso, a liderança aponta que está buscando parceria com instituições religiosas para repassar as informações para os moradores.

Segundo a liderança, a associação possui articulação com outras associações da região, bem como com o movimento de mulheres do bairro e com movimentos de negros. A liderança cita o Conselho Popular de Vitória (CPV) como cumprindo um papel de coordenador das demandas das associações. Segundo o depoimento, na região havia duas chapas que estavam em processo de concorrer às eleições do CPV. O que aponta para uma possível disputa política entre as diferentes associações da região.

A relação da associação com a PMV oscila entre cobrança e parceria para realização de projetos que trarão benefício para a comunidade

- Entidade 4: Possui parceria com a PMV e com comércio local. Para a liderança, os trabalhos da associação só conseguem ser desenvolvidos com estas parcerias.

Só vivemos de parcerias. [...] As empresas que têm na comunidade, as escolas, a própria prefeitura (Entrevistado nº 4).

Existe articulação constante com as outras associações de moradores, inclusive para conseguirem representação no CPV.

[...] Todas as associações de São Pedro. Nós temos reunião mensal entre todas as lideranças. Inclusive agora estamos em um processo de votação para ter um representante no CPV - que é o Conselho Popular de Vitória, é o Conselho de todas as comunidades de Vitória - e nós temos um candidato aqui de São Pedro. E nós [...], todas as lideranças estamos tendo reunião todo mês, e ultimamente estamos tendo (ontem teve uma) toda semana, porque sábado já é a eleição e nós queremos ter representante de São Pedro no CPV (Entrevistado nº 4).

Quando indagamos sobre a articulação com outros movimentos sociais, a liderança não se expressou com clareza sobre o tema.

Entendo como movimento social, por exemplo, quando a gente, eu tenho reunião com o Conselho Local de Saúde, eu tenho reunião com o CRAS. Nós temos assim, oficinas motivacionais que acontecem na comunidade. Nós temos o Comitê da Paz que é um projeto da prefeitura, Mulheres da Paz, que é um Programa que veio para capacitar mulheres para estarem trabalhando na comunidade. Então, nós temos assim, tem o Núcleo, a Casa Amarela, em São Pedro que é também um lugar que a gente se encontra para falar sobre justiça comunitária. Então, tem sempre coisa renovando (Entrevistado nº 4).

Ao esclarecermos a questão, a liderança demonstra articulação com a associação de mulheres do bairro e com movimento de negros. A associação se envolve nas tomadas de decisão do Orçamento Participativo (OP).

No que tange ao quesito assessoria, a liderança afirma que a associação de moradores nunca a recebeu. Quanto ao vínculo partidário, expressa que enquanto associação não há, entretanto, percebemos vínculo da liderança com um vereador.

Temos a bandeira que eu posso defender quem eu quiser, porém, a associação, em nome da associação não. Porque a associação ela é do povo e o povo tem vários partidos, várias opiniões diferentes. Eu X, se quiser, posso defender uma bandeira, mas é uma coisa particular minha (Entrevistado nº 4).

No que tange ao vínculo com instituição religiosa, percebemos que apesar de a liderança expressar seu partidarismo em relação a uma denominação, não há presença destas instituições na associação.

Eu sou da Igreja evangélica, eu até procuro fazer alguma coisa para levantar minha bandeira, porém é com muita cautela porque eu lido ali com pessoas que são espíritas, católicas, eu não posso ter [vínculo com uma instituição religiosa específica], porque eu tenho que defender todas [...], eu não posso. Lá eu sou da Igreja evangélica, mas, na AM<sup>182</sup>, quando eu inicio uma reunião, eu leio um versículo da Bíblia, sempre faço isso e peço licença para isso, porque ali se encontram pessoas evangélicas e não evangélicas, mas eu peço licença e começo assim a reunião (Entrevistado nº 4).

A relação com a PMV é pensada como uma parceria para conseguir benefícios para a comunidade, apesar de afirmar não possuir vínculo com a mesma, não é o discurso da autonomia.

Eu não tenho convênio com ninguém. Ninguém assumiu de dar alguma coisa. Nós não temos verba de ninguém, entendeu? Quem mantém a AM<sup>183</sup> é a própria comunidade. [...] Sempre que tem alguma necessidade a gente fala: “olha vai acontecer curso para isso”, sabe como? São benefícios que vêm, a gente não tem nada fechado, nada que impeça que a gente possa fazer alguma ação junto (Entrevistado nº 4).

No trecho abaixo fica evidente que os direitos conquistados são visualizados como sendo fruto da relação “amigável” com a PMV e não pela luta da comunidade.

Houve um período, o qual me lembrei agora, que era outro presidente [...], em que a comunidade ficava parada, também não entrava benefício, não tinha parceria com a prefeitura, também não vinha nada para a comunidade. Ele era anti-prefeitura, anti-governo, anti-parceria, anti-tudo. Hoje, nós temos asfalto, Projeto Cidadão, Endereço Cidadão, as ruas têm CEP, têm nome e número, trocamos a iluminação pública, conseguimos ônibus, temos linha de ônibus nova na comunidade, essas coisas assim. Tem o CRAS que está funcionando, tem a unidade de saúde que nós conseguimos colocar no Orçamento Participativo e temos uma unidade de saúde padrão. A falta às vezes de médico acontece não só aqui, é no Brasil todo, porque a saúde está com deficiência. Então, mas as outras coisas estão funcionando. Então, eu acredito que está dentro do nível do que é de benefício para algumas comunidades, acredito que a AM<sup>184</sup> está até acima de alguns bairros. Enquanto nós conseguimos aqui colocar duas obras de Orçamento Participativo no mesmo ano, tem comunidade que não recebeu obra nenhuma. E nós estamos aqui com as unidades habitacionais que estão sendo construídas. Um prédio com dezesseis habitações para famílias carentes está em andamento agora (Entrevistado nº 4).

---

<sup>182</sup>Substituímos o nome da associação citada para garantia do anonimato.

<sup>183</sup>Idem.

<sup>184</sup>Idem.

- Entidade 5: Possui parceria com o Centro Municipal de Educação Infantil do bairro e com o comércio local e com o Projeto Ajudar (instituição da sociedade civil). Afirma nunca terem recebido assessoria.

Quanto ao vínculo partidário, responde que a associação não possui, mas que ele, pessoalmente, sim. Quando se expressa sobre esta questão, a própria liderança demonstra-se confusa em realizar esta separação.

[...] só eu, a entidade não. Mas, como que fica isso? [...] Por que as pessoas me conhecem, não me conhece pelo partido, pelo partido não. Mas me conhece porque eu sou político, então, por ser político talvez cria [um vínculo], mas, no caso seriam duas coisas distintas. Agora pelo partido não, agora, como político sim. Eles não me veem como partido: ah, X<sup>185</sup> é do partido A, partido B, isso não, mas como político sim. Então assim, quando vê o X, sabe que é o X político (Entrevistado nº 5).

Segundo o entrevistado, a associação possui vínculos com instituições religiosas, especificamente com igrejas do bairro, cujo papel seria contribuir com a divulgação dos trabalhos, das reuniões e participação nas mesmas, levando sugestões e reclamações.

Procura manter uma relação mais autônoma com o Estado.

Muitos líderes de modo geral – não todos, não posso generalizar, porque no caso eu também me incluo – são muito omissos a debates de decisão da comunidade. Então existe pouca visão do que é realmente associação. Hoje, para a gente identificar quem é o líder e quem não é, às vezes você não consegue distinguir, porque você não vê retorno da comunidade. Você vai fazer um debate e não debate, porque você é ligado ao município ou ao Estado, por isso você não pode falar, você não pode se expressar, então, você acaba ficando engessado naquele processo. Então, é melhor você não estar dentro do sistema para poder ter condições de discutir. Eu falo isso porque é estar alienado à questão de [...] subserviência, [...] que é ligada à pessoa que está cumprindo, no caso da associação de moradores junto com o Executivo. É você depender do Executivo. Como são dois poderes, a prefeitura é que depende da gente, a gente não tem que depender da prefeitura. Nós só somos os facilitadores do processo para entregar na mão como se fosse um relatório desses feitos na prefeitura [...], o problema é esse, a gente mostra o problema para a prefeitura e a gente não ganha nada para isso. Mas, como as outras pessoas não entendem isso, ficam alienadas com cargo ou qualquer outra coisa, então você acaba perdendo força. Falo isso porque eu já tive dificuldade quando trabalhei na prefeitura e estava no limite [...] como presidente da comunidade e tive muita dificuldade de ter essa relação. Tive às vezes de ter, em alguns momentos, tive que fazer escolha, ou avançava ou recuava. Então assim, eu acho que hoje o processo é independência, líder comunitário não tem que estar ligado ao poder Executivo (Entrevistado nº 5).

---

<sup>185</sup>Substituímos o nome para resguardar o sigilo do entrevistado.

Nesta sucinta análise do entrevistado percebemos como a ligação da liderança comunitária com a PMV, através de cargos comissionados, pode ser prejudicial para a associação, quando as lideranças deixam de puxar algumas lutas que seriam importantes para a comunidade com receio de perder o emprego.

Procura estabelecer articulação com as outras associações de moradores da região, sendo o CPV apontado neste papel de articulador das lutas em comum.

Através de uma pauta que é regional, em que a necessidade de criar mais forças através de um debate para reivindicar uma melhoria para região. [...] O CPV, que é o Conselho Popular de Vitória, provoca essa agenda. O CPV é uma entidade da gente, das associações e movimentos comunitários que fala assim: “queremos discutir a região na área de estrutura, o que queremos levar para a região, o que queremos pedir ao prefeito?”. Juntamos todos os 10 líderes comunitários e discutimos essa pauta, não é algo de X ou de Y<sup>186</sup>, é algo que traz impacto para a região. É através do Conselho Popular de Vitória que é provocada essa pauta (Entrevistado nº 5).

•Entidade 6: A liderança afirma que a associação não possui parceria com nenhuma instituição. Existe articulação com as associações de moradores da região, principalmente com as dos bairros mais próximo. Conforme o entrevistado, existem mobilizações que são realizadas em conjunto com as associações de moradores da Grande São Pedro e de outras regiões.

Um exemplo claro que eu vou colocar para você ocorreu agora em torno dessa paralisação por parte dos professores que ficaram 52 dias parados. Nós fizemos uma ação em conjunto, saiu até na mídia, em Joana D’arc e tudo, foi a grande Joana D’arc. Tinham quatro lideranças da Grande São Pedro, paramos a Avenida Serafim Derenzi e outros movimentos assim em torno de reivindicação também das [obras dos] OPs que estão atrasadas. A gente volta e meia se reúne, principalmente quando são as grandes prioridades, por exemplo, a de 2007, praticamente essa região todinha foi quase a mesma prioridade, o território todo dando apoio. Geralmente, nós sentamos, conversamos para ver como é que vamos fazer para reivindicar, entendeu? É em torno, principalmente, da área de habitação que ainda é muito carente na nossa região. Hoje mesmo, vai ter uma reunião com três lideranças em conjunto em torno da saúde, nossa unidade de saúde que abrange três bairros. É em torno do horário, um determinado horário, eles estão querendo diminuir a carga horária. Então nós vamos sentar hoje com o diretor para ver de que forma nós vamos gerenciar o horário para a comunidade não ficar prejudicada em si e nem eles, entendeu? Se converge. Então, temos essas ações em conjunto sim (Entrevistado nº 6). Quando é alguma coisa maior. Por exemplo, em prol da Paz. Fizemos movimentos em conjunto em prol da paz porque o índice de violência é muito alto na região, foi uma coisa de Resistência à Comdusa, porque é uma coisa bem mais abrangente. Tem essa necessidade de estarmos nos reunindo sim (Entrevistado nº 6).

<sup>186</sup>Suprimimos os nomes dos bairros citados para garantia do anonimato.

A liderança cita o envolvimento da Associação em novas formas de participação social, neste caso o OP e o CPV, compreendido como mediador das associações com a PMV.

Por exemplo, o CPV, Conselho Popular de Vitória, com o qual a gente sempre está em contato, é um órgão acima das lideranças, porque faz interligação das lideranças comunitárias com o Executivo, com o prefeito (Entrevistado nº 6).

No que tange à assessoria, segundo a liderança, a associação já a recebeu de um advogado, mas de forma particular, pagou com recursos do presidente. A assessoria não é compreendida com teor político e sim como orientação para realizar algumas questões burocráticas.

Isso é reivindicação antiga que a gente tem também, principalmente jurídica, por parte do CPV ou por parte da prefeitura, para nos dar orientação em torno de registro de atas, reformulação de estatutos, e, felizmente, se nós temos algum tipo de orientação, é por conta própria nossa, por nossos próprios recursos e meios políticos privados, e no caso político, pois privado a dificuldade é grande (Entrevistado nº 6).

Quanto ao vínculo com partido político, a liderança afirma que pessoalmente possui, expressando uma relação clientelista com um determinado político vinculado a este partido. O entrevistado expressa:

É bom deixar uma coisa específica também, que não é a associação, é o X<sup>187</sup>, que é o intermédio, entendeu? Porque a associação em si ela é, como que eu diria, ela é soberana, ela não pode ser vinculada a um político só, entendeu, ela é soberana. Os diretores têm liberdade para terem seus políticos também, entendeu? Não tem essa coisa de centralizar em cima de um político só. Hoje é porque a gente tem sustentabilidade por parte de um deputado que nos dá um apoio considerável, então tem o próprio reconhecimento da diretoria em si, entendeu? (Entrevistado nº 6).

Os vínculos com instituições religiosas se dá com a Igreja Católica da região e a Assembleia de Deus.

A associação não possui vínculos com a PMV ou outras instituições estatais, por outro lado esta ausência não aponta para um processo de autonomia da associação, como podemos ver no discurso da liderança:

---

<sup>187</sup> Suprimimos o cargo da liderança para garantia do anonimato.

Agora que nós vamos ter. Acho que agora nós vamos passar a ter, pois, até então, nós não tínhamos acesso não, era bem fechado, agora que através do assessor ligado ao governo que está procurando as lideranças para termos um acesso maior ao governo [...] (Entrevistado nº 6).

•Entidade 7: As parcerias institucionais se dão com o Estado, através do Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI), com a PMV, com realização de projetos como os de alfabetização dado pelo programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde a associação cedia o local para a realização das aulas, e a PMV cedia o professor, e por meio da Administração Regional, dos Postos de Saúde. E ainda com o comércio local.

Possui articulação com as associações de moradores da região, principalmente com a do bairro vizinho, com o movimento de mulheres do bairro, com o CECAIS e com o Ponto de Memória da Grande São Pedro e ainda com o CPV.

Possui envolvimento com a Igreja Católica, através das CEBs e do Grupo de Acompanhamento ao Legislativo, bem como com outras igrejas.

Todas. Porque a gente utiliza para fazer culto, festas, eventos. Todas as igrejas: Batista, Católica, a gente tem essa parceria muito legal. [...] É uma parceria, não chega a ser um vínculo, é mesmo parceria (Entrevistado nº 7).

Em outro trecho do depoimento, o entrevistado expressa:

Eu trabalho com a Igreja Católica, com as CEBs da Igreja Católica. A gente tem uma articulação boa com o próprio GAL (Grupo de Acompanhamento ao Legislativo), ligado à igreja também; movimento de mulheres é a parceira que a gente tem; o “Fonte de Memória” que é um trabalho junto com o PRONASCI, que trabalha a questão social dentro da região, que é o Território da Paz, “Funk da Paz” é um parceiro nosso que trabalha junto à Prefeitura, mas é parceria conosco aqui para desenvolver um trabalho dentro da galera do funk mesmo, direcionando para outra visão o que eles fazem. O próprio CECAIS, que é o Centro Caieiras, que é um grande parceiro nosso também que desenvolvia trabalhos sociais, desenvolvia trabalhos culturais e artísticos (Entrevistado nº 7).

Segundo a liderança, a associação nunca recebeu assessoria. Quanto ao vínculo partidário, se expressa:

O movimento comunitário em si, não. [...] Porque eu tenho um vínculo político. Eu tenho, sou criado em partido, mas o movimento comunitário não (Entrevistado nº 7).



- Entidade 8: Possui parceria com os comerciantes da região. Possui envolvimento com os projetos que são desenvolvidos pelo Estado em parceria com a ONU. Desenvolve trabalhos articulados com todas as associações de moradores da região.

A gente tem um bom diálogo com todas, eu acho que são 10 no total, a gente se articula muito bem com todas elas (Entrevistado nº 8).

A articulação com as outras associações ocorre tanto por conta do CPV quanto por demandas em comum.

Olha, vou te dar um exemplo: recentemente nós, eu disputei o CPV, Conselho Popular de Vitória, nós começamos aqui na Região de São Pedro, unimos primeiro a região nossa, sete [associações de moradores] aqui, e depois partimos para articulação fora. Foram bem poucas as associações daqui da região que não aderiram ao processo, que foram para o outro lado, das dez, eu acredito que só três foram para o outro lado. Então, a gente conseguiu reunir um número bom aqui [...], esse é um dos exemplos. Outros exemplos: quando a gente quer reivindicar alguma coisa que atinge toda a região, não só um bairro, mas, os dez bairros, como linha de ônibus, como foi criada a linha 535, foram todos os bairros que se articularam juntos para poder estar conseguindo, a linha 518. Então, quando é uma coisa que é prioridade em comum para todas as comunidades, a comunidade se une (Entrevistado nº 8).

Sobre os projetos da ONU, a liderança expressou satisfação com os recursos que chegaram para o Estado para o investimento prioritário na região, a fim de que diminua a violência que aflige a comunidade, a partir de projetos na área cultural.

Ontem mesmo, por exemplo, estivemos no Circuito Cultural com a presença do E., um representante da ONU que está trazendo, acredito eu, segundo informações que chegaram aos meus ouvidos ontem, informações bem concretas, que junto está vindo um recurso de 6 milhões para poder ser investido aqui na região da Grande São Pedro na área cultural, na área que conscientize, que diminua um pouco a violência. Então, nós tivemos essa reunião lá ontem, focando a cultura (Entrevistado nº 8).

A liderança afirma que a associação nunca recebeu assessoria, e que o apoio que possuem é de um amigo, formado em advocacia, que auxilia nas questões jurídicas. No tocante ao vínculo partidário, a liderança diz que possuiu vínculo com um partido, mas que agora está sem partido. Quanto ao vínculo religioso afirma possuir com a Igreja Católica.

A relação com o Estado é de autonomia.

Olha, a nossa comunidade aqui, estou falando de X<sup>188</sup>, eu acho que hoje é a mais “barraqueira” que tem aqui na região, porque eu não tenho nenhum cargo comissionado com nenhum vereador, com nenhum deputado, estou desimpedido de fazer qualquer manifestação, ninguém pode me frear, melhor dizendo, a gente parte para conversa, o diálogo é a nossa primeira opção, mas têm momentos que o poder público começa a embargar a gente, começa a empurrar a gente com papo furado. A gente não aguenta, a gente parte para o protesto. Inclusive, esse ponto final que está aqui em frente hoje, ele antes era todo de terra, barro. Na época em que eu era vice-presidente chamei a comunidade, fizemos uma manifestação embargando esses ônibus [...], que são em torno de sete linhas, se eu não me engano, praticamente paramos a cidade de Vitória, parando os ônibus. Demos o prazo de trinta dias, deram os trinta dias e calçaram o ponto final depois de muita batalha. Tivemos também o residencial [...], as obras estavam paradas, para poder reiniciá-las tivemos que fazer uma manifestação também em frente, [a obra] reiniciou, só que agora parou de novo porque a empresa teve um problema e não pode continuar. Então, infelizmente, a gente às vezes é chamado até de “barraqueiro”, mas é o que eles pedem, o diálogo não resolve na maioria das vezes (Entrevistado nº 8).

Diante do exposto neste item, seguiremos com uma compilação dos dados, que nos permitirão tecer algumas considerações.

**Quadro 10:** Parcerias institucionais das associações de moradores.

<b>Parcerias institucionais das associações de moradores</b>	
<b>Entidade Pesquisada</b>	<b>Instituições Parceiras Citadas<sup>189</sup></b>
1	Não possui
2	PMV, Empresa
3	PMV, Empresa, UFES, FAESA, Comércio Local
4	PMV, Comércio Local
5	PMV, Comércio Local, Instituição da Sociedade Civil
6	Não possui
7	PMV, Estado, Instituição da Sociedade Civil
8	Comércio Local

**Fonte:** Produzido pela autora após a pesquisa.

Primeiramente, é importante notarmos, conforme o Quadro 10, que a principal parceira das associações de moradores, atualmente, é a PMV, apenas duas associações afirmam não possuir parceria com a mesma, sendo que destas, ficou claro que uma funciona como mediadora da PMV e dos moradores.

Este dado é significativo, pois aponta para a mudança na relação entre o Estado (sentido restrito) voltada mais para a parceria com a sociedade civil, para garantir o consenso, para o qual se torna fundamental a ampliação da cidadania. Conforme

<sup>188</sup>Suprimimos o nome da Associação para garantir o anonimato.

<sup>189</sup>Todas as vezes que apareceu a parceria com alguma secretaria da PMV, nós aqui nos referimos de forma geral. Da mesma forma o fazemos com empresas privadas e instituições da sociedade civil (que aqui se referem à ONG e OSCIP).

Ferraz (2005), os movimentos sociais no Brasil, que surgiram no período do autoritarismo, contribuíram para a mudança na relação do Estado (sentido restrito) e da sociedade civil, reivindicando, a partir de uma interlocução direta, a participação nos processos de decisão e implementação das políticas públicas.

Em segundo lugar, o aparecimento do comércio local, como parceiro de 50% das associações, pode revelar uma possível influência dos moradores com maior poder aquisitivo sobre os trabalhos das associações.

**Quadro 11: articulação das associações de moradores com outros movimentos sociais**

Entidade Pesquisada	Movimentos Sociais Citados			
	AM*	Mulheres**	Negros	CPV
1	X	X	—	X
2	X	—	—	X
3	X	X	X	X
4	X	X	X	X
5	X	—	—	X
6	X	—	—	X
7	X	X	—	X
8	X	—	—	X

**Fonte:** Produzido pela autora após a pesquisa

Nota:\*Refere-se a Associação de Moradores da região

\*\* Refere-se a Movimento de Mulheres da região

No tocante à relação com outros movimentos sociais populares urbanos, percebemos que todas as associações de moradores da região articulam-se entre si, principalmente quando aparece um objetivo em comum, unindo os interesses de todos os bairros. O que mostra que “[...] as classes populares se organizam numa extrema variedade de planos, segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que os motiva ou segundo algum princípio comunitário que os agrega (SADER, 1991, p. 313)”. Isso pode trazer como resultado que um problema partilhado, constitui-se como elemento potencializador de pressão, aguçando o entendimento da força política do movimento organizado coletivamente. Apesar desse processo não ser por si só suficiente para a consolidação da consciência de classe, certamente propicia insumos substanciais para o amadurecimento do grupo na sua condição própria de um estrato que partilha a mesma condição de carência.

Quando se tratou da relação com “novos movimentos sociais” (Tabela 11), cinco associações citaram manter articulação com os movimentos de mulheres existentes

na região e duas citaram movimentos de negros. Em nenhum momento são citados movimentos sociais clássicos como os sindicatos, e tampouco são apontadas articulações entre os movimentos sociais de forma mais abrangente, de alcance estadual ou nacional. As articulações são, na maioria das vezes, firmadas com entidades locais ou, no máximo, de âmbito municipal a partir do CPV. Diferentemente, a associação de moradores fundadora, apresentou articulação com organizações mais abrangentes a nível nacional, com sindicatos e outros movimentos a nível estadual.

Percebemos então, que os movimentos populares de São Pedro, atualmente, organizam-se em torno de demandas específicas (questões ligadas a gênero, raça e ao local de moradia). Não são movimentos complementares às formas de luta tradicionais da classe trabalhadora (sindicato e partido político), como apontamos com Montaño e Duriguetto (2010). Isso pode ser explicado devido à conjuntura nacional brasileira, já abordada por nós, marcada por mudanças no sindicalismo e partidos da classe trabalhadora.

Todas as lideranças entrevistadas apontaram articulação da associação com o CPV (Tabela 10). O Conselho é visualizado como entidade que interliga as demais instituições, servindo como centralizador das demandas das comunidades e lutas em comum das associações. Entretanto, isso pode estar contribuindo para desarticular ainda mais as associações, dadas as mudanças significativas no CPV. Conforme Herkenhoff (1995), a criação do CPV em meados dos anos de 1980 foi resultado do fortalecimento do movimento popular em Vitória. Segundo a autora, as entidades ligadas a este Conselho tinham como objetivo democratizar as relações sociais e políticas, visando o exercício da cidadania, procurando denunciar a estratégia política do Estado e buscando garantir a autonomia do movimento e a renovação de lideranças. O CPV contou com a assessoria da FASE e do CECOPES, e alcançou na visão deste, alguns avanços como: obter maior reconhecimento e força política, ocupar espaços no poder público - participando de vários Conselhos Municipais - sem perder a autonomia, alcançou articulação tanto a nível estadual – através da FAMOPES – quanto nacional, quando contribuiu com a formação da Central de Movimentos Populares (CMP) em 1993.

A despeito das falhas que havia no CPV, Herckenhoff (1995, p. 155), considera que suas experiências contribuíram com a ruptura de formas tradicionais de organização caracterizadas pelo clientelismo, assistencialismo e autoritarismo, colocando no cenário político uma forma de participação que permitisse a sociedade civil pressionar de forma mais direta o governo para dar prioridade a políticas sociais que fossem do interesse desta. O CPV trazia “[...] um potencial questionador e aglutinador das populações carentes (HERKENHOFF, 1995, p. 155)”.

Entretanto, como mostra Pinto (2007), apesar de o CPV ter sido criado com o objetivo de unificar o movimento popular, ao longo dos anos o mesmo sofreu modificações. De um perfil nos anos de 1980 caracterizado pela autonomia frente ao poder público, para uma postura, nos anos de 1990, de aproximação com o mesmo, decorrente dos canais de participação criados. Segundo a autora, o CPV “[...] tem deixado de ser um operador das demandas da sociedade civil e se transformado em agente cooperador do poder público (PINTO, 2007, p. 5)”.

Apesar de não trazermos os dados na tabela, cabe salientar que apenas três lideranças apontaram o envolvimento das associações com o OP (Entidade 1, 4 e 6), apenas uma demonstrou articulação com Conselho de Saúde (Entidade 6). E um afirmou articulação com as CEBs do bairro (Entidade 7).

No tocante ao vínculo partidário, constatamos que todas as lideranças foram enfáticas em expressar a “autonomia” da associação de moradores. Diferentemente da primeira associação de moradores de São Pedro em que as lideranças expressaram claramente o vínculo com o PT - visto naquela época como partido da própria classe -, e a intenção em levar as propostas deste para a associação. Hoje, o que aparece é a desconexão entre partido e a representação de uma classe, decorrente da cooptação política, das esquizofrênicas coligações e da cultura política gestada no Brasil, em que o político é visto individualmente e não pela ideologia que o seu partido carrega. A dispersão da esquerda brasileira pós-transformismo político do PT é evidente, e o reflexo sobre as classes populares, devastador.

Das oito associações pesquisadas, três não possuem vínculo com partido algum, sendo que em uma destas a liderança expressa que possuía vínculo com o PT, mas que se desfilou do mesmo; duas lideranças foram enfáticas em dizer que o vínculo era pessoal e não do grupo. Destes, uma não falou qual era o partido a que estava filiada e outra afirmou ser do PT; apesar de três lideranças afirmarem que as associações não possuem vínculo com partido, apontam vínculos com políticos de forma individual, sendo que em duas, aparece a figura de um vereador e em uma outra, a de um deputado. Considerando a integridade da liderança e a influência da mesma sobre o movimento, como abordou Herkenhoff (1995), constatamos que cinco associações sofrem influência política de algum partido político.

Sobre o vínculo com instituições religiosas, apenas duas associações afirmaram a inexistência dessa vinculação; três expressaram a manutenção de vínculo tanto com a Igreja Católica quanto com Evangélicas; uma afirmou a existência de vínculo com igrejas, mas não especificou quais seriam e duas expressaram o vínculo apenas com a Igreja Católica. Ou seja, 62,5% (cinco) das associações demonstraram possuir ligação com a Igreja Católica. Esse dado pode ser analisado a partir de duas questões, a primeira aponta para o destaque da religião Católica e Evangélica na sociedade brasileira<sup>190</sup>, e entre as classes subalternas, que continua a ser expressivo. E a segunda mostra uma inversão histórica: atualmente é a maioria das associações pesquisadas que está buscando os espaços da igreja para divulgação dos trabalhos destas, e não como outrora, quando a Igreja Católica, principalmente, recorria a estes movimentos para disseminação de sua ideologia. Ou seja, a Igreja Católica deixou de cumprir um papel de assessoria política aos movimentos

---

<sup>190</sup>Conforme dados do IBGE de 2010, o percentual de pessoas declaradas católicas no Brasil está 64,6%, enquanto o de evangélicas está em 22,2%. Segundo nota divulgada no *site* pelo IBGE “[...] A proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Dos que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e 21,8 %, evangélicos não determinados [...]”. Para termos uma ideia da expressão religiosa entre as classes subalternas, podemos tomar a categoria do emprego no trabalho principal, entre os católicos 20,1% estão empregados sem carteira de trabalho assinada, enquanto entre os evangélicos 20,4%. Se somarmos as variáveis: “não remunerados” e “trabalhadores na produção do próprio consumo” à de “empregados sem carteira de trabalho assinada”, o percentual aumentaria para 26,9% entre os católicos e 23,2% entre os evangélicos. Cabe salientar que não consideramos a variável “conta própria”, o que poderia aumentar ainda mais este percentual. E se tomarmos o número de desempregados certamente o número ficaria mais expressivo (IBGE, 2012a).

populares como o fez na década de 1970-80, conforme mostramos com Doimo (1995).

Quando perguntamos se a associação de moradores recebe ou se já recebeu assessoria, 50% responderam que não e 50% deram resposta afirmativa. Das quatro associações que já receberam assessoria, três tiveram assessoria jurídica, para resolução de questões burocráticas da associação e apenas uma teve assessoria com conteúdo político. Todas que receberam assessoria, a tiveram de forma particular, aparecendo a figura do advogado e do vereador.

A falta de locais da própria classe trabalhadora para buscar assessoria, sobretudo política e jurídica, como havia na década de 1980, abre espaço para que estas associações fiquem vulneráveis a procurarem auxílio com a PMV e com políticos de forma individual. O dado torna-se mais preocupante, na medida em que o conteúdo político destas associações parece estar apontando para uma afirmação de ações clientelistas, de favorecimento político, autoritárias e centralizadoras, historicamente enraizadas na cultura brasileira e que aparentavam ter sido superadas na década de 1980.

A falta de locais da própria classe trabalhadora para a formação política e assessoria jurídica dos movimentos populares e para qualificação de suas lideranças, como havia na década de 1980, abre espaço para que as associações de moradores fiquem vulneráveis a procurarem auxílio do Estado, da PMV e de políticos, de forma individual. O que pode levar à prática de ações clientelistas, de favorecimento político, autoritárias e centralizadoras, historicamente enraizadas na cultura brasileira.

#### **e) As Atividades de Formação**

A ampliação do Estado por uma perspectiva de participação da sociedade civil levou ao desenvolvimento de políticas que visam à parceria e à cooperação desta. Segundo Gohn (2001), até os anos de 1980 a educação não-formal, no Brasil, não ocupava espaço nas políticas públicas, e era pensada como extensão da educação formal, que se desenvolvia em espaços fora da escola. Entretanto, a partir da década de 1990, a mesma passou a ocupar espaço de destaque, tendo como um de

seus campos de atuação o que “abrange a educação gerada no processo de participação social, em ações coletivas” que tenham como objetivo a cidadania (GOHN, 2001, p. 102).

Observamos estas diferenças no interior das associações de moradores da Grande São Pedro, a partir de suas ações educativas. Quando questionamos se a associação de moradores procurava fazer trabalhos de formação/informação junto aos moradores, obtivemos variadas respostas, que apontam para a perda da centralidade política que o termo carregava e era compreendido pelos movimentos sociais nos anos de 1980.

Vejamos como cada liderança das associações compreende esta questão.

- Entidade 1: A formação não é compreendida como conteúdo político. E sim como atividades de educação para a cidadania, por meio da política de educação, estendida para os espaços cotidianos, através do Programa Escola Aberta, o qual é desenvolvido com a parceria da PMV e da sociedade civil, sendo esta chamada a participar, através do voluntariado.
- Entidade 2: Compreende o processo de aprendizado como facilitador para a promoção social. A formação é compreendida como cursos e oficinas, voltados para o mercado de trabalho e para a cidadania

A SETGER faz parte da prefeitura. Ela ajuda assim com oficina para estar incentivando a gente a trabalhar. Funciona lá na Casa do Cidadão [...], a SEMCID que traz cursos, nós formamos um grupo de promotores de cidadania e outras coisas que agora no momento eu não me lembro. Mas, a associação se envolve com muitos programas. Teve a parceria com a Arcelor Mital aquela vez que deu cursos para nós. [...] Agora está esperando formar uma turma para fazer, para formar, um grupo para defesa civil, porque a gente tem contato com a defesa civil. Está montando outro grupo para mulheres que querem aprender corte e costura, só não está montado ainda. Conseguimos a alfabetização no ano retrasado, através da associação. Conseguimos agora o EJA, no qual a gente está estudando à noite. Aos poucos vamos conseguindo as coisas (Entrevistado nº 2).

- Entidade 3: Procura envolver a população local, com projetos de educação não-formal que visam à cidadania e ao protagonismo da população.



A liderança realizou uma ação para escolha da logomarca da Associação feita através de um concurso lançado na comunidade. Formulou o projeto “Momentos emocionantes no bairro”, que visa ao resgate da história de idosos da comunidade. Também realizou o projeto “Adote uma criança”. Segundo a liderança, as pessoas passavam pela rodovia e jogavam brinquedos, então o mesmo tomou a iniciativa de organizar a doação em uma festa comunitária. Entretanto, as pessoas pararam de doar por medo de parar no bairro e a liderança tomou a responsabilidade para si. Mais tarde aliou essa ação a outro trabalho já existente no bairro, feito por uma moradora que servia almoço para as crianças como forma de “pagar promessa”. Então em uma ação conjunta a associação passou a auxiliar a moradora. Posteriormente, a associação passou a fazer o projeto “Dia da criança atrasado e natal antecipado”, pois o evento é realizado sempre no mês de novembro. Neste, a associação promove uma festa comunitária e na ocasião as crianças do bairro recebem brinquedos. Outro projeto formulado foi “Ruas limpas”, no qual a associação organiza gincanas com os moradores para recolher o material reciclável das ruas e depois vende. O valor arrecadado serve para comprar os brinquedos do projeto com as crianças, citado anteriormente. Através desse projeto, a liderança conseguiu uma doação da CST de uma bicicleta de som e através da parceria com a Secretaria Municipal de Serviço (SEMSE) recebeu os sacos para colocar os materiais recicláveis.

À época da entrevista, a liderança estava organizando uma campanha de conscientização para acabar com lixo em terrenos baldios e eliminar possíveis focos de dengue no bairro. Para isso estava com reunião agendada com técnicos da Unidade de Saúde (US), com os quais procurava fazer parceria. Nesta ação, o discurso da liderança demonstrou a falha da PMV de realizar este serviço na comunidade, como se fosse um problema de falta de dinheiro do poder público, retirando a responsabilidade da PMV e colocando na sociedade.

A liderança demonstra muita criatividade para tratar de situações que se apresentam como dificuldades. Mostra como o saber popular agrega valores importantes para a vida em sociedade. Por exemplo, levou para a secretária de meio ambiente a ideia de quando fosse realizar replantio de árvores, que se fizesse contato com a associação, para que a mesma pudesse envolver os moradores, a fim de que

compreendessem, “adotassem” aquela árvore como sendo da comunidade, e assim, contribuíssem para acabar com o problema de furto de árvores no bairro. Também levou a ideia de fazer a coleta seletiva no bairro.

Entretanto, a liderança expressa o olhar de desprezo dos governantes em relação ao saber popular. Aponta que eles se colocam como “detentores do saber”. Em trecho da entrevista afirma:

[...] isso tudo está conversado, mas às vezes eles não dão ideia à líder comunitário, eles não dão corda para a gente, porque a sabedoria é deles, nós não a temos. Eles pensam assim: “para quê dar poder a um líder comunitário?” Tem os vereadores, têm eles que são Secretários, então, a ideia tem que vir deles. Então, às vezes parte muito por aí. Mas assim, iniciativa a gente tem [...] (Entrevistado nº 3).

- Entidade 4: A atividade de formação é compreendida como cursos na área da cidadania. Em um trecho do depoimento isso fica claro:

Através de palestras. [Por exemplo,] segunda-feira agora nós temos uma reunião com a Defesa Civil. Então, [esta] vem falar sobre prevenção de acidentes, [...] chamando as pessoas para serem voluntários, por quê? [Visto que,] nem tudo é dinheiro. Nem sempre devemos esperar para alguém vir fazer para nós. Então, nós estamos preparando agora voluntários para o caso de um acidente na comunidade, o morador mesmo já saber lidar (Entrevistado nº 4).

Mais uma vez o discurso da participação é claramente usado para disfarçar a desresponsabilização do Estado e a responsabilização da sociedade civil.

- Entidade 5: Afirma não fazer atividade de formação, quando esta é compreendida como aprendizado de cidadania. Entretanto, considera que o aprendizado da participação se dá na prática cotidiana.

Agora, formação, eu digo [é] como se fosse um aprender a questão da cidadania mesmo, [...] dos direitos e deveres. Você entender isso, vale a pena participar. Então, assim, essa parte a gente não faz com tanta propriedade. As reuniões são praticamente uma formação, a pessoa vai ali tendo uma ideia e vai formando opinião do que é realmente uma comunidade participativa (Entrevistado nº 5).

- Entidade 6: Não compreende a formação com teor político e sim como ensino técnico.

Fizemos lá atrás, foi um curso técnico [...] até pela Inclusão Produtiva por parte da prefeitura, que fica localizada dentro do nosso bairro, entendeu? (Entrevistado nº 6).

- Entidade 7: Compreende a formação como conscientização de temas ligados aos direitos.

Tivemos discussão com a Secretária de Segurança Pública em relação à violência familiar, com a Pastoral Familiar, tratando dessa relação família e adolescente entre outras (Entrevistado nº 7).

- Entidade 8: A formação é compreendida como conscientização para a cidadania.

A gente tenta trabalhar na formação de moradores mais conscientes. A gente tem projetos na área educativa [...] da reciclagem, eu sou pioneiro viu, eu não, a comunidade, nós somos pioneiros aqui na região da Grande São Pedro, em reciclagem de óleo. A gente coleta o óleo de cozinha usado, passa um pouco para a comunidade, quem quiser, a comunidade tem o hábito de fazer sabão, alguns moradores. [...] Então, a gente passa um pouco para eles e o restante, a maior parte, melhor dizendo, a gente entrega, vende para X (nome de uma empresa). Com esse óleo, como que a gente fez para poder estar aderindo o morador, [para] fazer com que esse morador se interesse em estar trazendo esse óleo? Ele traz o óleo e a gente dá uma figurinha no valor de 25 centavos, [sendo que] essa figurinha tem valor comercial aqui nas padarias mais próximas. O intuito da figurinha é não dar o dinheiro, porque se der o dinheiro, a pessoa compra cigarro, compra cachaça, então, isso a gente já aniquila com a ideia da padaria (Entrevistado nº 8).

A fala mostra a capacidade das classes populares em encontrarem repostas criativas para seus problemas.

Eu estou na igreja católica. A gente trabalha também tentando fazer um trabalho de conscientização. Inclusive a bandeira da Campanha da Fraternidade desse ano é a reciclagem, é a conscientização. A gente trabalha dando palestra ensinando o pouco que a gente sabe e trocando informações (Entrevistado nº 8).

Ao mostrarmos a forma como a atual liderança comunitária da Grande São Pedro compreende o processo de formação desenvolvido pelas suas respectivas associações de moradores, enfatizando que as ações têm sido compreendidas com conteúdo mais voltado para a cidadania, para valores da vida coletiva e - ao que aparenta - perderam seu conteúdo político, presente na primeira associação de moradores da região, não estamos com isso querendo desmerecer estas atividades de educação não-formal. Ao contrário, percebemos a importância das mesmas para gerar valores comunitários. Queremos destacar o quanto é fundamental que a classe trabalhadora busque construir espaços que visem à formação política

contínua das lideranças populares para que estas tenham condições de perceber o conteúdo classista da sociedade capitalista e do Estado, de maneira que suas ações não se tornem esvaziadas do conteúdo político militante.

**f) Os principais desafios a serem enfrentados pelas atuais associações moradores**

Muitos são os desafios que se colocam para os movimentos populares urbanos, mas vemos, conforme Lojkine (1997), que o principal está na forma como estes movimentos percebem o que se coloca por trás do Estado e da desigual distribuição de equipamentos e serviços coletivos. Vejamos, então, quais foram os desafios apontados pelos líderes comunitários para suas respectivas associações de moradores da Grande São Pedro.

- Entidade 1: Para o entrevistado, a demora da PMV em atender as demandas de melhorias do bairro faz com que os moradores questionem a liderança.

Para nós, o que se coloca neste apontamento é mais do que a desigual distribuição de serviços e equipamentos urbanos nos bairros periféricos, evidenciada pela demora no atendimento aos direitos. A questão de fundo, que fica subentendida no discurso, é a culpabilização da liderança, por parte dos moradores, pelo não atendimento da demanda. O olhar dos moradores demonstra a fragmentação do movimento, pois não se percebem dentro deste. A cobrança soa como se a liderança fosse representante do poder público e não da comunidade.

- Entidade 2: Para a liderança, a falta de acesso dos moradores ao bairro, devido a questões geográficas e à precariedade do serviço de transporte público é um dos principais problemas. Outra questão que a liderança expressou foi a falta de condições para pagar passagens, o que faz com que a associação fique afastada de muitas reuniões realizadas pela PMV, dificultando o contato com o órgão público.

Outro problema apontado foi a centralização do trabalho da associação na figura da liderança, que acaba se tornando vitalícia, pois ninguém quer assumir o trabalho. Este apontamento demonstra a importância da formação continuada de lideranças populares. No trecho do depoimento, percebemos o cansaço da liderança, mas a

consciência de que o trabalho não pode parar, de que a organização dos moradores cumpre um papel fundamental na conquista e efetivação dos direitos.

Ela [a associação] só tem um problema. [...] Nós fazíamos a eleição de 4 em 4 anos, [mas] ninguém queria [assumir]. [...] Eu já tentei sair fora da associação, porque eu fiquei muito tempo doente. No período em que eu fiquei doente, é que eles reuniam por eles mesmos. Eu fiquei um ano acamada, só que não deixou de funcionar porque tem dona P., então, eles reuniam. Depois que eu melhorei eu pedi para nós fazermos uma assembleia porque eu queria me afastar. A gente fez a assembleia, deu mais de cem pessoas na assembleia, que [inclusive] eu tenho registrado, [mas,] ninguém quis assumir a associação. Então, para ela não ficar parada eu tive que, mesmo com a minha situação, doente, eu tive que me reeleger e ficar. A gente fez uma [eleição] de 6 em 6 anos para poder [os moradores] pensarem se eles querem, porque não pode parar.

Se a gente reunindo, estão sendo difíceis as conquistas e se parar de vez? Vai piorar. Então, eu tenho que fazer outra eleição agora em 2012, 13 de junho de 2012, [mas,] se não tiver ninguém para assumir, eu vou ter que ficar até o dia que eles pensarem direito e pegar a associação, porque as pessoas têm medo. Porque a gente não ganha nada com isso, nem a passagem. Antigamente, o ano passado tinha passagem, eles [a PMV] davam passagem para a gente, para eu ir a reuniões para a gente participar. E agora a gente não tem nada. Se você não tiver o dinheiro da passagem, você não tem como reunir. A gente ia sem condição de nada, entendeu? Dizem que existe uma verba para estar ajudando as lideranças, mas, se existe, eu nunca soube, não consigo entender, não consigo achar, não sei aonde está, entendeu? Então, a gente perde muitas reuniões, a gente perde muito de participar de várias coisas importantes - porque tudo é importante - por falta de condição. A não ser que eles venham, porque eles têm carro, porque para [agente] sair é difícil (Entrevistado nº 2).

- Entidade 3: Para a liderança, a mudança de moradores no bairro é um problema, pois, a associação realiza um processo de “conscientização” com determinado morador e depois este se muda, tendo a associação que começar novamente. Apesar de a conscientização não ser entendida pela liderança com caráter de classe, restringindo-se à questão da cidadania, vemos um problema que é o não enraizamento dos moradores no local. Já na pesquisa de Herkenhoff (1995, p. 150) foi apontada a rotatividade dos moradores, como um problema na região, pois, muitos moradores que participaram da construção da história desta localidade já não se encontram mais no local, dificultando a criação de uma cultura que expresse a identidade do povo.

Para nós fica a questão: - o que tem levado os moradores desistirem de morar na localidade? Seria devido à dificuldade a acesso de bens e serviços públicos, de forma que quando o morador alcança meios de morar em um local que lhe apresenta melhores condições, o mesmo migra?

A liderança também demonstra como obstáculo, o descaso do Estado na oferta de equipamentos e serviços coletivos, como o meio de transporte. A liderança expressa que os moradores já tiveram que realizar um bingo, para conseguirem verba para a compra de parte de um terreno particular, que impedia a passagem de um micro-ônibus que estava sendo reivindicado pela comunidade e que a PMV colocava empecilho dizendo que a rua não tinha largura suficiente para a passagem do mesmo.

A luta pelo direito ao transporte público reflete a luta por um direito fundamental, o de “ir e vir”, que é negado aos segmentos empobrecidos da classe trabalhadora, já que geralmente estes não possuem outros meios de locomoção. Ou seja, além de pagar valores altos pelo serviço, através da tarifa cobrada na passagem, ainda assim, ficam sujeitos à ausência ou precariedade na oferta de tal serviço.

Para a liderança, um dos grandes desafios da associação é conseguir envolver os moradores, pois os interesses particulares prevalecem.

Então, é muito difícil porque as pessoas não colaboram com outras. Ela [a pessoa] vai ao que interessa a ela. Se o assunto não interessa a ela, ela não vai. Se eu tenho um assunto que 10 pessoas se interessam, ali estão as 10 pessoas. O outro não vem colaborar e isso me entristece muito, porque eu falo: “gente vocês não sabem a força que vocês têm” (Entrevistado nº 3).

Em outro trecho do depoimento, a liderança expressa a dificuldade de articulação dos movimentos populares urbanos, pois, ao alcançar as conquistas antes almeçadas, o grupo se desarticula, o que nos remonta às análises de Cruz (2010).

Mas, eu acho talvez mais fácil aquele movimento do que hoje [falando da época de formação do bairro], porque antes, é o que eu falei, antes a necessidade era do coletivo. Todo mundo precisava de água, então, todo mundo ia atrás da água. Todo mundo precisava de energia, de transporte, de terra, de lixo. Então, era muita gente que participava das coisas: “vamos virar aquele ônibus”, ia todo mundo, “vamos fechar a rodovia”, ia todo mundo, porque todo mundo precisava da mesma coisa. Hoje não. Então, eu acho que foi mais fácil esse movimento lá, do que hoje. Porque hoje, quem está lá na sua casinha com seus negócios direitinho, não está nem aí. [...] Então, hoje é mais difícil isso daí, porque hoje os interesses são diferenciados [...] (Entrevistado nº 3).

Para a liderança a desmobilização dos moradores dificulta o processo de luta por melhorias no bairro. Esse ponto fica explícito no trecho do depoimento:

[...] outra coisa é essa falta de participação do morador, que isso emperra muito. Eu acho que falta um pouco, porque se o morador participasse mais, a gente teria mais coisa, porque pela união, porque é só através da união que a gente consegue realmente que os nossos objetivos sejam atendidos (Entrevistado nº 3).

- Entidade 4: Para a liderança, o principal desafio hoje da associação é decorrente da falta de um espaço próprio da associação, que gera instabilidade uma vez que precisa conseguir recursos para o pagamento do aluguel, visto que as doações feitas pelos moradores não são fixas.

Outro desafio apontado pela liderança é conseguir conquistar a confiança dos moradores, para alcançar a mobilização necessária.

[...] Então, a gente tem esses desafios, sabe? Ficar provando para o morador que você tem conhecimento de causa e que você está ali para servir, para atender, para representá-lo (Entrevistado nº 4).

- Entidade 5: A liderança coloca os obstáculos atuais como sendo as conquistas que a associação tem buscado alcançar.

Número de rua que não foi posto ainda; número de casa que ainda não foi feito; o campo [...] ainda é um espaço em construção; [...] calçamento; [...] seria a construção de uma praça na antiga unidade de saúde; o asfaltamento que ainda não saiu; os números [das casas] que ainda não estão batendo; e, a obra da orla [...]. São estes obstáculos que a gente enfrenta (Entrevistado nº 5).

Entretanto, no mesmo trecho do depoimento, faz uma denúncia da falta de participação da associação para pensar alternativas e melhorias para a região, por exemplo com a questão do desemprego no bairro, colocando como desafio a oportunidade de emprego para os jovens não ficarem vulneráveis à ação do tráfico de drogas.

A própria falta de oportunidade também de discutir melhorias para região; quer dizer, tem obras que é da região e você não consegue absorver essa mão-de-obra também, isso gera muitos problemas com o tráfico, entendeu? O pessoal fica ocioso, os jovens que não têm oportunidades. Esses são os problemas que a gente tem enfrentado no dia-a-dia (Entrevistado nº 5).

Entidade 6: A liderança também aponta o desemprego na região como um dos grandes desafios da associação. No mesmo trecho, o entrevistado também expressa a falta de acesso das classes populares à educação superior pública.

Os obstáculos de agora são mais por uma qualidade de vida mais específica, é muita demanda para pouco emprego. A maior dificuldade hoje é emprego. Como está a juventude? Os cursos em si, a inserção do jovem no mercado de trabalho através de uma especialização está muito difícil, [pois,] a demanda está muito grande. O próprio ensino público está falido, a verdade é essa. Hoje, o que você vê é que quem tem condições está preferindo fazer uma faculdade privada a pública. O que é público, o que seria público para nós hoje de qualidade tornou-se privado. Poucos têm acesso à UFES. [...] Os cursos de grande expressão na UFES, são praticamente para quem tem condições realmente de vida e de manter-se. A parte da classe média baixa para pobre, os que têm acesso à UFES hoje, [o tem] através do ENEM, graças a Deus; e [em] cursos sem muitas expressões no mercado de trabalho. A verdade é essa: está saturado; a demanda está sendo grande, está saturado (Entrevistado nº 6).

- Entrevista 7: Reportando-se aos principais obstáculos enfrentados pela primeira associação de moradores da região, a liderança mostra que as autoridades da época não queriam a organização. Para ela esse obstáculo continua, entretanto com particularidades diferentes.

[...] Agora ele [o obstáculo] mudou de sentido, muitos não querem mostrar que X<sup>191</sup> cresceu e que a população se desenvolveu em vários sentidos, que ele [o bairro] não é mais aquele coitadinho que jugavam que fôssemos. Hoje não! [Porque] nós temos a autoestima elevada e sabemos debater de igual para igual com qualquer outra pessoa. Mas, não perdemos a nossa força de lutar, de nos indignar e de fazer barricada na rua se for necessário para buscar os nossos direitos (Entrevistado nº 7).

Na continuação do depoimento, percebemos a natureza dos movimentos populares urbanos e a limitação que os mesmos possuem. A liderança expressa que o principal desafio que se coloca para a associação é vencer a neutralização que o Estado produz ao colocar para a comunidade a participação direta, apontando a contradição desse processo. Ao mesmo tempo em que significa um ganho para a classe trabalhadora, fragiliza esta classe no processo de organização.

A associação de moradores hoje não tem aquela força que tinha antes. Hoje, a população não precisa dela para reivindicar mais nada, tudo ela própria pode pedir. É uma vitória, mas, assim ela perde força. Isso é uma força que as autoridades têm: a de tentar neutralizar a associação (Entrevistado nº 7).

---

<sup>191</sup>Substituímos o nome do bairro para garantir o anonimato.



- Entidade 8: Para a liderança o principal desafio da associação está na negociação política que o espaço implica.

Os obstáculos atuais são, por exemplo, dentro da própria política da prefeitura. Se você for de um lado que cede muito à prefeitura você, às vezes, consegue um pouquinho de coisa, mas, a prefeitura pode te olhar e falar bem assim: “ah! o X é parceiro, [então,] depois a gente o atende”. Ou se você for muito do contra também: “ah! aquele cara ali está pegando muito no meu pé, não vou atendê-lo não”. Então, você tem que ter um jogo de cintura e estar no intermediário; ser parceiro, mas deixá-los entender que a qualquer momento você pode explodir e virar inimigo (Entrevistado nº 8).

A liderança expressa com muita propriedade um dos principais desafios que, historicamente, põe-se para a classe trabalhadora organizada qual seja a cooptação política, demonstrando inclusive os velhos ranços da política brasileira, marcada por favoritismos. Consegue perceber o importante papel das lideranças e como a cooptação destas pode contribuir para a desarticulação do movimento. Nesta mesma fala demonstra como a mídia pode contribuir para abafar as manifestações populares, e, portanto servir ao capital e mais abaixo expressa a contradição apontando a mídia como instrumento de pressão para alcançar as conquistas almejadas pela comunidade.

Por exemplo, os meios públicos hoje estudaram uma forma de abafar essas manifestações políticas que têm. Hoje, o prefeito, a prefeitura pega um líder comunitário que tem o costume de ser “barraqueiro” vai lá e oferece um cargo ou alguma coisa e [isso] é uma forma de calar, e você calando o líder, você cala a comunidade. A FAESA, por exemplo, antes de vir para São Pedro, todo dia praticamente estava na televisão crimes daqui, crimes dali, [mas] depois que a FAESA chegou já parou de passar, mas, continua morrendo gente em São Pedro. Agora esse programa, depois que o Lula veio para cá e trouxe incentivos até financeiros para poder melhorar, para pacificar a região, melhorou, você vê mais policiais no bairro, mas pode melhorar ainda mais. Agora, as comunidades [...] se ninguém abafar, elas vão continuar fazendo intercâmbio porque, na maioria das vezes, você vai lá pede socialmente, pede através de um ofício, pede verbalmente, [mas,] não é atendido, então fica assim, as comunidades sendo embargadas. Agora se tiver um líder atuante, ele vai manifestar que está insatisfeito, vai procurar a imprensa, vai procurar fechar rodovia, parar ponto final como eu já fiz algumas vezes. Isso é natural acontecer (Entrevistado nº 8).

Ao mesmo tempo, a fala da liderança, abaixo evidenciada, expressa a limitação da consciência no nível da reivindicação, pois não consegue ter clareza dos interesses da classe trabalhadora como sendo seus. A luta fica limitada ao corporativismo como mostrou Gramsci, na pequena política, pois não há percepção da luta da classe trabalhadora.

As greves acontecem hoje, por quê? Porque [os trabalhadores] estão insatisfeitos com o salário, insatisfeitos com isso ou com aquilo. Recentemente teve a greve dos professores e nós fizemos a manifestação lá na Rodovia Serafim Derenzi, em Joana D'arc. Fechamos a Rodovia, não defendendo os professores ou a prefeitura, mas defendendo que as aulas voltassem logo e que se fossem tomadas algumas providências. Como se diz, o espaço público como está hoje? As escolas estão “caindo aos pedaços”. Então, eu acho que é natural a manifestação (Entrevistado nº 8).

Como vimos, a riqueza da experiência do movimento popular apresentado, nos aguça o interesse pelo aprofundamento analítico de questões que expressam os avanços e retrocessos, os impasses, os desafios e a ousadia dos sujeitos que, mesmo com as suas contradições buscam a superação da tragédia que se coloca na luta pela sobrevivência diária. A ciência pode ser uma aliada importante, e portanto o seu uso para decifrar a realidade aparente e na potencialização desses sujeitos na busca do “inédito viável”, conforme Freire (1974), torna-se uma exigência e uma condição política essencial no exercício intelectual comprometido..

## 5 CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar o desenvolvimento de uma prática socioeducativa que consubstanciou a história de luta e de sobrevivência de uma parcela dos segmentos populares da classe trabalhadora. Trata-se das ações desenvolvidas pelas associações de moradores da região da Grande São Pedro. Buscamos refleti-la no seu potencial transformador, mas também naquilo que incorpora dos traços de conservadorismo herdado da cultura política brasileira.

As ações organizativas das associações de moradores da região da Grande São Pedro têm, no geral, refletido o cenário nacional dos movimentos sociais, marcado por um período - do final dos anos 1970 aos anos de 1980 - de efervescência e aparecimento dos movimentos sociais urbanos, que contribuíram para a ampliação da cidadania e que atualmente, tem sido caracterizado como um momento de refluxo dos movimentos sociais, sobretudo dos populares urbanos. Ou seja, visualizamos um quadro de esvaziamento nas ações políticas por um viés crítico das atuais associações de moradores da Grande São Pedro. A afirmação encontra respaldo quando retomamos a história de luta da primeira organização popular no local.

No que tange à motivação que levou à organização do primeiro movimento popular do bairro São Pedro, constatamos a luta pela ocupação do solo urbano. A aparente espontaneidade na formação do movimento popular nos levou a procurar conhecer a liderança da época. Apuramos então que a mesma carregava um histórico de envolvimento com formas tradicionais de organização da classe trabalhadora (sindicato) e que possuía forte vínculo com a Igreja Católica.

Todavia, para além do histórico da liderança, constatamos que foi a insatisfação dos moradores frente às desigualdades sociais - concretizada na luta pelo solo urbano para garantia da moradia e, posteriormente, na luta por serviços e equipamentos coletivos - que levou à organização do movimento popular. A configuração da identidade do movimento popular foi construída no processo de vivência das carências, dos sofrimentos e dos interesses em comum. A lição do coletivo nas lutas

foi marcada por forte resistência e aprendizados de estratégias políticas para a conquista dos objetivos almejados.

Guardando particularidade em relação a outros movimentos populares de bairro, não foi a ala progressista da Igreja Católica a grande impulsionadora da organização dos moradores, o que significa que, em São Pedro, o processo de formação do movimento preservou sua autonomia em relação à Igreja.

Entretanto, o movimento buscou apoio da Igreja, considerado pelas lideranças como fundamental para qualificação política de suas ações. A metodologia da educação popular que chegou até os moradores estava balizada na proposta difundida pela Igreja, fundamentada no método “ver, julgar e agir”, que consistia em observar as situações da realidade, refletir sobre as mesmas, para então retornar para a realidade com uma ação mais qualificada. Foram as reflexões acerca de sua realidade, a reflexão coletiva de estratégias de ação que fundamentaram os trabalhos do movimento.

Em nossa análise, o aprendizado político proporcionado na prática organizativa do movimento popular de São Pedro, num primeiro momento, ocorreu a partir da concepção freireana da educação libertadora, ainda que seus protagonistas não tivessem consciência desse processo. A prática pensada, discutida, refletida coletivamente levava os moradores a desvelarem aspectos importantes da realidade, contribuindo para a ação do movimento, ainda que os objetivos almejados fossem imediatos e a perspectiva da transformação social não tivesse no escopo. Aqui, visualizamos a distância da forma como a educação popular chegou até os protagonistas do movimento popular de São Pedro, como uma maneira de, coletivamente, traçarem estratégias para alcançar os objetivos imediatos e o amplo significado de uma concepção metodológica da educação popular, em que a teoria crítico dialética fosse tomada como base para pensar a prática política do movimento popular por uma perspectiva da transformação social, tal como almejavam os elaboradores desta concepção, ou seja, os intelectuais orgânicos da esquerda marxista latino-americana.

Por outro lado, é importante destacar o envolvimento da liderança na formação do Partido dos Trabalhadores. A representação do partido, como intelectual orgânico coletivo na direção e unificação das lutas dos movimentos sociais ficou clara no discurso das lideranças. A imagem de um partido genuinamente nascido do povo mostra o alcance do mesmo junto às classes populares.

Para além da evidente importância da organização popular para a configuração espacial da região da Grande São Pedro, consideramos que esta ocorreu por um processo contraditório. Pois, se por um lado, a ação organizada do movimento popular contribuiu para a configuração do espaço - tanto através da ocupação do solo, das construções dos barracos, das demarcações das ruas e separação de espaços para a construção de bens coletivos, quanto por meio da pressão ao Estado no que tange à oferta de serviços e equipamentos públicos - por outro, a ação do Estado ocorreu não só devido a esta pressão do movimento popular, mas também como estratégia de contenção do mesmo e como estratégia de conseguir apoio político. E ainda como forma de conter as críticas decorrentes do estereótipo de pobreza veiculado pela mídia local.

A tensão causada pela resistência e organização popular na ocupação, levou o Estado a reorientar sua estratégia de ação. A princípio, respaldada pela coerção (típico de ditaduras) através da violência institucional na época de derrubada dos barracos. A correlação de forças levou o Estado a ceder ganhos ao movimento popular para manter o consenso.

Outra contradição observada foi quanto ao papel da mídia, que em alguns momentos, pôde servir à classe trabalhadora. Neste caso, serviu para denunciar a miséria da população local, o que levou o Estado a realizar ações de melhorias na localidade, ainda que o intuito fosse manter uma imagem positiva junto à sociedade civil.

O aprendizado político proporcionado tanto pela inserção no movimento popular quanto pelo envolvimento da liderança em outras formas de organização política da classe trabalhadora e ainda pela participação de constantes encontros de formação teórico-política em diversos espaços construídos pela classe, são fatores

importantes para fundamentar nossa análise de que as lideranças pesquisadas, relativas à primeira organização, alcançaram a consciência crítica, sendo capazes de perceber as desigualdades geradas pelo sistema capitalista como produto das relações pautadas na exploração da classe dominante sobre a classe trabalhadora. Desta feita, a percepção do Estado como instituição classista, que em sua essência responde aos interesses da classe dominante ficou clara no discurso das lideranças, principalmente, quando anunciaram a cooptação política como o principal obstáculo para o movimento popular.

Por outro lado, não podemos fazer a mesma afirmação no que tange à base do movimento popular, o que demandaria pesquisa mais qualificada, porém o que este estudo possibilitou nos permite afirmar que a formação da consciência crítica limitou-se à liderança. Um dos indícios para este apontamento decorre da centralização da organização na figura das lideranças entrevistadas e da referência que as mesmas se tornaram para as outras associações que iam surgindo o que nos leva a indagar se a mudança da liderança do bairro pode ter contribuído para um recuo nas ações políticas das associações de moradores numa perspectiva crítica. E isto nos leva a uma questão mais abrangente: qual o papel das lideranças (enquanto intelectuais orgânicos) nos movimentos sociais?

Sabemos que o papel da liderança, enquanto intelectual orgânico no sentido gramsciano, é guiar, direcionar, conduzir a base nas lutas do movimento social, a partir de uma relação que proporcione o envolvimento e participação das mesmas nos processos de lutas e decisórios. Entretanto, a relação entre o intelectual-massas é bastante complexa, muitas vezes marcada pelo distanciamento entre os mesmos. Uma das formas encontradas pelos movimentos sociais para vencer esses limites e tornar a participação mais democrática, tem sido a renovação das lideranças, a partir de um rodízio, em que todos os integrantes possam ter oportunidade de ocupar a posição de liderança. Outra maneira é buscar garantir uma prática democrática nos processos decisórios, a partir da participação de todos.

Entretanto, as experiências pesquisadas demonstram como a relação liderança comunitária-moradores, simbolizando a relação intelectual orgânico-base, é contraditória. O que constatamos, por exemplo, na primeira experiência do

movimento popular do bairro São Pedro foi a tendência de centralização da figura da liderança comunitária. Mesmo que as lideranças pesquisadas tenham demonstrado uma postura democrática que procurasse a participação dos moradores nos processos decisórios e de lutas, o discurso das mesmas mostrou como os moradores tinham uma representação paternalista da figura da liderança. Isso ficou evidente quando as lideranças entrevistadas afirmaram que mesmo com a eleição de outros presidentes, as mesmas continuavam a ser a referência para o movimento.

Estas reflexões nos fazem questionar não só como deve ser a postura da liderança no movimento social, mas, principalmente, como garantir a participação da base e a renovação de quadros de liderança. Partimos da hipótese de que uma prática fundamentada pela educação popular, que procure oportunizar a formação política e o preparo técnico-político de todos os integrantes do movimento popular para desempenhar quaisquer funções no interior da organização, pode contribuir para vencer estes desafios. Além disso, pensamos sobre a introjeção de valores históricos da cultura brasileira, que reatualizam e perpetuam uma prática política excludente e centralizadora.

Outras ações de formação político-pedagógicas proporcionadas pela primeira associação de moradores, a serem destacadas foram: a criação do jornal do bairro “Grito do Povo” e da rádio comunitária, a formação da escola “Grito do Povo” e a organização da cooperativa dos catadores de materiais recicláveis.

O jornal trazia questões importantes para problematizar as situações de vida dos moradores e as questões políticas pelas quais o Brasil estava passando naquele período, a partir de uma postura questionadora, demonstrando a percepção de que o movimento comunitário assumia um posicionamento político mais abrangente, que ultrapassava as questões locais. A criação, posteriormente, da rádio popular mostrava a expansão das atividades do movimento comunitário e a alternativa do mesmo se fazer ouvir em momentos importantes para a comunidade.

A Escola “Grito do Povo”, para além de simbolizar a força política do movimento em criar e administrar um espaço, pelos moradores, mostra o envolvimento dos mesmos

e a importância que davam para a educação escolar. A postura do Estado, em não só institucionalizar a escola, mas a forma como desenvolveu este processo, procurando substituir os moradores que estavam envolvidos na administração da mesma, bem como trocando o nome da escola, mostram a importância que um sistema educativo possui no que tange à formação cultural, por uma perspectiva também ideológica. A mudança do nome da escola, em nossa análise demonstra a estratégia do Estado, enquanto representante da classe dominante, em procurar desvalorizar a cultura popular, apagando resquícios da história de luta da comunidade. Afinal, o que significaria hoje, mais de trinta anos depois, os moradores daquela região se depararem com a placa: “ESCOLA GRITO DO POVO”? Certamente, a ação não foi impensada, a suposta neutralidade do Estado fica descartada diante da evidente orientação ideológica.

A criação da cooperativa dos catadores de materiais recicláveis expressou a consciência dos moradores na força que a união dos mesmos trazia. Ao mesmo tempo, mostrou o interesse individualizado na obtenção do lucro. Expôs, assim, os limites de uma cooperativa em um processo de concorrência mercadológica. Demonstrou os ganhos e os limites decorrentes da ação do Estado: por um lado infraestrutura e melhores condições no processo de trabalho, por outro, a ação clientelista e a cooptação de lideranças importantes.

Apesar de nossa sucinta análise sobre a experiência precursora de movimento popular de bairro, na Grande São Pedro, ter sido realizada propositalmente de forma a resgatar os aprendizados que uma organização popular pode proporcionar e o alcance que as lutas podem ter, não significa que estamos supervalorizando esta experiência. Ao contrário, temos clareza dos limites que este tipo de organização possui e isso pode ser constatado nas práticas do movimento, nas quais ficou evidente a dificuldade para a formação de uma consciência de classe, que ultrapasse os interesses corporativistas das lutas imediatas, bem como as limitações que os movimentos populares urbanos possuem na visualização do que está subjacente à ação do Estado, no processo desigual de distribuição de serviços e equipamentos coletivos e na garantia dos direitos. É notória a dificuldade de compreensão dos ganhos conquistados pela pressão da classe trabalhadora e concedidos pelo Estado como meio para garantir o consenso, visando à hegemonia



da classe dominante na sociedade capitalista. Tal dificuldade decorre da complexidade de transformações de valores culturais, tão presentes e enraizados na cultura política brasileira, como o patrimonialismo, o clientelismo, a cooptação e o favoritismo, dentre outros.

O que objetivamos com esta análise da história de lutas da primeira organização popular da localidade foi mostrar que a mesma reproduziu um ciclo participativo em nível local, fundamentado na luta dos moradores por transformações locais e pelos direitos sociais ainda que não tenha chegado a atingir uma concepção da luta política que expressasse a contra-hegemonia por uma perspectiva de preparação para a ação revolucionária da classe trabalhadora. Tal como o ciclo participativo processado pela classe trabalhadora brasileira, sobretudo, na década de 1980, culminou em um processo de ampliação da cidadania. Concluímos que o ciclo participativo que ocorreu na formação da Grande São Pedro foi importante para afirmação da cidadania dos moradores da localidade, que representam parcela das classes populares.

Apesar de os dados da pesquisa revelarem que estas experiências possivelmente contribuíram para a formação de uma cultura política local caracterizada pela participação coletiva dos moradores, ao que parece este ciclo foi rompido. Pois, ainda que tenhamos percebido pontualmente, a herança de uma participação-reivindicativa na ação de algumas lideranças comunitárias, observamos que os espaços das atuais associações de moradores têm reproduzido os discursos de uma participação individualizada, produzida pelo projeto neoliberal. Tal análise é importante, pois, pode deixar pistas para a compreensão do quadro atual de lutas da classe trabalhadora.

Semelhante ao primeiro movimento comunitário, constatamos que as razões que motivaram o surgimento da maioria das outras associações de moradores da região decorrem da oferta de serviços e equipamentos coletivos. Isto fica evidente nos principais temas tratados nas reuniões ligados a questões infraestruturais, à habitação, ao transporte público, à saúde e à educação. A única motivação diferenciada da primeira associação foi em relação à ocupação do solo, podendo ser

explicada pelo período histórico, dado que as outras associações foram formadas com este processo já consolidado.

Diferentemente da primeira associação, permeada por um espírito de solidariedade, o processo de fragmentação começa a ser potencializado na região, à medida em que constatamos o surgimento de mais de uma associação por bairro. Além disso, começa a transparecer um processo de desmobilização das associações atuais, visível tanto em relação a periodicidade das reuniões quanto ao envolvimento e participação dos moradores nos trabalhos.

Comparando à primeira associação, constatamos transformações na relação das associações atuais com o Estado (sentido estrito), bem como com outras instituições da sociedade civil. A primeira possuía uma relação mais autônoma em relação ao Estado e forte aproximação com a ala progressista da Igreja Católica, partido político e outros movimentos sociais da classe trabalhadora.

As associações atuais, apesar de apresentarem articulação com outros movimentos sociais, esta ocorre de forma mais localizada nos bairros da região. Não há articulação com movimentos mais abrangentes. A principal articulação de todas as associações de moradores é com o CPV. Constatamos que a relação das Associações atuais, em sua maioria, com o Estado é de parceria. Isto nos faz pensar sobre a ampliação do Estado por uma perspectiva de participação da sociedade civil, levando-o ao desenvolvimento de políticas que visam à parceria e à cooperação desta para manutenção do consenso.

Há um processo de autonomização das associações atuais em relação a instituições religiosas, o que mostra a mudança nos interesses, sobretudo, da Igreja Católica que trazia uma perspectiva política mais próxima dos movimentos populares, na década de 1980.

Existe uma contradição na relação com os partidos políticos. Apesar de as lideranças fazerem questão de demonstrar a autonomia das associações atuais, a maioria apresentou o partidarismo individual. Além disso, constatamos que o PT perdeu a centralidade que possuía na década de 1980.

O contexto histórico atual marcado pela hegemonia neoliberal e orientação do Estado brasileiro neste sentido, contribui para um retrocesso na participação social da sociedade civil brasileira pensada - na década de 1980 - por uma perspectiva de luta pelos direitos sociais e de ampliação da cidadania, para uma perspectiva de responsabilização da sociedade civil e ações estatais focalizadas. Os rebatimentos desta orientação neoliberal sobre as ações político-pedagógicas dos movimentos populares são visíveis. As ações educativas das associações de moradores de São Pedro demonstram o esvaziamento do conteúdo político classista. São orientadas por uma perspectiva da educação não-formal, voltada para a cidadania. A contradição dessas ações está no fato de que trazem ganhos para a comunidade, ao mesmo tempo, mistificam o conteúdo classista da sociedade, a desresponsabilização do Estado neoliberal ou a focalização no trato do social e da responsabilização da sociedade civil.

Para nós fica claro que a ausência de espaços da classe trabalhadora brasileira para a formação teórico-política, tem rebatimentos devastadores para os movimentos sociais populares urbanos, organizados pelos segmentos populares da classe trabalhadora. Estes movimentos, por natureza, possuem contradições que dificultam a visualização dos interesses de classe, e conseqüentemente, o processo de formação de uma consciência crítica. Pois suas lutas ficam no campo da pequena política, ressaltando os interesses corporativistas, de fragmentação da classe.

A ausência destes espaços como meio para buscar a formação de uma cultura política que corresponda aos interesses da classe trabalhadora, abre espaço junto às classes populares para o domínio do senso comum, marcado por interesses difusos, pois traz elementos introjetados da classe dominante. O investimento ideológico da classe dominante tem demonstrado o quanto a ideologia é importante para a manutenção da hegemonia capitalista.

Se quisermos criar uma cultura popular nacional, que leve a um processo de contra-hegemonia capaz de forçar uma ruptura com o sistema capitalista, é necessário retomar os espaços para difusão da proposta da educação popular, para instrumentalizar e qualificar os movimentos sociais. Entretanto, temos que vencer

alguns desafios que nos colocam na relação intelectual-massa, liderança-base. E quanto ao papel da educação na formação da consciência crítica.

Destacamos o papel que, na atualidade, as universidades públicas, enquanto espaço que agrega grande contingente de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, poderia cumprir junto aos movimentos sociais urbanos no que tange à educação popular.

Nesse sentido, é preciso estudos mais específicos sobre esta questão. Talvez possamos encontrar algumas pistas que aqui vamos esboçar muito superficialmente, sobre a experiência do MST. Apesar de algumas dificuldades e contradições apresentadas por Mattos (2009) o que tem sido mais enfatizado sobre o movimento são suas potencialidades. Observamos um esforço dos militantes com a formação cultural, sobretudo, com a educação. Não só em processos de educação popular e formação teórico-política de lideranças, o que sem dúvida alguma é fundamental, como já apontamos desde o início de nosso estudo. Mas, também no investimento educativo formal e aqui não estamos nos referindo apenas à Escola Nacional Florestan Fernandes, que rompe com os limites impostos pela institucionalização do ensino público formal na sociedade capitalista e por isso consegue desenvolver neste espaço, a educação popular.

Citamos aqui, experiências da apropriação de espaços das Universidades Federais na formação de militantes do MST para o fortalecimento do movimento e para romper com a lógica capitalista. Como exemplo, podemos citar ainda o curso de Serviço Social da UFRJ que iniciou em 2011 a primeira turma voltada para os militantes do MST; o curso de Pedagogia da Terra na UFES, com a primeira turma aberta em 1999 e a segunda em 2003, voltado para a formação de educadores (militantes) das escolas de ensino básico presentes nos assentamentos do MST; o curso de pós-graduação em Economia Política, na UFES em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, com a primeira experiência em 2006, para militantes dos movimentos sociais, destacando o MST.

Estes apontamentos nos trazem algumas inquietações sobre o papel da educação no processo de contra-hegemonia, ou seja, na luta pela transformação social. Não

haveria uma ampliação dos espaços da educação popular, na medida em que os movimentos sociais, representados aqui pelo MST, passam a ocupar espaços formais? Quais os limites desse processo? Em que medida os espaços das Universidades Públicas, quando potencializados pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora brasileira poderiam cumprir junto aos movimentos sociais, na oferta não apenas de seminários para retomar o debate da educação popular, mas principalmente, através dos projetos de extensão e pesquisa que podem aproximar a teoria crítica aos militantes dos movimentos e ainda na ampliação de cursos com turmas especiais como nas experiências citadas?

Talvez estas experiências possam contribuir para qualificar as ações dos movimentos populares urbanos e para romper com a consciência alienada. Já que ficou evidente com as experiências das associações de moradores da Grande São Pedro, como é difícil romper com a consciência alienada. Mesmo inseridos em organizações coletivas que os colocam em contato com outras que vivenciam as mesmas situações de opressão, a maioria das lideranças atuais demonstrou uma consciência que os distancia da essência desta realidade pautada na exploração de classe, que fica escamoteada pelo Estado ao cumprir a função de ofertar e distribuir os serviços e equipamentos coletivos.

A reificação decorrente do sistema capitalista faz com que a práxis realizada por estes sujeitos acabe ficando no nível de transformações imediatas, sendo o que Kosik (1976) chamou de práxis utilitária cotidiana, ou seja, aquela que é produto do senso comum, na qual os aspectos fetichizados são apreendidos. A forma com que se apresenta o fenômeno de desigual distribuição de serviços e equipamentos coletivos devido à falta de interesse do Estado é tomada como real explicação, bastando buscar junto a este, as condições necessárias para melhoras na qualidade de vida. A essência do fenômeno perpassado pela exploração de classe fica escamoteada.

Vimos que como parte integrante da práxis, a educação contribui para o processo de conscientização do ser social na luta pelas transformações necessárias para sua emancipação, que como abordamos só poderá lograr êxito se realizada no sujeito coletivo. Entretanto, quando esta práxis se traduz em práxis utilitária, como nos

parece ser o caso das ações das atuais associações de moradores, a educação que dela decorre acaba contribuindo para a reprodução de valores sociais dominantes, marcando um “associativismo individualizado” e imediatista, ou ainda de valores históricos da cultura política brasileira, como o clientelismo, o autoritarismo, a exclusão das massas dos processos decisórios, que geram uma participação social esvaziada, marcada pela dependência da liderança e pela passividade dos moradores nas lutas.

Para romper com esta lógica capitalista e começar a construir uma educação para além do capital, como diria Mészáros (2008), é necessário reavermos espaços de formação política que alcance os segmentos populares da classe trabalhadora organizados, para que seus protagonistas realizem suas ações pela perspectiva da educação popular, pautada na concepção metodológica dialética do conhecimento, em que teoria e ação fazem parte de um mesmo processo que visa a olhar para a realidade buscando destruir a pseudoconcreticidade para desvelar como esta realmente é, objetivando retornar para uma ação mais qualificada.

A educação popular por esta compreensão resgata o conteúdo de educação comprometida com o projeto histórico da classe trabalhadora, de emancipação humana, portanto visa a rompimento das estruturas que sustentam o sistema capitalista. Reiteramos que esta educação emancipatória é incompatível com uma prática centralizadora, excludente ou de hierarquização das pessoas. Sua forma de realização só pode ocorrer através de um processo participativo, democrático, dialógico, de troca de saberes, pois, reconhece que todos os integrantes do movimento social apesar de suas diversidades, fazem parte da mesma luta e igualmente constituem o sujeito coletivo.

## 6 REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O método nas ciências sociais. In: \_\_\_\_; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências Naturais e Sociais**: pesquisa qualitativa e quantitativa. São Paulo: Pioneiras, 1998. p. 109-198.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: de frente para o estado, em busca do parlamento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: \_\_\_\_ et al. **A estratégia revolucionária na atualidade**. São Paulo: Joruês, 1986. (Coleção Crítica Marxista, n.1). p. 7-74.

ANDREATTA, Graça. **Na lama prometida, a redenção**. São Paulo: O Recado, 1987.

ANTUNES, Ricardo. Qual a crise da sociedade do trabalho? In: \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 73-102.

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: \_\_\_\_\_. BUFFA, Ester.; NOSSELA, Paolo. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 6. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 31-80. (Coleção questões da nossa época, n. 19).

BANCK, Geert. **Bairro de São Pedro, Vitória (ES) 1977-1988**. Vitória: Estação Capixaba. (Exposição de fotografias). Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/exposicoes/evolucao-do-bairro-sao-pedro-vitoria-es-1977-1988/>>. Acesso em: 01 ago. 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BEISIEGEL, Celso de Rui. A educação popular como leitura do mundo. **Educação**, São Paulo: Segmento, n. 4, p. 6-19, dez. 2010. Publicação especial: História da pedagogia, especial Paulo Freire.

BETTO. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção primeiros passos ; 19).

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. **Procura Básica**. Brasil: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o Povo**: Metodologia do Trabalho Popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo: Brasiliense, n. 3, p. 80-106, 1996.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. O Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 87, p. 25-57, set. 2006, especial SUAS e SUS.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Vôos, n. 22).

BRASIL. Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010. Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/06/2010>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. In: \_\_\_\_; ARROYO, Miguel; NOSSELA, Paolo. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão?. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 11-30. (Coleção questões da nossa época, v.19).

BUTTIGIEG, Joseph. **Da escola retórica à escola democrática**. Tradução: Rosemary Dore Soares. 1999. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=285&page=visualizar>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Abertura externa e liberalização financeira**: os impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. 2002. 255f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.eumed.net/tesis/mdc/index.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

\_\_\_\_; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal. In: Encontro Nacional de Economia, 36., 2008, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807091134410-.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

CARONE, Edgard. **As origens da III Internacional Comunista**. Brasil, [s.n.], 2008. Disponível em: <<seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/835/696>>. Acesso em: 6 fev. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. capítulos 1 e 2.

CECAES. CENTRO CULTURAL CAIEIRAS. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.cecaes.org.br/>>. Acesso: 18 jul. 2012.

CELEST FON et al. (Org.). **Concepção de educação popular do CEPIS**. São Paulo: CEPIS, 2008.

CEPIS. Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. **Educação popular: roteiros e textos de apoio**. São Paulo: CEPIS, 2009.

COMERCIANTES de São Pedro fazem protesto. **A Gazeta**, Vitória, 2 jun. 2004. Caderno de Polícia, p. 21.

COMPANHIA DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE VITÓRIA. CETURB.GV. **Itinerários**. Disponível em: <<http://www.ceturb.es.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL). **Código de ética profissional do assistente social**, aprovado em 09 de maio de 1986. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1986.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2012.

COSTA, Márcio da. A educação em tempos de conservadorismo. In: GENTILI, Pablo (Org). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 43-76.

COSTA, Marisa Vorraber (Org). **Educação popular hoje**. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. Segunda parte: diálogo com o autor. In: \_\_\_\_; FLEURI, Reinaldo. **Travessia: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em educação popular**. 2. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Gramsci e as ciências sociais. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 9, n. 34, p. 21-40, dez. 1990.

\_\_\_\_\_. Teoria “ampliada” do Estado. In: \_\_\_\_\_. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. cap. 5, p. 119-143.

CRUZ, César Albenes de Mendonça Cruz. **O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no capitalismo**: um estudo sobre o papel da formação teórico-política na construção da consciência de classe. 2010. 189f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, Santa Catarina, v.3, n.5, p. 139-164, out. 2004.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI).

DIAS, Romualdo. **Construindo a organização popular**. São Paulo: CEPIS, 1985. Texto de apoio n. 3, ago. 1985 (mimeo).

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Damará: ANPOCS, 1995.

DOIMO, Ana Maria. Perfil dos movimentos sociais e das ONGs na Grande Vitória em meados dos anos 90: a face integrativa em tempos de globalização. **Revista Sinais**: Revista do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES, Vitória, v.1, n. 4, p. 225-275, dez. 2008.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FASE. FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/index.php>>. Acesso em: 30 maio 2012.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Impactos da experiência conselheira sobre as atividades políticas e organizativas dos movimentos sociais na saúde**: o caso do movimento popular de saúde de Campinas - São Paulo. 2005. 187f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

FERRI, Vitor. Lugar de toda violência: São Pedro sob domínio do tráfico de drogas. **Notícia Agora**, Vitória, 18 jul. 2009. Caderno de Polícia, p. 12.

FRAGA FILHO, Orly. **Orly Fraga Filho**: entrevista concedida a Vitor Ferri. Lugar de toda violência: São Pedro sob domínio do tráfico de drogas. **Notícia Agora**, Vitória, 18 jul. 2009. Caderno de Polícia, p. 12.

FLEURI, Reinaldo Martins. O debate acadêmico sobre educação popular. In: \_\_\_\_; COSTA, Marisa Vorraber. **Travessia**: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em educação popular. 2. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 13-39.

FOLHA VITÓRIA. Redação Folha Vitória. Região de São Pedro recebe programa de capacitação da Unesco para redução da violência. **Folha Vitória**, Brasil, 2012 (Polícia). Disponível em: <<http://www.folhavitória.com.br/policia/noticia/2012/05/regiao-da-sao-pedro-recebe-programa-de-capacitacao-da-unesco-para-reducao-da-violencia.html>>. Acesso em: 6 maio 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 10. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. Reflexões sobre a luta de classes no interior da escola pública. In: ORSO, José Paulo; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria; (Orgs.). **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 111-123.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (Org). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p. 77-108.

FUNDAÇÃO BATISTA DA PRAIA DO CANTO. FBPC. Disponível em: <<http://www.ibpc.org.br/acao-social.php?p=FundBatistadaPraiadoCanto#>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Internacional comunista**. Brasil: FGV, 2009. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/InternacionalComunista>>. Acesso em: 6 fev. 2012.

GENTILI, Pablo. El neoliberalismo como nueva retórica de la desigualdad. In: \_\_\_\_\_. **Retórica de la desigualdad: los fundamentos doctrinarios de la reforma educativa neoliberal**. 1998. Tese (Doutorado) Universidade de Buenos Aires, 1998. Cap. 2, p. 39-64).

GERRATANA, Valentino. **Gramsci: uma introdução**. Tradução Luiz Sérgio Henrique. 1997. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=122>>. Acesso em:

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.71).

\_\_\_\_. **Movimentos e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Questões da Nossa Época; v.5).

\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GONÇALVES, Elisa Pereira. Educação popular: entre a modernidade e a pós-modernidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org). **Educação popular hoje**. São Paulo: Loyola, 1998.

GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. Classes sociais, lutas de classes e movimentos sociais. In: \_\_\_\_.; ORSO, José Paulo; MATTOS, Valci Maria (Orgs.). **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 65-93.

GRAMSCI, Antonio. O moderno príncipe. In: \_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução Luiz Mário Gazzaneo. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. cap. 1, p. 3-102.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Perspectivas do Homem, v.48, série Filosofia).

GUERRIERI, Maurício Abdalla. **A dialética como método e sua apropriação pela educação popular no Brasil**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Pedagógico, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1994.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HERKENHOFF, Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória: UFES, 1995.

HIDALGO, Maria Angela. De “educação para a responsabilização individual” para “educação e consciência de classe”. In: ORSO, José Paulo; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria; (Orgs.). **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 125-138.

HURTADO, Carlos Núñez. **Educacion popular: enfoques y practicas: elementos para uno caracterizacion**. 1992, p. 1-11. (mimeo).

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília: Abepss, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./ jun. 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_Religião\\_Deficiencia/tab1\\_4.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religião_Deficiencia/tab1_4.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Séries estatísticas e séries históricas**. Disponível em: <[http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&no=10](http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=10)>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Séries estatísticas e séries históricas**. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91&sv=32&t=populacao-por-situacao-de-domicilio-populacao-presente-e-residente>>. Acesso em: 29 abr. 2012a.

INCA. **Ainda sobre metodologia...** [São Paulo: INCA], 1991 (mimeo).

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SOCIAL JOANA D'ARC. IESJD. Disponível em:  
<<http://mitglied.multimania.de/institutojoanadarc/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência**: análise no Espírito Santo e Vitória. Vitória: IJSN, 2011 (Texto para discussão, n. 37).

INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. Disponível em:  
<[http://sedes.org.br/site/breve\\_apresentacao](http://sedes.org.br/site/breve_apresentacao)>. Acesso em: 30 maio 2012.

JARA, Oscar. **Concepção dialética da educação popular**. São Paulo: CEPIS, 1985. Texto de apoio n. 2, mai. 1985 (mimeo).

\_\_\_\_\_. Educação popular: a dimensão educativa da ação política. **Proposta**. [S.l.: s.n. 1981?], p. 5-21. Mimeografado (texto traduzido do original editado pelo CEDES: Educação e Sociedade, São Paulo, n. 10, set., 1981).

JESUS, Antonio Tavares. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez: Campinas (SP): UNICAMP, 1989.

JESUS, Elizete Pereira de. **Metamorfoses urbanas na região da grande São Pedro (ES) e forças sociais atuantes**. 2005. 149 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Capítulo 4 – A favela como fórmula de sobrevivência.

KONDER, Leandro. Marx e a sociologia da educação. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel (Org.). **Sociologia para educadores**. 4. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006. p. 11-23.

\_\_\_\_\_. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. Cap. 1 e 2.

LEITE, Izildo Corrêa . **Desconhecimento, piedade e distância**: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Contemporaneidade: pobreza, cidadanias desiguais e os novos desafios da Política Social. **Latinidade**: Revista do Núcleo de Estudos das Américas da UERJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 79-103, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Representando a miséria e os miseráveis: desconhecimento, piedade e distância. **Ideias**: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas (SP), v. 12, n.1, p. 357-410, 2. sem. 2005.

LÊNINE, Vladimir Ilitch. A sociedade de classes e o estado. In: \_\_\_\_\_. O Estado e a revolução. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. Vol. 2. cap. I, p. 225-236.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Série Revisão; n. 3).

LUCKESI, Cipriano Carlos. Educação e Sociedade: redenção, reprodução e transformação. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994. Cap. 2, p. 37-52.

LUGAR de toda pobreza. Direção: Amylton de Almeida. Vitória (ES): Rede Gazeta, 1983. 1 DVD (97 min), son. color.

LUGAR de toda pobreza: 20 anos depois. Direção: Henrique Gobbi. Vitória, ES: Rede Gazeta, 2003. 1 DVD (39 min): son, color.

MANDEL, Ernest. **Teoria marxista do Estado**. Lisboa: Antídoto, 1977.

MARINI, Ruy Mauro, 1932-1997. Dialética da dependência. In: **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis (RJ): Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. Cap. 2, p. 105-165.

MARQUES, Mariana Pasqual. **Construção do campo da educação popular no Brasil**: histórias e repertórios. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARTINS, Eunice Estevam et al. Federação das associações de moradores e movimentos populares do ES: trajetória, redes e poder sob a perspectiva do discurso do sujeito coletivo. **Revista Sinais**: Revista do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES, Vitória, n. 10, v. ún., dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2823>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, Karl. As greves e as coligações de operários. In: **Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001. p. 145-152.

\_\_\_\_\_. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. In: **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Cap. 5, p. 211-219.

\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001. (Coleção L&PM Pocket).

\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Textos sobre educação e ensino**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MATTOS Marcelo Badaró. A classe trabalhadora no Brasil de hoje: o processo de reorganização. In: \_\_\_\_\_. Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009. p. 13-50.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. ampl. São Paulo: Boitempo, 2008. Inclui apêndice: Educação: o desenvolvimento contínuo da consciência socialista.

\_\_\_\_\_. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: \_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 94-132.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Os movimentos sociais: sujeitos, projetos e espaços das lutas sindicais. In: **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. Parte III, p. 225-358.

MORADORES de São Pedro pedem mais segurança. **A Tribuna**, Vitória, 26 jun. 2008. Caderno de Polícia, p. 19.

MUTIRÃO para melhorar bairro de Vitória tem parceria com a ONU. **G1 do Espírito Santo, TV GAZETA**. Brasil, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/05/mutirao-para-melhorar-bairro-de-vitoria-tem-parceria-com-onu.html>>. Acesso em: 26 maio 2012.

OIT. **Desemprego na América Latina e no Caribe não irá superar 7,0% em 2011**. Brasil: OIT, 2011b. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/desemprego-na-am%C3%A9rica-latina-e-no-caribe-n%C3%A3o-ir%C3%A1-superar-70-em-2011>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Tendências Mundiais de emprego 2012**. Brasil: OIT, 2011a. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/tend-ncias-mundiais-de-emprego-2012>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

PARTIDOS DOS TRABALHORES (BRASIL). Diretório Estadual do Espírito Santo. **PT no Espírito Santo**: das primeiras reuniões até 1990. Vitória, 2012. Disponível em: <[http://www.ptes.com.br/mostraconteudos.asp?cod\\_conteudo=610%20](http://www.ptes.com.br/mostraconteudos.asp?cod_conteudo=610%20)>. Acesso em: 17 jun. 2012.

PAULINO, Vânia Seidler. **Articulação entre os atores sociais na década de 1980**: a constituição do projeto democrático participativo no município da Serra, ES. 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PEIXOTO FILHO, José. Puxando o fio da meada: educação popular e produção associada. In: PIANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Orgs.). **Trabalho e educação**: arquitetos,

abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida (SP): Idéias & Letras, 2004, p. 33-53.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva; HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. Ensaio para a compreensão da educação no sistema capitalista. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 29, p. 35-64, jul./dez. 2011.

\_\_\_\_; JESUS, Maria Patrícia de. **Região de São Pedro: alternativa ao enfrentamento da violência**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - EMESCAM. Vitória, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: temas & questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

PINTO, Roselaine Carlos. **Conselho popular de Vitória – formação e trajetória de um movimento – 1986-2004**. 2007. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

PONTUAL, Pedro. **A educação popular e os processos de educação popular**. [São Paulo: INCA], 1988. (mimeografado).

\_\_\_\_. **Educação popular na formação de lideranças**. São Paulo: CEPIS, 1985. (Texto de apoio n. 5). (mimeografado).

\_\_\_\_. **Metodologia, métodos e técnicas na educação popular**. [Rio de Janeiro: FASE], 1989. Texto produzido a partir da intervenção no Seminário Regional de Metodologia promovido pela FASE, set. 1989. (mimeografado).

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Vida, 1977.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira de Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação de resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROSSI, Waldemar; GERB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Anexo I, II e p. 133-143).



\_\_\_\_. Posmodernidad, posmodernismo y socialismo. **Revista Trabajo y Capital**, Montevideo, n. 3, 1992.

SANTOS, Ariovaldo. Mundialização, educação e emancipação humana. In: ORSO, José Paulo; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (Orgs.). **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 39-63.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1987.

SEDU. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Espírito Santo). **Endereço das escolas da rede estadual**: 2011. Disponível em: <[http://www.educacao.es.gov.br/download/END\\_EST\\_11DF.pdf](http://www.educacao.es.gov.br/download/END_EST_11DF.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'água, 2001.

\_\_\_\_ (Palestrante). GRAMSCI. São Paulo: Livraria Cultura, 2008. 1 DVD (23 min), sistema NTSC, son., color. Produzido por Niitas Vídeo. (Filósofos e a Educação ,4).

SILVA, Adriana Ilha da. A construção do tecido urbano da região metropolitana da Grande Vitória. In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró (Org.). **Desenvolvimento brasileiro**: alternativas e contradições. Vitória: Grafitusa, 2010. p. 39-67.

\_\_\_\_. **A Segregação Socioespacial em Vitória (ES)**: a partir do exame das condições gerais de produção capitalista e dos equipamentos e serviços públicos. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_; PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. **Educação**: referências para o estudo da Região da Grande São Pedro. Relatório final apresentado para o fechamento do Projeto Integrado de Pesquisa “A Região de São Pedro: um estudo sobre juventude no campo da saúde, da educação, direitos humanos e cidadania”. Vitória, 2011.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Política habitacional brasileira verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 3. ed. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da grande Vitória 1950 – 1980. Vitória: EDUFES, 2001.

\_\_\_\_. Os grandes projetos industriais: desenvolvimento econômico e contradições urbanas. In: \_\_\_\_ (Org.). **Desenvolvimento brasileiro**: alternativas e contradições. Vitória: Grafitusa, 2010. p. 13-38.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. **Organizações não-governamentais**: um estudo de caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

2005. 218f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SOUZA, Luiz Alberto de. **Elementos para uma análise sobre educação popular**. [Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 198-?] (mimeo).

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e Participação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004. capítulos 7 e 8.

TRASPADINI, Roberta. Elementos estruturais da educação popular e os movimentos camponeses do Brasil. **Em Pauta**: revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 25, p. 87-112, jul. 2010.

VALADÃO, Vanda de Aguiar; SILVA, Adriana Ilha da; SODRÉ, Francis. **Projeto de pesquisa**. A Região de São Pedro: Um estudo sobre a juventude no campo da saúde, da educação, direitos humanos e cidadania. Vitória: UFES, 2010.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000.

\_\_\_\_\_. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1991. p. 81-112.

VALLE, Edênio; QUEIROZ, José J. (Orgs). **A Cultura do povo**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

VITÓRIA (ES). Prefeitura. Secretaria de Assistência Social. **Relatório de homicídios de crianças e adolescentes no município de Vitória**: no período de janeiro a meados de novembro de 2007. Vitória, 2007.

\_\_\_\_\_. **Agenda Vitória 2008 a 2028**: eixo sócio cultural – dinâmica populacional de Vitória. Vitória, 2008. Disponível em:  
<[http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20110511\\_agendavix\\_populacao\\_diag.pdf](http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20110511_agendavix_populacao_diag.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Dados da sinopse**: julho 2011. Vitória, 2012. Disponível em:  
<[http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/Censo\\_2010/Tab2\\_sinopse\\_pop.asp](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/Censo_2010/Tab2_sinopse_pop.asp)>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Vitória em dados**. Vitória: 2012a. Disponível em:  
<<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/home.asp>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Itinerários e horários de ônibus**: linhas que passam por: RODOVIA SERAFIM DERENZE. Vitória, 2012b. Disponível em:  
<<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/redeiti/listarLinhas.cfm?tpVia=Outros&cdVia=0130>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

\_\_\_\_. Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos. **Comitês de moradores promovem cultura da paz.** Vitória, 2012c. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/semcid.php?pagina=comitedapaz>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

\_\_\_\_. Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos. **Mulheres da Paz:** mulheres protagonistas na cultura da Paz. Vitória, 2012e. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/semcid.php?pagina=mulheresdapaz>>. Acesso em 21 jun. 2012.

\_\_\_\_. Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos. **Vitória recebe programa da ONU para redução da violência.** Vitória, 2012f. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/semsu.php?pagina=programadaonu>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

\_\_\_\_. **Assistência social:** equipamentos públicos por regional. 2012g. Disponível em: <[http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados\\_area/asocial/equipamentos.asp](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/asocial/equipamentos.asp)>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_. **Cultura:** equipamentos públicos por regional. 2012h. Disponível em: <[http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados\\_area/cultura/equipamentos.asp](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/cultura/equipamentos.asp)>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_. **Educação:** equipamentos públicos por regional. 2012i. Disponível em: <[http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados\\_area/educacao/equipamentos.asp](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/educacao/equipamentos.asp)>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_. **Saúde:** equipamentos públicos por regional. 2012j. Disponível em: <[http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados\\_area/saude/equipamentos.asp](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/saude/equipamentos.asp)>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_. **Segurança urbana:** equipamentos públicos por regional. 2012k. Disponível em: <[http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados\\_area/seguranca/equipamentos.asp](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/seguranca/equipamentos.asp)>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_. **Serviços:** equipamentos públicos por regional. 2012l. Disponível em: <[http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados\\_area/servicos/equipamentos2.asp](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/servicos/equipamentos2.asp)>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_. **Índice de Qualidade Urbana.** 2012m. Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/indicadores/iqu/iqu.asp>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_. **Ilha das Caieiras.** 2012n. Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao7/ilhadascaieiras.asp>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

\_\_\_\_. **Esporte e lazer.** 2012o. Disponível em: <[http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados\\_area/esporte/esporte.asp](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/esporte/esporte.asp)>. Acesso em: 9 mar. 2012.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: \_\_\_\_.  
**Cultura e materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011. p. 43-68.

\_\_\_\_. **Cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

## **APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Este documento integra a pesquisa denominada “O caráter político-pedagógico dos movimentos populares de bairro da Grande São Pedro: avanços e recuos sob o imperativo da ordem capitalista”, que trata da temática “Movimentos sociais urbanos e educação popular: um estudo sobre as associações de moradores da região da Grande São Pedro” e busca esclarecer os objetivos e as etapas da pesquisa às pessoas convidadas a participar livremente da pesquisa.

O estudo é de responsabilidade de Célia Barbosa da Silva Pereira, aluna do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação inicial da Prof<sup>a</sup>. Maria Beatriz Herkenhoff e posteriormente da Prof<sup>a</sup>. Maria das Graças Cunha Gomes.

A pesquisa possui como Objetivo Geral: compreender a efetivação das ações organizativas das associações de moradores, enquanto práticas político-educativas. Se estas ações caminham no sentido de reforçar a participação social, a partir de uma prática dialógica, que possibilite o espírito de solidariedade entre os moradores para que se percebam parte da mesma luta. Se incentivam o protagonismo da comunidade na afirmação de sua cidadania. Se interagem com outras formas de organização popular da comunidade, fazendo das lutas destas, as suas lutas. Se refletem as ações realizadas, a fim de dar suporte para novas ações. Se possuem consciência do estado de opressão em que se encontram. Ou se suas ações reproduzem o modelo hegemônico partindo de um “associativismo individualizado”, ou seja, focalizado no líder comunitário, em ações pautadas no autoritarismo ou até mesmo no ativismo deste.

O método de pesquisa usado configura-se em estudo qualitativo, com utilização das técnicas metodológicas: entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental e análise com base no aporte teórico adotado.

Sendo assim, a pesquisadora, convida a Sr.(a): \_\_\_\_\_, para participar desta pesquisa, garantindo o sigilo da sua identidade e integridade do seu discurso. A utilização do material transcrito será de utilização única e exclusiva

para propósitos de pesquisa e será devolvido ao entrevistado para concordância do seu teor. Será assegurada aos envolvidos diretamente na pesquisa a liberdade para desistir de participar da mesma em qualquer etapa de desenvolvimento desta.

**CONSENTIMENTO:**

EU, \_\_\_\_\_, CI ou CPF \_\_\_\_\_, residente em \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado acerca da pesquisa sobre “Movimentos sociais urbanos e educação popular: um estudo sobre as associações de moradores da região da Grande São Pedro”, e seus objetivos e métodos, sendo que aceito livremente dela participar.

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_.

**Dados para contato:**

1) Da pesquisadora (orientadora):

Maria das Graças Cunha Gomes.

2) Da pesquisadora:

Célia Barbosa da Silva Pereira

3) Do Comitê de Ética em Pesquisa:

Telefone: (27)3335-7211

E-mail: [www.ccs.ufes.br/cep](http://www.ccs.ufes.br/cep) ou [cep@ccs.ufes.br](mailto:cep@ccs.ufes.br) / [CEP.ufes@hotmail.com](mailto:CEP.ufes@hotmail.com)

Protocolo da pesquisa: 033/11

## APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

- 1) Qual a localização e o espaço físico da associação de moradores?
- 2) Possui sede própria? Em caso positivo, onde se localiza e como é o espaço físico? Em caso negativo, onde se reúnem?
- 3) Qual a data de fundação da associação de moradores?
- 4) Possui *home page*, *site*, correio eletrônico, revista, boletim, jornalzinho, ou outro meio impresso ou eletrônico para divulgar os trabalhos junto à comunidade? Em caso positivo, quais?
- 5) Possui computador, impressora, telefone e outros equipamentos e meios de comunicação? Em caso positivo, quais?
- 6) A associação de moradores possui livro de Atas e/ou outros documentos internos, tais como arquivos, jornais, filmagens, etc.? Em caso positivo, quais?
- 7) Qual a periodicidade das reuniões da associação de moradores? O que é trabalhado nestas reuniões?
- 8) Quem participa das reuniões da associação de moradores?
- 9) A associação de moradores procura fazer trabalhos de formação/informação junto à comunidade? Em caso positivo, como?
- 10) A associação de moradores, desde sua fundação, ficou algum período desativada? Em caso positivo, quando e por quê?
- 11) A associação de moradores possui entidades parceiras? Em caso positivo, quais? Em caso negativo, por quê?
- 12) A associação de moradores possui alguma articulação com outras associações de moradores de São Pedro? Em caso positivo, com quais e como se dá esta articulação? Em caso negativo, por quê?
- 13) Associação de moradores possui articulação com outros movimentos sociais? Em caso positivo, com quais e como se dá esta articulação? Em caso negativo, por quê?
- 14) A associação de moradores tem (ou já teve) algum tipo de assessoria? Em caso positivo, de quem e como é (era) o processo de assessoria? Em caso negativo, por quê?
- 15) A associação de moradores possui algum vínculo com partido político? Em caso positivo, com qual? Em caso negativo, por quê?

- 16) A associação de moradores possui algum vínculo com instituição religiosa?  
Em caso positivo, com qual e qual o papel desta?
- 17) A associação de moradores possui ações conjuntas com o Estado? Existe algum tipo de parceria e/ ou convênios firmados com órgãos governamentais?  
Em caso positivo, com quais e como isto se dá? Em caso negativo, por quê?
- 18) Como é o envolvimento da comunidade no processo de luta?
- 19) Como foi o processo de formação da associação de moradores? Quais os principais obstáculos enfrentados? Estes obstáculos ainda existem?
- 20) Quais os obstáculos atuais que a associação de moradores enfrenta?
- 21) Há quanto tempo você está como liderança comunitária?